



História e Historiografia Experiências de pesquisa

Revista Careta 19

REPUBLICA DA BAHIA DE
Escrofula
COM
A
Emulsão de Scott.
Sem Esta
Marca
Nenhuma
é Legítima

EM FÉ DO MEU GRAO

"Attesto que a menor Carmen de Sousa Lopes padecera durante dois annos de
mento que tinha. Por fim empreguei a EMULSÃO DE SCOTT e
a este maravilhoso remedio devo o seu completo restabelecimento,
como confirma o retrato que acompanho."—DR. JÂNUARIO
COSTA - Barrio 19, Diat. S. Pedro, Bahia.

—Não confundir a Emulsão de Scott com as imitações fabricadas de gordu-
ras brancas de açucres e reptis que não contem nenhuma virtude medicinal.
—A Emulsão de Scott é fabricada em Portugal, e as suas grandes virtudes reconhecidas.



Organizadores
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Raquel da Silva Alves

Organizadores
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Raquel da Silva Alves



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

História e Historiografia Experiências de pesquisa

Sobral/CE
2020



História e Historiografia: experiências de pesquisa

© 2020 copyright by Gilberto Gilvan Souza Oliveira & Raquel da Silva Alves (Org.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Coordenação

Ana Rita Fonteles Duarte
Ana Sara Cortez Irffi

Conselho Editorial

Antônio Maurício Dias da Costa (UFBA)
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito (UFPI)
Flávio Weinstein Teixeira (UFPE)
Francisco Régis Lopes Ramos (UFC)
João Paulo Rodrigues (UFMT)
James Green (Brown University)
Kênia Sousa Rios (UFC)
Paula Godinho (Universidade Nova de Lisboa)



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaoocult.com
sertaoocult@gmail.com
www.editorasertaoocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Revisão

Revisão textual de responsabilidade dos autores

Diagramação

Lucas Corrêa Borges
João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

H673 História e Historiografia: experiências de pesquisa./ Gilberto
Gilvan Souza Oliveira, Raquel da Silva Alves. (Orgs.). –
Sobral, CE: Sertão Cult, 2020.

426p.

ISBN: 978-65-87429-68-7 - papel
ISBN: 978-65-87429-69-4 - e-book - pdf
Doi: 10.35260/87429694-2020

1. História. 2. Pesquisa histórica. 3. Pesquisa-
História. 4. Historiografia. I. Oliveira, Gilberto
Gilvan Souza. II. Alves, Raquel da Silva. III. Título.

CDD 907.2

Apresentação

Os pôsteres apresentados no VI Seminário Internacional História e Historiografia confirmam o caráter de construção do saber acadêmico em História através das pesquisas desenvolvidas pelos alunos da graduação. O exercício historiográfico dos pesquisadores em formação inicial aponta possibilidades para a construção de diferentes narrativas e como a seleção de fontes, a confrontação de dados e a pesquisa, unidas ao estudo teórico e conceitual, permitem o aprimoramento da prática do historiador.

A variedade dos temas e as diferentes abordagens tratam de experiências do passado e suas relações com as múltiplas temporalidades partindo de questões sociais e de críticas da produção do conhecimento histórico. As abordagens e as perspectivas indicam análises sobre os usos da história em espaços educativos, a constituição de discursos sobre a saúde, o papel da história pública em meios digitais, a formação do historiador, espaços e as disputas de memória. Os temas abordados fazem parte de reflexões de cunho historiográfico que envolvem as práticas docentes de estudantes de História, a construção de identidades sociais, história oral e políticas públicas para o patrimônio histórico.

Desse modo, o conjunto de trabalhos aqui reunidos pode ser lido através da experiência dos futuros historiadores e dos diálogos estabelecidos com os professores/as orientadores/as e os outros profissionais que constituem a essencialidade das diferentes leituras que

produzem uma narrativa crítica e permeada pelos embates e debates da História, da historiografia e dos usos políticos do passado.

Raquel Alves da Silva

Professora da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza/CE e Egressa do Programa de Pós-Graduação em História - UFC

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrado (2009) e Doutorado (2015) em História Social pela mesma instituição. Tem experiência na área de Prática de Ensino em História, com ênfase em História da Educação, Formação Docente, Currículo da disciplina de História e Docência no ensino superior. Atualmente é professora do ensino básico na rede municipal de ensino de Fortaleza e atua como professora formadora no curso de Licenciatura em História, modalidade a distância pela Universidade Aberta do Brasil / Universidade Estadual do Ceará (UAB-UECE).

Gilberto Gilvan Souza Oliveira

Professor Temporário do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú e Discente do Programa de Pós-Graduação em História - UFC

É mestre (2017) e doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Atua como professor temporário do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú e desenvolve suas pesquisas em torno da história do livro, da leitura, e da produção editorial.

Sumário

O Papel do conhecimento histórico no YouTube / 9

“O que a mulher quer ser”: uma análise das crônicas publicadas no Jornal das Moças acerca da conduta feminina ante a sociedade de 1914-1920 / 21

Sensibilidades na Amazônia Negra: o casamento entre escravos em Belém do século XIX / 35

A invenção da mulher medieval e a representação do feminino no fabliau *Os quatro desejos de São Martinho* / 51

A memória da África no Ensino de História e a (re)construção da identidade negra na escola / 69

Entre memória e História: uma análise dos topônimos centrais na cidade de Tianguá-CE (1970-2000) / 79

Torpedeamentos na costa brasileira: estudo sobre o Inquérito Policial Militar /95

Abastecimento, rotas e produtos alimentícios em Belém na segunda metade do século XIX / 109

Política e parentela no sertão paraibano: a continuidade da representação de Ernani Sátyro segundo a FUNES / 123

Caminhos da Iniciação Científica: uma análise da produção historiográfica que aborda a Lei 10.639/03 e o Exame Nacional do Ensino Médio / 137

As doutrinas higienistas e as políticas de asilagem do período da *Belle Époque* e seus reflexos na ocupação do bairro do *marco da légua* / 151

- Entre a maternidade e a docência: o mito da educadora nata e a mulher professora na educação básica / 165
- O PCB e o campo Intelectual comunista da América Latina (1945-1952) / 179
- Universidades Federais do Norte e do Nordeste brasileiro: uma análise histórica através do Plano de Desenvolvimento Institucional (2004-2018) / 195
- O impacto da participação em um grupo de teatro universitário na trajetória profissional de alunos da graduação: 40 anos do grupo de teatro Tanahora, da PUCPR / 209
- As narrativas de George Gardner: Raça e Ciência na primeira metade do séc. XIX / 225
- O coração da cidade: as memórias do antigo cartão-postal da cidade de Fortaleza (1902-1991) / 239
- Gerando conhecimento: uma narrativa histórica para o Museu Câmara Cascudo / 255
- Os Torpedamentos Brasileiros na Segunda Guerra Mundial (1942): o olhar dos Jornais Britânicos / 267
- Nas nuances de uma motocicleta, uma oposição que se acelera: a Nuestra America pelas lentes de Ernesto Guevara de la Serna (1952) / 281
- “O Mundo às avessas”: o imaginário da Cocanha e a sua relação com a cultura da escrita / 299
- Estudo sobre os desdobramentos dos ataques submarinos de 1942 em Sergipe / 313
- “Para grandes males, grandes remédios”: as “meretrizes”, seus conflitos e cotidiano na cidade do Crato-CE (1940-1950) / 329
- Servas do Senhor, missionárias da caridade: a atuação das Vicentinas no Ceará (1865-1882) / 345
- Uma UERN toda nossa: tecendo uma memória institucional / 359
- A instauração da Diocese de Nazareth e o episcopado de Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela (1919-1946) / 369
- O Mobral e as vozes dos sujeitos portuenses (1970–1985) / 383
- Por uma história social da morte: o cemitério como objeto de estudo para a história das cidades / 397

Caminhos da Iniciação Científica: uma análise da produção historiográfica que aborda a Lei 10.639/03 e o Exame Nacional do Ensino Médio / 409

Índice remissivo / 423

O Papel do conhecimento histórico no YouTube

*Glicia Kaliane Lucas Machado de Souza*¹

*Amanda Maria da Silva Souza*²

*Alekssiane Lima de Carvalho*³

*Margarida Maria Dias de Oliveira*⁴

INTRODUÇÃO

Num contexto de pleno desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, a *internet*, cada vez mais acessível, transformou-se num meio essencial para o alcance de instrução e informação, numa quantidade que nunca antes tivemos disponível prontamente ao nosso alcance; e informações essas que em razão de revoluções na dinâmica da *internet*, com a chamada web 2.0, passaram a poder ser disponibilizadas por qualquer usuário, sobretudo nas redes sociais e plataformas similares.

1 Graduanda em História pela UFRN. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1135376567551616>. E-mail: gliciakalianedesouza@gmail.com.

2 Graduanda em História pela UFRN. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2572239394976639>. E-mail: amandamaria.mdy@gmail.com.

3 Graduanda em História pela UFRN. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5874004688055637>. E-mail: alekssianel@gmail.com.

4 Doutora em História e professora da UFRN. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5565266295414497>. E-mail: margaridahistoria@yahoo.com.br.

Isto posto, o *YouTube* como segundo site mais acessado da *internet* com cerca de 2 bilhões de acessos mensais e crescendo (YOUTUBE, 2020), apresenta-se como uma plataforma em que os discursos nela veiculados de fato influenciam a sociedade. Um dos fatos que permitem tamanha influência é a chamada Cultura Participativa (JENKINS *apud* BURGESS; GREEN, 2009, p. 29), que consiste em uma não passividade por parte do público. Em outras palavras, o criador de conteúdo observa e compreende o que o público deseja assistir, diferente da era antes da *internet*, onde não haviam muitas opções de entretenimento e o que passasse na televisão, por exemplo, era assistido por todos.

Quando se trata de uma plataforma tão expressivamente influente como o *YouTube*, é importante alguns cuidados e compromisso com a realidade e método científico — requisitos que devem ser alcançados através de profissionais formados na área, os historiadores no caso da produção de conteúdo histórico. A realidade atualmente, no entanto, é de propagação de fake news e negação da História enquanto ciência, o que nos leva a duas possibilidades: ou não existe participação de historiadores na produção de conteúdo voltado para a internet, em específico; ou os historiadores não estão conseguindo se comunicar além dos muros das universidades que debatem - talvez até mesmo um pouco dos dois.

Tendo em vista que para se estudar algo é preciso conhecer o material já produzido sobre a temática, a problemática que esperamos responder é: quais conceitos são imprescindíveis para a compreensão do ensino de História no *YouTube*? Tendo como objetivos pesquisar e analisar materiais já produzidos e publicados sobre a temática, bem como materiais de caráter teórico que possam embasar nossa pesquisa.

Para isso, com objetivo de desenvolver uma análise pensando a divulgação do conhecimento histórico e a plataforma do *YouTube*, o presente estudo - que está inserido na base de pesquisa Espaço,

Poder e Práticas Sociais⁵ - utilizará como embasamento teórico o pensamento de Jorn Rusen (2015) no que concerne ao conhecimento histórico e a Didática da História; Capítulos do livro *Introdução à História Pública*, buscando compreender o que é este conceito e como o contato direto com a sociedade ocorre e do livro “*Youtube e a revolução digital*”, escrito por Jean Burgess e Joshua Green o qual disserta sobre a criação e potencial do *Youtube*. Posteriormente, este artigo estabelecerá um diálogo entre estas três principais referências.

O YOUTUBE

O *YouTube* lançado em julho de 2005, foi inicialmente criado com o objetivo de ser um repositório de vídeos on-line, intenção esta que estava clara no seu slogan “*Your Digital Video Repository*” (Seu repositório de vídeo digital), no entanto, pouco tempo depois, o conceito que guiava o site já era outro, que continua até hoje “*Broadcast Yourself*” (Transmita-se). Isto torna-se relevante quando se analisa o fenômeno de surgimento e exponencial crescimento do YouTube dentro do contexto do que era a internet e do que estava caminhando para tornar-se.

A internet estava rumando para uma dinâmica pautada numa maior interação e produção colaborativa dos usuários nos conteúdos que os próprios consumiam. Este funcionamento caracteriza o conceito de Web 2.0, o qual se relaciona diretamente com a proposta do *YouTube* pouco após seu surgimento, uma rede baseada nos seus próprios usuários criando e compartilhando conteúdo. Um dos cocriadores do *YouTube*, Jawed Karim, atribuiu o sucesso do site à quatro recursos: recomendação de vídeos, link de e-mail que permite o compartilhamento dos vídeos, comentários e um

5 Base de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), cuja orientadora é a professora doutora Margarida Maria Dias de Oliveira.

reprodutor de vídeos que pode ser incorporado em outras páginas da internet (BURGESS; GREEN, 2009, p. 18).

No entanto, a criação e sucesso desta plataforma é um pouco mais complexa de analisar (JENKINS *apud* BURGESS; GREEN, 2009, p. 144):

Muito do que foi escrito sobre o YouTube sugere que a disponibilidade das tecnologias da Web 2.0 permitiu o crescimento das culturas participativas. Eu diria que o contrário também é verdadeiro: o surgimento das culturas participativas de todas as espécies ao longo das últimas décadas estabeleceu o caminho para a assimilação pioneira, rápida adoção e usos diversos dessas plataformas.

Jenkins, dessa forma, não entende a criação do *YouTube* e o modo como os usuários o adotaram rapidamente, criando conteúdo para o site, compartilhando-o, estabelecendo relações de comunidade com outros usuários, como algo constituído do dia para a noite, mas um processo de décadas de desenvolvimento de uma cultura participativa com base no movimento *Do It Yourself*, ou “faça você mesmo”.

A venda do *YouTube* em outubro de 2006, por dois dos três cocriadores que ainda estavam no projeto, Chad Hurley, Steve Chen para a Google por 1,65 bilhões de dólares, foi um passo importante no crescimento ainda mais acelerado do alcance do site, com participação por consequência de grandes empresas se promovendo por meio de comerciais e de seus próprios canais no *YouTube*. A aquisição do site pela Google, no entanto, levantou algumas discussões sobre o valor efetivo de mercado do *YouTube*, uma vez que boa parte do conteúdo do site poderia estar ameaçado em razão de questões sobre a violação de direitos autorais por se tratar de conteúdos postados pelos usuários como músicas, trechos de programas de televisão, entre outros, de domínio da mídia de massa (BURGES; GREEN, 2009, p. 53).

A dinâmica do *YouTube*, tida de uma forma simplista, é dividida entre conteúdo da mídia de massa e conteúdo criado por usuário, o que não significa que funcione puramente nessa dicotomia isenta de convergências e relações mais complexas, no entanto, em grande parte pode-se resumir assim. A cultura do *YouTube* tem como seu pilar a interação entre usuários, que gera engajamento nos conteúdos das mais diversas formas como visualizações, comentários, curtidas e compartilhamento. Essas interações são determinantes no “sucesso” que o conteúdo pode atingir, pois, a cultura regente do site coloca-se como uma espécie de contraponto à cultura de radiodifusão (BURGESS; GREEN, 2009, p. 83):

[...] esse modelo exige nossa compreensão das atividades não somente dos criadores de conteúdo, mas também das audiências e suas práticas de participação, porque as práticas da audiência - citando, adicionando aos favoritos, comentando, respondendo, compartilhando e assistindo - deixam rastros e, portanto, todas têm impacto na cultura em comum do YouTube à medida que o site evolui. Aqueles que insistem em tratar o YouTube como se fosse uma plataforma de radiodifusão têm menos Probabilidade de atingir os objetivos de suas participações, sejam elas quais forem.

Isto posto, o *Youtube*, embora ganhando cada vez mais relevância devido ao crescimento do seu alcance, atualmente é o segundo site mais acessado, com cerca de dois bilhões de acessos mensais (YOUTUBE, 2020); como também crescimento da influência, uma vez que ele foi eleito por uma pesquisa de público no Brasil do Estudo *Video Viewers* (2017) como fonte com maior relevância de conteúdo; também preferida quanto às categorias como fonte de educação e novidades comparado à TV aberta e paga e às redes sociais Instagram e Facebook.

A partir do exposto é possível conseguir ter uma visão geral e inicial sobre como funciona o *YouTube*. Inicialmente pensado como uma ferramenta para armazenamento de vídeos, hoje a plataforma atende a objetivos e a um mercado diferente. O “*broadcast yourself*”

foi levado ao literal de modo que lives são permitidas hoje. Sem falar em um importante fator no *YouTube* hoje; a monetização. Ganhar dinheiro com o YouTube só é possível se seu engajamento - isto é, suas interações - for um número consideravelmente grande e quanto mais interações melhor. Assim, o que atrai mais o olhar? Um título e conteúdo direto e claro ou algo chamativo e subentendido? Esse tipo de perspicácia e compreensão da plataforma precisam ser considerados ao produzir vídeos de caráter histórico comprometido com os ideais científicos. Tal atividade, apesar de difícil, é possível.

CONHECIMENTO HISTÓRICO

Ao nos debruçarmos sobre a Teoria da História é necessário ser capaz de ver a floresta e não apenas as árvores, se a intenção é conhecer a floresta com suas árvores (RÜSEN, 2015). Nesse sentido, é importante conhecer a teoria da história como prática cognitiva da ciência histórica, sintetizando e explicando esta ciência através de um trabalho teórico reflexivo.

O conhecimento reflexivo que a teoria da história elabora sobre a ciência histórica possui três dimensões, dentre elas a dimensão transdisciplinar, que lida com a conexão do pensamento histórico científico com a vida humana prática. Nesse caso, a questão chave tem relação com o papel desempenhado pelo conhecimento histórico produzido pela história, como ciência, orientadora da vida cultural humana. A História é compreendida como elemento essencial da orientação na vida cultural humana prática. Isso ocorre pois o ser humano está sempre se orientando através do tempo, buscando no passado modos de compreender o presente e se planejar para o futuro.

Para Jorn Rüsen (2015, p. 37), a consciência histórica se relaciona à capacidade humana de se orientar no tempo. Os homens no tempo têm constantemente a necessidade de ressignificar certos acontecimentos e por esse motivo voltam ao passado em busca de

uma orientação. Esse processo passa por fases: contingência, interpretação, sentido e orientação.

Neste momento é preciso discernir entre o que é conhecimento histórico e aquilo que é pensamento histórico. Uma orientação temporal pode envolver apenas um pensamento histórico, ou seja, a interpretação a partir de determinadas experiências. A experiência por sua vez sofre influência da cultura em que o sujeito está inserido, por isso as interpretações variam. Esta constatação nos leva ao conhecimento histórico, que seria tudo aquilo que é comprovado e aceito pela ciência histórica. Desse modo, somente um historiador seria capaz de validar uma narrativa de modo a torná-la conhecimento histórico, embora todos os seres humanos pensem historicamente (RÜSEN, 2015).

Entendemos, então, que os seres humanos pensam historicamente, manifestam esse pensar em diferentes lugares e com diferentes propósitos, assim como ocorre no *YouTube*. Esta plataforma ainda é regida pela Cultura Participativa (JENKINS *apud* BURGESS; GREEN, 2009, p. 29), ou seja, recebendo influência de seus espectadores que por sua vez são influenciados a partir de como interpretam a vida. A questão a se considerar é que quando se trata de ensino, é necessário ir além do “pensar histórico”, é preciso construir Conhecimento Histórico (RUSEN, 2015) e, no caso dos profissionais de História que utilizam o *YouTube*, é preciso construir tal conhecimento através de uma tela e a partir dos recursos que a plataforma os oferece.

No campo do ensino e aprendizagem, a Didática da História ganha destaque como a área especializada do ensinar e aprender história. Isso não diz respeito apenas ao ensino no ambiente escolar, mas a todas as formas de se aprender História e elas são muito diversas. Dentre as quais, está o *YouTube*, uma plataforma que pode exercer grande influência na formação de ideias e conscientização dos seus usuários. É necessário ressaltar, no entanto, a necessidade de que a atividade no YouTube seja observada e planejada a partir de vários

panoramas. A construção do Conhecimento Histórico deve ser o produto final de qualquer aula de História, independentemente do local onde acontece, inclusive no *YouTube*. Todavia, para o caso específico do *YouTube* é preciso pensar para além da parte histórica. Conhecer a plataforma significa estar ciente de como ela funciona e como utilizar seus recursos, respostas que só serão obtidas a partir de leitura de material específico sobre a área.

Em outras palavras, é preciso que um historiador que busque produzir conteúdo para *YouTube* esteja pronto para estudar textos também de outras áreas, como Comunicação social e Audiovisual, por exemplo.

HISTÓRIA PÚBLICA

Provavelmente em algum momento durante seu ensino básico um professor de história passou algum filme relacionado com o tema da aula, correto? Ou talvez, você tenha assistido a algum documentário histórico que acabou ficando mais popular com o tempo. A História nos cerca. Hoje, há História nos filmes e documentários de televisão, nas rádios e jornais, há história em museus e arquivos, centros de memória. Todos esses meios citados fazem parte da chamada História Pública (LIDDINGTON *apud* ALMEIDA; ROVAL, 2011, p. 32).

Muitos debates existem em torno da História Pública e um deles questiona qual o conceito de público, exatamente. O público pode ser aquilo que apresenta uma certa narrativa histórica e tem um interlocutor diferente de pessoas do círculo acadêmico; ou ainda trazer ao público, de maneira compreensível, informações que afetam diretamente sua vida em sociedade, como publicar arquivos referentes a um regime ditatorial (ALMEIDA; ROVAL, 2011).

Mas para compreender melhor o campo de pesquisa sobre a História Pública, é preciso conhecer o contexto de seu surgimento, e de acordo com Jill Liddington (2011, p. 33) o primeiro país a utilizar

esta nomenclatura foram os Estados Unidos em meados da década de 1970, na Califórnia, quando um professor iniciou a assim denominar aqueles profissionais que utilizavam o método histórico fora da academia. É interessante perceber que tal fato só ocorre como uma forma de superar a crise de empregos que os profissionais de história enfrentavam, assim, ao apresentar outras funções para estes historiadores, uma nova gama de oportunidades de emprego surgiria. Como as universidades estadunidenses são patrocinadas por empresas particulares, uma crítica forte que os historiadores públicos sofreram neste país foi a falta de imparcialidade.

Países como Inglaterra e Austrália também foram pioneiros no uso de historiadores públicos, mantendo suas particularidades. No caso australiano, os historiadores públicos tomaram uma posição mais ativa, chegando a enfrentar tribunais na tentativa de defender questões sociais e comunitárias, o que exigiu olhar também para as narrativas de sua própria história. A Austrália também se preocupou com questões empregatícias, mas sem esquecer o povo e suas problemáticas.

A Grã-Bretanha também mantiveram questões financeiras em seus debates, mas o principal intuito e dever dos historiadores públicos era proteger os bens patrimoniais do reino. O principal argumento utilizado foi o de que os socialistas estavam interessados em destruir os grandes palacetes britânicos, e por muito tempo essa discussão seguiu até que Raphael Samuel, historiador marxista britânico, surge contrapondo o pensamento do momento e exaltando o conhecimento não oficial e tradições das massas populares. O que predomina na Grã-Bretanha recebe o nome de English Heritage, buscando sempre supervalorizar a região.

A História Pública pode ter suas particularidades em cada região, mas tudo converge para o ponto em comum de tentar apresentar fatos históricos para a população em geral – estes fatos normalmente carregarão uma ideologia por trás, seja a maior ou menor nível.

Além de o debate que envolve os intuitos privados, através de patrocínio e financiamento, que cercam a História Pública, outra questão muito discutida é sobre que profissional estaria apto para realizar esta função. Como já dito, a História Pública se faz presente em diversos espaços: notícias de jornais, centros de memória, arquivos, filmes, novelas, músicas, dentre vários outros. Desse modo, o profissional responsável deveria ser o arquivista, musicista, diretor de filmes? Ou todos estes precisam ter um historiador ao lado auxiliando?

Há aqueles que afirmam a necessidade de ter um historiador presente e envolvido em qualquer atividade relacionada à História Pública, afinal, o termo só surge porque os historiadores estavam com baixa empregabilidade, mas também para garantir certa imparcialidade com relação aos fatos e estabelecer a melhor forma de informar a população. Por outro lado, existem também os que defendem um preparo de todos os profissionais envolvidos, para que não fiquem tão presos ao auxílio do historiador – é interessante se questionar se os profissionais de história realmente são preparados para comunicar o público de modo que todos entendam.

Assim, percebe-se que a atividade realizada na plataforma do *YouTube* pode ser caracterizada como pública, mas não necessariamente uma história pública. Para isto, é necessário uma formação complementar ou principal em história, de modo a se tornar capaz de assegurar cientificamente a veracidade do que se está falando. Pode-se dizer também que as narrativas criadas em vídeos sem a participação de um historiador, sem estudo da historiografia ou sem a validação de um método científico, finda não sendo necessariamente um conhecimento histórico, mas opinião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, é possível observar que conseguimos responder a problemática, seguindo os objetivos definidos. A pesquisa se de-

envolverá, agora, para a análise de dados a partir da análise dos vídeos dos canais selecionados. Os conceitos apresentados neste texto servirão como um norte, um direcionamento, para o desenvolvimento do estudo e para a análise do conteúdo que encontraremos no vídeo.

A partir do que expusemos, é possível notar a significativa contribuição desta pesquisa para o ensino de história, ainda mais em um momento onde as tecnologias estão cada vez mais acessíveis e hospedando conteúdo histórico. As formas, usos, funções e sentidos do conhecimento histórico são o que o faz extrapolar os limites da universidade, alcançado novos espaços, como o *YouTube*. Ademais, é importantíssimo lembrar a necessidade de ter conhecimento, ao menos básico inicialmente, sobre áreas relacionadas a mídias digitais e comunicação social. Precisamos conhecer verdadeiramente a plataforma para só então podermos começar a utilizá-la corretamente.

Tendo em vista a escassez de estudos sobre o tema, esta pesquisa se torna rica não somente em inovação, mas também em informação, uma vez que a ocupação de espaços não tradicionais é uma pauta urgente, posto o contexto negacionista de parte da população com a ciência histórica.

Para o futuro, esta pesquisa suscita a continuidade de suas atividades buscando analisar os vídeos de profissionais de história na plataforma do *YouTube*, compreender como esses profissionais trabalham a partir de recortes temáticos distintos; se profissionais professores de Instituições de Ensino Superior ocupam a plataforma e com qual objetivo; se há diferença no engajamento de vídeos com conteúdo histórico de profissionais formados e não formados na área. Diversas lacunas de pesquisa ainda existem e os estudos sobre o ensino de história no *YouTube* ainda são poucos, tornando este um campo com grandes e necessárias oportunidades de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele; ROVAL, Marta Gouveia Oliveira (Org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **Youtube e a revolução digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

CIRIBELI, João Paulo; PAIVA, Victor Hugo Pereira. Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 59-74, jun. 2011.

ESTUDO VIDEO VIEWERS. **Press Event** – Brandcast. 2017. Disponível em: <http://www.michaeloliveira.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Video-Viewers-2017Brandcast-Press-Event.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública?: os públicos e seus passados. *In*: ALMEIDA, J; ROVAL, M. G. O. (Org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31-52.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

YOUTUBE. YouTube em números. Disponível em: <https://www.youtube.com/intl/ptBR/yt/about/press>. Acesso em: 16 jul. 2020.

“O que a mulher quer ser”

Uma análise das crônicas publicadas no Jornal das Moças acerca da conduta feminina ante a sociedade de 1914-1920

Laís Eunice Oliveira Dantas¹

O QUE SE FALA SOBRE ELAS

“Mrs. Dalloway is always giving parties to cover the silence”.
(WOOLF, 1925 p. 27).

Os silêncios de Virginia Woolf² (1882-1941) guiam o leitor no decurso do fluxo de consciência das personagens, ao mesmo tempo em que mescla suas interações com seu espaço e tempo. Longe de serem silêncios inexpressivos, é através deles que se desdobram as principais ações que envolvem a narrativa, impregnando-os de sentido (GRECCA, 2018, p. 181), como quando Clarissa recusa Peter Walsh ou Mr. Dalloway não expressa seu amor em palavras. O que se sobrepõe à essas características, é o aspecto político, que configura o

1 Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Rua do Jequitibá, 2147, Pitimbuá – Natal- RN-CEP: 59067-680. E-mail: laisliveird@hotmail.com.

2 Escritora britânica é uma figura destacada do modernismo e do feminismo no século XX, escreveu artigos e críticas para o jornal The Guardian, suas obras mais conhecidas são *Ao Farol*, *Mrs. Dalloway*, *O quarto de Jacob* e o ensaio feminista, *Um teto todo seu*, com narrativas que defendiam os direitos sociais das mulheres.

silenciamento das personagens femininas por meio do casamento e das condutas sociais normativas de uma sociedade patriarcal.

No presente trabalho, o poder da palavra e o poder do silenciamento andam atrelados às configurações padronizadas aos papéis sociais do feminino e do masculino (SOLNIT, 2015, p. 29). Historicamente silenciadas, as mulheres conviveram quase em voto de silêncio no que diz respeito à participação na esfera pública, após o século XIX, e o advento da consolidação do sistema capitalista, foram enclausuradas à sua função reprodutiva para manutenção de um ideal de família burguesa. Consumiam e eram consumidas pela moral e bons costumes difundidos a partir de um ideal de civilidade estabelecido como adequado pela sociedade europeia partilhado por meio de manuais de boas maneiras (ALMEIDA, 2008, p. 59).

Este artigo busca analisar como a construção do imaginário feminino foi incrementado por meio das crônicas publicadas na revista quinzenal “Jornal das Moças” entre os anos de 1914 e 1920- que eram um gênero literário que se difundiu juntamente com a imprensa após a Revolução Industrial no século XIX, tornando-se bastante popular entre os leitores e leitoras de periódicos. Com temáticas cada vez mais especializadas, para suprir demandas de um público-leitor cada vez mais politizado (PIRES, 2003, p. 2), os jornais se popularizaram rapidamente na Europa, bem como nos países com quem mantinham relações.

Com um Rio de Janeiro efervescente de construção de ideias e intento de urbanização, buscando incessantemente assemelhar-se às reformas ocorridas nas principais cidades inglesas e francesas, a capital almejava se mostrar moderna e civilizada (ABREU JUNIOR, 2012, p. 432). Para tanto, foram empregadas as reformas urbanas que reestruturaram a física da cidade e, conseqüentemente, a de seus habitantes. Ruas foram alargadas, pessoas retiradas de seus cortiços, com o objetivo de, a partir de um centro civilizado, ou seja, onde se instalaria a burguesia, organicamente essa visão de mundo se difundir pelo território da cidade.

Vinculado às reformas urbanas que mudaram o cotidiano do carioca, veio importado também, o projeto de educação higienista, o qual estabelecia condutas comportamentais destinada ao controle do convívio público e privado dos cidadãos (MEDEIROS, 2012, p. 66). Tendo em vista o “embelezamento social”, o projeto médico-higienista se mostrou como um dos alicerces para o fechamento da rachadura causada anos antes no que diz respeito à participação feminina na esfera pública.

No Brasil, a tipografia nacional enquadra-se como um agente mobilizador de ideias críticas, sociais e políticas. Contudo, gradativamente mais mulheres faziam parte de um grupo leitor, vendo ampliar o tipo de revista considerada “feminina”³, porém para esse grupo em específico, os periódicos serviam como dispositivos de entretenimento (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2016, p. 40), abordando temáticas que visavam suprir as demandas sociais de uma mulher burguesa idealizada, confinada ao lar e obediente ao marido.

Tendo em vista a importância da revista no cotidiano do Rio moderno, considera-se:

A imprensa é sempre um excelente objeto de estudo: em suas páginas, em suas imagens e em seus sons, conserva importantes aspectos de uma época, consegue nos revelar os costumes e as inquietações que mobilizavam as pessoas em períodos anteriores. A imprensa feminina de revista, sobretudo, se mostra bastante efetiva em conceder essas pistas para que seja possível entender, hoje, o comportamento feminino ao longo do tempo, atuando, em um sentido mais amplo, como meio de documentação da trajetória deste gênero na humanidade (LOBATO, 2013, p. 12).

Dessa forma, concebe-se uma imprensa sexuada baseada na potência do consumo feminino do novo sistema capitalista (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2016, p. 39), bem como da projeção de novos padrões de comportamento a essas leitoras e, dependendo do tema, poten-

3 Uma revista “feminina” concerne na especificidade do seu público consumidor, direcionado às mulheres, ao contrário de uma revista considerada “feminista”, cujo objetivo das publicações era a contestação dos papéis sociais das mulheres (FREIRE, 2006).

ciais escritoras. A escolha da crônica como fonte a ser analisada se origina da concepção partilhada sobre o gênero, que de acordo com a autora Poliana dos Santos:

Ela [a crônica] é designada como uma forma de linguagem de feitura solta, leve e aparentemente à toa; sua composição é marcada por certo descompromisso e humor. Flexível e heterogênea, ela nasce de um fato pequeno e circunstancial, e desemboca num tempo presente e cotidiano. Por tudo isso, esse gênero possui a capacidade de revelar, por meio da superfície, uma dimensão profunda da vida e das relações humanas (SANTOS, 2013, p. 2).

De origem francesa, a crônica foi especializada com uma capacidade de informar rapidamente sobre os acontecimentos que circundam a sociedade carioca em plena Belle Époque. Segundo Jefferson Cano (2005), esse novo gênero exercia uma dupla função social, a de divertir, e a de civilizar. O primeiro ofício é representado, pelo já citado aspecto desprendido de script, além do tom humorístico por vezes empregado, servindo ao país como distração motivadora no sentido de uma “cultura do desejo de ler”. Já o segundo, caracteriza a crônica como um meio pelo qual os cronistas traziam “à baila” questões políticas, literárias, filosóficas e artísticas, com o intuito de compor um quadro intelectualizado, na visão deles, aos novos republicanos.

Um dos locais em que essas crônicas foram difundidas foi na revista “Jornal das moças”⁴, produzida e publicada no Rio de Janeiro, e distribuída pelo território do país⁵ ao preço de 1\$000 réis, tendo inspirações nas revistas de variedades famosas da França. Não havendo uma regularidade sobre seus conteúdos e pautas, as crônicas preenchiam os espaços de publicação como “uma testemunha expressiva de determinadas estruturas sociais” (SANTOS, 2013, p. 1).

4 A edição do periódico era feita pela “Empreza Jornal das Moças – Menezes, Filho & C. Ltda”. Tendo como diretor Álvaro Menezes e Agostinho Menezes (ALMEIDA, 2008).

5 *Idem*. “Incluindo as capitais e um número considerável de cidades do interior de vários estados do país, tais como Acre, Amazonas, Alagoas, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Santa Catarina, Rio grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Bahia, Santa Catarina, Estado do Rio, Mato Grosso, Sergipe, entre outros.”

Cabendo então, de acordo com Chalhoub (2005), ao pesquisador “alinhar” esses pequenos fragmentos a fim de que as informações ali contidas façam sentido na História.

Os periódicos difundiam os princípios de civilidade⁶ a partir de discursos de poder que fixam os corpos das mulheres como frágeis, regulando sua função de ser apenas ao casamento seguido da maternidade, fabricando o ideal de feminilidade impresso em títulos como “A boa mãe de família”, “às moças”, “o ABC da mulher” e “Regras de bom tom”.

De acordo com Michel Foucault (1987), os corpos são avaliados como objetos de poder, assim como alvos de manipulações, treinos e modelações diante da sociedade, seguindo um conjunto de regulamentos que se manifestam por meio de uma vigilância auto sustentada/autogovernada, cujo objetivo é a formação corpos dóceis (capaz de serem submetidos, utilizados e transformados) e ao mesmo tempo úteis de acordo com os interesses de um grupo dominante. Para alcançar esse objetivo, as regularizações adentram no cotidiano do indivíduo, mecanizando a mais ínfima linguagem do corpo, construindo quadros, prescrevendo manobras, impondo exercícios e organizando táticas. A disciplina dos corpos “têm seu discurso próprio [...] alheio ao da lei, [...] vai trazer um discurso que será o da regra, não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma” (FOUCAULT, 1999, p. 45), proporcionando, assim, uma padronização dos comportamentos dessas mulheres.

Dessa forma, vê-se, por exemplo, em “A arte de ser elegante”⁷, uma coluna destinada a apresentar pequenos conselhos para mulheres, em aspectos que vão além do simples “banho cotidiano”, abrangem-

6 Considerando aqui, o conceito pensado por Norbert Elias (1939) de *civilité*, de que por meio do controle das ações dos corpos no meio social, a parcela considerada nobre, se diferencia do restante da população. Recorrendo a manuais de etiqueta atreladas a um conjunto de regras de comportamento a fim de desenvolver uma identidade individual para toda uma classe se sentir prestigiada diante os demais.

7 Ver em: *Jornal das moças. A arte da beleza*. 1915, ed. 18, p. 17; *Jornal das moças. A arte de ser elegante*. ed. 5, 1914, p. 9; *Jornal das moças. A estatura feminina*. ed. 45, 1916, p. 4; *Jornal das moças. A linguagem das luvas*. ed. 37, 1915, p. 17; *Jornal das moças. Às moças*. edição 39, 1915, p. 29; *Jornal das moças. Beleza e saúde*. ed. 43, 1916, p. 5; *Jornal das moças. Toucador*. 1919. ed. 231, p. 5.

do desde a forma que se penteia o cabelo à modulação vocal “desde que se habitue a falar quase baixo, docemente, sem veemência, nem precipitação, as cordas vocais descansam, a laringe descongestiona e a voz aproveita muito”⁸. Segundo Guacira Lopes Louro (2007) “tal pedagogia é muitas vezes sutil, discreta, contínua, mas quase sempre, eficiente e duradoura” (LOURO, 2007, p. 17), caracterizando-se como costumes naturais à determinado gênero, realizados já de modo involuntário por esses corpos.

De cunho bastante pessoal, essas crônicas eram escritas de forma que a leitora se sentisse próxima do (a) autor (a), criando um vínculo de amizade que aconselha, avisa e o mantém atento no que diz respeito às suas manifestações públicas (BEDRAN. 2011. P. 44). “**Amar** com todas as forças do seu coração; **Beijar** o homem que fôr seu marido; **Cerca-lo** de todos os carinhos [...] **Fazer-lhe** todas as vontades; **Gastar** o menos possível; **Honrar** seu nome [...]” (Jornal das Moças. 1914), como é possível notar no “ABC da mulher”, os conselhos destinados à mulher fazem com que ela esteja sujeita aos caprichos masculinos, seja no flirt, no noivado ou no casamento a advertência concerne em: “se souberdes esquecer e sacrificar vosso ‘eu’, se não possuídes um orgulho louco, desmedido e mal empregado, fácil vos será esta prova de bom juízo” (Jornal das moças. 1915, ed. 29, p. 8), tornando, assim, a mulher um ser diminuído pelo masculino.

O QUE SE ESPERA DELAS

“Ser bonita, aparecer bem, tai é o resumo nos deveres de muitas moças e senhoras casadas”

(Jornal das moças. ed. 43, 1916, p. 5).

A vaidade imposta enquanto pecado feminino, mostra-se como um dos aspectos mais paradoxais do ser-ou-não-ser das mulheres nas primeiras décadas do século XX. Em meio a um turbilhão de

8 Jornal das moças. A arte de ser elegante. Ivonne. 1914, p. 8. ed. 2.

ideias de culto à mulher⁹, espera-se que esta tenha uma vida direcionada a “nobre missão” da maternidade, pela qual está disposta a “trocar a vida e o sangue”¹⁰ por sua prole. Sendo preparada para essa missão desde a infância com a boneca, “sonhando, tagarelando, fazendo enxovaessinhos, fraldas, cueiros, a crença passa a ser moça, de moça passa a ser mulher. O primeiro filho é a continuação da última boneca” (*Jornal das moças*. ed. 44, 1916, p. 27), as senhoras acabavam por ter como principal ofício a criação e educação dos filhos¹¹.

A distribuição dos papéis tem a prescrição de uma economia em que a mulher deve obediência ao marido, respeito e fidelidade como valores morais, visto que “o objetivo das relações sexuais não deve estar na volúpia mas na procriação” (FOUCAULT, 1984, p. 129). Assim sendo, a organização familiar consistia na restrição da mulher honrada, ao âmbito doméstico, de acordo com Gonçalves (2006) como suprema realização, contando com a preocupação de médicos, políticos e juristas sobre as exigências higienistas e legais no que diz respeito à descendências legítimas dos filhos (de preferência homens), para assim usufruir do status de “cidadão de bem”, bem como a manutenção dos costumes patriarcais burgueses.

A “psychologia prática” de um decálogo das noivas¹² deixa a desejar em sua atuação prática da realidade. As crônicas que têm o intuito de aconselhar as jovens noivas sobre como transcorre o processo de escolha do noivo e os trâmites para o casório, enumeram exigências das quais a mulher deve abrir mão, a fim de conquistar seu candidato ou manter a paz dentro do novo lar, pois “a felicidade não se obtém senão à custa de esforços constantes e de sacrifícios silenciosos” (*Jornal das moças*. ed. 44, 1916, p. 17). Essa forma de controle sobre a mulher é mascarado pelo imaginário do esplêndido dia das núpcias, porém, para Solnit (2015) carac-

9 *Jornal das Moças*. O culto à mulher. ed. 113, 1917, p. 24.

10 *Jornal das moças*. ed. 104, 1917, p. 13.

11 *Jornal das Moças*. A boa mãe de família. 1916, ed. 46, p. 16.

12 *Jornal das moças*. ed. 23, 1915, p. 17.

teriza-se como um silenciamento, corroborando com ela, Inocência da Silva Galvão Neta afirma que, detectar essas formas de abusos justificadas socialmente “torna certos tipos de privações impostas às mulheres, naturais. No sentido de ser próprio da natureza feminina receber ordem, estar submissas etc. Elas são perfeitamente consideradas normais e, mais ainda, um direito masculino” (GALVÃO NETA, 2013, p. 111), ou seja, as mulheres têm anulado o poder de ação e comprime a liberdade de ser.

Além do papel de mãe ideal e esposa recatada, outro aspecto que compõe o quadro dos discursos representativos¹³ da elite nas crônicas é a configuração do flirt. É criada uma “cultura do namoro” pela qual a classe média estabelece um ritmo de aceitação familiar e social da(o) nova(o) ente na família, que segundo Martha Abreu (1989), fazem-se necessárias fases gradativas em que um conjunto de olhares e gestos podem significar interesse entre os namorados. Entretanto, em algumas crônicas percebe-se uma negativa às investidas por meio do flirt¹⁴, sendo este visto como problemático “entre les deux”¹⁵ para um enlace oficial organizado pela família. É importante lembrar o interesse social que, tanto uma relação arranjada como uma relação “por amor”, circulam pelas famílias burguesas, podendo afetar seu prestígio e reputação no meio social.

O QUE ELAS ESPERAM DELAS

“Em todas as instâncias, mulheres artistas e escritoras parecem estar mais perto de outros artistas e escritores de seu próprio período e perspectiva do que delas mesmas”
(NOCHLIN, 2016, p. 6).

13 Instrumento de um conhecimento mediato que se faz ver através de uma imagem (real ou simbólica) em que se percebe uma moral ou valor. CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Miraflores: Difusão editorial S.A. 2002.

14 Ver em: *Jornal das Moças. Às moças*. edição 39. p. 30. 1915; *Jornal das Moças. Entre les deux*. flirt. ed. 23. 1915. p. 22. *Jornal das Moças. O flirt*. ed. 38. 1915. p. 14. *Jornal das Moças. Um grande defeito*. o flirt. ed. 12. 1914. p. 14.

15 *Jornal das moças*. 1915 ed. 23. p. 15.

A leitura para a mulher do início do século XX ainda é um privilégio, quem dirá ser escritora renomada, porém seguindo a onda dos ideais modernistas, a formação feminina passou a ser mais recorrente entre as classes mais abastadas, tendo em vista o papel social da mulher de ser responsável pela educação dos filhos da pátria (GALVÃO NETA, 2013, p. 33). Segundo Nukácia “à mulher do novo século eram consentidas diversas leituras. Isso, entretanto, não significava que não houvesse preocupação com o que poderia chegar às mãos e aos olhos, principalmente, de moças solteiras” (ALMEIDA, 2008, p. 4), visto que agora, a mulher angariava uma parcela de responsabilidade pública.

Como meio de aproximação das leitoras, o *Jornal das Moças* era composto por publicações dos seus colunistas e textos, poemas, contos etc. enviados por suas leitoras, mesclando assim, a percepção de uma mulher não só consumidora de conteúdo, mas construtora do mesmo. Conforme afirma Guacira Lopes, “os sujeitos não estão só observando (como receptores), são participantes ativos na construção das suas identidades” (LOURO, 2007, p. 25), assim sendo, entende-se que as mesmas mulheres que liam a revista reproduziam nos seus escritos os mesmo ideais e valores morais presentes nas crônicas.

O que não significa que todo discurso disciplinar fosse levado ao pé da letra por todas as moças e senhoras leitoras e contribuidoras da revista. De acordo com o que foi visto anteriormente, a maioria das crônicas do periódico tinham por objetivo aconselhamento sobre relações amorosas e sociais no espaço público e privado, porém, nota-se uma significativa quantidade de escritos sobre questões de cunho político, como a guerra, o voto feminino, o feminismo, a educação formal, profissões das mulheres, as mulheres da cruz vermelha etc.¹⁶

16 Ver em: *Jornal das moças. A educação da mulher.* José Nery. ed. 42, p. 21. *Jornal das moças. Arrependimento tardio.* ed. 47, p. 12. 1. *Jornal das moças. Crônica sobre a cruz vermelha.* ed. 141. 1918, p. 11. *Jornal das moças. Discurso das professorandas - ceci.* ed. 47, p. 36, 1916. *Jornal das moças. Helena D. Nogueira.* 1915, ed. 39, p. 10. *Jornal das moças. Mulheres nobres na guerra.* M.R. ed. 54. p. 5. 1916. *Jornal das moças. O trabalho e a guerra.* M.R. 1916, ed. 48, p. 11. *Jornal das moças. A mulher e a política.* sem autor. ed. 317, p. 11, 1921.

O que infere afirmar que, a abertura desse canal de comunicação proporcionou que essas mulheres rompem os silêncios, os quais são contornados por meio da fala, no caso, da escrita, segundo Rebecca Solnit (2015), o silêncio não se configura apenas pela falta da fala, porém, seu rompimento se dá através dessa ação. Falar é aparecer, é mostrar que está ali, que existe alguém com polegares opostos e ligações sinápticas que a permitem criar frases coesas e pensar por si mesma.

Nas crônicas competentes a esse tópico, percebe-se que ao mesmo tempo em que há a reprodução dos dispositivos disciplinares, há também uma parcela de autonomia no que diz respeito à algumas das personagens que protagonizam as crônicas. As escritoras às dotam de defeitos, as tornam ativas, transgressoras de um ou outro valor moral em prol de si mesma, indo, pouco a pouco, de encontro com a idealização construída sobre elas.

O QUE SE CONCLUI SOBRE ELAS

“É preciso estudar os espaços femininos conquistados e não os prescritos, por isso em grande parte calados ou omitidos nos documentos escritos”.

(DIAS, 1983, p. 41).

A crônica que serviu de inspiração para o título desse trabalho é um simples diálogo entre um homem e uma mulher, no qual em algum momento surge a questão “Não desejas ser mulher?”¹⁷ seguida de uma negativa fervorosa. A personagem, Heloísa, então, passa a descrever seu cotidiano na condição de mulher moderna, lotada de roupas, impossibilitada de andar desacompanhada nas ruas, em ocasiões que tem “vontade de sair para a rua, gritar, como louca, que me deixem e não me assassinem” (Jornal das mo-

¹⁷ Jornal das moças. Não desejas ser mulher. 1915, ed. 39, p. 11.

ças. 1915. ed. 39. p. 11), deixando claro que nem mesmo ela gostaria de ser mulher naquelas condições e que mesmo com todos os argumentos apresentados, seu amigo não a entenderia, visto que ele, detém tudo aquilo de que ela é impedida.

Isto posto, em sua análise do Código do Bom-tom de Cônego José Inácio Roquete, a autora Andréa Lisly Gonçalves (2006) afirma que a literatura dessas crônicas-manuais construíram tratados que separavam os corpos femininos dos masculinos, moldando-os de tal forma que considerava-se cientificamente aprovado a formação de dos modelos de feminino e masculino, sendo este dotado de um grau mais alto na hierarquia social.

Assim como Heloisa, a primeira frase do trabalho traz a figura de Clarissa Dalloway, protagonista do romance *Mrs. Dalloway*, da escritora Virginia Woolf, cuja característica principal da sua personalidade é a de oferecer festas à alta burguesia inglesa numa tentativa de encobrir os silêncios que sente como uma mulher que deixou de ser *ela* para ser *dele*. Como personificação da patricia das primeiras décadas do século XX, Clarissa preenche todos os requisitos do *que se espera delas*, e foi por meio dessa pedagogia do corpo que ela se silenciou.

Os silêncios impostos às mulheres significa retirar delas sua capacidade de ação, de ser humana, por muito tempo o poder da palavra estava restrita à uma representação do outro (no caso, as mulheres) para o outro (o homem), construindo assim uma linearidade do que era estudado em história, com direção e sentido apontado exclusivamente para o homem. Destacar os silêncios que Solnit apresenta é, a grosso modo, perceber que ao longo da história, as mulheres são empurradas para uma definição extrema de privado, deixando de atuar explicitamente no meio público, local de exclusividade masculina. É também, ter ciência de que essas mulheres rompiam esses silêncios impostos, sempre em grupos, unindo suas vozes numa tentativa de ter o mínimo

de voz ativa em uma sociedade extremamente restritiva, do século XX, bem como uma sociedade negacionista como a do século XXI.

REFERÊNCIAS

- ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes. CARVALHO, Eliane Vianey de. O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10 n. 3, p. 427-451, nov. 2012.
- ALMEIDA, Nukácia Meyre Araújo de. **Jornal das moças**: leitura, civilidade e educação femininas (1932-1945). Tese (Doutorado em Educação Brasileira). Fortaleza: UFC, 2008.
- BEDRAN, Laura Martini. Cultura urbana, linguagem visual e publicidade nos tempos do Rio Moderno. **Intercom, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação [online]**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 37-53, jul./dez. 2011.
- CANO, Jefferson. Justiniano José da Rocha, cronista do desengano. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.
- CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.
- DIAS, Maria Odila. Mulheres sem história. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, p. 31-45, 1983.
- ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II**: O uso dos prazeres. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 20). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

GALVÃO NETA, Inocência da Silva. **Moças honradas, senhoras virtuosas e mulheres airadas**: registro de violência nas relações de gênero na imprensa e nos documentos judiciais no Recife nas décadas de 1920 e 1930. Recife: O autor, 2013.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GRECCA, Gabriela Bruschini. *Silêncio e silenciamento em “Mrs. Dalloway”, de Virginia Woolf*. **Revista Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 178-192, mar. 2018. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/8948/209209209676>. Acesso em: 02 mar. 2018.

LOBATO, Mayara Luma Maia. A trajetória do feminino na imprensa brasileira: o jornalismo de revista e a mulher do século XX. **Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia**, p. 1-14, 2013.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MEDEIROS, Ana Luzia. **A perspectiva da educação higienista no Jornal das Moças (1926)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Natal, RN: UFRN, 2012.

NOCHLIN, Linda. **Por que não houve grandes mulheres artistas?** São Paulo: Aurora, 2016.

OLIVEIRA, Nathalia Paulino. SILVEIRA, Fabrício José Nascimento Da. Mulheres cariocas e práticas de leitura nos anos de 1920: um estudo documental a partir das revistas FonFon e *Jornal das Moças*. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 2, p. 33-60, abr./jun. 2016.

PIRES, Maria Isabel Edom. A crônica como gênero mediador na formação/atuação do intelectual brasileiro no entresséculo XIX-XX. **Diálogos Latinoamericanos**, n. 8, p. 40-48, 2003.

SANTOS, Poliana. O historiador e o cronista: um diálogo sobre o tempo e o cotidiano. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, p. 1-11, 2013.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WOOLF, Virginia. **Mrs. Dalloway**. London: England, 1925.

Sensibilidades na Amazônia Negra

O casamento entre escravos em Belém do século XIX

Ruan Souza dos Santos¹

José Maia Bezerra Neto²

INTRODUÇÃO

No início do século XIX, a chegada dos africanos nas capitanias mudou em todos os aspectos o cenário da escravidão. No Grão-Pará, não foi diferente, já que políticas foram adotadas para incentivar o tráfico nesta capitania e promover a escravidão – como demonstra um decreto do início do século XIX³. Barbará Palha (2011) descreve como os escravos que chegavam em Belém, foram testemunhas e atores em diversos processos políticos, econômicos e sociais.

Os escravos que chegaram a Belém e permaneceram nesta cidade, entre os anos de 1810 e 1850, visto que a cidade era também centro distribuidor da mão de obra escrava, foram testemunhas e atores em diversos processos políticos,

-
- 1 Graduando no curso de História na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ruan.ufpa@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2473659811568481>.
 - 2 Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA), pesquisador do CNPq.
 - 3 PORTUGAL. [Decreto isentando de direitos os escravos transportados de Angola para o Pará]. Lisboa, Portugal: s.n., 1798?. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or89_5_6n43.jpg. Acesso em: 7 dez. 2019.

econômicos e sociais. Viram a cidade se agitar e florescer economicamente, a partir de 1810, com a importação e exportação de diversos produtos nacionais e estrangeiros. Mantiveram-se na expectativa de serem libertos por uma lei da abolição que não veio com a independência. Participaram diretamente no movimento social da Cabanagem, entre 1835 e 1840, levantando como bandeira a liberdade, ainda que restrita, que também não veio. E ainda estiveram envolvidos pelas malhas do tráfico ilegal, assim caracterizado a partir das leis de 1815 e 1831, que o tornou parcial ou totalmente proibido (PALHA, 2011, p. 18).

Nesse cenário, estudos historiográficos foram desenvolvidos sobre o processo de escravidão no Grão-Pará, destinados a investigar o contingente de cativos africanos que chegavam em Belém, quantitativo que representava 35% da população na segunda metade do século XVIII (BEZERRA NETO, 2011). Segundo Vicente Salles (2015, p. 26), “Não se pode considerar desprezível a contribuição cultural africana na Amazônia. Essa contribuição se manifesta nos folguedos populares, na culinária, no vocabulário, enfim nos vários aspectos do folclore regional”.

A partir do levantamento e da leitura feita em trabalhos de pesquisadores como Palha (2011), Salles (2015) e Bezerra Neto (2011) e do amplo acervo de fontes cível, eclesiásticas, nota-se que estudar o processo de escravidão na sociedade paraense é necessário, especialmente algumas problemáticas desse processo, que podem ser estudadas com mais exatidão, partindo da percepção dos escravos como atores sociais.

É o caso dos matrimônios entre cativos negros, em uma perspectiva da subjetividade dos desejos – independente do poder senhorial e das normas eclesiásticas que foram oficializadas na segunda metade do século XIX (O APÓSTOLO, 1885), mas que já tinham um papel importante na decisão dos senhores ao permitir o casamento entre escravos (LOPES, 2013). A pesquisa parte dessa inquietação, com um recorte de 1800 a 1830 para estudar os escravos negros como personagens históricos e que contraíram matrimônio na capital amazônica.

Para fazer a abordagem dessa temática é importante lembrar que o casamento na primeira metade do oitocentos constituía uma concepção de amparo do futuro da mulher, que precisava de um homem para controlar sua vida, tanto doméstica quanto educacional, como apontou Sousa (2011) em um estudo sobre as educandas em Belém, no século XIX.

O dote foi uma das medidas regulamentadas para prevenir o futuro das meninas que tinham de sair ao completar 18 anos. Arranjar um marido e poder constituir uma família parecia ser o melhor caminho, pois a preocupação maior se encontrava na necessidade de arranjar alguém para ampará-las. Dessa forma, o casamento, dentro da concepção da época, representava a possibilidade de um futuro seguro (SOUSA, 2011, p. 230).

Na historiografia brasileira, as narrativas sobre casamentos entre escravos negros ganharam força a partir da década de 1990, com trabalhos que foram além dos cenários obscuros que existem acerca da senzala e ao quadro de “promiscuidade”, imaginário que perdurou/perdura por um longo período na sociedade, conforme aponta Slenes (1999) ao estudar a formação da família escrava no sudeste brasileiro no século XIX. “No Brasil, as representações da vida íntima na senzala permaneceram quase constantes, desde antes da abolição até a década de 1970. Constavam-se, em todo o período, sombrias cenas de promiscuidade sexual, uniões conjugais instáveis, filhos crescendo sem a presença paterna” (SLENES, 1999, p. 29).

Por isso a necessidade de falar de casamento como um contrato não só como fomentador de alianças econômicas entre a elite branca monopolistas paraenses, mas também meio de trocas entre escravos que possuíam seus próprios desejos e identidades culturais. Por esse motivo, é possível constatar que o movimento nos cativeiros era duplo, primeiramente pelo fato dos laços de solidariedade permitirem aos escravos de se organizarem, estabelecendo configurações de parentescos

com seus conterrâneos livre do controle senhoril. Por outro lado, os senhores semeavam a permissividade para evitar qualquer revolta organizada dos cativos que se sentissem proibidos de manterem relações de vida na senzala e exercerem um poder de controle sem precisar da força física, segundo o que aponta Lopes (2013).

Um escravo com mulher e filho dificilmente se envolveriam em desavenças, promoveriam ou compactuariam com rebeliões dentro do cativeiro. Impossível não pensar que os vastos campos abertos em que os escravos trabalhavam, muitas vezes, até mesmo a cavalo não lhes fosse em demasia sedutor e propício a fugas. O casamento escravo significava, sem dúvida, para os senhores um ganho aceitável. A recompensa poderia vir, muitas vezes, em dedicação e bons serviços prestados. Por outro lado, vemos que apesar de todas essas vantagens a resistência dos senhores em levar seus escravos para se casarem na igreja devia-se a elaboração de leis eclesiásticas contra a separação de casais escravos e de seus filhos (LOPES, 2013, p. 2).

Este trabalho tem como objetivo principal observar o mundo sensorial não só pelo lado da fisiologia, mas também pela orientação cultural envolvida nas relações amorosas e matrimoniais estabelecidas entre cativos, contribuindo para a desmistificação da senzala como um espaço de promiscuidade e meio social apenas de ganhos econômicos pelos senhores, isto é, pensar os membros da família escrava como sujeitos históricos que possuíram, também, como forma de luta contra o sistema escravista – amor e sentidos.

O foco da discussão não é a igreja e o senhor de escravos como os agentes de controle dos desejos dos cativos em relação à formação de laços matrimoniais, mas verificar a perspectiva do desejo e sentidos nos casamentos dos cativos a partir de uma análise histórico antropológica. Mesmo que a família escrava tenha sido uma maneira dos senhores controlarem o medo dos cativos de perderem seus laços de parentesco, Slenes (1999) nos lembra que isto não foi o suficiente para tornar os escravos emocionalmente privados de desejar uma relação, através apenas dos sentimentos, e que fosse além da concepção do casamento escravo apenas como forma de resistência às medidas

advindas da casa grande, medidas essas que acabavam por desmembrar grandes núcleos familiares de cativos. Embora o movimento na senzala seja duplo em relação aos tipos de formação de laços de parentesco, é preciso mostrar essa composição do cativo em sua singularidade, por meio dos sentidos e da organização dos cativos, em uma abordagem ainda pouco explorada pela História da Escravidão.

O percurso metodológico para a realização deste trabalho inclui a pesquisa bibliográfica de autores que perpassam pela temática; leitura de inventários existentes no Centro de Memória da Amazônia (CMA), que são documentos necessários para identificar alguns dos casamentos e registros de matrimônio da paróquia Santa Anna, para analisar a origem de alguns escravos e fazer um cruzamento de fontes, tendo em vista que é possível encontrar informações que não podem ser identificadas em inventários. Esta pesquisa faz parte de um levantamento maior, ainda em andamento, por isso os resultados apresentados ainda são preliminares, mas permitiram responder a problemática levantada: a categoria comum de subalternos foi suficiente para os cativos se casarem na Belém do século XIX?

MATRIMÔNIO, SENSIBILIDADES E IDENTIDADES

A ausência de dados precisos em relação a taxa de nupcialidade de cativas paraenses na região central de Belém, na segunda metade do século XIX, em relação a outras regiões, pode ser entendida como uma diferença socioeconômica entre as localidades analisadas pelo Recenseamento de 1872, como explica Barroso (2017) ao verificar que existe uma maior precisão para São Paulo e Bahia. O autor aponta que o arranjo matrimonial envolvendo pelo menos um (a) cônjuge escravo é maior - tanto na freguesia de Santana quanto na freguesia da Sé - naqueles em que ambos nubentes são cativos.

Nesse sentido, embora o cativo representasse um mesmo tronco social, não ficou isento da diversidade de culturas e identidades, conforme apontou o antropólogo Lévi-Strauss (1980) em seu ensaio

intitulado “Raça e História”. Por essa razão, em se tratando de um espaço com a presença de vários grupos étnicos, o debate a respeito dos sentidos torna-se importante, como mostra a pesquisa feita por Manolo Florentino e Roberto Góes (2017), que a partir de um levantamento documental, conseguiram observar questões sobre a escolha dos parceiros por esses cativos.

A seletividade na escolha dos parceiros significava uma opção preferencial por iguais, isto é, exprimia um duplo e simultâneo movimento de constituição e de recusa do outro. Sob a reiteração desse arranjo matrimonial é possível perceber a produção recorrente do dessemelhante, do estrangeiro. O status comum de escravos não era suficiente para aparar as arestas entre uns e outros (FLORENTINO; GÓES, 2017, p. 30).

Ainda que, o movimento duplo aponte para as organizações dos núcleos familiares de trocas entre os cativos, seja por laços de solidariedade criados pelos próprios escravos ou permissividade dos senhores, neste trabalho a abordagem é sobre os escravos enquanto sujeitos históricos. Levando-se em consideração esses aspectos, não podemos resumir essas trocas de sensorialidade a números demográficos realizados no período analisado, visto que as diferenças identitárias entre os grupos de escravos: crioulos, africanos e os chamados ladinos, fomentavam as diferenças étnicas, refletindo nos matrimônios, posto que esses sujeitos históricos portavam suas individualidades e subjetividades. Mary Del Priore (2006) em seu livro “História do Amor no Brasil”, lembra que o ato de amar é singularizar e um problema de ordem sensível.

Amar é antes selecionar o eleito do coração. E notar, é colocar a parte, é singularizar. Um, ou uma, entre todos. Um rosto, um nome. Isso implica a seleção que entroniza o objeto como excepcional. O eleito é distinto: superior como um rei ou distante como uma estrela. O amor, dirá finalmente alguém, é um problema de vida, de ordem

sensível, de estética e poética, não de conceitos (DEL PRIORE, 2006, p. 9).

Florentino e Góes (2017, p. 29) citam em seu trabalho, um diálogo retirado da obra de Saint-Hilaire (1975) com um escravo que ao perguntar se este era casado, e o africano respondeu:

Não: mas vou me casar dentro de pouco tempo; quando se fica assim, sempre só, o coração não vive satisfeito. Meu senhor me ofereceu primeiro uma crioula, mas não a quero mais: as crioulas desprezam os negros da costa. Vou me casar com outra mulher que a minha senhora acaba de comprar, essa é da minha terra e fala minha língua (SAINT-HILAIRE, 1975 *apud* FLORENTINO; GÓES, 2017, p. 29).

Por meio dos registros de casamento e inventários, foi possível verificar alguns desses apontamentos, feitos pelos autores citados, e perceber que a questão cultural é decisiva para os desejos dos cativos nubentes, como aponta David Le Breton (2016, p. 14) “A antropologia dos sentidos repousa sobre a ideia de que as percepções sensoriais não dependem somente de uma fisiologia, mas em primeiro lugar de uma orientação cultural deixando uma margem à sensibilidade individual”. Portanto, o cativo demonstra que, embora, cativos de etnias diferentes tivessem que conviver em um espaço compartilhado de sobrevivência, aspectos residuais da cultura identitária desses sujeitos históricos em cena, foram um fator de grande importância para a construção de sentimentos íntimos, particulares e coletivos.

ESCRAVOS DOMÉSTICOS E A ESCOLHA DOS CÔNJUGES

Para discutir a respeito dos casamentos analisados nas fontes, é preciso primeiramente fazer uma diferenciação entre escravos domésticos e rurais. De um lado os primeiros tinham uma possibilidade maior de manter um casamento estável por mais tempo, por conta de demonstrarem maior importância doméstica e construí-

rem laços de confiança com os senhores. Por outro lado, os escravos rurais, tinham menores chances de manterem laços familiares pelo matrimônio, pois sua principal função eram os trabalhos braçais, como relata Florentino e Góes (2017, p. 90).

Uma vez inseridos como profissionais na morada senhorial, os cativos encontrarão elementos pedagógicos (práticas, conhecimento, educação) para que entre eles se estabeleçam laços mais condizentes com as morais religiosas e laica. Assim, e por oposição aos do eito, os escravos domésticos poderão até se alfabetizar, mas deles se exigirá serem sempre batizados. Eles também verão aumentar sua autonomia na escolha dos futuros cônjuges, aos quais se ligarão de acordo com os preceitos eclesiásticos aceitos, com as famílias que a partir daí surgirem não estando sujeitas a separação (FLORENTINO; GÓES, 2017, p. 90).

Como se trata de uma pesquisa em andamento, ainda não foi possível concluir um levantamento significativo de registros de batismo, para cruzar com os registros de casamentos, e confirmar que todos os cativos (as) nubentes eram batizados. Todavia, quando comparamos informações dos inventários e os registros de casamentos, identificamos essa análise dos autores, pois em alguns inventários, encontramos cativas que tiveram filhas (os) e não consta que eram casadas. Porém, como informação relevante, podemos encontrar questões ligadas à saúde dessas mães, descritos nos inventários como “doentes”, normalmente na mão, como no caso da cativa Domingas, de 30 anos de idade, que nas informações de venda do inventário de Francisco José Nunes Caldeira do ano de 1810, é descrita como doente das mãos. Podemos subentender que sua doença pode ter sido oriunda de muito trabalho manual, logo, sua ocupação era fora da casa grande. Além disso, consta que a escrava não tinha marido, mas tinha duas filhas, com nomes de Faustina e Custodia. É importante acrescentar também que no mesmo inventário foi identificada outra crioula, com nome de Catharina, 40 anos de idade, descrita tendo como filhos (as): Martinho, Gregório, Ivana e Maria. Pelo fato de Catharina não ter marido e sobrenome, mas possuir filhos, acreditamos

que não fosse escrava doméstica também, e se essas cativas foram casadas, é possível que seus cônjuges tenham sido vendidos, ou fugido, Palha (2011) cita o que destacou Carvalho (1998) ao dizer que o controle contra cativas poderia ser exercido através da maternidade, ao contrário dos homens que, conseqüentemente fugiam mais.

Por outro lado, encontramos no inventário José Joaquim Cordeiro, um casamento entre os nubentes Francisco Manellino e Ivana da Conceição, que tiveram como filha Manoela Antonia e uma escrava solteira por nome de Maria do Carmo da nação Benguela. Em um primeiro aspecto, podemos detectar que todos os escravos presentes no inventário possuem sobrenome, nesse sentido, fazendo uma análise a partir dos estudos de Florentino e Góes (2017), podemos subentender também que todos foram batizados e, por isso, os escravos que aparecem como casados, puderam manter uma relação estável e constituir uma família, logo, muito provavelmente eram todos cativos domésticos. Além disso, todos os cativos citados, no ato da venda, não apresentavam nenhum problema de saúde ou doença nas mãos.

No inventário de João Soares da Costa do ano de 1811, foi encontrada também, uma “Molata”, solteira, 24 anos de idade, com sobrenome, sem marido e sem filhos, com nome de Rita Raimunda. Porém, nas informações da sua venda, consta que a ocupação da cativa era de costureira, o que nos faz subentender então que, mesmo que Rita fosse uma cativa doméstica com autonomia para escolher seu cônjuge, não o fez, porque exercia uma função mais importante dentro do funcionamento da Casa Grande.

CASAMENTO: ORIENTAÇÃO CULTURAL NAS RELAÇÕES AMOROSAS DOS CATIVOS

Maria Firmina dos Reis (2018), primeira mulher negra a publicar um romance e considerada a fundadora da literatura abolicionista,

exprime bem o compromisso que deveríamos ter com aqueles que foram escravizados, mas também atores históricos com voz e ações, aspecto identificado por meio da reflexão de Túlio, um escravo dentro da obra, sobre os sentidos da escravidão e seus limites.

[...] Oh! A mente! Isso sim ninguém a pode escravizar! Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê os areais sem fim da pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando o sol requeima e o vento sopra quente e abrasador: vê a tamareira benéfica junto à fonte, que lhe amacia a garganta ressequida: vê a cabana onde nascera, e onde livre vivera! Desperta porém em breve dessa doce ilusão, ou antes sonho em que se engolfara, e a realidade opressora lhe aparece - é escravo e escravo em terra estranha! Fogem-lhe os areais ardentes, as sombras projetadas pelas arvores, o oásis no deserto, a fonte e a tamareira - foge a tranquilidade da choupana, foge a doce ilusão de um momento, como ilha movediça; porque a alma está encerrada nas prisões do corpo! Ela chama-o para a realidade, chorando, e o seu choro, só Deus compreende! Ela, não se pode dobrar, nem lhe pesam as cadeias da escravidão; porque é sempre livre, mas o corpo geme, e ela sofre, e chora; porque está ligada a ele na vida por laços estreitos e misteriosos (REIS, 2018, p. 41).

Em conformidade com o que foi citado, é possível compreender que a vida concreta dos cativos não pode ser entendida de forma despreendida dos sentidos, como Slenes (1999) observou, ao estudar família escrava no sudeste brasileiro no século XIX, entendendo que os ganhos emocionais e psicológicos que a família escrava proporcionava aos escravos, não poderiam ser compreendidos separados da vida concreta e cultural.

Nos registros de casamento lidos em microfilmagens no site do Family Search, foi possível encontrar alguns casamentos entre escravos negros, e também casamentos entre cativos (as) e libertas (os), e compreender aspectos residuais da cultura identitária. Apesar disso, podemos pensar as duas formas de casamento, como sendo socialmente entendidas como contratos que não são

muito distantes um do outro, pois a situação de ser liberto na sociedade paraense, não diverge completamente da situação de escravo, conforme Salles (2015) pontuou em seu livro “O Negro na Formação da Sociedade Paraense”.

A simples condição de “liberto” nunca representou, para o índio e por vezes para o negro, situação mais favorável. Ao contrário dos escravos, os libertos estavam jogados à própria sorte. Eram índios destribilizados e negros que, duma forma ou doutra, haviam escapado do cativo. Concentravam-se de preferência nas cercanias das cidades e aí formavam parcela considerável da população (SALLES, 2015, p. 26).

Salles (2015, p. 26) aproveita para destacar uma citação de Wallace (1939) de que a situação dos libertos era tão marginalizada socialmente, que se podia dizer: “Mais vale ser escravo do que do que viver como vivem muitos homens livres” (WALLACE, 1939 *apud* SALLES, 2015, p. 26). Em função disso, não só as fontes a respeito do casamento entre escravos e libertas, mas também principalmente os registros de casamentos entre escravos, na qual são o foco dessa discussão, nos permitem, até certo ponto, subentender que o fator cultural foi sim decisivo nas relações amorosas, no momento de escolher um cônjuge, recorrendo aos sentidos.

É o caso dos casamentos de um mulato chamado Benedito Antonio, filho da cafusa Geralda Maria da Conceição e de pai incógnito, que se casou com a cafuza liberta Rymunda Maria, filha da índia Bernanda Maria, e do mulato Athanazio Gregorio, que se casou com Izabel Catharina da nação de Moçambique, segundo as informações contidas no registro de casamento. Também é possível mencionar o casamento entre o preto Miguel Antonio da nação de Angola, com Theresa Maria, que por não constar sua nação, pressupomos que possa ser crioula, tendo em visto que nos registros é citado quando o cativo tem uma origem diferente da brasileira.

Slenes (1999) ressalta que, nos trabalhos mais recentes, a concepção de parentesco alcançou mais uma generalização — aspecto de grande importância para as diversas etnias que vieram para o Brasil — de que o conceito de linhagem para a África Central é um conceito cultural mais profundo que sua maneira de explicá-lo. Etnias situadas socialmente através do pai, mãe ou ambos⁴, ao encontrar-se com outros indivíduos diferentes, estariam dispostas a mudar a maneira de definir suas linhagens para definir uma herança cultural, enfocando nos valores.

Podemos supor que os africanos trazidos ao Sudeste do Brasil, apesar da separação radical de suas sociedades de origem, teriam lutado com uma determinação ferrenha para organizar suas vidas, na medida do possível, de acordo com a gramática (profunda) da família-linhagem. Encontrando, ou forjando, condições mínimas para manter grupos estáveis no tempo, sua tendência teria sido de empenhar-se na formação de novas famílias conjugais, famílias extensas e grupos de parentesco ancorados no tempo (SLENES, 1999, p. 147).

Verificando casamentos entre cativos de mesma cultura e de culturas diferentes, é possível compreender também, conforme Slenes (1999), que em Belém, assim como no sudeste brasileiro, os casamentos entre cativos refletem uma tentativa de mudar a definição de linhagens, definir uma herança cultural, valores culturais e procurar uma “gramática de parentesco” comum, não dando tanta importância para as formas socioculturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na leitura das fontes selecionadas para o presente trabalho, muitas informações foram encontradas, mesmo com a deterioração de alguns inventários da primeira metade do século XIX, registros de

4 Culturas que situam socialmente os indivíduos através do pai, mãe ou ambos. São conhecidas, respectivamente, como culturas patrilineares, matrilineares ou bilateral.

casamentos e alguns periódicos que foram consultados também, as possibilidades de pesquisas sobre a escravidão na Belém desse período, são imensuráveis.

Ainda assim, mesmo com o breve levantamento de fontes, foi possível alcançar alguns resultados preliminares e o objetivo até aqui proposto, de compreender os cativos negros de uma Belém do século XIX, pela orientação cultural envolvida nas relações amorosas e matrimoniais estabelecidas, enquanto atores sociais que tinham desejos e sentidos na escolha dos seus cônjuges, independente do poder senhorial e da igreja.

Além disso, responder a problemática proposta “A categoria comum de subalternos foi suficiente para os cativos se casarem na Belém do século XIX?”, se chegou à conclusão que independentemente da situação de opressão comum dos cativos em Belém, na primeira metade do século XIX, isso não foi suficiente para a formação de enlaces, mas a orientação cultural nas relações amorosas foi fundamental. Essa verificação só foi possível devido ao cruzamento de bibliografia e as fontes investigadas na pesquisa, pois coincidente ao que Florentino e Góes (2017) disseram sobre os laços matrimoniais serem uma escolha autônoma pelos cativos domésticos, apenas depois de batizados, podemos considerar que os casamentos entre escravos negros de nações diferentes foram de escolha dos cativos enquanto atores sociais, assim como os de cativos da mesma nação.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (sécs. XVII-XIX)**. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2011.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2. Ed. — São Paulo: Contexto, 2006.

FLORENTINO, MANOLO; GÓES, J. R. **A Paz das Senzalas (Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850)**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2017. v. 1. 2011p.

LE BRETON, D. **Antropologia dos Sentidos**. Tradução Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. 3ª Edição. Lisboa: Presença, 1980.

LOPES, Michele Soares. Sob as bênçãos da Igreja: casamento de escravos no sertão seridoense. 2013. **XXVII Simpósio Nacional de História- ANPUH**.

PALHA, Bárbara da Fonseca. **Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)**. 2011. 162 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Belém: UFPA, 2011.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.

SALLES, Vicente. **O Negro na Formação da Sociedade Paraense**. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2015.

SAINT-HILAIRE, August. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1975.

SLENES, Robert Wayne Andrew. **Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)**. Rio de Janeiro - RJ: Nova Fronteira, 1999.

SOUSA, C. M. P. **Casa das Educandas ou Recolhimento das Educandas: instituição para meninas desvalidas no Pará**. Revista HISTEDBR On-line, v. 11, p. 224-234, 2011.

WALLACE, Alfredo Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Trad. de Orlando Torres. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

FONTES

PORTUGAL. [**Decreto isentando de direitos os escravos transportados de Angola para o Pará**]. Lisboa, Portugal: s.n., 1798?. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or89_5_6n43.jpg. Acesso em: 7 dez. 2019.

O APÓSTOLO. Ano XX, fasc. 8, 25 jan. 1885. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=3047. Acesso em: 6 dez. 2019.

- **Inventários post-mortem:**

Centro de Memória da Amazônia

2ª Vara Cível (Cartório Odon) – 1810-1811

- **Registros de Casamento**

Family Search

A invenção da mulher medieval e a representação do feminino no fabliau *Os quatro desejos de São Martinho*

Edinaldo Gonçalves Nunes Junior¹

Francisco Dênis Melo²

PREÂMBULO

Este mundo, que sempre pertenceu aos homens, conserva ainda a forma que eles lhe imprimiram (BEAUVOIR, 2016, p. 504).

A frase em epígrafe traz a lume a importância de discutirmos os processos históricos, discursivos e simbólicos que ainda são influentes no nosso tempo. Há uma gama diversificada de representações em torno da persona feminina que buscam restringi-la, dominá-la, que tentam torná-las sujeitos despidos de emancipação, de liberdade. Essas mentalidades possuem raízes profundas. Os discursos estão em cons-

-
- 1 Graduando do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, membro do Grupo de Estudos em Residualidade Antigo-Medieval - GERAM (Disponível em: <https://geram-uva.wixsite.com/geram>) e integrante do Programa de Educação Tutorial - PET do curso de História da UVA. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6870321952542282>. Correio eletrônico: jr.legionario@gmail.com.
 - 2 Licenciado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (1996) e Mestre em História do Brasil – pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Doutorado em História, na Linha de Pesquisa Cultura e Memória, da Universidade Federal de Pernambuco (2013). Atualmente, é professor no curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

tante atrito, em movimento pendular. É necessário, pois, uma postura de embate. As conquistas de outrora clamam pelas vindouras.

Neste trabalho, iremos analisar a representação do feminino no *fabliau Os quatro desejos de São Martinho*³, obra medieval produzida por volta dos séculos XIII e XIV. Para tal, realizamos uma análise em uma perspectiva ampla com o fito de compreender o seu local social de produção, as influências, mentalidades, dispositivos e discursos que a influenciaram. Assim, não nos restringimos apenas à análise do aludido *fabliaux*. Nossa intenção é compreender o longo processo de invenção da mulher no período medieval.

OS FABLIAUX

Antes de iniciarmos a análise do *fabliau Os quatro desejos de São Martinho*, é preciso compreender algumas características da literatura do período, especialmente, dos *fabliaux*. Como salienta Scott (1995), os *fabliaux* possuem semelhanças com outros tipos de literatura do período, o que dificulta sua classificação. A autora destaca que a maior parte dos *fabliaux* é composta por narrativas curtas, com temas diversos e, corriqueiramente, fazem uma justaposição entre o sagrado e o profano, entre o religioso e o vulgar. Tal atributo, como veremos, está presente no nosso objeto de estudo.

Nos capítulos iniciais do livro *Pequenas Fábulas Medievais: fabliaux dos séculos XIII e XIV*, Scott (1995) aponta uma série de problemáticas bastantes interessantes sobre esse tipo de literatura. É imprescindível trazê-las a lume:

[A obra de Joseph Bédier] tomando como ponto de partida a idéia de que “uma época é responsável pelos escritos com os quais se divertiu, mesmo que não os tenha inventado” [...] o *fabliaux* não é mais *documento histórico*, nem o resto de uma outra literatura; é representativo de uma

3 MR V, cxxxiii, 201, nota extraída da obra *Pequenas Fábulas Medievais: Fabliaux dos séculos XIII e XIV*.

determinada mente [...] [os *fabliaux*] opõem-se na literatura medieval: uma corrente cortês, representada pelos romances da Távola Redonda; e uma corrente burguesa, da qual o fabliau e o *Roman de Reman Renart* fariam parte. A mesma oposição se repetiria em termos de públicos. “Entre um burguês do século XIII e uma barão existe precisamente a mesma distância que entre um *fabliau* e uma nobre lenda aventureosa...: aqui a poesia do castelo, lá a das ruas apinhadas” (SCOTT, 1995, p. XXII).

Devemos ressaltar a relação profunda que a literatura tem com sua época. Ela é produto de seu tempo. Ou seja, traz consigo aspectos importantes das mentalidades do período, uma vez que em seus traços, em seus versos são capturados os interesses, os embates, as tensões e os preconceitos que orbitavam a mente do autor. É importante frisar que a massa consumidora dessa literatura é a população citadina da Baixa Idade Média, ou melhor, as “ruas apinhadas”.

Por sua vez, como salienta Scott (1995, p. XXIII):

[Per Nykrog] considera que “é impossível separar o *fabliau* e os meios cortesês. Neles o *fabliaux* encontra seu público, reflete as idéias literárias e sociais que lhes são próprias. Muito amiúde sua face cômica pressupõe por parte dos ouvintes um conhecimento bastante bom da literatura especificamente cortês”. [Segundo Scott,] Nykrog vê o *fabliaux* como um gênero cortês burlesco que sistematicamente iria em sentido inverso aos valores cortesês. [...]. Na verdade, o *fabliau* é o meio cortês divertindo-se à custa das classes inferiores.

Destarte, apesar dos *fabliaux* serem antagônicos aos valores cortesês, eles seriam produto desse meio social, com forte influência burlesca. Ele defende que os *fabliaux* são uma literatura que propõem divertimento à custa das classes inferiores. De qualquer forma, sejam ou não os *fabliaux* uma literatura de corte, sua intenção é tornar motivo de riso as condutas narradas. Os *fabliaux* para tecerem sua ácida crítica integram ao seu *modus operandi* o poder do risível.

Antes de findarmos, por hora, a discussão em torno dos *fabliaux*, é importante delimitar o período de circulação dessa literatura na Idade Média. Segundo o historiador medievalista José Rivair Macedo (1999), os primeiros *fabliaux* surgiram no século XII e os últimos datam da primeira parte do século XIV, esse gênero literário, tipicamente urbano, possui características profundamente misóginas. Em discussões vindouras, voltaremos a abordar esse aspecto da obra.

AS MULHERES MEDIEVAIS

A mulher medieval é uma invenção. É uma representação forjada para servir aos anseios dos homens. Eles criaram-na para enaltecerem-se. Ela é, pois, uma criação, fruto do medo masculino. É o que destaca Duby (2011, p. 7) em *Idade Média, Idade dos homens*:

Essa Idade Média é resolutamente masculina. Pois todos os relatos que chegaram até mim e me informaram vêm dos homens, convencidos da superioridade do seu sexo. Só as vozes deles chegaram até a mim. No entanto, eu os ouço falar antes de tudo de seu desejo e, conseqüentemente, das mulheres. Eles têm medo delas e, para se tranquilizarem, elas as desprezam.

Na obra *História do medo no Ocidente*, o historiador Jean Delumeau (2009, p. 468) demonstra-nos a genealogia desse medo, os meios pelos quais a mulheres há milênios são acusadas:

pelo outro sexo de ter introduzido o mal na terra, o pecado, a desgraça e a morte. Pandora grega ou Eva judaica, ela cometeu a falta original ao abrir a urna que continha todos os males ou comer o fruto proibido. O homem procurou um responsável para o sofrimento, para o malogro, para o desaparecimento do paraíso terrestre, e encontrou a mulher.

Para Delumeau (2009), o medo da mulher não é uma criação cristã, mas “é verdade que o cristianismo muito cedo o integrou e em seguida agitou esse espantinho até o limiar do século XX”. Ainda segundo o historiador, foi Santo Agostinho que conseguiu conciliar o anti-feminismo com os ditames evangélicos que pregavam a igual dignidade do homem e da mulher, vejamos:

Santo Agostinho consegue isso graças a uma surpreendente distinção: todo ser humano, declara ele, tem uma alma espiritual assexuada e um corpo sexuado. No indivíduo masculino, o corpo reflete a alma, o que não é o caso da mulher. O homem é, portanto, plenamente imagem de Deus, mas não a mulher, que só é por sua alma e cujo corpo construiu um obstáculo permanente ao exercício de sua razão. Inferior ao homem, a mulher deve então ser-lhe submissa (DELUMEAU, 2009, p. 472).

O discurso de Santo Agostinho claramente fundamenta o dever da submissão feminina ao caráter imperfeito do seu corpo. Há, pois, uma impossibilidade natural da mulher ser um sujeito emancipado e racional. O corpo feminino não espelha a perfeição divina. Dessa forma, criou-se uma justificativa para a eterna inferioridade feminina. A Idade Média foi palco para a reiteração de discursos e medos antigos⁴ “em uma medida bastante ampla, somou, racionalizou e aumentou as queixas misóginas recebidas das tradições de que era herdeira” (DELUMEAU, 2009, p. 473).

O surgimento do pecado no mundo foi um dos mais difundidos discursos medievais cuja influência se estendeu a uma gama enorme de outras literaturas de massa. Todo um universo de mentalidades foi reiterado a partir dessa narrativa. Devemos salientar que o pecado é produto da ação do mal que recai sobre o corpo frágil, ou seja,

4 O historiador Jean Delumeau em *História do Medo no Ocidente* dedica parte importante de sua obra na discussão da história do medo da mulher no ocidente. Faz uma interessante abordagem sobre várias narrativas entre elas uma série de citações de obras importantes de obras e pregações de figuras influentes no período medieval, tais como: Santo Agostinho, Bernadinho de Siena, Bernard de Morlas, Alvaro Pelayo, entre outros.

o corpo feminino. Assim, a mulher tornou-se a “grande responsável. E nas formas de tentação diabólica é ela a pior encarnação do mal” (LE GOFF, 2016, p. 277). No Ocidente, a relação íntima da figura feminina com o diabo tem seus pilares alicerçados nessa narrativa. Em *Uma História do corpo na Idade Média*, Le Goff e Nicolas Truong demonstram-nos que o pecado original, outrora associado à vontade de saber, passou por uma metamorfose semântica durante o período medieval. Assim, a religião cristã introduziu “uma grande novidade no Ocidente: a transformação do pecado original em pecado sexual” (LE GOFF; TRUONG, 2015, p. 49). Como bem salienta Le Goff e Truong (2015, p. 52), Santo Agostinho foi um grande defensor dessa transformação “com a notável exceção de Abelardo e de seus discípulos, os teólogos e os filósofos reconheceram que o pecado original é ligado ao pecado sexual, por intermédio da concupiscência”.

A Virgem é outra figura feminina bastante importante na Baixa Idade Média ela é relacionada à Eva. No entanto, elas se relacionam como figuras antagônicas. Uma representa o estereótipo da mulher pecadora enquanto a outra o modelo ideal feminino. Le Goff (2017, p. 58) afirma ter um “sentimento de que a Virgem se desprende de sua natureza feminina para adquirir esse *status* divino que era difícil encontrar em um ser feminino”. Ele afirma que quando há no cristianismo a reabilitação da mulher ela não deve ser compreendida como “causa, mas resultado de uma melhoria da situação da mulher na sociedade. O papel das mulheres nos movimentos medievais heréticos – especialmente o catarismo – ou para-heréticos – como, por exemplo, as beguinhas – é sinal de sua insatisfação com relação ao lugar que lhe é dado” (LE GOFF, 2016, p. 277). Tal abordagem, faz-nos crer que a criação da Virgem é fruto de um processo de resistência feminina que não se contentava com a figura inferiorizada de Eva. Todavia, o modelo de feminino que se expandiu na Baixa Idade Média serviu muito bem aos interesses da Igreja, pois a Virgem como bem fala Le Goff (2016) parece ter sido despida de seus atributos femininos. Ela representa um projeto de mulher casta, distante do seu próprio corpo e desejo.

Como vimos, um dos mais influentes pensadores cristãos da Idade Média foi Santo Agostinho. Na alta Idade Média, sua filosofia ajudou a consolidar a supremacia cristã no ocidente. Vejamos o que Macedo (1999) trouxe a lume a partir da análise da obra *De Genesi contra Manicheos*:

Santo Agostinho, o maior representante do pensamento cristão na sua fase de afirmação sobre o ocidente, no *De Genesi contra Manicheos*, **considerava a sujeição feminina na ordem natural das coisas**. O homem deveria ser governado apenas pela sabedoria divina. Ela, pelo contrário, deveria ser governada pelo homem tal qual o corpo deve ser governada pela alma; a razão viril deveria dominar a parte animal do ser (MACEDO, 1999, p. 43) (grifo nosso).

Se aplicarmos a essa análise as reflexões de Bourdieu (2017) e Koselleck (2006) poderemos compreender melhor a construção discursiva e simbólica feita por Santo Agostinho na aludida obra. O fragmento destacado na citação procura exercer no sujeito uma dominação que se justifica na natureza. Quando a ordem natural é avocada pelo discurso ela lhe dá um ar de neutralidade. Se levarmos em consideração o universo de expectativas e experiências medievais, podemos concluir que não aceitar a ordem natural é acima de tudo não aceitar a autoridade divina que criou tudo, ou seja, Deus. Na Idade Média, conjurar a ordem natural é conjurar Deus.

O discurso erudito era reiterado pela opinião comum. Duby (2009) destaca um tratado de cirurgia escrito em francês por Henri de Mondeville (produzido no começo do século XIV), onde o corpo feminino era tido como:

mais permeável à corrupção porque é menos fechado, requer uma guarda mais atenta, e é ao homem que cabe a sua vigilância. [...] Por natureza, **pela natureza de seu corpo, ela é obrigada ao pudor, ao retiro; deve preservar-se**; deve, sobretudo, ser posta sob o governo dos homens, desde o nascimento até a morte, porque seu corpo é perigoso (DUBY, 2009, p. 543) (grifo nosso).

Mais uma vez é possível notar a questão da ordem natural. Por ter um corpo menos fechado, argumentava-se que a mulher era mais suscetível à corrupção. Destarte, a natureza do corpo feminino é o que justifica a vigilância masculina. A partir do século XIV, iniciou-se a elaboração de um discurso que associava as mulheres de comportamentos não desejáveis às adoradoras do demônio (bruxas) um “[...] combate feroz, iniciado pela Inquisição contra as ‘maléficas’, reprimia a sexualidade feminina. Muitas mulheres, acusadas de comportamentos anormais, arderam na fogueira” (MACEDO, 1999, p. 66). A Inquisição pode ser vista como um dispositivo de repressão que se tornou necessário para a opressão de uma conduta não desejável pela Igreja. Evidentemente, havia todo um aparato discursivo e simbólico que justificava a conduta adotada pela Igreja e pelo Estado como adequada.

A produção discursiva e simbólica criou uma mulher medieval que oscilava em torno de figuras opostas. O ideal feminino habitava polos extremos. Ora a mulher adoradora do Diabo, suscetível naturalmente à corrupção (pecado); ora pura castidade. Não é à toa que o discurso religioso sobre o casamento tinha como interlocutor as figuras masculinas, virtuosas por excelência. O casamento visava garantir a consolidação das determinações impostas pelo “sexo masculino. A mulher era vista pelos religiosos como ‘naturalmente’ inferior ao ‘sexo viril’. Deus havia criado primeiro o homem. Ele foi criado à imagem e semelhança do Todo-Poderoso. Ela era meramente um reflexo da imagem masculina, uma imagem secundária” (MACEDO, 1999, p. 19). Até mesmo dentro do regime do casamento, o discurso religioso buscou castrar o corpo, o desejo e a sexualidade. Arbitrava, inclusive, em questões que envolviam a posição adequada para o ato sexual: “o contato carnal era rigorosamente disciplinado. Deveria ocorrer na *posição natural*, com a mulher deitada de costas e o homem sobre ela. Todas as demais posições eram consideradas escandalosas. *A mulher não deveria demonstrar sensação de prazer*” (MACEDO, 1999, p. 20) (grifo nosso). Para Duby (2011), a Igreja tinha como projeto retirar da união matrimonial a mácula do prazer carnal e as demências da alma apaixonada. Por isso, ela idealizava

um modelo de casamento em que “os cônjuges não devem ter outra ideia na cabeça além da procriação. Se eles se permitem sentir prazer na sua união, ficam logo ‘maculados’: ‘transgridem’, diz Gregório, o Grande, ‘a lei do casamento’⁵” (DUBY, 2011, p. 18).

Defendemos o posicionamento de que em relação ao sexo o discurso opressor exerce efeito contrário, uma vez que erotiza o comportamento proibido. Nada garante que o desejo da Igreja em reprimir o corpo e o desejo tenha sido cumprido, ou melhor, tenha exercido nos sujeitos uma dominação de fato efetiva, tenha criado corpos dóceis. A ideologia dominante no ocidente medieval enalteceu os temores masculinos. “Os homens receavam o adultério por parte da esposa. Temiam que lhes oferecessem certos filtros mágicos que os levassem à impotência. Esta, e a esterilidade, assustava os homens, transformando, muitas vezes, o momento no leito conjugal numa ‘guerra dos sexos’” (MACEDO, 1999, p. 22).

Resta-nos frisar que um robusto aparato discursivo e simbólico, para além do cunho religioso, forjou uma aura de desconfiança em torno das mulheres. Na Baixa Idade Média, uma complexa cosmovisão de elos maniqueístas inventou uma mulher que era temida, quando próxima de Eva, e adorada, quando semelhante à Virgem. Essa visão dualística serviu aos interesses dos homens que a criaram. Por isso, não devemos, pois, imaginar que a parcialidade dessa narrativa é verossimilhante à realidade. Longe disso, a necessidade dos homens se afirmarem como superiores, senhores de seu tempo, denuncia o temor diante do potencial feminino tão temido por eles.

OS QUATRO DESEJOS

Como sabemos, os primeiros *fabliaux* surgiram no século XII e os últimos datam da primeira parte do século XIV. Segundo Macedo (1999), esse gênero literário tipicamente urbano, costu-

5 Nota referenciada por Duby em *Idade Média, Idade dos homens: Regular Pastoralis*. III, 27, PL 77, 102.

meiramente, criticava, por meio de fábulas, os costumes, a moral, e por vezes a sociedade como um todo. Orbitava a persona feminina características ridículas e sorrateiras “subjacente ao arsenal de críticas ao sexo feminino residia uma profunda condenação do casamento. A instituição do matrimônio indissolúvel, criação da Igreja para a nobreza foi atacado por outros grupos sociais” (MACEDO, 1999, p. 57). Na literatura, a crítica às mulheres não se deu apenas por intermédio dos *fabliaux*. Macedo (1999) cita a obra *Roman de la Rose* como sendo pioneira nesse estilo de ataque misógino. Ele aponta ainda que esse tipo de representação feminina pode estar relacionada a uma postura de insatisfação das mulheres em relação ao casamento. “O ‘machocentrismo’ dos contos, poemas e sátiras não poderia ser a resposta dos homens ao inconformismo feminino?” (MACEDO, 1999, p. 58).

Particularmente, acreditamos que sim.

Se alinharmos essa hipótese aos influentes conceitos de representação elaborados por Roger Chartier (2002, p. 165) que concebem a representação como um “tornar presente uma ausência, mas também exibir sua própria presença enquanto imagem e, assim, construir aquele que a olha como sujeito que olha”, podemos associar os *fabliaux* a um discurso que constrói uma visão da mulher e do casamento a partir de um ponto de vista masculino. Tal produção discursiva, de forma alguma, deve ser vista como neutra como salienta Chartier (1990, p. 17):

As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando *sempre colocadas num campo de concorrências e de competições* cujos desafios *se enunciam em termos de poder e de dominação* (grifo nosso).

Partindo das reflexões sobre representação, podemos concebê-la como uma espécie de síntese narrativa, produto de embates, fruto das tensões sociais e disputas de poder. Tem por finalidade a dominação, persegue o poder hegemônico. A própria existência da representação nesses moldes pode evidenciar justamente a insatisfação feminina diante das restrições que lhe eram impostas. Os ideais cristãos de casamento que aprisionavam as mulheres em uma espécie de eterna condição vassala; a imposição de uma união indissolúvel; as determinações de castração do corpo; a negação da sexualidade; dificilmente, abarcariam todos os anseios femininos. Acreditamos que estavam na contramão dos seus desejos. O próprio discurso que visa dominar o sujeito, impondo-lhe um molde de existência, gera também as condições necessárias para o sujeito resistir e subvertê-lo. E, se tornar, inclusive, o ser não desejável pela ordem discursiva.

Defendemos a hipótese que as mulheres medievais, não todas é claro, quando em contato com os dispositivos de dominação não se tornaram corpos dóceis. Pelo contrário, buscavam minar esses dispositivos e discursos. Foi nesse cenário de disputas que os homens do medievo se utilizaram de poderosos arsenais discursivos e simbólicos na construção de diversas personas femininas. Tanto o discurso religioso quanto o dito herético forjaram representações femininas que serviram aos interesses masculinos.

Resta-nos, por fim, uma análise pormenorizada do *fabliaux Os quatro desejos de São Martinho*, sob o lume das reflexões teóricas e históricas discutidas em nossa abordagem.

A obra inicia-se com a descrição da personagem principal. Um simples camponês da região da Normandia que “tinha como amigo diário São Martinho, a quem invoca todos os dias para os trabalhos que fazia. Nunca ficou jubiloso nem triste sem chamar por São Martinho” (ANÔNIMA, 1995, p. 16). Essa breve descrição da persona do camponês deixa claro que esse indivíduo é um sujeito simples e extremamente religioso. Certa manhã, um evento extraordinário surpreende o camponês:

Não desejando esquecer São Martinho, disse:
— São Martinho, apresentai-vos!
E São Martinho se apresenta:
— Bem sei, vilão, quanto me adoras,
Pois não descansas nem laboras
Sem a mim antes invocar.
Quero tua fé recompensar.
Põe de lado o tormento e o arado,
Vai para casa sossegado,
Pois pretendo, podes saber,
Quatro desejos te atender.
Cada pedido, tem cuidado,
Deverá ser bem formulado.
Nenhum te será devolvido:
Depois de feito está perdido (ANÔNIMA, 1995, p. 16).

Após ouvir a boa nova, o camponês reverenciou o Santo e voltou para sua casa todo contente. Ora, ele tinha sido agraciado com quatro desejos. Tinha, sem dúvida, a sensação de que sua vida iria melhorar. Mas, ao retornar ao lar:

Agora ele vai ouvir um sermão. Sua mulher, que canta de galo da casa, diz:
— Mau dia para ti, meu camponês! É só o tempo ficar um pouco encoberto e já abandonas teu trabalho por nada? Inda falta muito para vésperas! Voltaste para engordar as bochechas? Acaso receais ter muito para plantar? De bom grado ficais sem trabalhar! É um grande desperdício possuir animais para a lavoura se não o fazeis trabalhar. Labutar nunca foi de vosso agrado. Agora mesmo partistes para o campo. Vosso dia terminou bem depressa!
— Cala-te, irmã, e não fiques inquieta, pois agora seremos felizes. Acabaram-se todas as nossas preocupações e também nosso trabalho. Ficai sabendo que encontrei São Martinho e que ele me concedeu quatro pedidos. Inda não fiz nenhum; antes queria discutir a cousa contigo. Vamos fazer agora os quatro pedidos: terra, riqueza, ouro e prata! (ANÔNIMA, 1995, p. 17).

O primeiro diálogo entre o camponês e sua esposa possui elementos importantes para nossa análise. A representação femini-

na da esposa demonstra uma personagem de viés autoritário. O autor busca evidenciar a existência de uma clara hierarquia nessa relação conjugal que, inclusive, subverte os ordenamentos sociais dominantes no período. Como salienta o fabliau, a mulher do camponês “canta de galo”. Fato que colocará o casal em uma desventura escatológica.

Abruptamente, a mulher do camponês muda de postura quando fica ciente dos quatro desejos que o esposo acabara de ganhar, vejamos:

Quando o ouviu, ela o beijou e logo adoçou as palavras:

— Senhor, estas dizendo verdade?

— Sim, e vou te provar.

— Ai, mui doce amigo, em vós coloquei todo meu empenho de vos amar, de vos servir. Deveis compensar-me por isso. Peço, por favor, que me cedais um dos desejos. Ficareis com os outros três para vós e terei agido bem para comigo.

Ao que ele respondeu:

— Cala-te, minha bela irmã! Não agirei assim, pois as mulheres tem pensamentos loucos. Talvez pedísseis quatro fuso de cânhamo, de lã ou mesmo de linho... São Martinho disse-me para eu pensar bem e pedir cousas de que tenhamos precisão. Tenho receio de ceder-vos um pedido, pois poderíeis desejar algo que piorasse nosso caso. Não conheço vossos gostos. Se disserdes para me tomar um jumento, asno, urso, cabra ou cousa parecida, assim acontecerá e prontamente. Por essa razão não concordo. Ela porem apressou-se em responder:

— Senhor, pelas minhas duas mãos, prometo que continuareis a ser um vilão. Por minha causa não tereis outra forma. Amo-vos mais que a qualquer outro homem.

Ouvindo isso, ele concordou:

— Pois bem, então vos concedo o pedido, bela irmã. Por Deus, desejai algo de útil, que aproveite vos e a mim (ANÔNIMA, 1995, p. 17-18).

Muitos dos aspectos que discutimos no decorrer do trabalho são marcantes nesse trecho. Na obra, o autor enaltece a mudança comportamental da mulher. Rapidamente, a mulher que outrora se assemelhava a uma tirana começa a agir de forma doce e carinhosa. Assim, o *fabliau* demonstra o poder da persuasão feminina, os encantos sedutores que os homens não são capazes de resistir. Os adjetivos da persona de Eva começam a tomar forma nessa representação feminina. O medo da mulher é outro aspecto visível no diálogo. O camponês fala que “as mulheres tem pensamentos loucos” (ANÔNIMA, 1995, p. 17). Motivo pelo qual se nega, a princípio, a conceder um dos pedidos à esposa. A desconfiança orbita a persona feminina. O camponês tem receio de ser transformado em uma besta, ou seja, tem receio que o desejo feminino ponha fim na sua condição privilegiada de homem. O laço conjugal não foi capaz de romper com essa mentalidade de medo. Afinal, o que a mulher desejou? Algo que justificasse o temor do camponês? Vejamos:

Desejo, em nome de Deus, que fiqueis carregado de paus. Que do olho ao pé não vos reste nem rosto nem braço nem lado que não esteja plantado com paus. E que não caiam moles nem pendentos, mas que cada um tenha seu colhão. Que os paus estejam sempre tesos, como se fôsseis um homem cheio de chifres (ANÔNIMA, 1995, p. 18).

A realização do desejo feminino inicia uma série de desventuras na narrativa. O sagrado e o profano estão paradoxalmente entrelaçados na obra. O elemento sagrado foi utilizado para obter a satisfação do desejo, ou seja, o sagrado foi subvertido ao ponto de saciar desejos profanos. Acreditamos que a narrativa tomou esse rumo justamente para evidenciar a existência do corpo e do desejo. O elemento sagrado como ferramenta para obtenção do desejo pode ser compreendido como uma resistência aos ideais ascéticos do ocidente cristão. Nesse aspecto, a obra se demonstra contrária ao *status quo*. Todavia, no que se refere à misoginia o *fabliau* reitera a ordem vigente. Uma vez que a mulher é um dos alvos dessa

literatura. O fato de a mulher ser o estopim da desgraça do casal demonstra isso. Pois bem, sigamos com o enredo do *fabliau*:

Quando se viu em tal situação, disse o vilão:

— Irmã, que pedido maldoso! Por que me fizeste esse mal? Preferia está morto a ter tantos paus me cobrindo o corpo. Homem algum nunca viu tantos.

— Senhor – responde ela -, bem vos disse que de nada me servia um único pau, sempre mais mole que um esfregão velho. Mas agora minha cona está rica de paus. Em qualquer lugar onde entrardes, nunca precisareis pagar. Fiz me pedido com muita sabedoria e deveis está contente com ele. Vede que belo animal vos tornaste!

Disse o bom homem:

— que peso horrível! Agora que fizeste teu pedido, vou fazer o meu. Desejo que tenhas conas pelo corpo todo, assim como tenho paus (ANÔNIMA, 1995, p. 18-19).

A satisfação do desejo sexual foi a motivação que fez a mulher desejar um homem com aqueles atributos. Ela demonstrou-se infeliz com a antiga condição do marido, pois para ela “um único pau, sempre mais mole que um esfregão velho” não servia para nada. Ao contemplar a nova feição do marido ele exclamou “vede que belo animal vos tornaste!”. Acreditamos que essa representação é fruto das mentalidades do período que corriqueiramente atribuíam às mulheres a qualidade de adúltera, traidora. Como demonstra Delumeau (2009), um dos grandes medos dos homens no ocidente medieval era ser traído por sua mulher.

Retornando à narrativa, o camponês faz o segundo pedido. Desejou que a esposa tivesse o corpo repleto de órgãos sexuais femininos. Todavia, ela não gostou da nova aparência e o convenceu a desfazer tudo. Assim, foi formulado o pedido: “que ela não tivesse mais cona, nem eu pau. Na mesma hora, a mulher ficou mui perplexa quando não encontrou seu próprio sexo. E o mesmo aconteceu com o bom homem” (ANÔNIMA, 1995, p. 19). Restava apenas um pedido e ambos estavam sem os órgãos genitais. E agora, o que elas irão fazer? A mulher sugere uma solução:

Agora – bradou –, é preciso fazer o único pedido que inda restava: que tenhais pau e que eu tenha cona. E depois disso seremos como éramos antes: não perderemos nada mas nada teremos. Então o bom homem fez o novo pedido. E assim, nada perdeu e nada ganhou, pois teve seu pau de volta mas desperdiçou seus quatro pedidos (ANÔNIMA, 1995, p. 19).

Notamos que há neste fabliau uma possível variação de um temor masculino antigo, presente em várias culturas ocidentais e orientais, que tem como elemento trágico a perda do falo. Aqui, não há uma “vagina dentada” que engole o símbolo da virilidade masculina, mas por outros meios a mulher despiu o homem de seus atributos viris, senão, vejamos os últimos versos da obra:

Por este fabliau podeis ver
Que homem que deixa seu querer
Para o da mulher dar valor
Passa vergonha e dissabor (ANÔNIMA, 1995, p. 20)

É notório que a obra reforça a importância da dominação masculina. E, além disso, evidencia por meio do seu desfecho que a contemplação do desejo feminino, inevitavelmente, gera dissabor ao homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defendemos a hipótese de que um robusto aparato discursivo e simbólico forjou uma aura de desconfiança em torno das mulheres. O medieval não inaugurou tal prática, mas o alimentou. A difusão dessas narrativas nas mais diversas literaturas (nas ditas sagradas e nas consideradas profanas) é um exemplo da hegemonia desses discursos. Nas literaturas de cunho profano como os *fabliaux*, especialmente o que nos propomos a estudar, o feminino foi associado ao inferior, ao insano, à maldade e etc. A nosso ver, há um elo notável que uni o medieval, qual seja: a sua misoginia que teve no ocidente medieval sua primavera. Por isso, não devemos, pois, imaginar que a parcialidade dos

discursos medievais analisados fosse verossimilhante àquela realidade. Longe disso, a necessidade dos homens medievais de se afirmarem como senhores de seu tempo denuncia o temor diante do potencial feminino tão temido por eles. Muitas dessas mentalidades ainda estão vivas no tempo presente. É necessário, pois, olhos atentos.

REFERÊNCIAS

ANÔNIMA. **Pequenas fábulas medievais:** Fabliaux dos Séculos XIII e XIV. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**, Volume 2. Trad. Sérgio Milliet. 3ª Edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia:** a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUBY, Georges; ARIÉS, Philipe. **História da vida privada 2:** da Europa feudal à Renascença. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUBY, Georges. **Idade média, idade dos homens.** Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira, Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval.** Tradução: Monica Stahel, Petrópoles, RJ: Vozes, 2016.

LE GOFF, Jacques. **O Deus da Idade Média:** conversas com Jean-Luc Pouthier. Tradução: Marcos de Castro. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na idade média**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SCOTT, Nora. **Pequenas fábulas medievais**: Fabliaux dos Séculos XIII e XIV. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

A memória da África no Ensino de História e a (re)construção da identidade negra na escola

Nathalia Cristina Alencar Souza¹

Vitória Carolina Valente Barros²

Sidiana da Consolação Ferreira de Macedo³

INTRODUÇÃO

A população negra no Brasil vive um panorama de profunda desigualdade social e a escola não está isolada deste cenário. Nesse sentido, a educação das relações étnico-raciais vem para promover um espaço mais democrático no ambiente escolar, bem como com a sociedade, garantindo os direitos étnicos, abordando temas da cultura afro-brasileira e questões como o racismo.

O racismo como conceitua Munanga (2004, p. 8)

É uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e cultural. O racista cria a raça

1 Graduanda do curso de História da Universidade federal do Pará, <http://lattes.cnpq.br/8071093613126094>, E-mail: asouza.natalia@gmail.com.

2 Graduanda do curso de História da Universidade federal do Pará, <http://lattes.cnpq.br/5137357428223282>, E-mail: karollina15barros@gmail.com.

3 Professora de História da Universidade Federal do Pará, <http://lattes.cnpq.br/4202561791565993>, E-mail: sidimacedo@yahoo.com.br.

no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence.

O racismo expressado no Brasil está relacionado a toda uma conjuntura histórica, cultural, social e econômica. Visto que o conceito de raça como uma realidade biológica já fora descartado pela ciência há muito tempo.

Destarte, Moore (2007, p. 283) aborda que “o racismo surgiu e se desenvolveu em torno da luta pela posse e a preservação monopolista dos recursos vitais da sociedade”, por tal motivo, há uma relação de interesse para a perpetuação dessa estruturação racial, que mantém a detenção dos recursos vitais por uma classe que acredita ser superior, subalternizando os demais grupos.

Até o presente século o mundo ocidental ratifica visões preconceituosas sobre o continente africano. Compreender a existência de uma disputa de memória que reitera um proposital esquecimento da história da África é fundamental para o seu estudo e valorização. Portanto, a educação de relações étnico-raciais tem a necessidade de analisar como a questão do preconceito racial está sendo abordada na escola, observando de que forma a escola está trabalhando com o alunado, para assim poder compreender as diversidades e contribuir para a construção da identidade de uma criança negra.

Tomando como ponto de partida a ideia de Michael Pollack (1989) e entendendo que existe uma disputa de memória, esta proposta de intervenção didática pretende mostrar o lado oprimido da história da cultura africana, que não está na “memória oficial” e que se encontra invisibilizada pelos grupos hegemônicos do ocidente.

Com a finalidade de promover o debate acerca da problemática da “História única da África”, construída a partir de uma memória coletiva eurocêntrica, a intervenção didática pretende fazer com que os alunos compreendam o poder da memória e a manuten-

ção das estruturas de dominação a partir dela. Com a finalidade de desconstruir e questionar a memória negativa e dominante sobre o continente africano e sua cultura, apresentando as vivências e diversidades dos povos que habitam o continente africano.

IDENTIDADE, CURRÍCULO E A LEI 10.639/2003

A escola é um espaço plural de socialização que estabelece relação com diferentes núcleos familiares. Entretanto, por vezes implicitamente o currículo conserva a manutenção da hegemonia social, visto que no âmbito sociocultural não é incorporado em um processo contínuo da formação humana, não obstante direciona o alunado para questões pontuais, como por exemplo para atender ao conteúdo de um teste ou uma prova de vestibular, empobrecendo a construção da identidade do sujeito social.

Contudo, conforme Gomes (2012, p. 102) “é importante considerar que há alguma mudança no horizonte. A força das culturas consideradas negadas e silenciadas nos currículos tende a aumentar cada vez mais nos últimos anos.”

Os sujeitos anteriormente invisibilizados passam a exigir a democratização do acesso à educação, através de lutas e ações políticas estes reivindicam uma articulação entre o currículo e a vida real dessas pessoas, abordando suas vivências, histórias e ancestralidade, que vale ressaltar precedem a colonização, retirando-se do âmbito exclusivamente eurocêntrico.

Descaracterizando o currículo conservador, a Lei 10.639/2003 prevê a obrigatoriedade ao ensino sobre história e cultura indígena e afro-brasileira no Ensino Fundamental e Médio. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana apontam o papel da escola nesse cenário:

Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e européia (MEC, 2003, p. 17).

Entretanto, algumas indagações devem ser feitas. Na prática a cultura africana está sendo abordada em todo currículo? Ou os temas étnico-raciais são trabalhados apenas pontualmente em datas comemorativas como o dia da consciência negra? Todavia, a lei nº 12.288, ampara em seu artigo 11, que:

§ 1º Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País (BRASIL, 2010).

A lei que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial ratifica a abrangência dos conteúdos da história da população negra no Brasil, que devem perpassar o currículo. A esse respeito, Gomes (2012, p. 105) mostra-se otimista:

Nesse sentido, a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação anti-racista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola [...].

É válido ressaltar que o estudo da África é interdisciplinar, percorre desde a arte até a história, a instituição de ensino tem a obrigação de incorporar aos debates a história da África e dos afro-brasileiro, não sendo facultativo querer ou não abordar as relações étnico-raciais, esse

debate intercultural é fundamental para a formação da identidade e a desconstrução de estereótipos referentes ao continente africano.

A partir do momento em que a criança é inserida na escola, o que é construído naquele espaço passa a compor o seu cotidiano, então aquilo que é ensinando precisa estar sincronizado à sua realidade social.

Diante disso, a criança precisa se reconhecer nas temáticas abordadas nas discussões, contextualizando o educando enquanto sujeito histórico e agente transformador que desempenha um papel social, não sendo “apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente” (FREIRE, 1996, p. 77).

Pensando nisso, os educadores devem refletir a respeito da formação da identidade individual e coletiva, dentro dessa construção “a memória é um marcador de relevância para a afirmação da identidade, porque é a partir dela que se constrói a identidade de um determinado grupo social” (GUEDES, 2018, p. 7).

Deve-se compreender que para a criança/jovem se enxergar enquanto negra, é preciso abraçar todo um processo histórico que geralmente apresenta seus descendentes sendo escravizados e tratados como objetos. Afinal de contas, é comumente apresentado ao educando uma história única da população negra que se inicia na colonização e perdura até a abolição, após esse período os negros são omitidos dos livros didáticos.

A conveniência de apresentar uma história única está relacionada ao poder e na manutenção dele, Chimamanda Adichie (2009) aponta que “Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida.”

Entendemos com isso que história é poder, logo a responsabilidade social que o professor de história possui em desconstruir a história única é transcende o currículo, bem como ao livro didático.

No tocante a legislação e a prática, a realidade de grande parte das instituições educacionais do Brasil aponta um racismo velado a cultura afro-brasileira que externa a negação da identidade negra, não só associada ao fenótipo, mas principalmente as manifestações culturais e religiosas de matriz africana.

Isto posto, só o fato da incorporação da Lei nº 10.639/03 não resolve o déficit da educação das relações étnico-raciais, é necessário um debate mais amplo possibilitando novas discussões sobre o pluralismo cultural, aliados a projetos pedagógicos antirracistas, para auxiliar a escola em um redirecionamento da prática pedagógica.

O ENSINO DE HISTÓRIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Os processos históricos sempre foram compostos por permanências e rupturas, no ensino da história não é diferente. Ainda hoje é comumente apresentado nos livros didáticos a história do continente africano a partir da visão do europeu, os povos africanos ainda continuam sendo silenciados e subalternizados. A história dos reis e rainhas dos reinos sudaneses, com uma diversidade enorme com os reinos de Mali, Songai, Tacrur, Canem e Bornu, muitas vezes é omitida.

Ademais, Freire e Silva (2013, p. 3) aludem que esse “esquecimento” faz parte da herança colonial da nossa sociedade que inevitavelmente atinge os currículos escolares, e prosseguem afirmando que

Mesmo com o fim do colonialismo, o padrão de poder que buscava “converter” as visões de mundo dos povos nativos e dos sequestrados do continente africano ao eurocentrismo, se mantém vivo até os dias atuais. Ou seja, os currículos monoculturais sustentam a herança colonial, isto é, os mesmos padrões que valorizam uma única forma de ser, de saber e de viver, a eurocêntrica (FREIRE; SILVA, 2013, p. 4).

As escolas costumemente trabalham com os alunos o período de glória do Império Romano, a mitologia grega, a queda do Império bizantino etc. fatos e processos históricos que ocorreram similarmente no continente africano, a mitologia transmitida oralmente, quedas de grandes impérios, histórias sobre reis e rainhas impetuosos. Entretanto na prática se observa que tais temas são silenciados pela história eurocêntrica, retomando sempre para a mesmice da história da população negra, como o período da escravidão, o Egito e alguns fatos das religiões de matriz africana.

O fato é que crianças afro-brasileiras respiram a cultura “branca”, desde muito cedo, adotam os padrões de beleza eurocêntrico, consomem essa monocultura nos contos de fadas, nos desenhos, nas histórias de grandes heróis, e quando se deparam com o livro didático encontram muitas vezes a história da África sendo contada através da visão do europeu. “A presença do eurocentrismo nos currículos escolares, ou seja, a herança colonial ultrapassa o período do colonialismo e chega aos nossos dias como “história universal” (FREIRE; SILVA, 2013, p. 4).

Por esse motivo, a escola deve promover desde cedo a educação étnico-racial, valorizando a cultura afro. Utilizando diversas didáticas para que a criança tenha contato com diferentes tipos de personagens mais próximos da sua vivência.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DIDÁTICA

Diante do exposto o presente resumo apresenta uma proposta de intervenção didática através da realização de uma oficina, a fim de promover esse debate acerca da problemática da “História Única da África” apresentada por Adichie, para que os alunos possam compreender o poder da memória e o quanto esse poder é evocado para manter as estruturas de dominação no mundo.

Um dos propósitos da oficina é a desconstrução da memória negativa e dominante sobre o continente africano e sua cultura. Apresentando através da música a diversidade dos povos que habitam a África, os lugares e a religiosidade, a fim de confrontar os estereótipos criados a partir de uma memória coletiva eurocêntrica.

Inicialmente os alunos assistirão o vídeo com o discurso da escritora Chimamanda Adichie, no qual relata “O Perigo da História Única”, instigando os discentes a questionar as narrativas que envolvem a África, para assim desenvolverem uma memória diferente e crítica sobre o lugar.

Em um segundo momento, será apresentado o videoclipe da música “Mufete” do rapper Emicida. A letra da música aponta de forma crítica os mecanismos de dominação exercidos para fomentar o esquecimento e silenciamento da cultura afro, bem como a opressão das religiões de matriz africana.

Com base no conhecimento prévio dos discentes sobre a temática e utilizando os recursos didáticos como a música e o vídeo, serão retirados pelo docente eixos temáticos que orientarão os alunos para a construção de uma charge que exemplifique pelo menos uma das denúncias apresentadas nos versos. Por fim, as charges irão compor um mural com o propósito de compartilhar a visão de cada aluno sobre o assunto em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura negra não deve ser abordada na instituição educacional de forma dissociada ao cotidiano e a vida social da comunidade em que o alunado está inserido, de modo que ela não se encontra isolada do organismo social, uma vez que na escola o aluno reproduz todas as disfunções raciais, sociais, econômicas e históricas que é submetido.

Diante de todo o exposto percebe-se que o ensino de história tem uma função principalmente social no ensino de relações étnico-raciais, visando contribuir com a desconstrução da marginalização e de desigualdade étnico-racial.

É sabido que nem sempre o professor estará amparado por materiais didáticos que contribuem com esta desconstrução, por isso o presente resumo trouxe uma proposta de intervenção com a intenção de confrontar estereótipos preconceituosos sobre a África, denunciando-os através de elementos que fazem parte do cotidiano do aluno como o rap e os orientando a refletir com produções próprias como a charge. A problematização dos discursos hegemônicos é fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a formação da identidade individual.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. — **O Perigo da História Única**. Vídeo da palestra da escritora nigeriana no evento Technology, Entertainment and Design (TED Global 2009). Disponível em: http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt. Acesso em: 15 de novembro de 2019. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASIL. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 20 dez. 2019.

EMICIDA. **Mufete**. São Paulo: Laboratório Fantasma/Sony Music: 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zypOpcW62T8> (4:14 min). Acesso em: 15 de novembro de 2019.

FREIRE, Michele; SILVA, Janssen Felipe. **Educação das relações étnico-raciais e as possibilidades de decolonização dos currículos escolares**: 10 anos da lei nº 10.639/2003. *Interfaces de Saberes*, v. 13, n. 1,

2013. Disponível em: <https://interfacesdesaberes.fafica-pe.edu.br/index.php/import1/article/view/164>. Acesso em: 20 dez. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-raciais, educação e descoloni-zação dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, Jan./Abr. 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em 20 nov. 2019.

GUEDES, Odaléia Maria Barbosa. **De negro à pardo: memória, identidade e invisibilidade na Escola Bom Pastor**, Ipixuna do Pará. TCC (Especialização em Ensino de História) – Faculdade de História/ Campus de Ananindeua, Ananindeua PA, 2018.

MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/10/DCN-s_Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o Racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p. 279-293.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira, Niterói, [S.l: s.n.], 2004, p. 1-17.

POLLACK, Michael. **Memória esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2. Nº3. 1989. p. 3-15.

Entre memória e História Uma análise dos topônimos centrais na cidade de Tianguá-CE (1970-2000)

Luiz Eduardo Ferreira Santana¹

Telma Bessa Sales²

INTRODUÇÃO

As barrocas continuaram ferindo o seu coração:
Suas ruas sua alma, clamavam por solução,
Porém, não encontravam eco em suas justas pretensões:
Quando o decreto 33 de 31 de Julho de 1890
Rompe o grito da garganta, clamando aos quatro ventos,
E, ainda sem calçamento, a Vila de Barrocão,
Ganha a sua independência.
[...]
E a Vila Chapadinha, já agora Barrocão,
Em Clima de emancipação no norte do Ceará,
A pedido de seu líder Manoel Francisco de Aguiar,
Alegrando sua gente,
Passa a chamar-se cidade de Tianguá,
Honra e glória para todos do lugar (ABREU, 2009, p. 47).

A produção do escritor tianguaense Valdecy Santos rememora em seus versos, de forma saudosa os primeiros passos de sua terra. O recorte do Poema “Tianguá e seus Cognomes”, que compõe uma série

-
- 1 Graduando do curso de Licenciatura em História/UVA e Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET/História UVA. E-mail: eduardo_fsantana@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/9661961059664842>.
 - 2 Prof.^a adjunta do Curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: telmabessa@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0922058102364578>.

de cânticos do poeta, traz um olhar progressista do autor em torno da cidade, que expressa pela variação de seus nomes, uma cidade assolada pela pobreza e o descaso administrativo. Nesta perspectiva, as barrocas que elucidam uma representação desmotivante em um espaço que iniciava um contexto de intensas transformações, ao passo de uma emancipação política, trabalha-se essa mudança do nome da cidade como uma forma de construir uma identidade desligada desta esfera de atraso social. O autor acompanha no corpo geral de sua obra o crescimento da cidade, dedicando-se a ilustrar etapas e valores que em sua perspectiva foram importantes para pensar a história do município, assim como sua experiência de cidadão e agente transformador de sua realidade. Esse aspecto da produção local é um recorte centrado na vivência do autor, assim, como esse afago de um passado glorioso e um futuro promissor que se constrói na sua escrita tem um peso nas suas relações sociais. Compreender as dinâmicas estabelecidas entre o imaginário social e a influência presente a partir da nomenclatura proposta em determinados contextos, a espaços públicos ou privados, são prerrogativas que abrem brechas para refletir aspectos da memória e os discursos que estão presentes nesta sociedade.

Pensando nisso, atentamos aos elementos que se estruturam junto às relações de poder e pertencimento dentro de uma comunidade, seguindo os questionamentos de um estudo sobre a toponímia³ local, compondo nossa perspectiva a partir do que idealizamos como uma espécie de “sistema nervoso” que constitui a cidade, as ruas. Como descreve João do Rio (2008) em suas crônicas, as ruas são muito mais do que alinhados de fachadas onde a população se locomove, ela é capaz de pensar, possuem sentimentos e até religiões, “A rua nasce, como o homem, do soluço e do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento” (DO RIO, 2008, p. 26). Modulam-se ao passo dos indivíduos, reagindo junto em cada aspecto urbano sujeito a trans-

3 Toponímia é a área das Ciências Humanas que tem como objeto de estudo essa categoria de nomes. Ela compõe junto com a Antroponímia (estudo dos nomes de pessoas) a Onomástica – ciência que estuda os nomes próprios, nomes próprios de lugares, da sua origem e evolução. ZAMARIANO, Márcia. Reflexões sobre a questão do nome próprio na toponímia. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: América Central e Caribe: múltiplos olhares n 351 o 45, p. 351-372.

formações, expondo as bonanças, misérias, feitos e fatos que regem a sociedade, são elementos presentes e atuantes como marcos históricos e culturais. Como traz o Cronista, “é a mais igualitária das obras humanas” (DO RIO, 2008, p. 26), pois sente os seus impasses sociais e os articula, e por ela, jamais passariam despercebidos, é como uma entidade que gerencia o ambiente urbano, é dela que se formam e se legam os diversos arautos e sujeitos que a sociedade convive.

Por conseguinte, seguiremos esta proposta para se pensar a toponímia como um campo autônomo, ao passo que se constitui como uma extensão da história e de outras ciências, onde atrelamos este contexto de renovação do fazer histórico, as propriedades resultantes dos estudos toponímicos. Deste modo, visamos a formação do léxico como um processo que acompanha toda uma dinâmica que compõe a cultura de um povo, em instância individual ou comunitária, este elemento torna-se fundamental na troca de valores e o desenvolvimento dos indivíduos. Para Dick (1990), a Toponímia vai consistir em um grande complexo linguístico e cultural, onde uma gama de conhecimentos de várias ciências se cruza necessariamente e não exclusivamente, assim, acaba apresentando um caráter pluridisciplinar. Desta forma, permite-se pensar os topônimos como uma “vitrine” para a história, no sentido de possibilitar uma aproximação do modo de viver das comunidades através das apropriações linguísticas que são expressas nas nomeações dos espaços, referenciando uma escolha, um recorte temporal, toda uma subjetividade das relações.

Segundo Isquierdo (1996, p. 81-82), estes indicadores “[...] são verdadeiros fósseis linguísticos, embora o signo toponímico esteja inserido no sistema linguístico, a sua função não é de significar, mas de identificar os lugares. Serve deste modo de referencializador a realidade espacial do homem”. Metodologicamente se apresenta como ferramenta ao historiador neste contexto em que a prática de nomear um lugar, a necessidade de referenciar o espaço, encontra-se de certo modo ligada a experiência de uma dada realidade. Este aspecto inter-

disciplinar permite que a história faça uso da Linguística para compreender as motivações presentes em um contexto histórico-cultural em que os topônimos estão inseridos, uma vez que a análise isolada do léxico não estaria direcionada a memória cultural da sociedade, onde estabelecer esta relação entre o nome e seu referente é interessante para aprofundar esta leitura.

DAS BARROCAS

Presente na região Norte do estado cearense, a cidade por qual nos dedicamos a pensar, estima-se em um contingente populacional de 75.946 habitantes⁴, no qual se constitui simbolicamente como um agente centralizador e estratégico quando pensamos a sua inserção em setores econômicos e sociais junto a Microrregião da Ibiapaba⁵. Entre os habitantes locais, construiu-se o referencial de “A capital da Ibiapaba”, sendo uma associação bem presente no cotidiano desta comunidade, em programas de rádio, discursos de campanha eleitoral, no burburinho dos comércios, encontra-se uma espécie de exaltação, dentro de muitas abordagens deste viés, nostálgico. Estes diálogos fazem menção ao seu aparente crescimento e produtividade em relação à infraestrutura, principalmente o agronegócio e o comércio frente aos municípios circunvizinhos. Sendo cortada por vias federais e estaduais⁶, atua como um ponto de junção e passagem das dinâmicas comerciais presentes na região da Ibiapaba e nas dimensões interestaduais com forte ligação com o Piauí e o Maranhão.

4 *População estimada*: Censo Demográfico, IBGE, 2019.

5 A partir de 2017, a subdivisão regional feita pelo IBGE, delimita a região da Ibiapaba como integrante da Região Geográfica Imediata de São Benedito-Ipu-Guaraciaba do Norte-Tianguá, composta de 11 municípios, constitui uma das quatro regiões imediatas que compõem a Região Geográfica Intermediária de Sobral, que conta com 44 municípios. Divisão Regional do Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2017. Disponível em: http://web.archive.org/web/20170901214147/http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_int_int.shtm. Acesso em: 20 nov. 2019.

6 Rodovia CE-187 e BR-222.

Tianguá, originária em região indígena, integrava as antigas terras dos índios Tabajaras, parte da então Vila Viçosa Real da América, que é um dos frutos do crescimento da Missão Jesuítica da Ibiapaba (GASPAR, 2014), que foi fundada pelo Padre Antônio Vieira no ano de 1655. Marco este que configurava uma expansão significativa do catolicismo na Colônia portuguesa e um ponto na ocupação da Ibiapaba, assumindo, de certo modo, a função referencial de um elemento formador, tanto em aspectos religiosos e culturais como urbanos para as localidades que a circundam.

A colonização das terras que deram origem à cidade de Tianguá (perímetro urbano) data do ano 1854 a partir da 1ª Lei de Terras do Brasil (Lei nº 601 de 18.09.1850 regulamentada pelo Decreto Imperial nº 1.318 de 1854), quando o Capitão português João Batista Leal, fiscal das terras devolutas junto à câmara da Vila Viçosa, registrou em seu nome o então sítio Chapadinha do Barroão (GASPAR, 2014, p. 9).

Uma das perspectivas, seguindo o norte atribuído pelo autor, o início de um processo urbanístico que se pode pensar no município se dá juntamente com uma formação eclesiástica (GASPAR, 2007). A partir da construção de um salão, uma pequena capela de taipa coberta de palhas em homenagem a Sant'Ana, é onde vão se organizar as terras que compõem a zona urbana da cidade. No entorno da edificação ergueram as casas de latifundiários, pessoas influentes, enquanto os menos favorecidos ocupavam-se de postos mais dispersos, porém, é retratado que mesmo que sem um planejamento concreto em relação a ocupação deste meio, tem-se uma organização específica, sendo “suas vias eram retilíneas cortadas em formato de cruces, semelhantes a um tabuleiro de xadrez” (GASPAR, 2007, p. 53). As terras registradas anteriormente por João Batista Leal, aparecem no intuito de uma construção patrimonial em função da Santa, encontrou neste espaço da Ibiapaba um recanto produtivo quanto a criação de gados e o plantio da cana de açúcar, João, era residente na

Vila Viçosa onde exerceu diferentes cargos públicos ao longo de sua estadia (GASPAR, 2007).

A partir do falecimento da esposa de João B. Leal, dona Isabel Francisca de Jesus, tem-se uma dispersão destas terras, sendo os bens do Capitão inventariados, o que incluía o sítio Barroco⁷, portanto, sendo partilhadas faixas de terras entre os seus herdeiros. As transformações propostas junto ao direito agrário brasileiro, quanto ao processo de regulamentação das terras no Brasil, com a Lei de Terras, de 1850, já se constituíam em maiores normas no intuito de uma organização das propriedades privadas. O que remetemos aqui é voltado a pensar a maleabilidade que essas alterações na legislação de terras trouxeram ao nosso contexto. Com a partição das terras, permitiu-se que pessoas de fora do inventário construído tivessem contato com as terras, onde nem todos os herdeiros residiam em suas porções, foram fracionadas em meio às negociações realizadas. Em nossas questões, não pretendemos aprofundar em aspectos mais burocráticos e políticos quanto à sociedade que se construía junto ao município e sim identificar e nortear elementos que nos permitam referenciar a natureza do espaço junto a historiografia local e as diferentes funcionalidades que ele ganha junto a cidade.

Estruturada sob as bases do sítio conhecido em primeiro momento de Chapadinha do Barroco⁸, o município manteve o léxico inicial enquanto Vila, ponto que acompanha e subtrai de sua realidade aspectos geográficos bem presentes. Aponta-se neste contexto, sob o índice pluviométrico local que proporciona intensas e constantes chuvas, influenciando diretamente na multiplicação dessas cavidades pelo solo do povoado, e acaba por ganhar destaque neste imaginário. Posteriormente naquele mesmo ano, em 09 de setembro de 1890 a

7 Como referenciado no poema “Tianguá e seus Cognomes” de Valdecy Santos, o nome referenciava o contexto físico e social da cidade, a frequência de barrocas.

8 Chapadinha, no sentido literal da palavra significa: “esplanada no alto do monte, da serra”, p. 99, [...], a palavra BARROCO quer dizer grande barroca, ou grande vala produzida por enxurradas. Na língua dos tabajaras Ibiboca, que significa: a barroca, a cova. p. 101. Cf. GASPAR, João Bosco. **Tianguá... Raízes de Sua História e de Sua Cultura**. Ceará. Julho de 2007.

localidade passa a se chamar Vila de “Tyanguá” em função do Decreto Estadual nº 62, também pelas mãos do Governador do Ceará, Luiz A. Ferraz, assim como ilustra a edição do Jornal O Cearense (1890, p. 02)⁹ no dia 11 daquele mês: “A Villa do Barroçã, do Termo de Viçosa, passou a denominar-se villa do Tyanguá”.

De origem Tupi Guarani, compreendemos a complexidade e a gama de significados que a expressão pode assumir com a língua nativa, por conseguinte atribuímos a perspectiva de Gaspar (2007). Posto que o termo Tianguá, é uma aproximação com a língua portuguesa, derivando da grafia Tyanha-Guaba, que seria “Gancho que prende/ agarra as águas”, aparece como uma adaptação, no sentido de facilitar a pronúncia. O autor trabalha em função dessa variedade, mas traz o fator comum entre os distintos vocábulos que se constroem dentro das diferentes escritas, a alusão com a água. Posto em reflexão novamente o aspecto geográfico, sendo o povoado situado entre bifurcações formadas, respectivamente, no encontro dos rios, Riachinho no extremo leste, e Frecheiras no extremo oeste da cidade. Outra concepção do mesmo, traz um aspecto social do termo, a localidade recebeu nos períodos de secas que assolaram o Ceará, em 1877 por diante, diversos flagelos que buscavam sobreviver em meio a escassez e que acabaram por se instalar na região, sendo o aspecto “acolhedor” do município no sentido de ser chamativo as populações que transitam por ela, o que não deixa de ser uma concepção também natural do conceito, visto o atrativo ser propício com as condições do clima.

A RUA SABE BEM

Em todos os pontos estimulados através deste defrontamento com a produção local, buscamos estabelecer diálogo com os elementos que vão fomentar o debate sobre o nosso objeto de estudo. A sociedade que se estrutura na região, toma como base uma classe de latifundiários, uma elite que se instala e se fortalece na força agrária

9 O primeiro acesso à informação do Jornal vem por meio da obra GASPAR, João Bosco. **Mon-senhor Aguiar, Um Homem e seu Tempo**. Sobral-CE: dez. 2014, p. 23.

da região, na criação de gados, os engenhos e o café, entre outros serviços. Esses mesmos sujeitos também fazem uso da influência que conquistam, na política, onde se formam as oligarquias, que se sustentam em todo esse ideal que foi construído em função de um legado familiar, “os filhos ilustres da terra”. Como podemos pensar a representação dessas classes hoje? São reflexões que tendem a dialogar uma identidade construída na relação de uma parcela significativa do social em detrimento de uma minoria envolvida nos “grandes feitos”. Os espaços públicos bebem muito desta dinâmica e é importante que se busque compreender as proporções que se aplicam isto, os frutos dos lugares de memórias, quais elementos que se envolvem na formação dos sujeitos junto aos logradouros? Portanto, é interessante que se pense de onde veio determinadas escolhas, para que possamos identificar como chegamos até aqui. Como grande parte da formação das cidades no Ceará, Tianguá também carrega os preceitos religiosos e o elemento geográfico, visto a forte vegetação e contato com os rios, e isto vai aparecer como uma característica comum e constante na denominação dos lugares, sendo os topônimos, parte crucial destes eventos, a união homem e natureza, que expressa muito da sua realidade, seu contexto, o léxico, mas, o que nos atentamos aqui vem na fuga destas propriedades. A toponímia é um campo de intensos conflitos, onde podemos avaliar o produto ideológico dela quando entendemos que o elo com a comunidade é rompido. O ato de nomear não se veste na inocência frente a política, é parte da construção de uma história, e que pontos devemos lembrar? O foco da pesquisa partindo daqui, não é diminuir ou negar a importância de homenagear determinados sujeitos, e sim visibilizar diferentes sentidos que podemos assimilar a partir da escolha delas. Aproximar o indivíduo à sua história proporciona o reconhecimento dos valores das gerações passadas e entender como um discurso dominante se projeta sobre a realidade.

O espaço nesta perspectiva, é fundamental para construção de uma identidade. As narrativas construídas em função dos logradouros públicos tianguaenses, em uma visão mais central do município

se permite uma leitura da política local, a gama de representantes se configuram neste limiar, entre a expansão de um legado familiar e o ideal de boas gestões junto à população. O breve exemplo, a Av. Prefeito Jaques Nunes, como um logradouro que cruza toda cidade ou a Rua Odilon Aguiar e a Av. Prof. João Nunes de Meneses, além de influentes familiares locais, integram a lista de ex-prefeitos da cidade. A Av. Moises Moita aparece em mesmo contexto, porém, em escolha feita sob critérios de um grupo de oposição ao dos primeiros nomes. Outras perspectivas toponímicas abordam datas históricas, como a Rua 31 de Julho (Emancipação e aniversário do município), a Rua 12 de Agosto (Dia da instalação do município), Rua 13 de maio (a construção da Igreja Central/Catedral de Sant'Ana, 1882). Outro descritivo presente é o geográfico, tendo a Rua das Palmeiras Compridas ou a Rua do Arame. Em diálogo com os moradores de ambos lugares, o fator crucial vem desde a formação, a presença de enormes palmeiras no decorrer do bairro, ou respectivamente, na outra rua, o princípio marcado por cercas com arames ao longo da rua, são aspectos que situam e referenciam o imaginário popular. No tocante a sobreposição das nomenclaturas e uma conseqüente transformação nos modos de pensar a cidade, podemos analisar a figura do Almirante Rubim, um integrante da Guerra do Paraguai (1864-1870), onde representa um elo entre a história nacional e o município, existiu até o início da década de 1970, uma homenagem a este personagem, onde hoje se encontra a Rua Lair Félix Nunes. A proposta seguinte, distancia-se de certo modo, desta perspectiva de explorar os feitos de maiores abrangências, sendo abordado as relações em uma dimensão local, isso nos leva a questionar os interesses por trás dessas escolhas, que tipo de concepção vai se construindo sobre a cidade, em contraposição, refletir as perspectivas que vão sendo esquecidas.

A composição histórica dos fatos, como elementos presentes na memória coletiva e atuantes na construção do sentimento de pertencimento do sujeito, torna esta rede de fatores um objeto de constante disputa.

É preciso, portanto, estar atento ao fato de que a memória se constrói na lembrança, mas também no esquecimento. Em outras palavras, o processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos do passado que, por alguma razão, determinado grupo considera que devam ser lembrados/rememorados; e, ao fazer escolhas, o grupo também sublima, oculta ou esquece outros fatos. Tal aspecto é de fundamental importância para delinear a relação entre passado e a história do tempo presente (LIMA, 2012, p. 27).

Conhecemos por memória oficial junto a toponímia, os indicadores que são dispostos por um grupo na figura do Estado, a memória coletiva nem sempre corresponde a oficial, são meios que podem se chocar, conviver ou mesmo gerar esquecimento. A memória não guarda tudo a ser lembrado, desta forma, podemos entender a sua função seletiva. O que se recorda, se exclui, registra, ignora, são procedimentos acompanhados de perto, dentro do social, como fruto dessas relações, onde distintos grupos exercem uma forte organização e articulação sobre esses pontos, principalmente quando nos referimos a uma memória nacional, onde o viés político assume grande papel, pois é de grande interesse de um grupo dominante, o que vai ser lembrado pelo povo.

Muitas vezes, a chamada memória oficial distingue-se da memória coletiva de um povo. Normalmente moldada de acordo com interesses políticos, essa memória oficial acaba por apagar certos acontecimentos e silenciar algumas testemunhas que os vivenciaram (FAGGION; MISTURINI, 2014, p. 147).

Se observamos a ordem que se constituem os momentos históricos como influência para este filtro, as representações oficiais apresentam à comunidade um recorte a ser reavivado, entendemos que isso é resultado de um intenso embate sociopolítico que viabiliza formas as quais um ideal pode ser levado ao povo. Acaba por se enfatizar, portanto, problemáticas que estão em favor de

determinados grupos, excluindo, portanto, temáticas tidas como um impasse aos seus interesses, prezando em sua composição elementos que estimulem através da construção de uma identidade com os lugares, uma nomeação que expresse determinados valores que assimilem aos seus.

Os topônimos são sinais importantes, indicativos da cultura, da história e da linguagem de um povo. Ditos ou escritos, os topônimos propiciam informações a respeito das sucessivas gerações de uma localidade, dos homens que aí nasceram, trabalharam e viveram, bem como daqueles que mereceram sua homenagem. Aludem a fatos e datas significativas, dão conta das devoções, traduzem sentimentos. Assim, saber o exato significado do nome de uma cidade, bem como de suas ruas, praças e parques, significa, verdadeiramente, conhecer essa cidade e reconhecer seus valores (FAGGION; DAL CORNO; FROSI, 2008 *apud* FAGGION; MISTURINI, p. 143, 2014).

Tianguá expõe nas linhas urbanas a influência exercida pelos laços políticos e familiares dos grupos dominantes, personalidades que influem na construção de uma história marcada de grandes feitos para a cidade. Já algumas adjacências da região do centro, podemos pensá-las sob descritivos de caráter mais prático, referenciam aspectos prósperos a ocupação do espaço e formação como comunidade, porém, de modo oficial possuem uma nomeação distinta do que se presencia cotidianamente ou remete a essas áreas. Destes embates, abre-se espaço para pensar a cidade para além de um discurso oficial, que em muitos desses aspectos é composto pela memória de uma minoria com influência nos órgãos públicos, mas perceber nos momentos corriqueiros a diversidade de elementos que ficam alheios na construção da história.

A ementa dentro da lei Nº. 47/69, 07 de Maio de 1969, que demarca os limites correspondentes às zonas urbanas e suburbanas do município de Tianguá, apresenta o nome de alguns logradouros e bairros da cidade, onde permite-nos associar aspectos que se inten-

sificaram ou desapareceram no decorrer do tempo, como exemplo, na relação dos bairros, elementos como o Bairro do Cemitério, do Pouso, Pedra Fria e Vila Nova, abrem espaço para outras perspectivas, em outro projeto, junto a lei Nº. 951/2015 que cria e delimita os bairros de Tianguá, propõe-se uma série de referências a vereadores e governadores da região, o que acaba afastando os indicadores geográficos, que tem de grande proximidade com imaginário das classes mais “populares”, não se restringindo a este grupo, mas entende-se uma quebra de diálogo com o passar do tempo, sendo expressos outras visões sobre a cidade. No decorrer desta última delimitação nos espaços urbanos, intensificam-se a nomeação dos bairros com nome dos padroeiros, como Frei Galvão, Santo Antônio e São Pedro, ou de autoridades eclesiásticas, como Dom Timóteo e Monsenhor Aguiar. Portanto, é partindo destas transformações que se constitui a totalidade do ambiente urbano, visando uma narrativa que prioriza uma rede familiar e excludente a comunidade, demarcando através das ruas, a memória de um discurso, elitista, político e intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concepções postas em Faggion *et al.* (2013), apresentam a construção do sujeito a partir da significação dos discursos em que ele se integra, portanto a sua história, cultura, língua e ideologia aparece como influência nesse processo de formação. Das propriedades discutidas, fica claro a durabilidade dos termos toponímicos, configurando-se como uma espécie de discurso, ele pode apresentar proximidade entre perspectivas ideológicas, se pensamos a relação entre o homem e espaço na construção da memória, de uma identidade, e considerar as características da língua como um portador de valores, o ato de nomear pode resultar em forte veiculador destas concepções, como caracterizam os autores, “Se o nome fosse inofensivo, não seria necessário trocá-lo” (FAGGION *et al.* 2013, p. 11). Este espaço

constitui um campo de conflito, sendo então, a busca de uma consolidação de valores alheios ao lugar, o que demarca a importância atribuída pelos grupos que dominam os aparelhos estatais e tentam construir nos topônimos locais, estabelecendo as relações de poder.

Inseridos a realidade, os topônimos buscam constante afirmação, assim podem coexistir, em Tianguá, presenciamos exemplos como a Rua Frei José Maria, conhecida popularmente por Rua do Meio, ambas denominações que são bem utilizadas, a Rua Francisca Carla, que homenageia uma personagem religiosa local, denomina as proximidades do Cemitério, junto da perspectiva oficial, temos popularmente as versões “Buraco das almas” ou propriamente “Rua do Cemitério”, nada que afirme que um exclua o outro, mas confirma as relações ao coexistirem demarcando espaços neste imaginário. Investigar as motivações e a origem dos nomes de lugares é uma forma de analisar suas transformações. Outra perspectiva, entra a denominação que concorre entre os usos da população, utilizando-se o topônimo anterior ou popular. O Bairro Monsenhor Tibúrcio (Nome oficial desde 1994) antes denominado Ceasa, mesmo em décadas depois da alteração, a presença do antigo nome é constante e até mais abrangente que o atual. Vem do Polo comercial localizado dentro do bairro as motivações do nome, embora se tenha um intenso movimento de transformação deste ponto de vista, a referência do comércio vindo dessas centrais de abastecimento ainda é forte, mesmo sendo um bairro composto em grande parte de uma comunidade religiosa que Monsenhor Tibúrcio firmou naquele espaço.

Os nomes aparecem aqui como registros no espaço-tempo, uma vitrine voltada a história e valores locais, já a nomeação das ruas representa uma apropriação cultural que se filia ao leque de memórias da comunidade, constituindo uma forma de tradição que dialoga com o patrimônio público, onde a rua, em toda sua subjetividade, assume o papel centralizador desses embates por uma apropriação do passado. Desta forma, entendemos que o espaço nomeado ganha

vida, torna-se situável, um ponto fixo no dia a dia. A comunidade por si só, abstrai sentimentos por este meio, acumula lembranças, singularidades. Isto que configura um lugar de memória, como referência Nora (1993), os lugares de memória nascem e vivem através das interações, isso que atribui significado para um lugar, uma identidade. Atreladas às transformações do espaço físico e no campo social, esta carga cultural, constitui-se como um ponto de junção entre ambiente citadino e a natureza sensível, que vai sendo representada através da paisagem, na arquitetura, entre outras formas de apreensão da memória. Nesta perspectiva, a construção expressa na figura dos personagens oficiais, o que configura até certo ponto, uma materialização das relações de poder, onde visasse uma assimilação popular junto ao costume dominante, uma forma de exibir poder, deixando de lado uma gama de singularidades que ocupam o cotidiano local.

REFERÊNCIAS

ABREU, Valdecy Santos de. **A Tianguá um canto de amor, doação alerta e saudade**. Sobral: Global gráfica, 2009.

DICK, Maria Vicentina de Paula Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DO RIO, João. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.

FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FROSI, Vitalina Maria. **Topônimos em Bento Gonçalves**: motivação e caracterização. *In: Métis: história e cultura*. v. 1, n. 1 (2002). Caxias do Sul: Educus, 2008.

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno; DAL PIZZOL, Elis Viviana. *Ideologias no ato de nomear*: a toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade. **ENTRELETRAS**, Araguaína/TO, v. 4, n. 2, p. 10-30, ago. /dez. 2013.

FAGGION, C. M.; MISTURINI, B. Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade. *Linha D'Água* (Online), São Paulo, v. 27, n. 2, p. 141-157, 2014.

GASPAR, João Bosco. **Monsenhor Aguiar, um homem e seu tempo**. Sobral-CE. Editora e Gráfica Global. Dezembro de 2014.

GASPAR, João Bosco; GASPAR, Antonia Angelita F. Magalhães; SOUSA, Antonia Nilene Portela de. **Tianguá: raízes de sua história e de sua cultura**. Tianguá, Ceará: Gráfica Editora Norte, 2007.

ISQUERDO, A. N. **O fato linguístico como recorte da realidade sociocultural**. Tese (Doutorado em Letras). São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. *In: Novos Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 207-223, 2012.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 07-28, 1993.

FONTES

Jornal **O Cearense (CE) - 1846 a 1891**. Edição de 11 de setembro de 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=barroc%c3%a3o&pagfis=22955>

TIANGUÁ. Assembleia legislativa. **Projeto de Lei N° 47/69**, 07 de Maio de 1969. Disponível em: https://www.camaratiangua.ce.gov.br/arquivos/1286/_0000001.pdf.

TIANGUÁ. Assembleia legislativa. **Projeto de Lei N° 951/2015**, 29 de Dezembro de 2015. Disponível em: https://tiangua.ce.gov.br/arquivos/372/_951_2015.pdf.

Torpedeamentos na costa brasileira

Estudo sobre o Inquérito Policial Militar

Maria Thaislayne dos Santos Lino¹

Dilton Cândido Santos Maynard²

INTRODUÇÃO

O período compreendido entre 1942-1945 ficou conhecido como um dos momentos mais sombrios e perturbadores da História Mundial. Os efeitos resultantes desses conflitos perpetuam até os dias atuais; seja por meio da memória, expressa nos testemunhos dos que presenciaram aquele momento, os documentos que serviram como fontes para estudos historiográficos sobre a época, ou até mesmo por monumentos; servindo como um eterno lembrete daquilo que não deve ser esquecido, mas levado como um aprendizado e um aviso do que conflitos seja em curta ou larga escala, podem causar.

- 1 Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe, integrante do grupo de estudos do Tempo Presente (GET-UFS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7705589116051085>. E-mail: maria@getempo.org. A pesquisa tem apoio do CNPq.
- 2 Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (1999), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (2002), doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2008) e Pós-Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Líder e fundador do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET-UFS). Bolsista Produtividade CNPq-Nível 2. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7966825011414341>. E-mail: dilton@getempo.org.

O conflito aqui abordado, a Segunda Guerra Mundial, tratou-se de uma guerra em que houve uma combinação de militarismo, nacionalismo, racismo e rompimentos de qualquer ideia de humanidade e de princípios morais que devem garantir que todos, indivíduos e povos, têm direito à vida e à diferença (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 17).

O Brasil, optou por manter-se numa posição de neutralidade, do início da Segunda Guerra até agosto de 1942, no qual mantinha relações comerciais tanto com os Estados Unidos como com a Alemanha. Neste período, o Brasil estava sob o comando de Getúlio Vargas (1882-1954), o qual instaurou o chamado Estado Novo (1937-1945).

No entanto, entre os dias 15 e 17 de agosto de 1942, após um longo período de intrigas e ameaças, o Brasil pôde sentir em seus domínios, a presença do conflito de forma cruel e inesperada, quando 5 navios mercantes brasileiros (Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Arará e Itagiba) foram torpedeados pelo submarino alemão U-507, comandado pelo Capitão-de-Corveta Harro Schacht (1907-1943).

A partir desse ataque em seu território, o Brasil declarou oficialmente guerra à Alemanha e a Itália, que segundo Carvalho (2019, p. 87) ocasionou uma acentuação da crise que vinha desde 1929, repercutindo no encarecimento de diversos setores, resultando num custo de vida acentuado e impactando diretamente no dia a dia das pessoas.

Além disso, ressalta-se a importância das rotas marítimas no contexto de guerra, algo que já esteve presente na Primeira Guerra Mundial e que foi de extrema importância para esse novo conflito, desde a sua defesa com relação ao tráfego marítimo, até o uso de portos e baías para estratégias militares, visando a melhor forma de utilizar a geoestratégia a seu favor. A Batalha do Atlântico (1939-1945) foi a mais longa campanha militar de toda a Segunda Guerra Mundial (CABRAL, 2013, p. 404).

Sendo assim, visando um maior entendimento sobre o ocorrido durante o torpedeamento dos cinco navios mercantes brasileiros, foi

realizado um levantamento de dados através do Inquérito policial militar iniciado no quartel general da 6ª Região militar em Salvador, Bahia em 21 de agosto de 1942, no qual o Segundo Tenente convocado José de Almeida Lima ficou encarregado de reunir os documentos que o compunham e serviu de escrivão para o mesmo.

Em seus anexos, o inquérito possui telegramas enviados no intuito de informar acerca dos torpedeamentos dos 5 navios mercantes brasileiros e da barcaça Jacira, torpedeados em agosto de 1942, como também, relatórios contendo listas de sobreviventes, as cargas de alguns dos navios e os depoimentos de alguns náufragos.

Após a leitura da fonte, foi realizado um levantamento acerca das partes em que o Inquérito é dividido, os personagens mencionados, os telegramas anexados, os testemunhos dos sobreviventes dos torpedeamentos, as listas dos passageiros e dos materiais presentes nos navios. Assim como a análise e comparação das informações obtidas tanto no próprio Inquérito, quanto com a historiografia sobre a época.

Para a partir disso, apreender acerca dos acontecimentos sob a ótica desse documento, principalmente como os militares encararam o evento e as medidas adotadas no imediato pós-agressão, e ainda, contribuir na historiografia sobre essa época dos torpedeamentos dos navios mercantes na costa do Nordeste brasileiro. Esperamos, dessa forma, colaborar para uma reflexão mais aprofundada sobre o tema que ainda merece mais estudos e análises.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Segundo Cytrynowicz (2002), o mapa mundial, as estruturas organizacionais políticas, econômicas e sociais e os parâmetros de relações políticas entre os países são, em grande parte, os derivados dos acordos do fim da guerra. No momento de uma guerra, uma sociedade muda

drasticamente, principalmente o comportamento dos indivíduos que a compõem e vivem em função do medo dos acontecimentos futuros.

Devido ao início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, os países que compunham o conflito tiveram que se adequar ao novo momento que passariam a enfrentar; desde um contexto mais interno, levando em conta a economia e as mudanças no interior da sociedade, até o início das hostilidades que levaram as Marinhas dos Estados Beligerantes a iniciarem suas manobras com o intuito de se posicionarem para futuras missões (CABRAL, 2013, p. 397).

A certeza de uma nova guerra que teria alcance mundial, trouxe a necessidade de novas estratégias que visassem a vitória de uma forma mais rápida e efetiva. No entanto, alguns ainda perpetuavam os mesmos modos de agir que os utilizados na Grande Guerra anterior, algo que de certa forma influenciou nos anos seguintes de conflito e no modo como ele se desenvolveu.

Nesse contexto, surgiu a Kriegsmarine que passou a investir na construção de submarinos (U-Boot), e em reforços de forças aéreas e terrestres. As operações navais se caracterizavam pela organização de comboios e negação ao inimigo do livre acesso às rotas marítimas, a fim de dificultar o fornecimento de suprimentos básicos e estratégicos (CABRAL, 2013, p. 399).

Por conta disso, em 3 de setembro de 1940, Roosevelt e Churchill assinaram o *The Destroyers-Naval Base Deal*. Acordo entre os Estados Unidos e a Inglaterra no qual haveria uma troca de favores no setor naval para o fortalecimento de ambos. No entanto, o conjunto de ações elaboradas pelos britânicos não surtiu efeito imediato, pois os nazistas aumentaram o número de submarinos, como também aperfeiçoamentos tecnológicos, com o intuito de ampliar o poderio naval, além de receberem reforços de submarinos italianos (CABRAL, 2013, p. 406).

No Brasil, a situação não foi tão diferente assim. Neste período de guerra, o país passava por um momento também delicado, que se tratava da ditadura do Estado Novo (1937-1945) imposta pelo

então presidente Getúlio Vargas (1882-1954). Esta política possuía uma ideologia que enfatizava ideais militares, desde o povo em marcha, até as características essenciais que um militar deveria possuir (CYTRANOWICZ, 2002, p. 19).

Em 1940, obedecendo ao novo programa naval aprovado em 1936, optou-se pela construção no Brasil de uma série de navios varredores improvisados. Sendo assim, a força de Alto-Mar brasileira passou a ser assim constituída:

uma Esquadra com uma Divisão de Encouraçados com dois navios, o *Minas Gerais* e *São Paulo* (ambos do programa de 1906 e totalmente obsoletos); uma Divisão de Cruzadores com dois navios, o Rio Grande do Sul e o Bahia (também de 1906 e obsoletos); uma Flotilha de Contratorpedeiros com seis unidades, a maior de 1906, sem nenhuma capacidade de combater os submarinos modernos; uma Flotilha de submarinos com quatro unidades capazes apenas de realizar exercícios; um Trem de Esquadra com dois navios abastecedores, tânderes de Belmonte e Ceará (com capacidade logística limitada); os navios-tanque *Novais de Abreu* e *Marajó* e quatro rebocadores (também modestos), além da Flotilha de Navios-Mineiros Varredores com 10 navios, mais modernos porém com sérias limitações operacionais. Existia também uma Flotilha da Diretoria de Hidrografia e Navegação com cinco unidades, um navio-escola e as duas Flotilhas Fluviais, uma na região amazônica e outra em Ladário em Mato-Grosso, com unidades pequenas com pouco poder combatente (ALMEIDA, 2010, p. 298).

Como pode-se observar, a maioria desses meios de combate eram provenientes do programa de construção naval de 1906 idealizado pelo almirante Alexandrino Faria de Alencar. Apesar do pessoal da marinha possuir conhecimento nas últimas inovações no campo de guerra da época, eles se mantinham atrelados aos velhos modos de batalha (ALMEIDA, 2010, p. 298).

Essa interrelação entre as embarcações antigas e a insistência em permanecer com os mesmos métodos de combate utilizados anteriormente, indica o despreparo do país nos setores estratégicos.

co e bélico, que acabou influenciando diretamente na reposta aos ataques sofridos posteriormente.

A I Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, no Panamá, por conta das preocupações com o desenrolar que a guerra estava tomando na Europa, resultou em duas medidas: a adoção de uma atitude e uma delimitação de uma área de segurança. Essa área passou a ser conhecida como Zona Neutra, que iniciava na fronteira canadense-estadunidense no Pacífico (CABRAL, 2013, p. 410).

De acordo com Neill Lochery, durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil manteve-se neutro até o ataque japonês a Pearl Harbor, quando após diversos embates e contendas entre os componentes do gabinete de Vargas, optou-se pelo apoio aos Estados Unidos em troca de material bélico e financiamento para a construção da Siderúrgica Nacional (LOCHERY, 2014, n.p).

Após este ataque, os Estados Unidos perceberam que deveriam de uma vez por todas garantir a unificação do continente contra o Eixo. Nesse contexto o Brasil se tornava estrategicamente vital para a defesa da América por conta da sua localização geográfica, principalmente no que se refere ao Saliente Nordestino (SIQUEIRA, 2019, p. 212). Sendo assim, a necessidade dos Estados Unidos do uso das terras brasileiras para operações militares e o fato da guerra acabar afetando diretamente o país, o Brasil teve que deixar sua postura ambígua dos últimos tempos (SANDER, 2007, p. 29).

Essa posição geográfica, poderia indicar um paradoxo, já que ao mesmo tempo em que seria algo benéfico para os Aliados, de forma que eles teriam uma localização adequada para uma investida contra o Eixo; ainda deixava o Brasil fragilizado, pois se não estivesse devidamente protegido, poderia tornar-se um alvo fácil para os ataques inimigos.

Os primeiros ataques à Marinha Mercantil brasileira ocorreram quando o Brasil ainda estava numa posição de neutralidade em re-

lação ao conflito europeu. A primeira perda foi o NM *Cabedelo*, que deixou o porto de Filadélfia nos EUA, com carga de carvão, no dia 14 de fevereiro de 1942. Seguido pelo torpedeamento do NM *Buarque* em 16 de fevereiro de 1942, quando levava para os Estados Unidos 11 passageiros, café, algodão, cacau e peles. Já o NM *Olinda* foi torpedeado em 18 de fevereiro de 1942, com uma tripulação de 46 passageiros (ALMEIDA, 2010, p. 302).

Ainda foram vítimas de torpedeamentos o NM *Arabuatã* em 7 de março de 1942; NM *Cairu* em 8 de março de 1942; NM *Paraíba* em 1º de maio de 1942; NM *Gonçalves Dias* em 24 de maio de 1942; NM *Alegrete* em 1º de junho de 1942; NM *Pedrinhas* e NM *Taman-saré* em 26 de junho de 1942. Todos os ataques ocorreram em costa norte-americana ou no mar das Antilhas. A única exceção foi o NM Comandante Lira que foi torpedeado ao largo do Ceará, litoral brasileiro (ALMEIDA, 2010, p. 303).

A partir disso, em janeiro de 1942, durante a Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro, o rompimento passava a ser mais palpável, após um bilhete enviado pelo representante alemão Curt Pruefer que dizia que “A ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha significaria o estado de beligerância latente, acarretando consequências que equivaleriam à eclosão da guerra efetiva entre os dois países” (SANDER, 2007, p. 38).

No entanto, foi somente em agosto de 1942 que a posição do Brasil foi levada a ser definitiva de uma vez por todas. Por conta do rompimento de relações diplomáticas com o Eixo, vários navios mercantes brasileiros foram torpedeados por submarinos alemães. Porém, o Brasil só pôde sentir o terror em suas terras, quando em agosto de 1942, cinco navios mercantes brasileiros (Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Arará e Itagiba) foram torpedeados pelo submarino alemão U-507, o que levou o país a declarar estado de beligerância contra o Eixo (LIRA, 2019, p. 114).

TORPEDEAMENTOS

Com base numa minuciosa análise dos relatórios, telegramas e informações contidas no Inquérito Policial Militar (1943) e o documentário Agressão (1943), pôde-se apreender um pouco mais acerca dos acontecimentos e circunstâncias que antecederam aqueles fatídicos dias, como também, a forma como os militares posicionaram-se no pós-agressão.

No dia 14 de agosto de 1942 os navios mercantes brasileiros Baependi, Araraquara e o Aníbal Benévolo tiveram sua saída do porto da Bahia atrasada por um problema no abastecimento de água destinada à navegação. Por conta disso, o Baependi saiu às 7h com destino a Manaus, o Araraquara às 11h para Maceió e o Aníbal Benévolo às 12h rumo a Aracaju, todos no dia 15. Já o Itagiba saiu de Vitória no dia 15 e encontrou-se com o Arará no dia 17 (AGRESSÃO, 1943, p. 18).

Em consequência desse atraso na partida dos navios, no dia 15 de agosto de 1942 o submarino alemão U-507, comandado pelo Capitão-de-Corveta Harro Schacht, torpedeou três dos cinco navios na mesma noite: o Baependi às 19h, o Araraquara às 21h, ambos no dia 15 e o Aníbal Benévolo às 4h15min da madrugada do dia 16. Aproveitando-se também do Itagiba e do Arará, no dia 17, que se encontraram navegando em destinos contrários. Sendo que o primeiro iria para a Bahia e o segundo para Santos (AGRESSÃO, 1943, p. 17).

Por conta dessa realocação nas saídas dos navios e as coincidências que aconteceram naquele momento, os governantes e consequentemente a população, atentaram-se para a possibilidade de uma provável ação de espões do Eixo em terras brasileiras, gerando um desconforto nos cidadãos que passaram a desconfiar até mesmo de seus vizinhos e familiares, o que é evidenciado através de notícias nos jornais sergipanos da época, tais como o Diário Oficial, Folha da Manhã e Correio de Aracaju.

Para apreender mais acerca dos torpedeamentos dos navios mercantes brasileiros, leva-se em conta os telegramas anexados no In-

quérito Policial militar analisado, os quais evidenciam as trocas de informações entre os militares após a notícia dos naufragos chegarem à costa sergipana. Para isso, foi realizada uma linha do tempo para melhor entendimento dos acontecimentos.

No dia 16 de agosto, foram enviados alguns telegramas relatando o torpedeamento ao navio mercante Baependi. Dentre eles, vale comentar sobre dois. O primeiro, taxado como “URGENTÍSSIMO” foi enviado pelo capitão Lauro Reis ao Ministro de Guerra, general Eurico Dutra, informando sobre o torpedeamento do Baependi e o salvamento de dois oficiais do Sétimo Grupo de Artilharia e quatro praças, na cidade de Estância ao norte da Bahia (IPM, 1943, fls. 3); porém, não poderiam presumir quantos sobreviventes poderiam haver, por conta da rapidez que o navio afundou.

Nesse primeiro momento pode-se apreender a importância de informar ao Ministro de Guerra sobre o ocorrido, de forma rápida e efetiva - como costumam ser os telegramas -, sobre o dia e hora em que ocorreu o torpedeamento; algumas informações sobre o salvamento de 6 sobreviventes e a necessidade de realizarem uma busca pelas imediações, pois ainda poderiam existir mais sobreviventes em baleeiras à deriva.

Como sabe-se, o ataque foi cruel e não tinha a intenção de deixar sobreviventes, só que até o momento, não há indícios do quanto os militares tinham ciência desse fato, apenas que sabiam do fato do afundamento ter sido bem rápido, como é informado.

O segundo telegrama enviado pelo interventor Augusto Maynard ao general Eurico Dutra e ao Major Landry, informava que os 28 sobreviventes do Baependi estavam sendo levados para Aracaju e que o navio mercante Aníbal Benévolo que era esperado no dia 15 de agosto, ainda não havia chegado ao porto e nem haviam notícias sobre o mesmo, até o momento do envio do telegrama (IPM, 1943, fls. 11).

A partir dessas informações, já seria possível presumir que haviam apenas 28 sobreviventes do torpedeamento do Baependi. Como também, a necessidade de informar sobre o aparente desaparecimento do

Aníbal Benévolo, já que devido às circunstâncias, havia a forte possibilidade deste navio ter sucumbido ao mesmo destino cruel do anterior.

Já no dia 17, temos vários telegramas que foram enviados e entre eles podemos notar uma discrepância entre a distância em milhas do local em que o navio fora torpedeado, para a costa. Enquanto em um telegrama enviado às 10h15 informava que o navio estava a sessenta milhas da Barra do Rio Real; outro telegrama enviado às 22h esclarecia que o torpedeamento ocorreu a cinquenta milhas da costa.

A ocorrência dessa discrepância pode ter alguns motivos, seja por conta de diferentes relatos dados pelos sobreviventes ao serem interrogados sobre o ataque; ou até mesmo um erro de datilografia na pressa da informação ser passada o quanto antes, resultando de uma certa falta de cuidado ao repassarem as informações obtidas. Porém, não tem-se como ter certeza, já que não é explicado o motivo de informarem distâncias diferentes para o mesmo navio e momento.

Outro telegrama ainda enviado nesse mesmo dia, às 12h de Aracaju para o Rio, explica que o número de sobreviventes era 29. Sendo que um dos naufragos, José Castelo Branco Verçosa, considerado “semilouco”, disse que só sairia da praia quando chegassem os cadáveres de sua mulher e filha. Informa ainda a grande revolta da população, que indignada com o ataque, começava a realizar manifestações (IPM, 1943, fls. 13).

Nesse caso, pode-se entender por que em um dos telegramas do dia anterior, informavam apenas 28 sobreviventes, pois um deles havia permanecido na praia num estado de tão grande tristeza e desespero por perder sua esposa e filha, que foi considerado semilouco pelas pessoas ao redor.

Ainda é possível perceber que as notícias dos torpedeamentos e os infortúnios dos sobreviventes já estavam rodando pelos ares das cidades e a população já se mostrava extremamente indignada, saindo pelas ruas clamando por vingança e que medidas fossem adotadas para que esses ataques não fossem esquecidos e nem tratados com

pouca importância. Nota-se como a população se comportou nesse momento, por meio das notícias de jornais sergipanos na época do ocorrido, que destacam ainda a depredação de propriedades de estrangeiros, que mesmo não existindo uma confirmação do envolvimento deles com os torpedeamentos, ainda eram culpabilizados.

Às 14h daquele mesmo dia, foi enviado um telegrama pelo Interventor Federal da Bahia, Landulfo Alves, para o prefeito de Cairu, Raul Miranda, comunicando que o Iate Aragipe ancorou perto de Gamboa do Morro, trazendo náufragos do navio Itagiba, que havia sido torpedeado naquele mesmo dia às 10h50. Relata ainda, que haviam como sobreviventes: 76 praças, 56 tripulantes e 10 passageiros. Como desaparecidos, existiam 20 praças, 4 tripulantes, o comandante do navio e 2 passageiros. Sendo que os sobreviventes foram conduzidos para Valença a fim de receberem os primeiros socorros (IPM, 1943, fls. 24, 25).

Nesse caso, pode-se ter noção de que os militares passaram a ter conhecimento de mais torpedeamentos além dos dois primeiros navios. Nota-se ainda que esse informe é mais detalhado que os anteriores, informando não somente a quantidade dos sobreviventes e desaparecidos, mas também, especificando quantos praças, tripulantes e passageiros existiam. Além de que, deixa uma dúvida acerca de qual a razão para o iate Aragipe não ter sido torpedeado ao salvar os náufragos do Itagiba, seria pelo iate ter realizado o salvamento num local mais afastado do ataque? Ou o submarino simplesmente o ignorou?

Só é possível entender e responder a essas perguntas, por conta dos depoimentos dos sobreviventes que foram interrogados e cujo relatório está em anexo no Inquérito Policial Militar. Segundo o qual, expõe sobre todos os torpedeamentos e nesse caso, nos dá uma luz acerca do que houve.

No caso do Aragipe, o navio não se aproximou o bastante para ficar no local do torpedeamento do Itagiba, o que deve ter sido a razão para o mesmo não ser torpedeado. Já o Arará não teve a mesma sorte, ao se aproximar do local do torpedeamento, para trazer os náufragos a bor-

do, que ainda estavam à deriva e pedindo socorro, fora atacado e teve o mesmo destino daqueles que pretendia salvar (IPM, 1943, fls. 47).

Outros dois telegramas enviados pelo Cel. Aleixo para o quartel 28º BC em Aracaju, solicitavam que fosse enviado com urgência, todas as informações existentes sobre o torpedeamento do Baependi para ser apurado pelo Inquérito Policial Militar (IPM, 1943, fls. 29). Tentando dessa forma, entender o mais rápido possível, que havia ocorrido e se aproximar mais da certeza de se foi um ataque alemão ou não.

Já no dia 18 de agosto, o tenente coronel Gilberto Freitas, junto com Antônio Carlos do Nascimento Junior, tomou os depoimentos de 4 testemunhas; Viterbo Storry, tripulante do Baependi; os marinheiros Milton Fernandes da Silva, Erotildes Bruno de Barros e o estudante Caetano Moreira Falcão, sendo que esses três viajavam no Araraquara (IPM, 1943, fls. 79-82).

A partir de seus relatos, pode-se perceber as semelhanças e o quão assustadores e trágicos foram os torpedeamentos, sendo realizados de forma que não houvessem sobreviventes. É possível sentir em seus relatos o pavor ao tentarem sobreviver, vendo os navios afundando rapidamente e passando pelo horror de tentarem se agarrar ao que encontrassem por perto, já que a maioria das baleeiras fora inutilizada pelos torpedos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações colhidas, pode-se apreender a forma como os militares analisaram os ataques, avaliaram as medidas adotadas no imediato pós-agressão e as impressões iniciais sobre o ocorrido e seus desdobramentos. A primeiras medidas ao saberem acerca do torpedeamento do Baependi foram informar ao Ministro de Guerra, Eurico Dutra, pelo uso de telegramas, sendo uma forma mais rápida e direta de relatar o acontecido.

Nota-se ainda, as discrepâncias existentes entre os telegramas enviados, seja por conta da pressa para as informações serem repassadas, ou pelos relatos dos sobreviventes serem controversos entre si em alguns pontos. Diferenças essas, notadas na distância em milhas do local do torpedeamento do Baependi com relação à Costa e a quantidade de sobreviventes dos torpedeamentos.

Ressaltando também, a forma como a população se comportou após os ataques, indo às rua em busca de justiça pelos atentados à sua terra e seu povo, denotando uma intensa comoção quase que generalizada e o espírito patriota que se apossava de boa parte dos populares, levando o ataque como pessoal e como se aquelas vítimas fossem suas parentes.

REFERÊNCIAS

AGRESSÃO: Documentário dos fatos que levaram o Brasil à Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1943.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial: Considerações históricas e estratégicas. *In:* SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge; LAPSKY, Igor (Org.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

CABRAL, Ricardo Pereira. O Atlântico, a defesa hemisférica e a Segunda Guerra Mundial. *In:* SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster de Souza; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de (Org.). **Atlântico: a história de um oceano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 393-432.

CARVALHO, Luana Moura Quadros. Sobreviver em tempo de guerra: Salvador (1939-1945). *In:* PEDREIRA, Flávia de Sá (Org.). **Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial**. São Paulo: LCTE Editora, 2019, p. 87-112.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra:** a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo/Geração Editorial, 2002.

LIRA, Clarice Helena Santiago. A Teresina “escura e triste” nos tempos de mobilização (1942-1945). *In*: PEDREIRA, Flávia de Sá (Org.). **Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial**. São Paulo: LCTE Editora, 2019, p. 113-136.

LOCHERY, Neill. **Brasil: os frutos da guerra**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca LTDA, 2014. Não paginado.

SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento dos navios brasileiros pelos nazistas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SIQUEIRA, Armando Augusto. Censura e americanização pelas ondas da Rádio Clube de Pernambuco. *In*: PEDREIRA, Flávia de Sá (Org.). **Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial**. São Paulo: LCTE Editora, 2019, p. 205-232.

FONTE

ALEIXO, Renato Onofre Pinto. **Inquérito Policial e Militar**. Bahia: Quartel general da 6ª Região Militar. 1943.

Abastecimento, rotas e produtos alimentícios em Belém na segunda metade do século XIX

*Elbia Cunha de Souza*¹

*Francicléia Ramos Pacheco*²

*Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo*³

INTRODUÇÃO

O abastecimento da região de Belém na segunda metade do século XIX se constituía basicamente da relação inter-regional com os interiores que forneciam os principais gêneros alimentícios necessários para a população. Essa relação entre esses dois polos era essencial nesse período, pois a capital recebia os produtos que eram fornecidos por esses lugares existindo uma dependência direta com essas regiões, segundo Sidiana Macêdo “até fins do século XIX as fazendas de cultura e pecuária eram capazes de fornecer artigos para o abastecimento da capital e mesmo para a

-
- 1 Graduanda do curso de Licenciatura em História - UFPA, voluntária no projeto, E-mail: souzaelbia77@gmail.com.
 - 2 Graduanda do curso de Licenciatura em História- UFPA, Bolsista Pibic, CNPq do projeto “Os Sabores da Cidade, práticas hierárquicas locais, a cozinha mestiça e seus lugares em Belém do Pará (1850-1900)” E-mail: francyramos100@gmail.com.
 - 3 Doutora em História pela Universidade Federal do Pará (2016), Vice - coordenadora de Estágio da Universidade Federal do Pará. E-mail: sidimacedo@yahoo.com.br.

exportação” (MACÊDO, 2014, p. 104), ou seja, existiam os polos produtores de alimentos que forneciam os gêneros essenciais para a população e através dessa relação a cidade acolhia uma diversidade de gêneros vindos desses lugares.

Falar de alimentação é adentrar o cotidiano da população e ainda perceber suas redes de interação, além de identificar os fatores sociais de um determinado grupo e através desse olhar percebemos novos detalhes, os elementos que antes passavam despercebidos. Nessa perspectiva conhecemos melhor uma sociedade partindo do que e como ela se alimenta, suas preferências culinárias que vão além do que um simples prato, é também contemplar o jogo de sabores que acontece ao seu redor. Nesse sentido, como nos aponta Macêdo:

Por meio da alimentação podem-se identificar os valores culturais de uma dada sociedade, já que de certo modo, ela revela as relações hierárquicas entre os diversos segmentos sociais. A alimentação como parte da vida dos indivíduos, desperta no historiador olhares sobre o que significa o alimentar-se nos diferentes tempos e sociedades (MACÊDO, 2014, p. 16).

Identificar os sabores da região amazônica nesse período é se deparar com o pirarucu, com a manteiga de tartaruga, a castanha, o cacau, peixes diversos, os produtos regionais, mas também encontrar azeite português, bacalhau e outros produtos vindo do estrangeiro. É perceber as redes de trocas entre diferentes pontos que se cruzavam tendo como linha de chegada o porto da cidade de Belém, e a partir daí chegar na mesa da população trazendo não apenas os seus pratos, mas suas vidas com esses sabores.

É importante notar como a capital era abastecida com os produtos vindos do interior, ou seja, “havia uma predominância dos artigos dos interiores na primeira metade do século XIX, quando o Pará ainda não contava com a navegação a vapor e nem com o capital gomífero” (MA-

CÊDO, 2014, p. 46). Essa predominância segundo Macêdo se dava basicamente com os gêneros de primeira necessidade como o peixe, a carne, café, arroz, farinha, manteiga de tartaruga, castanha, que aportavam todos os dias no cais da cidade, além de servir para o abastecimento interno, alguns desses produtos destinavam-se à exportação movimentando assim as relações internas e externas da capital. É fundamental explicar nessa perspectiva já que a temática do abastecimento⁴ é uma subárea da História da Alimentação, ainda mais porque a produção de alimentos e seu comércio entre os interiores e capital paraense é uma das válvulas econômicas da cidade de Belém, no período estudado.

Nesse sentido, a produção agrícola e extrativa no que tange ao abastecimento da cidade de Belém pelos interiores foi fundamental ao longo de toda segunda metade do século XIX para a manutenção da alimentação. Analisando esse comércio “Inter-regional” entre a capital e os interiores percebe-se que os produtos “tipicamente regionais são o pirarucu, carne seca, mapará em porção” (MACÊDO, 2014, p. 55) que são colocados à disposição da população nas tabernas e mercados, movimentando diferentes grupos que através dessas relações de sociabilidade, estabeleciam diálogos e confirmavam essa rede de colaboração mútua entre essas diferentes regiões.

Assim é possível vislumbrar essas redes de abastecimento, que forneciam esses produtos para a capital, revelando os hábitos alimentares presentes no cotidiano da população, produtos regionais que se destacavam pela grande abundância e pela presença constante na mesa do dia a dia, percebemos uma sociedade que consome esses produtos e que valoriza a riqueza presente em sua região.

O relato dos viajantes demonstrava que “as descrições são unânimes ao criticar a alimentação dos moradores de Belém, a importação de víveres e o consumo de gêneros alimentícios da população pobre e da elite paraense” (SILVA, 2011, p. 374b), classificando essa dieta alimentar

4 Ver os trabalhos de: SILVEIRA (1989); NÍRVIA (2005).

como pobre e sem nutrientes. Atualmente o que vemos é o cenário da Amazônia se destacando pela sua diversidade, pelos pratos exóticos que são repletos de sabores, trazendo lembranças de momentos vividos, que trazem gosto para quem consome e aqueles que moram fora da região são conquistados pelos temperos dos paraenses e retornam quantas vezes forem necessárias para viver novamente essa emoção.

Através desses relatos dos viajantes nota-se como eles consideravam a alimentação regional pobre em nutrientes, muitos não conseguiam perceber o comércio interno que era desenvolvido, entretanto o comércio de alguns gêneros alimentícios como o peixe era bastante rentável, assim:

A pesca na região não ocorria apenas de forma casual, com pescadores sem equipamentos que iam aos rios obter o peixe de forma simples e rotineira, quase de forma natural [...] ao contrário existia o que podemos chamar de uma indústria pesqueira (MACÊDO, 2014, p. 51).

Nota-se um crescimento da população principalmente na segunda metade do século XIX, com a efervescência da economia da borracha que atraía as pessoas para a região, assim como as mudanças no comportamento e nas práticas de sociabilidade era necessário que o abastecimento acontecesse de maneira satisfatória, ou seja, o comércio inter-regional proporcionava que os alimentos chegassem até a capital, além dos que eram exportados para fora da região como mencionado anteriormente.

Essa mudança no comportamento é visível principalmente nos lugares que estavam sendo construídos como as praças e o Teatro da Paz, “a cada dia a cidade tornava novos ares com cafés, restaurantes e a construção de prédios elegantes, bem como parecia mudar com a incorporação de gostos refinados” (MACÊDO, 2014, p. 207), ou seja, verifica-se como o espaço foi se transformando em decorrência desses novos comportamentos e como a população

necessitava de novos espaços para se socializarem. A autora chama a atenção que as mercearias e botequins ainda se mantinham como lugares de encontro mesmo que “tivessem que se adaptar aos novos tempos” (MACÊDO, 2014, p. 224). Assim é possível verificar como as relações sociais aconteciam em diferentes lugares, de acordo com a preferência dos grupos existentes.

É importante destacar as relações que se estabeleciam nesses lugares de trocas e vendas, onde as pessoas iam em busca de adquirir os produtos, assim como fortalecer os vínculos com os principais comerciantes, existiam diferentes interesses que movimentavam essa relação, existiam os mercados e as tabernas que funcionavam como esses espaços de negociações entre diferentes agentes, é provável que “o termo taberna, empregado no Almanaque, envolvesse outros tipos de estabelecimentos comerciais ligados à alimentação (como armazéns, lojas ou barracas)” (ALGRANTI, 2011, p. 28). Desse modo, eram lugares que favoreciam o encontro, a troca de informações, conversas, onde as pessoas estavam presentes todos os dias em busca dos produtos que chegavam, podemos imaginar que a partir dessas relações os vendedores estabeleciam relações com os principais comerciantes, trazendo seus produtos para determinados estabelecimentos que favoreciam a troca e o comércio entre os indivíduos.

Por isso, analisar as rotas de abastecimento de uma região é identificar os diferentes aspectos como estratégias, sujeitos, estruturas, zonas produtoras dos gêneros alimentícios, verificando os interesses que regem esse comércio, e que está além das relações superficiais. É mergulhar em um mundo desconhecido e conhecer muitos aspectos que fazem parte desse mundo.

Fazer parte dessa região de sabores é um grande privilégio, mas sobretudo é uma responsabilidade para dar continuidade numa alimentação que se destaca por sua simplicidade, pelos diversos ingredientes que combinados viram uma verdadeira festa de alegria, falar

de abastecimento é compreender que por mais complexa que seja uma sociedade sempre vai existir as relações de troca entre aqueles que produzem e os que consomem, estabelecendo através disso uma relação de ajuda mútua entre produtores e consumidores. Portanto, esse artigo nasce a partir da pesquisa com a bolsa de iniciação científica do projeto “Os sabores da cidade, práticas hierárquicas locais, cozinha mestiça e seus lugares em Belém do Pará (1850-1900), sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo, vigente no período de agosto 2018 a julho de 2019, no qual verificamos as rotas de abastecimento e os produtos que chegavam na cidade de Belém nesse período.

Logo, de acordo com a pesquisa realizada foi possível perceber os hábitos da sociedade a partir dos alimentos que consumiam, destacando os principais gêneros que chegavam dos interiores da região tais como: cacau, café, carnes, castanhas, feijão, arroz, o Pirarucu, entre outros (MACÊDO, 2014, p. 39) assim como fazer o mapeamento de alguns desses produtos e assim entender como a alimentação em Belém na segunda metade do século XIX, reflete os hábitos da sociedade, perceber a cidade e suas diversas relações a partir da alimentação.

OS PRODUTOS ENTRE ROTAS E TROCAS

A partir de análises feitas no jornal “A Província do Pará” 1876-1880, que se encontra na Biblioteca Pública Arthur Vianna no setor de Microfilmagem, foi possível perceber essa relação do abastecimento da região identificando os produtos que chegavam, percebendo as diferenças entre aqueles que vinham do interior e os que chegavam de fora como Liverpool, New York, através desses produtos importados percebemos que existia uma diferença social, pois a maioria desses produtos como água de colônia inglesa, chapéus, tecidos entre outros destinavam-se as classes que possuíam mais recursos.

Assim percebemos os gêneros alimentícios que chegavam na capital, suas principais rotas e os produtores responsáveis pelo abastecimento da região, entende-se que esse processo envolvia diretamente algumas regiões próximas como Óbidos, Portel, Chaves, Macapá, Iquitos, Manaus, Guamá, procedente das ilhas, Cametá, Baião, Rio Purus, Juruty, entre outras, os jornais destacavam essas regiões como lugares de onde vinham os vapores trazendo os alimentos que abasteciam a capital, nesse sentido, é importante ressaltar que:

O comércio em Belém era fundamental tanto para as vilas como para a própria capital que contava com os gêneros alimentícios, em especial os tido de primeira necessidade, como carne verde, farinha, peixe secco ou fresco e outros que chegavam aos portos (Ver-o-Peso, Sal, Doça) para o abastecimento (MACÊDO, 2014, p. 40).

Essa relação favorecia os sujeitos nela envolvidos, possibilitando uma interação entre os comerciantes que traziam os seus produtos e os compradores, que precisavam negociar para poder revender os gêneros para a população. Nota-se que esse comércio era movido por diferentes interesses que facilitavam a chegada dos alimentos na mesa da população e quando faltavam alguns produtos era preciso esperar para que fosse solucionado o problema. Podemos verificar que esse intercâmbio movimentava o comércio de gêneros alimentícios na cidade de Belém, possibilitando que o abastecimento acontecesse através das zonas produtoras. Segundo a historiadora Macêdo os viajantes que chegaram em Belém em 1819 mencionavam que “o homem do povo nutre-se principalmente de farinha de mandioca, peixe seco e carne seca, esta última vinda da vizinha Ilha de Marajó [...]” (MACÊDO, 2014, p. 68), relação permanece até hoje quando as cidades do interior chegam até a capital para vender os gêneros que produzem e em troca compram produtos e materiais em geral para revender nos seus locais de origem.

Em algumas regiões o abastecimento de gêneros alimentícios acontecia através de estradas, a região Amazônica possui um aspecto particular, pois seus rios se transformam em estradas onde os mais diferentes modelos de embarcações percorrem esse caminho todos os dias num fluxo constante de trocas e vendas, essa abundância das águas facilita a comunicação com regiões interioranas que se encontram distantes da capital, assim os produtos que chegam são descarregados no porto principal, onde existe grande concentração dos comerciantes que veem em busca de suas mercadorias, percebemos como esse local desenvolve um papel essencial para a manutenção desse sistema facilitando o acesso dos comerciantes, ou seja, “O porto era o centro do comércio da região, altamente cosmopolita e de onde as relações comerciais importantes ocorriam. Da mesma forma que os produtos eram distribuídos aos interiores pelo porto do Pará, a cidade era por ele abastecida” (MACÊDO, 2014, p. 41). Estabelecia-se assim relações sociais entre diferentes sujeitos, interligando os diferentes grupos a partir das trocas desses gêneros, nota-se como a alimentação aproxima, reúne, estabelece comunicações, pois aquilo que está na mesa percorreu um longo caminho até o seu destino.

Destacamos que conhecer o abastecimento de Belém é visitar diversas regiões que enviavam seus produtos para a cidade, “de fato, o alimento pode revelar os aspectos mais íntimos da sociedade e daquele que o ingere” (SILVA, 2011b, p. 40) conhecendo dessa maneira os lugares que produziam para o consumo da população, assim como perceber a importância dessa temática tendo em vista que o cotidiano da cidade é afetado diretamente quando acontecem ausências e crises de gêneros essenciais na mesa desses indivíduos.

No caso do Pará, existiam diversos fatores que ocasionavam essas crises no abastecimento da região, entre 1850 a 1900 “houve um aumento considerável da população e não houve um acréscimo da chegada de produtos regionais à capital, pelo menos os mais consumidos

que eram carne, peixe e farinha” (MACÊDO, 2014, p. 114), ou seja, essa falta de planejamento e a quantidade de pessoas que precisavam se alimentar trouxe alguns problemas nesse período, era preciso aumentar a produção dos gêneros de maneira que contemplasse a população carente desses alimentos. De acordo com a pesquisa notamos que alguns dos produtos que chegavam eram “cacau, café, carnes, castanhas, feijão, arroz, o pirarucu, bem como distintos tipos de peixes como guriuba e ainda sebos e manteiga de tartaruga, assim como a tão degustada farinha de mandioca” (MACÊDO, 2014, p. 39), logo a chegada dos vapores contendo esses gêneros era constante, proporcionando uma alimentação complexa e variada. Assim foi realizado um mapeamento de alguns desses produtos que chegavam na capital, para isso verificou-se os anos de 1876-1879, que correspondem ao período que conseguimos analisar, verificando diariamente os produtos que estavam chegando. Buscando identificar a quantidade total durante o ano e se existiam oscilações e mudanças no consumo desses produtos.

Com a análise dos dados foram criadas tabelas para demonstrar os resultados obtidos. Segue abaixo uma reprodução dessas tabelas que foram produzidas a partir das análises dos jornais, presentes na Biblioteca Arthur Vianna – CENTUR – Setor de Microfilmagem.

Tabela 1 - Ano 1876

ANO	GÊNEROS	QUANTIDADE TOTAL DE ENTRADAS
1876	CACAU	45,715,273 Kls.
	MIXIRA	91 latas
	CAFÉ	6,066 sacas.
	PIRARUCÚ	44,790 ditos.
	MANTEIGA	1,754 latas.
	CASTANHA	498,258 alqrs.

Fonte: Biblioteca Pública Artur Vianna – CENTUR – Setor de Microfilmagem.

Tabela 2 - Ano 1877

ANO	GÊNEROS	QUANTIDADE TOTAL DE ENTRADAS
1877	CACAU	1,908,318Kls.
	MIXIRA	194 latas.
	CAFÉ	876,787 sacas.
	PIRARUCÚ	519,756 ditos.
	MANTEIGA	8,989 latas.
	CASTANHA	1,464,241 alqrs.

Fonte: Biblioteca Pública Artur Vianna –CENTUR- setor de Microfilmagem.

Tabela 3 - Ano 1879

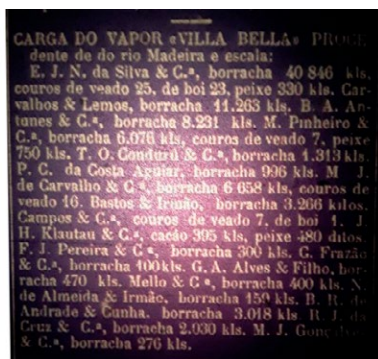
ANO	GÊNEROS	QUANTIDADE TOTAL DE ENTRADAS
1879	CACAU	581,467 Kls.
	MIXIRA	401 latas.
	CAFÉ	917,528 sacas.
	PIRARUCÚ	314,434 ditos.
	MANTEIGA	10,012 latas.
	CASTANHA	233,575 alqrs.

Fonte: Biblioteca Pública Artur Vianna- CENTUR- Setor de Microfilmagem.

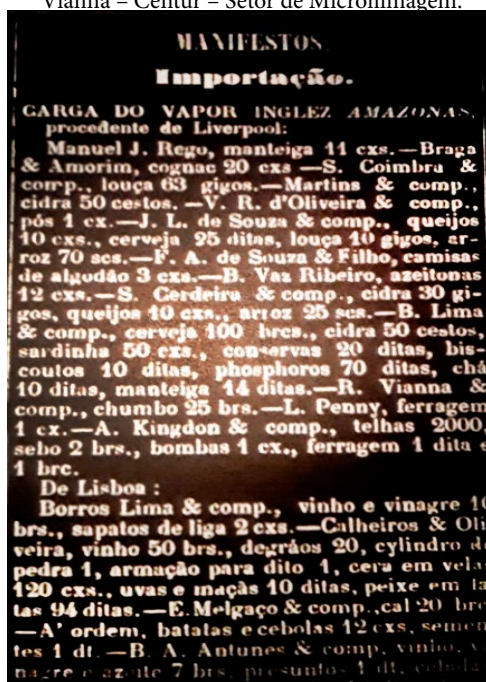
Assim verificamos como foi a entrada desses gêneros alimentícios na capital tendo em vista que eles chegavam constantemente nos vapores vindo do interior, em relação à alguns produtos que tiveram uma diminuição isso acontece pelo fato de que o ano de 1879 só existe o primeiro semestre, ou seja, de janeiro a junho. Nos demais existiu uma quantidade maior considerando que foi correspondente ao ano todo. Através da nossa análise identificamos que os produtos como o cacau, a castanha e os outros que estão representados na tabela, pertenciam ao consumo diário da população, devido a quantidade que chegava todos os dias, pois os jornais sempre traziam a relação dos produtos e eles estavam sempre presentes. Produtos como o Pirarucu que era constante na mesa da população, chegando em grande quantidade, o que sugere um consumo assíduo desse gênero, ao pensarmos a elaboração das tabelas a ideia era mapear aqueles produtos que estavam chegando diariamente, e que portanto eram consumidos quase que diariamente pela população, buscamos demonstrar essa chegada desses produtos a partir

dos gêneros escolhidos para fazer parte das tabelas, considerando a chegada dos mesmos. Destacamos também os anúncios dos jornais que traziam leilões de “castanhas, café, pirarucu, saccas com carne secca, de manteiga, assucar, e de peixe” geralmente as notícias saíam todos os dias convidando os moradores para que se dirigissem aos armazéns, assim os leilões também se constituíam como um momento de sociabilidade e de diferentes interações entre os negociantes que chegavam para comprar esses produtos, convém destacar que esses anúncios de leilões eram constantes estando todos os dias nas páginas dos jornais.

Todas essas informações foram coletadas a partir da análise das fontes que estão na Biblioteca Arthur Vianna, destacamos algumas imagens para que se perceba esse constante fluxo de chegada dos produtos e as regiões de onde eles estavam chegando, são imagens do ano de 1877 e 1879, retratando um pouco desses produtos que chegavam, bem como os leilões que eram oferecidos todos os dias de produtos como: carne, pirarucu, farinha entre outros, para que a população fosse até o armazém e comprasse tais produtos. Através dos jornais é possível identificar as mais diversas relações sociais dos grupos existente na segunda metade do século XIX, com pessoas que consumiam bastante peixe, carne e os demais gêneros que eram trazidos do interior da região, além de revelar a prática de leilões como um importante evento de encontro onde se fortaleciam as redes de sociabilidades.



Fonte 1 - Jornal “A Província do Pará” novembro de 1877 - Biblioteca Pública Artur Vianna – Centur – Setor de Microfilmagem.



Fonte 2 - Jornal “A Província do Pará” – novembro de 1879.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retratar sobre o abastecimento da cidade de Belém na segunda metade do século XIX é vislumbrar aspectos que narram sobre o cotidiano da cidade, verificamos o constante fluxo das embarcações que

eram responsáveis pela manutenção dos principais gêneros da população, destacando principalmente o papel das regiões do interior que abasteciam a cidade com produtos como cacau, castanha, manteiga e outros, alguns autores reforçam a importância de estudos que privilegiem esse aspecto. Constatamos que é possível conhecer o comportamento da população, através da ida aos mercados e casas de vendas adquirir os gêneros que chegavam, seja do interior ou de fora da cidade, essas relações de sociabilidade que aconteciam através da alimentação demonstra os aspectos particulares da sociedade, assim como percebemos como se comportavam os sujeitos que frequentavam esses lugares, segundo Leila Algranti (2011) “é provável que houvesse uma hierarquia entre os diversos estabelecimentos, a exemplo do que ocorria na sociedade como um todo” ou seja, existiam alguns lugares que eram frequentados por aqueles que possuíam status social, onde uma parcela da população não tinha acesso, esses espaços serviam para fortalecer as relações entre comerciantes e clientes, assim como estabelecer essa separação entre os indivíduos, destacamos também os Leilões que aconteciam nos armazéns e casas de vendas, e se constituem como espaços de sociabilidade dos diversos grupos que iam comprar o peixe, o pirarucu, a manteiga ou mesmo “de uma partida de saccas com café e uma dita de fardos com carne secca” desse modo a análise possibilita identificar os sabores que estavam presentes nesse momento estabelecendo hierarquias e redes de sociabilidade entre diversos grupos.

Nesse sentido, percebemos como a alimentação é um aspecto privilegiado que possibilita interpretar e conhecer uma sociedade, analisando o intercâmbio entre cidade e interior, destacando a ação dos grupos que se deslocam constantemente para trazer esses produtos até o porto e mercados, que posteriormente serão colocados à disposição da população, essa é uma relação que acontece até os dias atuais, com o fluxo de embarcações vindo dos interiores trazendo produtos como o Açaí, o peixe, o camarão e outros, assim percebemos como “a alimentação como temática da construção do conhecimento, constitui um universo de pesquisa rico e bastante diversificado” (REZENDE, 2004, p. 2) que permite conhecer os sujeitos através dos alimentos que consomem e das diversas relações estabelecidas

assim através desse aspecto é possível conhecer novos elementos que estão presentes no cotidiano da população, nesse sentido, a alimentação como campo de pesquisa oferece novas interpretações da sociedade e das transformações que aconteceram ao longo da História.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. Tabernas e botequins cotidiano e sociabilidades no Rio de Janeiro (1808-1821). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2 p. 25-42, jul./dez. 2011.

BRASIL. Lei nº 12.288.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ: “ARTHUR VIANNA”. Seção de Microfilmes- Jornais: “A Província do Pará” (1876, 1877, 1879, 1880).

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Do que se come**: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2014.

NÍRVIA, Ravena. O abastecimento no século XVII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, dez., p. 124-149, 2005.

REZENDE, Marcela Torres. A alimentação como objeto histórico complexo: relações entre comidas e sociedades. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, 2004.

SILVA, Fabrício Herbeth Teixeira da. **Nas tramas da “escassez” o comércio e a política de carnes verdes em Belém (1897- 1909)**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC-SP, 2011a.

SILVA, Fabrício Herbeth Teixeira da. “Aos nossos olhos europeus”: alimentação dos paraenses nas crônicas de viajantes do século XIX, viagens, viajantes e deslocamentos. **Projeto História**, n. 42, jun., p. 373-390, 2011b.

SILVEIRA, Neudalino Viana da. **Santa Maria de Belém do Grão-Pará, problemática do abastecimento alimentício durante o período áureo da borracha (1850-1920)**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 1989

Política e parentela no sertão paraibano

A continuidade da representação de Ernani Sátyro segundo a FUNES

Ana Victória de Medeiros Oliveira¹

Laercio Teodoro da Silva²

INTRODUÇÃO

As narrativas museológicas que são constituídas de memórias e identidades, partem essencialmente de questões ideológicas de quem as produz, e este processo de criação de determinado discurso é marcado por disputas que constituem os mais diversos âmbitos da vida social, seja na dimensão política, simbólica ou até mesmo na econômica e cultural. Posto isso, os museus têm o poder de criar explicações que induzem a manutenção e perpetuação de determinado prestígio ou *status*.

Segundo Foucault (1970), em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos. Portanto, todo e

1 Aluna do curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande, <http://lattes.cnpq.br/9217433585302008>. E-mail: anavictoria.dma@gmail.com.

2 Laércio Teodoro da Silva, Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará e graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal da Paraíba. <http://lattes.cnpq.br/8793801402077633>. E-mail: laerciotedorohistoria@gmail.com.

qualquer discurso – que venha ser produzido ou não por instituições museológicas – parte de uma intencionalidade e seleção, desde o momento em que está sendo construído.

Sendo assim, vale ressaltar que a Fundação Ernani Sátyro surge no ano de 1991, a partir de esforços efetuados por parte do Estado e da família. Desse modo, o lugar que foi a casa da família Sátyro por gerações, atualmente funciona como casa-museu, que abriga os mais variados artigos da vida material da genealogia do patrono. Os móveis, livros, indumentária (de Ernani Sátyro e seu irmão), artigos pessoais (medalhas, óculos, troféus, condecorações), fotografias, documentos, e outros objetos que compõem os mais variados espaços da Fundação, formam um ambiente de narração da trajetória de Ernani Sátyro.

A organização que foi dada ao local, separa alguns desses símbolos da vida material do patrono em ambientes comuns. Além dos espaços habituais à maioria das residências de famílias de elite da época (sala, cozinha, sala de jantar, biblioteca), outros recintos são destinados à amostra de parte da vida política de Ernani Sátyro, como a sala que expõe artigos associados a essa fase de sua vida, – a exemplo das medalhas, condecorações, indumentárias e exposição visual das obras realizadas em seu governo – além de possuir também uma sala destinada à exposição de imagens dos ex-prefeitos da cidade.

Portanto, a dinâmica que se propõe para a construção desta análise é a de notar a Fundação Ernani Sátyro partindo de seu íntimo, e não apenas do que é aparente. Logo, objetiva-se neste estudo considerar a FUNES não apenas como um espaço de memória, mas sobretudo como um espaço de poder, e, assim, compreender de que modo a imagem do “saudoso” Ernani Sátyro é fabricada e difundida no presente, pela instituição.

No entanto, vale ressaltar que a pretensão da pesquisa não é negar a importância da Fundação e sua atuação na cultura local, mas compreender como a organização museológica e os discursos forjados em con-

junto com a instituição, constroem e alimentam uma imagem “nobre” e monumental acerca do patrono, que foi ex-ministro do Supremo Tribunal Militar, deputado, governador e que ocupou tantos outros cargos.

A fonte principal que apoiou a discussão desta pesquisa, foi a revista de edição comemorativa, produzida pela própria FUNES intitulada: “Fundação Ernani Sátiro, 10 anos a serviço da cultura paraibana”, cuja revisão do material foi de análise do discurso. O referido periódico conta com diversos artigos, os quais foram produzidos com o intuito de rememorar a atuação pública do ex-ministro do Supremo Tribunal Militar, de uma forma singela, saudosa e passadista.

A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ERNANI SÁTIRO E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO MUSEOLÓGICO

A GENEALOGIA DA FAMÍLIA SÁTIRO E A CASA-MUSEU

A cidade de Patos, que serve de delimitação espacial para o estudo, encontra-se localizada no sertão do estado da Paraíba, e pode ser caracterizada como uma área de forte predomínio da política de parentela. Como explica Lewin (1993), “A oligarquia paraibana espelhava um padrão de organização comum ao Nordeste e ao Brasil como um todo.” Sendo assim, esse modelo não era caracterizado como um paradigma apenas da Paraíba ou de seu interior, mas sim de todo o Brasil.

Partindo do pressuposto da forte influência de parentela na Paraíba, é possível associar a linhagem da figura central deste estudo, com esse tipo de arranjo econômico, familiar e político. Assim como propõe Mendes (2019, p. 44)

Ao ler a genealogia da família Sátiro, um aspecto chama atenção: desde seu trisavô, bisavô, avô e até chegar ao seu pai, percebe-se que há um vínculo entre latifúndio e po-

lítica, corroborando a ideia de que o poder exercido era proveniente das terras que detinham.

Mediante o exposto, pode-se sugerir que a atuação de Ernani Sátyro enquanto homem público e político nos mais variados parlamentos, não é uma exceção na política sertaneja, conseqüentemente, a mesma deve-se de maneira explícita ao domínio exercido pela sua genealogia no campo social, político, econômico e cultural, iniciado muito antes de seu exercício.

Como bem explica Flávio Sátyro no livro *Perfis Parlamentares* (2011, p. 44) sobre a participação política dos antecessores de Ernani Sátyro

O seu trisavô, José Raimundo Vieira, dono de extensas porções de terras no município de Patos, fez parte da primeira composição da câmara de vereadores daquele município, quando de sua criação e instalação em 1833. O seu bisavô Miguel Sátyro e Sousa, o primeiro desse nome, foi também membro daquela câmara, no século XIX, além de integrante da antiga Guarda Nacional. O avô materno, Firmino Ayres Albano da Costa, grande latifundiário do sertão paraibano, foi deputado na Assembleia Legislativa da província em mais de uma legislatura, tendo tido grande atuação política no município de Piancó, um dos mais antigos e extensos da região [...]. Por fim, seu pai, Miguel Sátyro e Sousa, que larga influência exerceu em sua formação, foi chefe político de Patos a partir do início do século passado, mantendo-se nessa chefia por quase trinta anos. Sua hegemonia foi tamanha que a cidade passou a ser conhecida como “Patos do major Miguel”. Além de deter a chefia política do importante município, Miguel Sátyro foi deputado estadual, antes de 1930, por três legislaturas seguidas.

Tal afirmação ajuda a entender que a região do sertão paraibano, a qual é conhecida por “Espinharas” e também como o local de origem de Ernani Sátyro, possui forte atuação militar, política e econômica da linhagem do mesmo. No entanto, mesmo que atualmente as denominações utilizadas no passado como referência ao domí-

nio político da família Sátyro na região já não sejam tão ressaltadas, as vivências políticas dessa parentela podem ser compreendidas no tempo presente; seja nos espaços públicos, como o Fórum Municipal que recebe o nome de Miguel Sátyro, na rua que localiza-se a Fundação Ernani Sátyro, que também recebe o nome do seu pai, na casa que abriga o museu e que serviu como palco para inúmeras decisões políticas, ou nos mais variados espaços que compõem a cidade e que carregam a marca desta linhagem.

A exemplo, em um dos artigos do periódico comemorativo de 10 anos da instituição, foi destacado sobre a casa-museu o seguinte:

Sua própria sede, a Casa do Major Miguel Sátyro, que acolheu tantos líderes políticos do sertão paraibano e onde importantes decisões foram tomadas nas mais diversas áreas da atividade, continua a ter uma distinção relevante no cenário da preservação do patrimônio histórico do município (SOUSA, 2001, p. 8).

A “distinção relevante” do lugar pode ser associada ao fato de que a própria família cedeu todo o arquivo e o espaço, bem como o governo do estado interessou-se em legitimar a casa como um espaço significativo tanto para a história da cidade, quanto para a memória coletiva das Espinharas. Portanto, inúmeros outros lugares não somente importantes como também ligados diretamente à história local não recebem o mesmo cuidado de preservação memorial por parte do Estado, das figuras e dos órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico municipal e estadual. Logo, sugere-se que tal espaço só recebeu a atenção já citada por estar associado a uma figura pública de grande reconhecimento no cenário nacional, político, intelectual e econômico.

Além do mais, o espaço que pode ser compreendido como um *locus* de encontros para os âmbitos públicos e privados desta parentela, também desempenha uma função política na atualidade. E isso ocorre precisamente pelo fato de que descendentes diretos

e indiretos dessa prole, utilizam-se FUNES para dar continuidade ao que foi desenvolvido pelo patrono da instituição.

Por conseguinte, a edificação utilizada como casa-museu é marcada por uma série de imaterialidades que não podem ser percebidas – diretamente e visualmente – em seus espaços comuns. Por isso, quando observa-se o local, na tentativa de compreender sua relevância na cultura regional e no agrupamento patrimonial da cidade, deve-se captar o contexto que “ergue” o mesmo, e assim, entender os “não ditos” no caminho percorrido para a constituição do discurso museológico, bem como as intencionalidades que apresentam-se em tom direto e indireto, na manutenção da genealogia Sátyro e Sousa.

“O MAIOR FILHO DAS ESPINHAS” E O DISCURSO DA FUNDAÇÃO ERNANI SÁTYRO

A revista de edição comemorativa em alusão aos 10 anos da Fundação Ernani Sátyro, conta com quinze artigos escritos por pessoas que em sua maioria estavam ligadas à história, educação e cultura, e compunham o cenário paraibano e regional. Além desses, existem também textos de abertura que foram feitos pela presidente da instituição e outrem pelo governador da Paraíba, em 2001, José Targino Maranhão, que ressalta a importância da Fundação para a região de Patos. Os artigos vinculados à essa edição da “Revista da Funes” foram escritos com finalidade memorialística, que pretendiam trazer à tona as atividades culturais realizadas pela instituição, bem como sobrelevar a atuação de seu patrono.

Diante disso, um aspecto que chamam atenção na narrativa presente na revista, utilizada como ponto de partida para o presente estudo, é a forma em que a fundação se coloca quanto ao seu dever e atuação. Sendo assim, além de ser significativa para a constituição da memória coletiva regional, a FUNES pode ser percebida como

a principal responsável, no tempo presente, pela manutenção e oficialização da representação existente acerca de seu patrono. Desse modo, toda a narrativa criada e ressignificada pela mesma, no que se refere ao museu, ao homenageado e aos símbolos da Fundação, serve como instrumento de afirmação acerca da ideia que é reiteradamente forjada sobre a imagem de Ernani Sátiro.

Mediante o exposto, a construção dessa imagem, é criada no campo político-discursivo, visto que há uma clara seleção do que deve ser memorável acerca dos feitos desse personagem. Conseqüentemente, sua Fundação, atua na oficialização do ícone de seu patrono, a partir dos atributos utilizados por essa, como o Hino da Fundação, o espaço do museu, a revista, a narrativa oral, - que é apresentada pelos integrantes do corpo dirigente do museu - outros materiais impressos, e tantos que partem do olhar legitimador da instituição. Logo, além do intento acerca da criação da memória coletiva local, esses signos criados pela FUNES funcionam como uma forma de fundamentar o sujeito e suas memórias.

De acordo com García Canclini (1997), o museu, sede cerimonial do patrimônio ou o lugar onde tudo é guardado e celebrado, é o espaço onde reproduz-se o regime semiótico organizado pelos grupos hegemônicos. Não obstante, aplicando essa concepção à organização da Fundação Ernani Sátiro, é possível perceber como dá-se a construção de uma narrativa biográfica a partir da seleção daquilo que é tomado como importante para a história do homenageado.

Nesse sentido, também é selecionado aquilo que não deve ser exposto. Percebe-se, por exemplo, que mesmo exibindo (no espaço da Fundação) medalhas e condecorações do período, as menções sobre a atuação de Ernani Sátiro durante a Ditadura Militar são bastante discretas, onde na maioria das vezes, cita-se apenas cargos, partidos os quais o patrono vinculou-se e obras realizadas na região. O mesmo pode ser percebido na publicação em alusão ao 10º aniversário da Fundação.

Segundo enunciado na revista acerca da atuação de Ernani Sátyro enquanto figura política durante o Regime Militar instaurado em 1964, fica averiguado, enquanto perspectiva acerca do citado, é que o ideal que se utiliza para tal, parte de uma tentativa de justificar a inexistência da relação de Ernani Sátyro com o ideal que fomenta o período ditatorial, sendo essa motivada pela sua personalidade íntegra. Desse modo, deve-se compreender a afirmativa presente no periódico, como uma pretensão de se criar uma “verdade” em torno do mesmo e dos princípios que motivam sua atuação política.

Todavia, estudos acerca da figura central desta análise, comprova-se que durante a sua atuação enquanto governador do estado da Paraíba, existia o funcionamento de uma rede de repressão policial montada. Mediante Mendes (2019, p. 143)

Quando Ernani Sátyro assumiu o mandato de governador, havia na Paraíba o funcionamento de uma estrutura de repressão montada. Segundo o relatório da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, havia repartições 84 Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, p. 321-346. 144 que foram utilizadas como centros de informação e tortura em Bayeux (16º Regimento de Cavalaria Mecanizada), em Campina Grande (5º Companhia de Infantaria Motorizada - hoje nomeado de 31º Batalhão de Infantaria - e a “Granja do Terror) e em João Pessoa (Delegacia de Ordem Social e Política - DOPS - Delegacia de Investigações e Captura - DIC - Delegacia da Polícia Federal; 15º Batalhão de Infantaria Motorizado; 1º Grupamento de Engenharia e Construção; Delegacia de Agricultura).

Por conseguinte, fica explícito que mesmo com toda a afirmativa de integridade e caráter presentes na personalidade de Ernani Sátyro, o mesmo era um homem de seu tempo, que partia de um lócus social envolto de privilégios, movido por suas perspectivas políticas e ideais, o que gerou sua atuação política durante o período já citado.

E, o que influencia consequentemente na criação de uma imagem pública inserida na lógica da Ditadura Civil-Militar brasileira.

Como explica Mendes (2019, p. 140)

mesmo que tais casos não possuam direta relação com a atuação política de Ernani Sátiro, por outro lado, não é possível negligenciar ou deixar de considerar que durante o seu mandato ocorreram episódios de violência e repressão política promovidas pelo estado autoritário vigente do qual Ernani Sátiro também fazia parte.

Ademais, mesmo que a Comissão da Verdade na Paraíba e os estudos acerca do período comprovem a afirmação anterior, é comum que o ideal lançado pela instituição que serve como memorial do ex-governador e ex-ministro se distancie dessa afirmativa. E, isso ocorre rigorosamente pelo objetivo de constituição da imagem de Ernani Sátiro, que interessa em larga escala a seus sucessores e a sua parentela. Logo, o discurso presente na Revista da FUNES, acerca da aproximação de Ernani Sátiro com ideais democráticos, pode ser compreendido como uma tentativa de reconstituição da imagem do mesmo, pretendendo distanciar-lo dos ideais que orientaram a Ditadura Militar brasileira.

Outra ideia presente na revista, que corrobora com a observação anterior, é descrita por Falcão (2001), que sugere que ao longo de sua vida pública, Ernani Sátiro foi fiel a suas ideias e a seus ideais, permanecendo o “Amigo Velho” como um autêntico defensor do direito e das liberdades democráticas. Sendo assim, mesmo que a atuação desse tenha acontecido em parte durante a Ditadura Militar, é comum que representações como essa sejam lançadas acerca de sua atuação, numa tentativa de distanciar-lo das ideias que fomentam o período, justamente pelo consenso que existe sobre este momento histórico, que foi de repressão dos direitos e liberdades da pessoa humana.

De outro modo, nada além do saudosismo aparece no discurso produzido pela fundação; o que se pode notar acerca da imagem do

patrono é em suma o enaltecimento, seja de suas ações enquanto intelectual ou ser político. E isso pode ser percebido no Hino que fora composto por Flávio Sátyro e constitui a Revista da Funes:

O maior filho das Espinharas!
Inteligência, honestidade!
Enalteceu a nossa cidade!
Grande escritor,
Grande orador,
A nossa terra ele amou!
Com tradição e renovação,
Muito trabalho e muita ação,
A Paraíba governou
(FENANDES, **Hino da Fundação**, Patos, [2005]).

A fundação atribui em seu Hino a designação de “O maior filho das espinharas” à Ernani Sátyro, o que contribui de maneira direta para que o caráter identitário que deve surgir a partir do reconhecimento coletivo, venha a ser reforçado. Pois, a criação da representação do personagem como um ilustre filho “das Espinharas”, é fundamentada com a intenção de gerar o sentimento de proximidade, dos habitantes da cidade e “naturais” da localidade para com a figura já destacada.

Ainda assim, o fato de que o mesmo não residiu na localidade durante sua vida adulta por longos períodos, mas, sempre ressaltava o pertencimento e existência de raízes fincadas nas “espinharas”, contribui para que questionamentos sejam feitos acerca de sua atuação na cidade. Assim, essa constante ressalva do pertencimento ao local, que pode ser encontrada nas frequentes menções de Ernani Sátyro acerca de Patos, parte da compreensão de que a sua rede de influência política se encontrava na região, e a cidade servia possivelmente como o seu “curral eleitoral”, já que toda a sua parentela, inclusive o seu pai, o Major Miguel Sátyro, desempenha papel coronelístico na região.

Em síntese, toda criação memorialística recebe uma seleção acerca do que deve ou não ser lembrado. Portanto, todo o reforço acerca da “honra” e regionalismo, que é aplicado à figura de Ernani Sátyro, parte do intuito de perpetuar os ideais que forjam a imagem do mes-

mo em vida, e também como manutenção dos interesses de seus herdeiros políticos e intelectuais, que se mantém na cena cultural após sua morte. À vista disso, todo o enaltecimento existente acerca da imagem do patrono e da instituição que servem de objetos para esse estudo, deve ser compreendido como projeções daquilo que se pretende manter contínuo e estável por parte de um grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, a tríade da memória, esquecimento e poder é, em suma, aplicada pela FUNES à imagem de Ernani Sátyro. E isso dá-se essencialmente a partir dos interesses de seus aliados, que são os responsáveis não só pela criação do museu, como também pela sua organização e manutenção do ícone do patrono da Fundação. Sendo assim, as ideias criadas por essa instituição são marcadas por interesses intelectuais e políticos, acerca de seu patrono e de sua linhagem, os quais são utilizados no tempo presente para ressignificar os acontecimentos vividos pelo mesmo, estabelecendo assim um mito político sobre o que deva ter sido “o maior filho das Espinharas”.

Entretanto, deve-se observar que o discurso perpetuado pela instituição, principalmente no campo da memória, é produzido com base em ambições e vanglórias que partem da atuação nacional e regional de Ernani Sátyro, que reproduzem uma narrativa totalizante e cristalizada acerca de sua atuação política, que se deu em parte, durante a Ditadura Civil-Militar.

Fica evidente que o destaque dado a alguns de seus feitos na região servem como uma forma de criar proximidade e identificação daqueles indivíduos que de alguma forma têm contato com o conteúdo produzido – independentemente de seu tipo – pela instituição e por aqueles que a compõem. Por conseguinte, a FUNES e seus discursos devem ser compreendidos como formas de manutenção e objetificação de uma imagem, que partem de um lugar, que possuem intencionalidades e sofrem seleções constantes de conteúdo. Logo,

essa criação discursiva e imagética não deve ser assimilada como neutra ou sem subjetividades. Bem como o próprio local que serve de “abrigo” para as memórias referentes à Ernani Satyro, deve ser compreendido como um universo que passou por uma seleção museológica e expõe apenas um conteúdo eleito acerca de seu patrono.

Portanto, mesmo que a edição utilizada para esta análise possua dezenove anos desde sua publicação, o discurso utilizado como base para este estudo, torna-se atual pela compreensão de que todas essas questões envolvendo esse espaço de poder, constituem elementos que fazem parte de uma disputa no campo simbólico, intelectual, político e econômico.

Disputa essa, que pode ser analisada nas mais variadas faces da história da cidade, seja no momento em que a região caracterizava-se como “terra de major Miguel, seja na propaganda utilizada pelo patrono da FUNES durante suas candidaturas, nas mais variadas referências feitas aos participantes dessa parentela nos espaços públicos e privados da cidade (ruas, prédios, instituições etc.), ou até mesmo nos discursos perpetuados pela Fundação Ernani Sátiro em suas diversas atividades institucionais.

Por fim, fica evidente que a instituição não deve ser reconhecida como única referência para a compreensão e simbolização da figura de Ernani Sátiro e sua parentela. Porém, configura-se como uma importante peça nessa lógica discursiva, de criação e permanência de uma memória coletiva dos referidos, visto que a mesma possui uma carga simbólica, enquanto um lugar de memória que tem por objetivo mais explícito a manutenção dos feitos políticos envoltos no exercício público do seu patrono.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

EDIÇÃO COMEMORATIVA DO 10º ANIVERSÁRIO DA FUNDA-

ÇÃO ERNANI SÁTYRO. Patos: A União, 2001.

FERNANDES, Flávio Sátiro (Org.). Ernani Sátiro. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

FERNANDES, Flávio Sátiro. **Hino da Fundação**, Patos, [2005]).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1970. Disponível em:

https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867820/mod_resource/content/1/FOUCAULT%2C%20Michel%20-%20A%20ordem%20do%20discurso.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

LEWIN, Linda. Parte Dois: Política e Parentela: capítulo III e capítulo IV. *In*: LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993. p. 4-430. Tradução de André Villalobos.

MENDES, Valber Nunes da Silva. **Um “homem da revolução”**: a atuação política de Ernani Sátiro como governador da paraíba (1970-1975). 2019. 216 f. Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande: UFCG, 2019.

Caminhos da Iniciação Científica

Uma análise da produção historiográfica que aborda a Lei 10.639/03 e o Exame Nacional do Ensino Médio

Iriudsana Maria Januário da Costa¹

Sabrina Querem Apuque Lima Gomes de Oliveira²

Jefferson Pereira da Silva³

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte da segunda etapa da pesquisa intitulada “O Exame Nacional do Ensino Médio e a história e cultura da África e dos afro-brasileiros”, submetida a Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), sob a coordenação da professora Margarida Dias de Oliveira, do Departamento de História (UFRN) e tutoria do Mestre em História pela UFRN, Jefferson Silva.

1 Graduanda em História - Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: iriudsana@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0367944250703071>.

2 Graduanda em História - Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: sabrina.querema@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7364715115107585>.

3 Professor temporário vinculado ao Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e membro do Grupo de Pesquisa Espaço, Poder e Práticas Sociais (GPEPPS/UFRN). E-mail: silvajeffersonpereira@yahoo.com.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8934380637520435>.

A pesquisa teve início em 2018, sendo a primeira etapa correspondente ao ciclo 2018-2019, e a etapa atual correspondente ao ciclo 2019-2020. O objetivo da pesquisa é de analisar como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem tratado as questões referentes à história da África e cultura afro-brasileira nas questões do exame e, assim, verificar como a Lei 10.639/03 tem sido aplicada. No momento atual da pesquisa, temos discutido diversos autores do Ensino de História, no qual nos propomos a pensar os impactos das demandas sociais que envolvem o ensino da disciplina escolar história, a lei 10.639, o ENEM e a BNCC⁴, concluída em 2018 pelo MEC (Ministério da Educação), com as produções acadêmicas na área.

Ainda no contexto das discussões que nos trouxeram até o presente momento de produção desse artigo, estudamos a metodologia de Análise de Conteúdo⁵, na qual trabalharemos futuramente na produção da narrativa oriunda da análise das questões do ENEM em relação com o referencial teórico debatido durante toda segunda etapa da pesquisa. De acordo com as reuniões semanais do grupo e discussões realizadas, percebemos que é necessário traçar nesse momento um estado da arte das produções acadêmicas que se relacionam com nosso tema, o que resultou na produção deste artigo, que tem como metodologia principal revisão bibliográfica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), conhecida como LDB, delimita que a educação engloba os processos formativos em todos os âmbitos sociais, na família, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais e na organização da sociedade civil, ou seja, a educação no Brasil tem como prioridade a formação cidadã dos indivíduos para que possa assim, contribuir de maneira significativa nos lugares que ocupam. Por isso, se faz necessário tra-

4 Base Nacional Comum Curricular.

5 Análise de Conteúdo. BARDIN, L. (1977).

tar os valores⁶ como objeto de aprendizagem, não apenas no ensino de história mas em todas as disciplinas escolares.

A partir da ideia da formação cidadã, fora necessário repensar o currículo da educação básica no Brasil, para que fossem contemplados conteúdos que promovessem essa formação, pois a escola, bem como a forma que determinados conteúdos são apresentados, possuem responsabilidade no combate às desigualdades sociais que vivenciamos no nosso cotidiano.

De acordo com Nascimento (1978) o sistema educacional brasileiro é estruturalmente pensado para manter uma estrutura de discriminação cultural, em que há uma forte valorização eurocêntrica em oposição à ausência da cultura africana/negra na construção identitária do Brasil, elencando que quando há menção a essa africanidade é num lugar de afastamento ou diminuição do seu protagonismo. É percebendo então essa inferiorização do negro e da cultura africana que a luta por uma educação antirracista ganha mais força no Brasil.

Assim, a Lei 10.639 de 2003 surge como resposta às demandas do Movimento Negro, que há tempos vinha cobrando do Estado uma postura mais efetiva no combate ao racismo. A partir de sua promulgação, ficou então estabelecida a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” em todos os níveis de ensino, tanto na rede pública quanto privada. Nesse sentido, a lei alterou praticamente todas as esferas do ensino, da formação dos professores a escolha dos materiais didáticos que precisaram ser repensados para atender a legislação.

Neste processo de repensar o ensino é que chegamos ao Exame Nacional do Ensino Médio mais conhecido como ENEM. Pensado originalmente como um instrumento para avaliar a qualidade do ensino médio no Brasil, o ENEM surge em 1998 com esse propósito mas desde sua segunda edição em 1999, já foi utilizado

6 Ver Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

como forma de acesso alternativa ao vestibular para o ingresso ao ensino superior em mais de 90 instituições. Em 2009, o Exame passou por uma reformulação encabeçada pelo então ministro da educação, Fernando Haddad, que atendendo às políticas públicas de universalização do ensino superior no Brasil, tornou a prova um meio de unificar o ingresso nas universidades.

Sob tutela do Ministério da Educação, o ENEM é atualmente a principal forma de ingresso em cursos superiores, com uma prova contendo 180 questões que englobam as áreas de Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Matemática e uma redação, sendo realizados em dois dias. Sendo o ENEM a última etapa da educação básica, torna-se o meio ideal para que a Lei 10.639 se expresse na prova, uma vez que o exame está em consonância com a LDB, que como já dito antes, norteia a educação no país.

Realizamos um trabalho de revisão bibliográfica para conhecermos o cenário das produções acadêmicas que envolvem o ENEM bem como o ensino de história da África e cultura afro brasileira, independente da área de conhecimento da produção. Para tal, iniciamos uma pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES⁷ e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações⁸. A escolha por pesquisar as produções acadêmicas nesses dois bancos de dados se deu pela importância dessas plataformas para o campo das ciências e pela quantidade de produções lá hospedadas. A partir da escolha dessas duas plataformas, consequentemente optamos por manter a pesquisa dentro da análise de obras relacionadas a pós-graduação, mesmo sabendo que reduzimos a quantidade de trabalhos encontrados, em contraponto ficamos assim com a análise de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema.

Em ambas as plataformas digitais realizamos a busca através da palavra-chave 'Enem', onde na plataforma da CAPES os resultados

7 <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 8 mar. 2020.

8 <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 8 mar. 2020.

da busca foram de 1.034 trabalhos e na Biblioteca Digital foram 678. É necessário pontuar que todos os resultados encontrados na Biblioteca Digital estavam também contidos no catálogo da CAPES e este foi a nossa primeira plataforma de busca. Com a quantidade de mais de mil trabalhos que se ligavam a temática do Exame Nacional do Ensino Médio, utilizamos os filtros de área do conhecimento fornecidos pelo site da CAPES e assim conseguimos organizar e facilitar a busca dos periódicos que se relacionavam com esta pesquisa.

Na área de ‘ciências humanas’ e ‘multidisciplinar’, foram encontrados 6 e 2 trabalhos, respectivamente, que consideramos necessário um segundo olhar. Com os 8 trabalhos selecionados, realizamos uma tabela organizando os trabalhos por grande área do conhecimento (como constavam no site), nome do autor, ano, título, palavras-chave e resumo. Com a tabela pronta, partimos para a primeira análise dos resumos e reduzimos para 5 (2 teses e 3 dissertações) os trabalhos que optamos por realizar a revisão bibliográfica e estão contidos neste artigo.

Dentro da metodologia de revisão bibliográfica, nos propomos em um primeiro momento, a realizar uma tabela para cada um dos trabalhos analisados, sendo ela constituída dos seguintes tópicos de análise: problema, fontes, metodologia, teoria (referencial teórico) e resultados. Para cada tese e dissertação selecionada, fomos preenchendo cada tópico da tabela através da leitura, preferencialmente, dos resumos. Em alguns casos nos deparamos com a dificuldade de encontrar nos resumos às informações necessárias para preenchimento dos tópicos da tabela, sendo assim necessário a leitura e análise da introdução, conclusão e em último caso a consulta ao desenvolvimento do trabalho.

Com as teses e dissertações selecionadas e esmiuçadas em forma de tabela, partimos para a produção deste artigo, desenvolvendo uma narrativa na qual as cinco produções dialogam entre si, com pontos em consonância e dissonância nas fontes, nos problemas, na metodologia, no referencial teórico e nos resultados, para que dessa ma-

neira possamos delimitar o estado da arte das produções acadêmicas brasileiras que colaboram com nosso tema de pesquisa: o ENEM, o ensino de história e a aplicação da lei 10.639/03.

PROBLEMÁTICA E FONTES

Os dois primeiros pontos que partimos nossa análise para a produção deste trabalho foram o das problemáticas e fontes contidas nas teses e dissertações lidas. Aqui, como nos tópicos seguintes, abordaremos de maneira aprofundada os trabalhos de Cosme Freire Marins e Diego Bruno Velasco e as dissertações de Livia Pizauro Sanchez e Luiz Eduardo Espindola de Souza, visto que a dissertação de Marcos César Alves⁹ da Mota não possui a divulgação autorizada, mas tivemos acesso ao resumo na plataforma CAPES.

Na tese *Currículo de história no ensino médio e avaliação de egressos: a relação entre os documentos orientadores da disciplina e os exames oficiais (ENEM e Vestibulares) - 2009-2013*, de Cosme Martins (2016), ele se propõe a um trabalho aprofundado de análise das questões de história de seis vestibulares brasileiros e também do ENEM, de 2009 até 2013. O problema que ele busca responder se assemelha a nossa pesquisa, pois compreende o quanto o ENEM e os vestibulares brasileiros são importantes para a determinação de quais conteúdos de história estão sendo dados nas escolas, principalmente no ensino médio e como essas avaliações podem impactar nas competências e habilidades requeridas ao conhecimento histórico. Há em seu trabalho uma visível preocupação em determinar a historicidade das disciplinas de história e traçar paralelos, comparações estatísticas que busquem responder como o currículo de história determinado pela Lei de Diretrizes e Bases acompanha (ou não) as avaliações brasileiras. Para responder a esses questionamentos, o autor utilizou fontes

⁹ A história cultural afro-brasileira e africana nas questões das ciências humanas do novo Enem (2009 a 2016), 2018.

com um recorte temporal de cinco anos, que foi justificado pelas transformações do ENEM a partir de 2009.

Diego Velasco em “Narrativas de História do Brasil no ENEM: Disputas curriculares pela hegemonização do conhecimento escolar”, tese de 2018, também compreende as diferenciações entre o novo ENEM (a partir de 2009) e sua fase anterior, de 1998 à 2008, desta forma ele separa a análise de fontes em duas temporalidades, a primeira de 1998 até 2008 e a segunda de 2009 até 2017. Assim como o trabalho do Cosme Martins, esta tese define sua problemática a partir do currículo da disciplina história, buscando compreender os sentidos de ‘verdade’ trabalhados nas narrativas históricas contidas nas questões do ENEM. A problemática apontada pelo autor, perpassa discussões no campo da historiografia e de conceitos como tempo, memória, verdades, discurso e história nacional. A problemática deste trabalho pouco contribuiu para as discussões étnico-raciais da aplicabilidade da lei 10.639/03, apesar de no capítulo 6 da tese o autor se propor a discutir as narrativas históricas dos povos africanos e afro-brasileiros, inclusive apontando questões de 1998 até 2017 que abordassem essas narrativas, mas pouco se discutiu sobre esses aprofundamentos, com um trabalho de análise mais qualitativo.

Já a dissertação da Livia Pizauro Sanchez, intitulada “Educação básica no Brasil e História e Cultura Africana e Afro-brasileira - competências e habilidades para a transformação social?” (2014), trabalha de maneira mais aprofundada sobre as narrativas que envolvem a aplicabilidade da lei 10.639/03, sendo inclusive a justificativa dos dez anos de vigência da lei o seu recorte para análise das fontes, de 2003 à 2012. Em sua problemática de pesquisa a autora buscou responder quais as dificuldades da implementação da lei na educação básica, discutindo como os conteúdos estão postos na prova do ENEM, bem como a análise das políticas públicas e produções acadêmicas no período de dez anos. A problemática posta nesta dissertação está de maneira muito similar a problemática pensada em nossa pesquisa que dá origem a este trabalho. No entanto, a preocupação da autora está muito mais na aplicabilidade da lei 10.639/03 pensando o viés da educação, do que

propriamente o viés do Ensino de História e dos conteúdos ligados à narrativa histórica, conteúdos esses que ela só aponta, mas não traz de maneira detalhada. O trabalho da Livia Sanchez nos leva a reflexão do quanto é importante produções da área do Ensino de História que possam abordar de maneira aprofundadas narrativas como essa, da lei 10.639/03, para os avanços na educação e na História enquanto historiografia, ensino, disciplina, currículo e atuação profissional.

Em consonância com dois dos três trabalhos já citados aqui, a dissertação do Luiz Eduardo Espindola de Souza, intitulada “Afirmações e silenciamentos sobre a temática racial no ENEM” (2016), também se propõe a ter a primeira fase do Enem (de 1998 até 2008) como fonte de pesquisa, sendo ela: as questões do ENEM e proposta da redação, de 1998 até 2015. Procurando uma abordagem mais filosófica sobre as temáticas raciais, o autor discorre como problemática as relações de sentido produzidos pelos enunciados das questões do ENEM e da redação, se propondo a discutir e refletir na perspectiva da educação para as relações raciais. É dessa maneira, um estudo que se propôs a trabalhar a produção de sentido, bem como o âmbito educacional da temática étnico-racial abordada no ENEM em formato de perguntas. O trabalho está posto na área de discussão de linguagens, mesmo assim, compreendemos que a problemática levantada pelo autor, no âmbito de analisar possíveis narrativas racistas no exame, é de suma importância para nossa pesquisa. Pois, é preciso compreender que para além da investigação da aplicabilidade da lei 10.639/03, há em nosso trabalho e no trabalho do Luiz de Souza, uma preocupação latente em discutir uma educação brasileira antirracista, apontando e discutindo as narrativas racistas presentes na história e na educação como um todo, narrativas que muitas vezes estão camufladas e que só são expostas a partir de produções científicas como as colocadas aqui.

METODOLOGIA E RESULTADOS

De acordo com a definição do dicionário *online Oxford Languages* a definição de metodologia é: um ramo da lógica que se ocupa dos métodos das diferentes ciências, ainda por extensão, pode ser o corpo de regras e diligências estabelecidas uma pesquisa: método. Ou seja, é a partir da metodologia que entendemos os caminhos que levaram aos resultados.

Ao realizarmos o levantamento dessas produções organizamos uma tabela como já citamos, uma das seções desta tabela foi justamente a metodologia o que nos possibilitou vermos algumas semelhanças entre os trabalhos selecionados e o nosso como: as fontes trabalhadas, a construção de tabelas, utilização do método da análise de discurso e conteúdo.

A partir dessas leituras foi possível perceber a utilização da análise de discurso nos trabalhos de Cosme Marins e de Diego Velasco como método de análise das questões do ENEM e dos vestibulares, Marins para analisar currículo e Velasco para discutir sobre os sentidos de “verdade” mobilizados nas questões de história no ENEM.

A análise de discurso está atrelada a linguística e é um campo de estudo da comunicação. Tendo como objeto as construções ideológicas presentes no mesmo, em a Ordem do discurso, Michael Foucault (2012) se utiliza do discurso como meio das características sociais, Velasco (2018) se utilizada do mesmo para identificar nas narrativas sensíveis - por narrativas sensíveis (RUSEN, 2006) o autor compreende o período da Ditadura Militar (1964 - 1985), a participação e presença do povo negro e indígena na história nacional. Seguindo essa linha, temos Laurence Bardin, que em seu livro *Análise de conteúdo* nos apresenta a metodologia que intitula seu livro e que utilizamos em nossas análises.

A análise de conteúdo, apesar de semelhante, não é a mesma coisa da análise do discurso. A análise de conteúdo consiste também no quantitativo: é uma análise numérica e de frequência de determinados termos. Para o tipo de trabalho que desenvolvemos o método de Bardin foi crucial para formularmos a partir dos dados de ocorrência dos termos o caráter das questões do ENEM, o que enxergamos em comum com as produções que utilizamos nesta revisão bibliográfica.

Lívia Pizauro se utiliza de Bardin (2011) para analisar as provas do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, elaborando também uma tabela de critérios e categorias, analisando quantitativa e qualitativamente. Pizauro define 24 categorias divididas em 4 critérios: tema, área do conhecimento, centralidade e julgamento; analisando 10 edições do exame e um total de 69 questões relacionadas à cultura e história africana e afro-brasileira.

Assim como Lívia Pizauro, Marcos César Alves (2018), realiza uma análise qualitativa e quantitativa através da análise de conteúdo, utilizando diversidade cultural, conflito de vida e sociedade como recortes, sendo os eixos de orientação escravidão e formas de resistência indígena e africana na América, a história cultural dos povos africanos, a luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira¹⁰.

Ao pesquisarmos sobre as relações étnico-raciais nos deparamos com diversas informações que, por muitas vezes, parecem ser desanimadoras no que diz respeito a visualização das minorias raciais no Brasil. Um consenso é que a luta por uma educação antirracista é permanente, que estamos dando visibilidade a questões socialmente sensíveis e necessárias para nossa sociedade.

Como resultado de suas análises, que partiu do problema de analisar a relação entre as competências, habilidades, concepções metodológicas enunciadas nos documentos oficiais orientadores do currículo

10 Informações retirada do resumo do trabalho.

de História, Cosme Martins observou que existem propostas pelos documentos oficiais mais avaliadas nos exames, em detrimento de outras que foram contempladas em menos de 10% das questões de cada instituição. E que o Ministério da Educação ainda busca meios de legitimar o currículo nacional - com a Base Nacional Comum Curricular.

Luiz Eduardo Espindola (2016), Marcos Mota¹¹ (2018) e Livia Pizauro (2014) apresentam resultados semelhantes, os três autores trabalham especificamente com o ENEM e relações étnico-raciais. Espindola conclui que há uma contestação das desigualdades raciais remanescentes no Brasil, porém, possui uma abordagem dual ou/e repetida das narrativas dominantes que não promovem um embate/questionamento com o mito da democracia racial. Marcos Mota já nos apresenta, assim como Pizauro, conclusões mais positivas: ambos apresentam mobilização de fontes imagéticas e textuais na construção das questões, que o novo ENEM possui questões referentes à História Cultural Afro-Brasileira e Africana que fomentam discussões questionamentos sobre o tema, demonstram a influência da Lei 10.639/03 para a presença dessas questões, sem deixar de apontar - assim como Luiz Eduardo que ainda há a reprodução de estereótipos sobre a África e o negro. Já no trabalho de Velasco, discute-se as diferentes formas de estratégias de discurso: o modo como visitamos o passado, como escolhemos a forma narrativa e o narrador, como história e memória se relacionam, o uso de pares binários para a fixação do sentido de verdade/verdadeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi de constatação de como andam as produções acadêmicas que relacionam o ENEM e as questões étnico-raciais, mais precisamente a lei 10.639/03. Dessa forma,

11 As informações acerca do trabalho de Marcos Mota foram retiradas do esumo do trabalho.

através da revisão bibliográfica dos cinco trabalhos analisados, pudemos chegar à conclusão de que o campo de pesquisa em Ensino de História e questões étnico-raciais precisa avançar muito mais. Nas pesquisas que trabalham o Ensino de História como área do conhecimento, constatamos que existe mais uma preocupação com o currículo da disciplina do que com o ensino. Percebemos também que nenhum dos trabalhos se preocupou em analisar como a lei 10.639/03 estava sendo aplicada, quais os tipos de conteúdo de história da África e cultura afro-brasileira estavam sendo abordados em relação ao que pede a lei e como esses conteúdos estavam postos no ENEM.

A partir dessa constatação, compreendemos ainda mais o valor de originalidade de se ter o ENEM e a lei 10.639/03 como nosso objeto central de pesquisa. Além disso, apenas duas produções acadêmicas analisadas se propuseram a pensar pesquisas que constituíssem verdadeiro significado de uma luta por uma educação antirracista, preocupado com as consequências sociais e de sentido, que são geradas através questões do ENEM, na educação brasileira e nos jovens estudantes que se submetem a esta prova.

Concluimos este artigo de revisão bibliográfica com a certeza de que o campo de Ensino de História precisa avançar muito mais no que diz respeito à pesquisas que envolvam questões étnico-raciais, abarcando a lei que obriga o ensino de história da África, propondo-se a descobertas que permitam uma discussão aprofundada e respondam mais sobre os impactos, consequências e aplicabilidade da lei 10.639/03 em instrumentos de avaliação, livros didáticos e nos espaços escolares de maneira geral.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.

htm. Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 10639, de 09 de janeiro de 2003. Brasília, DF, 09 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 29 set. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MARTINS, Cosme Freire. **Currículo de história no ensino médio e avaliação de egressos: a relação entre os documentos orientadores da disciplina e os exames oficiais (ENEM e Vestibulares) - 2009-2013**. 2016. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: USP, 2016.

MOTA, Marcos César Alves da. **A História cultural afro-brasileira e africana nas questões das ciências humanas do novo ENEM (2009 a 2016)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Natal: UFRN, 2018.

NASCIMENTO, A do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

RUSEN, Jorn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 7-16, jul., 2006.

SANCHEZ, Livia Pizauro. **Educação básica no Brasil e história e cultura africana e afro-brasileira**: competências e habilidades para a transformação social?. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). São Paulo: USP, 2014.

SOUZA, Luiz Eduardo Espindola de. **Afirmações e silenciamentos sobre a temática racial no ENEM**. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

VELASCO, Diego Bruno. **Narrativas de História do Brasil no ENEM**: disputas curriculares pela hegemonização do conhecimento escolar. 2018. 276 f. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

As doutrinas higienistas e as políticas de asilagem do período da *Belle Époque* e seus reflexos na ocupação do bairro do *marco da légua*

Tainá Sousa da Costa¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca contribuir com o resgate da memória do bairro do Marco da légua e sua ocupação, no período da belle époque em Belém. Através das políticas higienista empregadas por Antonio Lemos que era o intendente da cidade na época, e como a criação dos asilos de alienados e de mendicância foram importantes para a manutenção das ideias positivistas, que para Lemos levaria a capital a encaixando-se nos modelos europeus de civilidade.

Grandes salões de festa, teatros, cinemas, a modernidade que era propiciada pela extração do látex, o ouro branco extraído da floresta amazônica. Belém vivia tempos áureos de riqueza e luxo, entretanto essa riqueza não era para todos. O aumento populacional sofrido em Belém gerou uma massa de trabalhadores desempregados, que não tinham dinheiro para chegar aos seringais, e ocupavam o centro da cidade incomodando

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará. Contato tainasousa36@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/7940610212971296>.

os barões da borracha e os políticos. Criando assim políticas públicas de viés higienista com objetivo de deixar a cidade com ares parisienses, afastando e segregando parte da população em asilos.

Nesse contexto, o interior de Belém começa a ser ocupado, nascendo assim o bairro do marco da légua, onde uma parte da população, tais como os doentes mentais e pobres, era colocada, em construções afastadas do resto da cidade. Os asilos tinham como intuito manter a população que não se adequava ao modelo de civilização pensado por Lemos longe.

A DOCTRINA HIGIENISTA NA SAÚDE PÚBLICA

As sociedades sempre tiveram código de conduta, que possibilitam a convivência em comunidade, desde as antigas civilizações até os dias de hoje, regras escritas ou não de como se comporta a fim de controlar os impulsos individuais, como leis ou dogmas religiosos. No início do século XX, chegaram ao Brasil novas ideias vindo da Europa de como agir civilizadamente, influenciada pela cultura grega, com a preocupação na saúde pública (GOIS JUNIOR, 2007, p. 5), chamado de “movimento higienista”. Os médicos sanitaristas, pensando na saúde individual e no saneamento das cidades que, por conta das epidemias de doenças virais – como exemplos a febre amarela, tuberculose e varíola - criam normas de comportamento fundadas em teorias pseudocientíficas de supremacia racial. Achavam que tais doenças eram causadas por padrões sociais inadequados, geralmente atribuídos à população mais pobre.

O movimento higienista no Brasil era divergente tanto politicamente como cientificamente, havia diferentes correntes desse movimento (HOCHMAN; LIMA, 1996). Contudo em “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras” do livro “história da vida privada no Brasil” volume 3 organizado por Fer-

nando Novais, Paulo Marins infere que a classe dominante tinha um discurso consonante sobre o pensamento higienista, e de como esse pensamento contribuiu a para perseguição à classe pobre com ênfase nas suas moradias coletivas na áreas central da cidade.

Acusadas de atrasadas, inferiores e pestilentas, essas populações seriam perseguidas na ocupação que faziam das ruas, mas sobretudo ficariam fustigadas em suas habitações[...]A ambição de arrancar do seio da capital as habitações e moradores indesejados pelas elites dirigentes começou a se materializar com as medidas visando à demolição dos numerosos cortiços e estalagens, espalhados por todas as freguesias centrais do Rio de Janeiro, o que se procedeu sob a legitimação conferida pelo sanitarismo (MARINS, 1998, p. 133 e 141 *apud* GOIS JUNIOR, 2007).

A fim de se eximir do passado colonial e de seus atrasos, a elite política do regime republicano com a desculpa de melhorar a qualidade de vida e evitar as epidemias virais, passa para o poder Estatal o controle dos hábitos individuais e coletivos da população como um todo, obrigando as pessoas a se vacinar, derrubando os cortiços o que levava as pessoas pobres a irem para longe dos centros urbanos, ignorando as vivências e as necessidades reais da classe trabalhadora.

A BELLE ÉPOQUE EM BELÉM

A belle époque chegou ao Brasil no começo do século XX e ocasionou mudanças em várias cidades brasileiras, na Amazônia não foi diferente, propiciada pela economia gomífera (extração e exportação do látex matéria prima da borracha), Belém viveu transformações sociais, urbanas e culturais a fim de se tornar uma cidade moderna e luxuosa como as europeias, ganhou a alcunha de Paris tropical.

Toda a atividade econômica da região passou a girar em torno da borracha a partir de 1840. Em decorrência dessa nova ordem econômica, Belém assumiu o papel de

principal porto de escoamento da produção gomífera, canalizando parte do excedente que se originou dessa economia para os cofres públicos os quais direcionaram o investimento para a área do urbano (SARGES, 2002, p. 14).

Algumas das principais transformações vividas em Belém aconteceu na intendência de Antônio Lemos (1897-1911), com seu projeto “civilizador” implementou as grandes obras urbanísticas, tais como as construções de palacetes, praças, teatros, cinemas e as grandes avenidas e boulevard’s, outrossim, instituiu o Código de Polícia Municipal que ditava como a população devia se comportar, tanto no âmbito privado quanto no público, institucionalizando o comportamento dos moradores de Belém “Tudo era controlado, desde o ambulante até o indivíduo que chegasse à janela ou porta em traje considerado indecente[...] A esses infratores estava reservado o talonário de multa” (LARCERDA; SARGE, 2009, p. 168).

O objetivo do embelezamento proposto por Lemos era de atrair turistas e investidores estrangeiros, já que Belém estava se tornando uma das principais rotas do capitalismo mundial. A construção da imagem de uma cidade civilizada serviu também como propaganda política da administração de Antônio Lemos, já que o mesmo mandava fabricar relatórios anuais divulgados internacionalmente assim como o “Álbum de Belém” com fotografias da área central da cidade e de suas modernidades com intuito de vender a imagem de uma cidade europeizada a fim de facilitar empréstimos de bancos estrangeiros.

“Gente inculta, seminua, morando em habitações lacustres” (SARGE, 1998, p. 124) era a imagem que se tinha das pessoas que viviam no Belém a qual Lemos queria extirpa e, por isso, fora excluída dos relatórios oficiais a imagem da verdadeira Amazônia e de suas particularidades, como as casas de palafitas dos ribeirinhos que viviam nos rios ao redor da cidade, dos terrenos pantanosos e das roupas lavadas nos rios e quaradas na frente das casas.

Como no resto do país, Belém também viveu de maneira exorbitante as crises sociais advindas das modificações econômicas, a exemplo

o aumento da violência do alcoolismo e da mendicância. O inchaço populacional, propiciado pela imigração nordestina que vinham trabalhar nos seringais, o crescimento da prostituição obrigou o governo a criar medidas que visavam diminuir tais problemáticas. Criando o Departamento Sanitário Municipal, os asilos com o propósito de melhorar a saúde pública, concebeu um sistema de esgoto para diminuir os odores fortes, o crematório da cremação que, por causa do acúmulo de lixo, viu-se extremamente necessário. O matadouro público e o mercado de carne, já que a carne verde foi um dos produtos com um rigoroso controle por causa da mulestia que assolava a cidade, teve como objetivo deixar a cidade mais limpa e diminuir os índices de mortalidade, assim como as proibições de festas populares com intuito de tentar diminuir a poluição sonora, “fazer algazaras, dar gritos sem necessidade, apitar, organizar batuques e sambas; tocar tambor; carimbó; bem com a reunião de escravos; fâmulos ou criados nas lojas; tabernas; açougues; ruas e praças” (SARGE, 1998, p. 145).

A administração de Antônio José Lemos que, com seus ideais positivistas, teve como desígnio a reestruturação da intendência municipal ao intuito de se adequar ao viés civilizatório da Europa, “pô-los todos de harmonia com as leis fundamentais da República e do Estado” afirma Lemos ao conselho municipal. O Código de Polícia Municipal foi o primeiro mecanismo legal de Antonio Lemos para chegar à organização urbana, era um documento a qual estabelecia a postura dos cidadãos belenenses que se adequasse com ideais republicanos, deixando para trás os aspectos do colonial.

Desse modo, atribuiu ao vogal Fungêncio Simões a incumbência de apresentar uma nova codificação das leis municipais. Essa decisão já evidencia o caráter controlador da administração lemistá, com base de aplicação de medidas que viessem porventura a ser contestada e cujo interesse, na voz do administrador era ‘o progresso do opulento município de Belém’ (SARGE, 1998, p. 134-135).

Embelezar significa higienizar para o governo de Antônio Lemos. Segundo Maria de Nazaré Sarge (1998), a imprensa contribuiu para o medo constante que a população tinha das epidemias das doenças, já que os jornais estavam sempre noticiando mortes por doenças virais, o que facilitou para que Lemos implanta-se medidas saneadoras, tais como dividir a cidade em distritos sanitários, para organizar a vacinação obrigatória a fim de controlar as doenças, a qual achava que população mais pobre era culpada.

Conduzindo uma campanha contra os cortiços, por considerá-los perigosos à saúde pública. Reclamava da aparência enganadoras dessas habitações [...] ordenou uma ‘campanha metódica e justa’ contra os cortiços [...] considerados ameaçadores não somente pelas péssimas condições sanitárias, mas pela desordem que ocorriam nesses locais[...] tornou-se necessário expulsar os setores das áreas centrais das cidades (SARGE, 1998, p. 152, 153 e 154).

Muitos dos que moravam nos cortiços eram trabalhadores, por isso, as criações de vilas operariam com o discurso de melhorar a condição de vida dessas pessoas. Foram concebidas com o objetivo de atender à ideologia burguesa de “desenvolver no espírito desses operários o gosto pela vida doméstica” (SARGE, 1998, p. 127) para trabalharem mais e produzirem mais, contudo, essas medidas segregavam e afastavam a classe operária do centro da cidade “numa iniciativa bem de acordo com o discurso da higiene e da disciplina do trabalhador, sendo escolhido um local bem distante da cidade, em Marituba, para construir a vila operária” (SARGE, 1998, p. 127).

OS ASILOS DE BELÉM

A presença de mendigos nas ruas de Belém tornou-se um problema imediato, os jornais divulgavam amplamente os vários discursos políticos da oposição atacando Antônio Lemos, que se viu obrigado a tomar medidas para atenuar a tal situação (DUARTE, 2011). As medidas en-

contradas pelo governo de viés higienista, foi de afastar essa população pobre, a medida encontrada foi à construção feita pela companhia inglesa Mendes & Cia do Asylo de Mendicidade, inaugurado em 16 de Novembro 1902, sobre a administração da Santa Casa de Misericórdia e, mesmo sendo propriedade do município. Afastado do centro, no km 11 da estrada de ferro Belém/Bragança no bairro do Marco da Légua. Esta servia de abrigo para os mendigos, pois a elite achava que a mendicância deixava a cidade feia e suja, “a presença dos pobres lança uma sombra inexorável sobre a cidade iluminada” (BERMAN, 1988, p. 148). Ao invés de dar condições para essas pessoas saíssem da marginalidade, e tivessem sua dignidade recuperada, criou-se a lei 5 de agosto de 1903, que dava direito à polícia militar de usar a força para controlar os asilados que pediam melhores condições de tratamento, reafirmando as medidas de segregação “Desse modo, a manutenção da distância social daqueles considerados um problema num espaço civilizado, por meio da segregação num Asilo, e a tentativa de controlá-la por meio da vigilância policial” (LARCERDA; SARGE, 2009, p. 169).

Uma das preocupações do intendente era com os ‘falsos pobres’ pois ele achava que a mendicância poderia virar uma fonte de renda alternativa para os vadios (DUARTE, 2011), instala-se a Lei Municipal de 31 de março de 1902 - que tinha como requisito o “estado de completa indigência” para comprova o status de que realmente não tinha condições para trabalhar e precisava de auxílio do estado - caso não conseguisse prova, o sujeito estava condenado a pagar multa e se fosse pego pela segunda vez, seria punido com prisão. Os custos desses internos eram pagos pelo orçamento do município “Visando prover o custeio do Asilo, a mesma Lei criava uma dotação orçamentária suplementar e uma taxa adicional de 15% sobre os impostos das “indústrias e profissões”, que começaria a vigorar já no primeiro dia do ano seguinte” (DUARTE, 2011, p. 7). Lemos ficou bastante entusiasmado com a obra que, para ele, era um marco importante para o projeto civilizador da cidade. A percepção de Lemos sobre o asilo a qual visitava com bastante a fim de checar seu funcionamento:

De facto, o Asylo da Mendicidade é, desde agora, instituição imprescindível da vida paraense, não tanto pelo numero de mendigos que abriga, mas principalmente por haver banido do Municipio a legião de pedintes, falsos pobres, que especulavam nos logradouros mais publicos, exhibindo pretensos defeitos phisicos. Os verdadeiros mendigos, na realidade merecedores de amparo e assistencia, encontram alli os principaes recursos de subsistencia e abrigo, recompensando o erario municipal com os serviços permitidos por seu estado de saúde (LEMOS, 1904, p. 56).

As regras do asilo eram bastante rigorosas, a fim de garantir um bom funcionamento, a partir da leitura do regulamento e regimento interno, onde era possível ter uma noção real da rotina dos internos, pois Lemos buscava total transparência das atividades do local. O intendente ainda visava à produção de alimentos para que o asilo se auto sustentasse (DUARTE, 2011). O Chefe do Executivo Municipal estava encarregado de cuidar do asilo, porém a administração interna está a cargo de uma religiosa, alguma madre superior com ajuda de outras religiosas, freiras que morariam no asilo em acomodações próprias para as mesmas, moravam também no local outros trabalhadores encarregados de dividir tarefas, desde a limpeza até os cuidados com a saúde dos internos. Os asilados também tinham que contribuir para o funcionamento do estabelecimento, trabalhando no que sua saúde permitisse, onde tudo isso se encontrava detalhado no regimento interno. Sobre o asilo para mendigos nas palavras de Lemos.

Os efeitos civilizadores desta instituição tornaram-se já hoje, incontestáveis e, mesmo da parte das pessoas que ao princípio não compreendiam bem nossos intuitos, tenho a satisfação de encontrar agora aplausos à obra de repressão e falsa mendicidade e expurgo social empreendida com a abertura do asilo, que é ao mesmo tempo seguro e tranqüilo refúgio aos pobres verdadeiramente necessitados (LEMOS, 1906, p. 208).

Diferente da vida luxuosa da elite que via na Europa um modelo a ser seguido e conseguia se encaixar nesses modelos de sociedade e até ansiavam por eles e por isso apoiavam as políticas segregacionistas de Lemos, a população pobre, onde muitos eram imigrantes nordestinos que vinham fugidos da seca, e outros expulsos de suas casas pela política higienista de derrubada de cortiços, sofria com a falta de recursos e se viam obrigadas a mendigar e eram expulsos do centro urbano da cidade.

Outras pessoas que sofriam com as políticas higienistas eram os doentes mentais que também foram trancafiados em asilos afastados do centro da cidade e tratados como desordeiros e vadios que não respeitavam as etiquetas sociais.

Segundo Goffman (2001), os asilos são uma “instituição total” local que servia para colocar as pessoas que apresentavam riscos à sociedade segundo ele, eram pessoas tais como prostitutas, leprosos, ladrões e loucos. Os doentes mentais eram considerados como qualquer outro marginal. Philip Pinel defendia que, para recuperar os alienados, era preciso isolá-los da vida cotidiana. Apenas no final do século XIX loucura foi considerada doença no Brasil.

O início da história da assistência psiquiátrica no Brasil se deu em parte com os avanços científicos e o pensamento higienista do século XIX, até então os doentes mentais eram presos em celas comuns por perturbação da ordem ou na melhor das hipóteses, ficavam em celas especiais da Santa Casa de Misericórdia (Costa, 1989) não sendo tratados como os doentes que eram. Em 1903, foi promulgada a lei federal de Assistência aos Alienados por Rodrigues Alves, onde se deu o primeiro passo para atender às demandas dessas pessoas. Em 1923, foi criada a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) fundada por Gustavo Riedel com ideologia de higiene mental.

O primeiro hospital psiquiátrico no país foi o Hospício D. Pedro II, inaugurado em 1852. Sob a direção de religiosos da Santa Casa de Misericórdia, só veio a ser administrado por um médico-psiquiatra, Teixeira Brandão, em 1886, ano em que também se iniciou o ensino regular de Psiquiatria

aos médicos generalistas. Em 1890, o Hospício foi denominado Hospital Nacional dos Alienados, passando a ser tutelado do Estado. Somente em 1903 é que foi promulgada, no governo de Rodrigues Alves, a primeira Lei Federal de Assistência aos Alienados (COSTA, 1989, p. 47).

Seguindo o exemplo do Rio de Janeiro, no Pará em 19 de julho de 1892, no bairro do Marco da Légua, foi inaugurado, pelo governo do Estado, o asilo de alienados que, posteriormente em 1937, ganhou o nome de hospital psiquiátrico Juliano Moreira em homenagem ao psiquiatra baiano que contribuiu para os avanços da psiquiatria no Brasil, localizado na Avenida Tito franco (atual Almirante Barroso) ao lado do bosque Rodrigues Alves. Segundo registro do livro das Bodas de Ouro das Filhas de Sant'anna de 1933, mostra a participação dessas religiosas nos asilos de Belém, não sendo diferente, no Hospital dos Alienados elas cuidavam dos internos, a qual chamavam de “pobres dementes”.

Afastando e segregando os doentes mentais com o intuito de se adequar aos moldes civilizatórios europeus e às questões relacionadas à loucura. Dentro desses hospitais era comum a violência contra os doentes, pois a questão de saúde mental era, por muitas vezes, relacionada à questão de segurança pública. Camisas de forças e troncos eram usadas no tratamento desses internos, sobre isso, o psiquiatra Dorvalino Braga, ex-diretor do Hospital, relata quais eram as condições dos internos neste no asilo:

Eu ainda vi o ‘tronco’ no Juliano Moreira”, lembra Dorvalino Braga. O tronco e a camisa de força ainda eram instrumentos utilizados no ‘tratamento’ dos enfermos. O tronco remetia à época da escravidão, quando os negros eram açoitados como punição por alguma ‘falta’. Braga diz que isso não era à toa. Na história brasileira os primeiros navios que traziam escravos ou condenados em Portugal estavam repletos também de doentes mentais. “Eram mão de obra gratuita para os donos de terra à época (Diário do Pará (DOI) 10/02/2013, p. 2).

O governador Augusto Montenegro, atendendo às exigências do presidente Rodrigues Alves de melhorar o tratamento dos alienados no Pará para atender as reformas nacionais de assistência a aliena-

dos, mandou para Europa o Dr. Izidoro Azevedo Ribeiro, médico sanitário, estudar as novidades no auxílio aos doentes mentais, em seu retorno para Belém, promovendo mudanças no asilo, tirando tudo o que era considerado brutal e introduzindo novos tratamentos como “balneoterapia” e de “eletroterapia” (CUTRIM, 1967; BRAGA, 2009 *apud* MONTEIRO, 2011).

Ao longo dos anos, várias medidas foram tomadas com o intuito de melhorar os problemas com os doentes mentais, fora criada, a exemplo, a lei 1492 de 15 de março de 1907 que organiza o Regimento Interno do Asilo dos Alienados, já em 1913 por ordem do governador Dr. João Coelho aumenta o quadro de médicos, porém os problemas continuavam tais como a superlotação (CUTRIM, 1967).

Esses momentos do Hospital dos Alienados se inserem nos contextos de modificações das sociedades belenense e brasileira em função do “boom” da borracha e outras economias que desde o final do século XIX traziam outros ares à medicina que já se anunciava higienizadora da moral da população “e o desenvolvimento de uma ciência do comportamento humano se apresenta como necessidade” (PEREIRA, 2002, p. 35 *apud* MONTEIRO, 2011).

“O trâmite do dia a dia que a gente erroneamente chama de arquivado morto [...] e as tragédias do dia a dia como o incêndio no antigo hospital” (RICCI, 2013) fez com que a documentação do hospital fosse perdida, o que dificulta o resgate dessa memória. Portanto, há dificuldades em aprofundar-se no estudo acerca da vida das pessoas que trabalhavam e as que eram asiladas no hospital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que, a abordagem às políticas higienistas na Belém de outrora, foi relevante para entender as mazelas sociais vividas hodiernamente, a partir da concepção de memorização ao passado e ao reflexo deste nas configurações contemporâneas do século XXI. Igual-

mente, é possível entender como houve o povoamento dos bairros da cidade, propiciadas pelas instalações dos asilos no interior da capital, junto ao processo de segregação da classe trabalhadora na Belle époque.

Fundamental para a expansão geográfica da capital, os prédios dos asilos possibilitaram uma maior movimentação da população nessa área e em seu entorno, o que facilitou a ocupação da mesma. O bairro do Marco, que era uma área lamacenta e pouco frequentada, pela maioria da população virou a légua patrimonial da cidade, sendo a nova entrada e saída, de Belém.

O resgate da memória e a ocupação urbana foram os pontos principais do presente artigo. Trabalhando com a história dos asilos de Belém que, por muitas vezes fora esquecida, a fim de ampliar o entendimento do tratamento dado às pessoas que não se encaixavam nos modelos civilizatórios da época e que foram marginalizadas e excluídas do convívio social e propiciaram a ocupação dos espaços de Belém.

REFERÊNCIAS

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

BRAGA, D. Lances históricos da História da Psiquiatria no Estado do Pará. *In: História, Loucura e Memória*: o Acervo do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira. Belém, SECULT, 2009.

COSTA, J. F. **História da Psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

CUTRIM, J. E. C. Resenha história da assistência aos doentes mentais no Pará. **Boletim do Centro de Estudo do Hospital Juliano Moreira**, ano, I, v. I n° 2-3. Belém, Pará maio-dezembro, 1967, p. 37-40.

Diário do Pará (DOL). **História do tratamento a doentes mentais é contada**. 2013 <http://www.diarioonline.com.br/noticia-235693-historia-do-tratamento-a-doentes-mentais-e-contada.html>. Acesso em: 12 jun. 2019.

DUARTE, C. *Asilo da Mendicidade em Belém do Pará: a pobreza urbana como contra-face da belle-époque na Amazônia*. **Anais do XVI Encontro Nacional da Anpuh, Rio de Janeiro**. v. 12, 2011, p. 01-19.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

GÓIS JÚNIOR, E. Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos. **X Simpósio Internacional Processo Civilizador**. Campinas, SP, 2007, p. 1-9.

HOCHMAN, G.; LIMA, N. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira república. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996. *In*: Maio, Marcos Chor; Santos, Ricardo V. (Org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996, p. 23-40.

LACERDA, F, G; SARGES, M, N. De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX. *In*: **Projeto História**, PUCSP, v. 38, p. 161-178, 2009.

LEMOS, A. J. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1905**. Belém, A. A. Silva, 1906, p. 280.

LEMOS, A. J. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1903**. Belém, A. A. Silva 1904, p. 56.

MARINS, P, C, G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. *In*: SEVCENCO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**, Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 132-214.

MONTEIRO, J, B. **Nos Rastros da História da Assistência da Psicologia no Pará: a inserção do psicólogo no Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira (1978-1984)**. Belém: UFPA, 2011.

Ministério da Saúde; RICCI, Magda. **História, loucura e memória: o acervo do hospital psiquiátrico Juliano Moreira**. Belém, 2013 disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=71LaYxtaGdI>. Acesso em: 21 jul. 2019.

PEREIRA, L. M. de. Os Primeiros Sessenta anos da Terapêutica Psiquiátrica no estado de São Paulo. *In*: ANTUNES, Eleonora Haddad *et al.* (Org.). **Psiquiatria, Loucura e Arte: Fragmentos da História Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002 (Coleção estante dos 500 anos, 6).

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu. 2002.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do “velho” intendente: Antonio Lemos, 1869-1973**. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil República: da belle époque à era do rádio (História da vida privada no Brasil: 3)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Entre a maternidade e a docência

O mito da educadora nata e a mulher professora na educação básica

Karina Nazaré Oliveira de Jesus Ferreira¹

INTRODUÇÃO

É notável o progressivo crescimento de pautas identitárias e debates sobre relações de gênero nos mais diversos campos literários, acadêmicos e educacionais. Admiramos, de nosso presente século XXI, as mudanças estruturais e culturais que as mulheres anteriores a nós alcançaram, partindo de uma longa e sacrificante trajetória de reconhecimento enquanto sujeito, pertencente a si própria, e não simplesmente uma extensão de seu marido e família, essas mulheres, suas vozes e seus atos subversivos, nos deram o direito ao voto, a direitos constitucionais, a uma carreira de nossa escolha, e entre outros direitos básicos e humanitários, ainda que seja imprescindível a ressalva de uma análise mais profunda com os devidos marcadores sociais de raça e classe.

Advindos da vivência dos sujeitos que marcam essas relações de gênero, esse debate ultrapassou as “rodas de conversa” e atingiu assim

¹ Graduanda de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8158951971789239>. E-mail: Karina_n.ferreira@yahoo.com.

camadas populares e democratizadas. Portanto, quando essas discussões tomaram corpo no meio acadêmico, a literatura pré-existente em cada área de conhecimento foi somada aos novos estudos e concepções feministas, introduzindo assim um inteiro novo ponto de partida de análises, por quanto delibera a historiadora Joan Scott: “O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro” (SCOTT, 1995, p. 75). Essas novas análises então partiriam dos mais numerosos recortes interseccionais de gênero, raça, classe, sexualidade e entre outros.

A literatura já concebida da área educacional até final do século XX raramente havia abordado questões que envolvessem a trajetória histórica da feminização do magistério, dessa forma é imprescindível ressaltar que tal questionamento não havia sido colocado em vigência pois ele não fora enxergado como problema ou situação historicamente construída, constatando a naturalização da docência enquanto “profissão feminina”. É válido destacar, no entanto, a atuação precursora de algumas educadoras que, desviando-se à rota, propuseram-se a contestar a posição da mulher dentro do quadro educacional, tanto esta enquanto aluna, e enquanto professora. Atuações como as de Nísia Floresta (1810-1885) e trabalhos como o das professoras Alessandra Arce (2001), Eliana Saporoli (1998) e Joan Scott (1995) se fixaram como basilares para a elaboração do presente trabalho, afinal eles participaram de um momento no qual se estava questionando o gênero dentro da docência, e até mesmo dentro da historiografia e para desenvolvimento do gênero enquanto categoria analítica como Scott (1995), eles estavam então abrindo caminho para uma literatura que indagaria quais os processos e discursos históricos, sociais e culturais já haviam sido perpetuados e sob quais componentes eles poderiam ter se mantido e se fortificado, mesmo com a mudança extensa de espaço/tempo, apresentando as educadoras uma inquietação que deveria ser estimu-

lada e instigada, sobre como os novos estudos de gênero poderiam vir a reconfigurar visões e análises críticas.

Educadoras que trabalharam com teorias feministas ressaltaram o caráter essencialmente social e cultural que reconhecemos como “papéis de gênero”, todavia é somente reconstituindo historicamente essa trajetória de feminização da docência é que pode-se trazer a luz o seu caráter construtivo social, em oposto ao que se conclui em julgamento prévio e equivocado, de que a natureza dos sexos biológicos foram deterministas para certas características, vivências e por conseguinte, de profissões. Reconhecemos então a essência enraizada desse processo histórico e partimos para maior esclarecimento desse processo.

PROCESSOS CONSTRUTORES DE UM “MITO”

Segundo os resultados do Censo Escolar da Educação Básica de 2007 (2009) divulgados pelo Ministério da educação, são predominantemente femininas as etapas de creche (98%), pré-escola (96%) e ensino fundamental (91%), assim como também notamos no Censo de 2017, que fora o mais recente a apresentar dados esclarecidos por sexo, a predominância continuava entre as mulheres que representavam 80,0% do quadro de magistério da educação básica. Além de ser vista como uma profissão feminina, à docência que se ocupa de crianças menores percorreu um longo trajeto de desvalorização salarial e social, traçando assim uma grande curva decrescente simbolizando uma hierarquização das relações sociais e profissionais entre os gêneros, dividindo-se injustamente o trabalho doméstico e ocorrendo uma distribuição diferencial entre os sexo no mercado de trabalho, conhecida como a divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596). É perceptível, à vista disso, a justificativa da progressiva presença de educadores homens a medida em que se aumenta o grau de “complexidade” de ensino, inversamente a sua colegas professoras, os homens ocupam, predominantemente, os níveis de ensino superior e de educação profissional. Contudo estes polos opostos não causam grande surpresa, haja vista a imagem mítica

emposta à mulher professora (ARCE, 2001). A construção e consolidação desse mito não lideraria a algo ficcional e absurdo, mas, segundo a professora Arce (2001), devido ao seu teor de construção social ele seria composto de algo “verdadeiro”, que dirigiria as ações dos homens e culminaria em um fenômeno sócio histórico real.

Iniciando-se em meados do século XX, o Brasil então republicano decide dar novas faces as ocupações e cargos do estado, aceitando dessa forma o ingresso de mulheres em escolas Normalistas que se configuravam como um magistério de 1º grau ao seu tempo, as habilitando assim para lecionar até às series iniciais do ensino fundamental. Ao mesmo tempo em que se crescia consideravelmente as turmas em que se formavam quase exclusivamente mulheres, o processo lentamente estável de urbanização e industrialização pela produção cafeeira atraía os homens com propostas mais “masculinas” e prestigiosas de emprego, visando também uma maior renda, esse sujeito homem, que se incumbia do papel de principal provedor econômico do lar e da família, não teve grandes dificuldades em transferir sua preferência a esses novos empregos ofertados. Já enquanto alunas, tomando ciência das classes sociais que haviam grande abismos de oportunidades entre si, as garotas de famílias abastecidas obtinham o privilégio de frequentar escolas (devidamente separadas por gênero) e, a priori, tinham o mesmo currículo que era ministrado aos garotos, contudo em dado momento mais posterior os ensinamentos se bifurcavam e notava-se então o quão objetivo e explícito se materializava cada papel social e “destino” final dos meninos e meninas.

Sendo a mulher um sujeito histórico, presente em todas as sociedades, culturas, tempo e espaço, esta não está passível de exclusão do engendrado sociocultural e estrutural que permeia cada passagem temporal e espacial da história da humanidade. O papel feminino universalmente inflexibilizado e imposto, tal qual cada cultura desenvolve sua maneira de subordinar e tornar as mulheres seres inferiores aos homens (ORTNER, 1979, p. 97), é o da maternidade e do matrimônio. Tomando como destino último e invariável da mulher, imaginou-se estar apenas seguindo o curso natural de uma socieda-

de hierárquica de gêneros ao condicionar a visão de um magistério como uma extensão da maternidade feminina, elegendo o cuidar e educar como funções de cunho maternal e de obrigação exclusiva e prioritária da mãe. Ou seja, como o trabalho da natureza da mulher já a encarregava de cuidar de crianças com zelo e sentimentalismo de forma instintiva e biológica, a via mais socialmente lógica seria de que esta tomasse uma profissão em que seu “dom” pudesse ser reaproveitado, portanto, está também não precisaria de formação profissional ou de deter conhecimentos cientificamente pautados para a educação de crianças, haja vista que sua natureza já se incumbiria de que seu papel maternal fosse bem desempenhado.

Outro importante agente condicionante neste processo se dava em razão da diminuta carga horária em que estas professoras atuavam fora de casa, mantendo assim a comodidade capitalista e patriarcal de que, apesar destas agora terem a comedido liberdade de lecionar, trabalhar fora e ganhar um pequeno auxílio financeiro, suas prioridades haveriam sempre de ser o zelo para que seu marido estivesse confortável, da mesma forma com seus filhos e seu lar. Mesmo trabalhando, não se questionava sobre sua disponibilidade para os afazeres domésticos pois sendo o matrimônio considerado o apogeu da vida feminina, esta mulher deveria então se doar inteiramente para que não ocorresse nada que poderia acarretar prejuízos ao casamento, sendo assim se tornava inconcebível a imagem do marido realizando tarefas como lavar, cozinhar, coser ou limpar algo. Essa não era sua função e nem intenderia de ser tão cedo. Contudo, com o aperfeiçoamento de teses e saberes sobre gênero e sexualidade, a dinâmica simplesmente naturalista e orgânica desses comportamentos foi desmistificada ao passo em que se identificava que “nada há de puramente natural e dado em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura” (LOURO, 2008, p. 18).

PILARES MANTENEDORES DA MITIFICAÇÃO DA MULHER-PROFESSORA

Diante desses fatores que há muito foram cunhados em nossa realidade social podemos notar que, apenas não estando mais em seu estado inicial de extremo binarismo de papéis, ocorreria a consolidação dessa relação natural entre a mulher e à docência, onde esse mito apenas se remodelou aos novos caracteres, signos e transformações sociais de cada tempo. Como afirma Scott (1995, p. 86):

Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino.

É de comum conhecimento que toda base só se solidifica satisfatoriamente se seus suportes forem bem moldados, executados e alicerçados. Isto posto podemos eleger que o trajeto de readaptação do mito Mulher-Professora aos contextos históricos obteve bases de apoio sólidas o suficiente para alcançarem grande proporção, neste momento do trabalho tentaremos elucidar algumas delas.

Compreende-se que, disposto sobre muitas teorias e estudos acerca de classes e no que tange a “máquina” econômica que move o mundo, o sistema capitalista é como um organismo vivo e pulsante dentro de nossa sociedade, destarte toda a longa e aprofundada literatura que existe sobre, se discutirá no presente trabalho somente os entrelaces que dizem respeito à docência, cargos e espaços que às mulheres tem ocupado, não significando isto que há uma história política e econômica exclusivamente separada de um gênero (SCOTT, 1995, p. 74), pois sem a complementariedade de um, não haveria a sustentação do outro (gênero aqui estabelecido enquanto O Homem e A Mulher), mas apenas elucidando o recorte atualmente feito.

Apesar de haver um horizonte a se perder de vista se formos procurar origens e isolá-las cada qual em seu contexto sociocultural, a literatura nos trouxe a luz o processo que se fizera intrínseco ao capitalismo, o devidamente bem estruturado patriarcado. Sendo este presente de forma indissolúvel na sociedade,” o patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais” (MORGANTE; NADER, 2014, p. 3). E como nos elucida também Saffioti (2000, p. 72): “Foi nas sociedades de caça e coleta, nas quais reinava a igualdade de gênero, que os homens, desfrutando de tempo livre (a caça sendo atividade praticada uma ou duas vezes por semana), criaram os sistemas simbólicos que inferiorizam socialmente as mulheres” (SAFFIOTI, 2000, p. 72).

Sendo denominado este o responsável pela hierarquização, subjugação de gêneros (até mesmo pelos novos significados embutidos neste conceito) pode-se reafirmar também com a colocação da socióloga Saffioti (1987 *apud* GONÇALVES; SILVA, 2019), “Assim, o patriarcado não é apenas um sistema de dominação, mas também de exploração, sendo que aquela pode ser localizada no campo político, esta localiza-se no campo econômico” (GONÇALVES; SILVA, 2019, p. 7). Partindo desse trecho podemos ter maior clareza da indissociabilidade do sistema capitalista com a organização social patriarcal, trabalhando a partir do prisma de que há a relação dominação/exploração nas relações de classe, raça e gênero, o patriarcado destaca-se pois percorreremos a análise histórica de que fora crucial que a mulher, enquanto sujeito submisso e por conseguinte, explorado, se consumasse por suas obrigações matrimoniais de esposa e edificadora do lar para que o homem então pudesse desenvolver prestigiosamente sua vida pública, ocupando espaços públicos, consumindo e ditando as normas sociais dessa esfera macro e pública. Não sendo apenas circunscrito a vida privada familiar, observamos essas bases patriarcais nas relações de trabalho, de educação e etc.

Como esfera complementar e igualmente inseparável dos costumes sociais, encontramos a grande valorização dos costumes tradicionais religiosos de origem judaico-cristã. Perpetuados com exímia naturalidade em nosso seio sociocultural, a instituição em si é inegavelmente detentora de um magnânimo poder basilar em nossa sociedade ocidental. Sua contribuição para a subjugação feminina dentro do patriarcado também fora construída sob a égide de múltiplos fatores, desde a culpabilidade feminina do pecado inicial até sua delimitação de função enquanto reprodutora. Seguindo o mesmo princípio afirmara Delumeau (1989, p. 314) (1989 *apud* LEMOS, 2013, p. 204) ao redigir:

Pandora grega ou Eva judaica ela cometera o pecado original ao abrir a caixa que continha todos os males ou ao comer do fruto proibido. O homem procurava uma responsável pelo sofrimento, o fracasso, o desaparecimento do paraíso terrestre e encontrou a mulher.

Em vista disso, são elaborados dogmas os quais são norteadores da doutrina judaico-cristã e que, até hoje, orientam os fiéis que escolheram seguir tal crença, dentre eles e de modo exclusivo feminino temos associações com a pureza, permissividade, santidade pacificadora e entre outros. Elaborados a partir deste prisma e corroborados por passagens bíblicas (BÍBLIA, Efésios 5, 22-24), (BÍBLIA, Coríntios 11, 7-9) como:

Esposas, cada uma de vós respeitai ao vosso marido, porquanto sois submissas ao Senhor; porque o marido é o cabeça da esposa, assim como Cristo é o cabeça da Igreja, que é o seu Corpo, do qual Ele é o Salvador. Assim como a igreja está sujeita a Cristo, de igual modo as esposas estejam em tudo sujeitas a seus próprios maridos.

E ainda:

O homem, pois, não deve cobrir a cabeça, porque é a imagem e glória de Deus, mas a mulher é a glória do homem. Porque o homem não provém da mulher, mas a mulher

do homem. Porque também o homem não foi criado por causa da mulher, mas a mulher por causa do homem.

Como estas existem outras que ratificam a necessidade da submissão feminina perante o marido, sendo este o ideal de autoridade máxima dentro do seu lar. Vemos particularmente neste último trecho citado, a direta situação de subalternidade que fica explícita ao colocar a Mulher como consequência do, e para o Homem, ou seja, essa só parece existir em função da necessidade do outro, como um corpo complementar ao outro e não enquanto um ser individual. Embora todo esse papel de subalternidade seja acoplado a mulher, elas ainda “compõem, de fato, a maioria da população de fiéis. ‘Em nome de Deus’, tornam-se ativistas, freiras, obreiras, pastoras, bispas, mães-de-santo, políticas[...]” (ROSADO-NUNES, 2005, p. 364), todavia não cabe a esse atual trabalho distinguir ou julgar quais as razões que, superficialmente observando, levam as mulheres a preencher amplamente um espaço que as subjugas em certos aspectos.

CENÁRIO DOCENTE E VIVÊNCIAS DAS PROFESSORAS

Não seria inteligente e nem mesmo honesto de nossa parte analisar as causalidades da predominância feminina no mercado docente e não reservar lugar de destaque, notoriamente negativo, a motivação iminente de se recusar profissionais homens para com o cuidado de crianças menores. Dados fornecidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos apontam que, no ano de 2019, em 87% das vezes o suspeito de abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes, é do sexo masculino, e em 62% dos casos este é representado entre 25 e 40 anos (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020). Haja vista que esse cenário não é algo extraordinário ou recente, entende-se que a insegurança de pais e mães em deixar seus filhos –em especial, é claro, meninas– sob os cuidados de docentes homens, logo, não podemos idealizar que as

teorias de construção de papéis de gênero consiga abarcar inteiramente os motivos pelos quais há a predominância feminina nestes anos iniciais de ensino. Pressupõe-se que a teoria deva partir dos constructos e vivências do sujeito/objeto analisado, portanto não podemos omitir a legitimada preocupação dos responsáveis com o medo do assédio sexual, no qual estruturalmente se tem homens como culpados, mesmo buscando não incorporar generalizações, os pais consideram mais viável correr o menor risco possível, sendo assim eles preferencialmente procuram por instituições que não possuem homens em seu corpo docente (ao menos na educação infantil e primeiros anos da educação básica), e como consequência direta certas escolas tendem então a não contratar esses profissionais, visando colocar em primeiro lugar a vontade dos pais, que afinal, são clientes da instituição.

A fim de acrescentar rico conhecimentos para além dos teóricos ao trabalho, fora realizada uma entrevista semiestruturada com duas professoras da educação básica, para ratificar, ou contrapor, os pontos aqui levantados sobre magistério, relações de gênero, de poder e sobre as linhas que delimitam o ser “mãe” e o ser “professora, portanto as perguntas focaram-se nas suas trajetórias de: (I) Escolha de carreira; (II) Formação acadêmica e (III) Inserção e consolidação no mercado de trabalho, as entrevistas foram feitas de forma individual e levaram o equivalente a quase 2 (duas) horas cada, gravadas em áudio e transcritas as partes selecionadas pela autora. O nome das professoras serão ficcionais a fim de respeitar o sigilo de identidade e fala das mesmas, sendo chamadas de “Professora A” e “Professora B”.

As entrevistas trouxeram a luz novas problemáticas e também confirmações daquelas que o trabalho já havia levantado. É interessante destacar a base comparativa feita entre as professoras que haviam um tempo de carreira e formação bem diferentes, a Professora A completava em breve 2 anos de formada e de carreira profissional, já a professora B obtinha cerca de 20 anos de trajetória profissional, sendo

formada no nível médio de magistério e também no nível superior em pedagogia. Essa notória diferença de tempo pôde ser refletida em seus pensamentos à cerca dos temas. Enquanto a Professora B conseguia enxergar uma maior e mais clara delimitação dentre as esferas do “cuidar, educar e ensinar”, a Professora A possuía uma visão de maior fluidez entre as “funções” dadas por estas, como ela afirma:

[...]ás vezes a gente tem a mente muito limitada do ensinar conteúdo da escola, “ah, eu tenho que ensinar o alfabeto, eu tenho que ensinar a ler, eu tenho que... mas existem outras coisas que eu posso ensinar pra criança, valores, princípios, entendeu? (Professora A).

As questões reafirmadas foram tais quanto: a falta de colegas homens no espaço de trabalho e de formação, a Professora A afirmará que, dentre as 3 escolas que já havia trabalhado, só havia um pedagogo, o qual era um estagiário, e ambas as entrevistadas relataram que os colegas homens na faculdade eram de uma extrema minoria, entre 3 a 5 alunos, foram os números dados por elas. Esses colegas homens também eram acometidos de muitos comentários pejorativos sobre os próprios e sua sexualidade. Outro tópico confirmado - sendo este o eixo focal deste trabalho -, é o de que ainda hoje, a visão de muitos pais, gestores educacionais e até mesmo professores/as, é de que o papel da maternidade é de extrema e indispensável importância para que a professora seja uma boa profissional, como por exemplo foi explicitado pela Professora A, que já ouvira pessoalmente afirmações que indicavam que a maternidade era quase que obrigatória para que ela entendesse e melhor executasse algumas funções de seu trabalho. Da mesma forma também se faz válido ressaltar a experiência que a Professora A passou, na qual o seu local de trabalho chegou a atrasar seu salário e até mesmo não o efetuar, mas apesar disso a professora continuou cumprindo seus deveres e ensinando normalmente pois, segundo a mesma, ela não se sentiria bem em abandonar seu compromisso com as crianças, as quais já havia de-

envolvido um trabalho. Logo, podemos perceber que em muitas situações de desvalorização e subjugação levantadas pelas grandes teóricas, já foram de fato vivenciadas por essas professoras da educação básica, assim como novas perspectivas foram mostradas, dando uma certa equidade aos estudos de teorias e de experiências do cotidiano, da vida em sua mais pura realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conseguimos verificar ao decorrer do trabalho que as concepções naturalistas e biologicamente deterministas ainda são causadoras de grandes divisões binárias de formas de ser, viver, e agir em nossa sociedade, por conseguinte, a esfera do trabalho não se ausentaria desse aspecto, em especial o trabalho do magistério o qual está completamente inserido no seu contexto sociocultural. A literatura especializada tem nos proporcionado uma ampla gama de discussões, nos possibilitando as mais numerosas leituras do gênero enquanto categoria de análise, ainda assim parece ter ocorrido a espécie de cenário em que se pesquisa, observa, constata e divulga em meio acadêmico, porém não há poder estrutural o suficiente para se deslocar algum grande fator de ordem sistemática maior, em virtude da naturalização das construções sociais há muito já desenvolvidas.

No que tange a questão da mitificação da mulher-professora, constatamos que os sustentáculos do *mito* ainda sustentam a mesma narrativa que circunscreve as mulheres ao papel de cuidadoras, de mães naturais e rainhas do lar, levando a sua “soberania” e seu amor de mãe a sua classe. Para essa professora não há opções libertárias de seu papel maternal, o qual inclui esta sua devoção e fidelidade extrema ao lugar que trabalha, dessa forma ela pode suportar baixos salários, altas cargas horárias, diversas turmas e outros, já que todo esse sacrifício deve ser feito em nome dos seus “alunos/filhos”. Logo a desvalorização social e profissional da profissão demonstrou seu cunho sócio histó-

rico, elegendo o Homem como educador e a Mulher como “cuidadora”, dividindo os espaços que estes atuariam e diminuindo a formação profissional da professora dos anos iniciais. Para se alcançar o objetivo da educação básica, no que tange aos estudos e a valores éticos, se exige um bom profissional devidamente formado academicamente, com bases científicas e conhecimentos sólidos, e isso deve independe do gênero ou sexualidade de tal profissional.

Conclui-se que à mulher determinou-se o eterno papel social de submissão e permissividade, a eterna imagem de “mãe/tia”, a Mulher ideal é a que não existe enquanto sujeito próprio, que aceita tudo pois sua natureza é de infinita bondade, devoção e amor, seja qual papel for designar, de esposa, mãe ou professora, tudo ela aceita em nome do seu amor ao outro sujeito, o sujeito que a faz ter sentido de vida e que deve ser o norte de suas ações e paixões pela vida, seja ele seu marido, seus filhos ou seus alunos. Portanto aqui ainda nos cabe o questionamento, até quando a Mulher existirá enquanto imagem mítica e corpo dependente?

REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 113, p. 167-184, jul. 2001.

BÍBLIA, N. T. Efésios 5, 22-24. In **Bíblia. Bíblia King James Atualizada** (Português). Disponível em: <https://bibliaportugues.com/kja/ephesians/5.htm>. Acesso em: 11 out. 2020.

BÍBLIA, N. T. Coríntios 11, 7-9. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007 / **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. – Brasília : Inep, 2009.

BRASIL. **Notas estatísticas - Censo Escolar da Educação Básica 2017**. Inep, 2018.

GONÇALVES, R. C. P.; SILVA, B. B. DA. Gênero, poder e um sinalagma até então extorquido: o contrato sexual silenciado pelas teorias do contrato social. **Interfaces Científicas - Direito**, v. 7, n. 3, p. 117-134, 27 ago. 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

LE MOS, Carolina Teles. Religião e Patriarcado: elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero. Revista Caminhos - **Revista de Ciências da Religião**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 201-217, out. 2013. ISSN 1983-778X. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2795/1709>. Acesso em: 11 out.2020.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. **Pro-Posições**, v. 19, p. 17-23, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes. **Gov.br**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contracrianças-e-adolescentes>. Acesso em: 09 out. 2020.

MORGANTE, M. M.; NADER, M. B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: **Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas**, 16, 2014, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Ed. ANPUH, 28 jul. 2014. p. 1-10. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Z; LAMPHERE, Louise (Org.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro, **Editora Paz e Terra**, 1979, p. 95-120.

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e religião. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n.2, p. 363-365, agosto de 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Crítica Marxista**, n. 11, p. 71-75, 2000.

SAPAROLLI, Eliana Campos Leite. A educação infantil e gênero: a participação dos homens como educadores infantis. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 6, p. 107-125, 1º semestre 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, Panoica, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

O PCB e o campo Intelectual comunista da América Latina (1945-1952)

Adriano Soares Sampaio¹

Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo²

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 80, abre-se espaço de produção de conhecimentos voltado para a ação dos comunistas e do PCB nas mais variadas faces da vida política nacional, como o papel dos intelectuais, da imprensa, das artes, da cultura e dos movimentos populares. Publicações estas que iam para além da própria produção oficial partidária e das produções memorialistas de autores que outrora foram membros da organização, como as memórias de Leôncio Basbaum, Octávio Brandão e Gregório Bezerra, publicadas respectivamente em 1976, 1978 e 1979.

A presente pesquisa é fruto da experiência ao longo da Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), nosso objeto de pesquisa nesse artigo é sobre a atividade dos comunistas no jornal *Tribuna Popular*³ (1945 - 47), que circulou no Rio de Janeiro durante os anos de 1945 a 1947.

1 Graduando em História pela Universidade Federal do Ceará e Bolsista PIBIC-UFC 2020-21 no Projeto “América Latina no Jornal *Tribuna Popular*”. <http://lattes.cnpq.br/2516266905657446>, E-mail: soaresadriano321@gmail.com.

2 Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História Social na UFC. <http://lattes.cnpq.br/5261516296514748>, E-mail: anameliademelo@gmail.com.

3 Todas as edições do jornal *Tribuna Popular* estão disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Procuramos aqui analisar e identificar os debates sobre a América Latina, no contexto interno marcado pela anistia aos presos políticos do Estado Novo, pelo início da atuação legal do PCB e de forte redemocratização do continente.

No desenvolvimento da pesquisa, houve duas mudanças nos seus rumos, a primeira é do recorte de 1945-52, na qual foi submetido o trabalho, foi alterada para o recorte de 1945 a 47, sendo nesse artigo abordado especificamente o ano de 1945. A outra mudança foi que a partir da análise das publicações do periódico, o jornal não trouxe muitas publicações sobre a intelectualidade latino-americana, portanto a premissa do trabalho de estudar o campo intelectual não se concretizou, pois o jornal era mais voltado para a política, o movimento operário, movimento estudantil e as lutas populares. Dessa forma, no presente artigo está incorporado os novos rumos da pesquisa, que busca problematizar sobre as ideias e os projetos de América Latina que ganham corpo nas páginas do jornal, o que está sendo pensado, debatido, vinculado e estabelecido sobre os países latino-americanos por um jornal dirigido pelos comunistas.

O JORNAL

Os militantes que até então organizavam as gráficas e a imprensa comunista nas entocas e na clandestinidade, agora encontravam-se instalados na avenida Aparício Borges, 207. A publicação diária⁴ *Tribuna Popular*, vinculada ao Partido Comunista Brasileiro⁵ no Rio de Janeiro, assume proposta política de tornar-se a mais destacada publicação dos comunistas no Rio, aglutinando em torno de si uma rede de colaboradores, simpatizantes, divulgadores, pequenos co-

4 *Tribuna Popular* não era publicado na segunda feira.

5 Adoto nesta pesquisa para me referir ao PCB a designação Partido Comunista Brasileiro, apesar de sua nomenclatura de 1922 até o V Congresso do PCB em 1960, ser “Partido Comunista do Brasil”, quando foi alterada.

merciantes e financiadores do jornal, tornando-se um veículo fundamental para a divulgação das ideias e práticas políticas dos camaradas instalados na capital carioca. A Tribuna Popular fazia parte de um projeto político-cultural organizado pelo PCB em nível nacional, cuja proposta era a difusão das ideias comunistas em torno da sociedade, a partir da produção de jornais, revistas teóricas, livros marxistas, campanhas artísticas e culturais. Apesar da vinculação do periódico à linha partidária, possuía certa autonomia em relação ao PCB. Teve a sua primeira edição lançada ao público em 22 de maio de 1945, no contexto da redemocratização no Brasil, das conquistas de liberdades democráticas, das mobilizações pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e de uma notável ascensão política do PCB, tendo como principal figura pública o anistiado líder político Luiz Carlos Prestes, que esteve preso pelo governo Vargas desde o ano de 1936. O funcionamento da Tribuna Popular vai até o ano de 1947, ano em que o registro do Partido Comunista é cassado, em um contexto de repressão aos movimentos sindicais e regressão das liberdades democráticas, de forma que

Em primeiro momento, a perseguição se apresentou de forma mais clara a partir da cassação do registro do PCB. Depois, as instituições ligadas aos pecebistas sofreram intervenção do governo. Em seguida, cassaram o direito de voz do senador e deputados federais comunistas. Em outra etapa, fecharam os jornais ligados ao PCB (LIMA NETO, 2006, p. 247).

A partir dessa encruzilhada anticomunista, em vista de todas essas dificuldades impostas pelo regime, não tendo mais condições de manter sua circulação nas ruas, fecha as portas em dezembro de 1947. Um mês depois, em janeiro de 1948, houve a suspensão dos mandatos dos parlamentares comunistas e novamente é imposta a situação de clandestinidade e ilegalidade ao PCB.

A configuração visual do jornal contava na primeira página em destaque superior ao título “Tribuna Popular” no centro superior, em realce uma frase atribuída a Luiz Carlos Prestes “O povo terá enfim o seu jornal, a Tribuna Popular que reclamava e de onde poderia expor suas reivindicações e debater os grandes problemas nacionais que só ele pode de fato resolver”, ainda ao lado do título a palavra de ordem “Unidade”, “Democracia” e “Progresso”, termos que transmitiam a posição de União Nacional defendida pelo PCB. Embaixo continha a data e os membros do conselho editorial. Frequentemente o jornal contava com 4 folhas e 8 páginas, em alguns poucos momentos era publicado com 6 folhas e 12 páginas, quando contava com reportagens extraordinárias sobre algum tema, personalidade, artista ou anúncios que ocupavam essas páginas extras. Na indicação do conselho editorial constavam os nomes: Pedro Mota Lima, Aydano do Couto Ferraz, Álvaro Moreyra, Dalcídio Jurandir e Carlos Drummond de Andrade.

A divisão do jornal contava com diversas colunas destinadas à cultura, aos esportes, ao cinema, a música, às artes, apresentando ilustrações, charges, espaços para convocações e reportagens sobre comícios políticos, colunas assinadas, reportagens de lideranças operárias e contava também com uma coluna diária intitulada “Através das Américas”, onde se vinculavam as principais notícias sobre América Latina, que passa a existir a partir da décima segunda edição e, até o momento analisado no jornal (edição 146), continua existindo, demonstrando uma certa atenção e interesse do jornal com os rumos da política latino-americana. No conselho editorial, constavam nomes de relevância e destaque no cenário intelectual, por conta disso, a Tribuna Popular circulava com destaque “pela quantidade e pela qualidade devido ao prestígio de seus colaboradores, entre os quais estavam muitos artistas e escritores reconhecidos” (DUPRAT, 2017, p. 43), “e que chegou a tiragem de 50 mil exemplares” (OLIVEIRA, 2011, p. 14)

Dessa forma, procuro analisar a imprensa comunista não como uma simples abstração, mas a partir de um questionamento de quem está escrevendo e como esse processo era feito, quais as preocupações sociais dos escritores, como se davam os embates existentes na política latino-americana e as redes de solidariedades pelas leituras entre os camaradas de toda a América.

OS COMUNISTAS E A UNIÃO NACIONAL

Para compreendermos a forma que as representações políticas assumem no jornal, devemos pensar inicialmente sobre as questões próprias dessa conjuntura política, as condições e a própria linha política adotada pelos comunistas. Durante a ditadura estadonovista, quando quase toda a direção partidária estava presa, o PCB encontrava-se em profunda clandestinidade, reprimido, com graves deficiências organizativas e atuava de forma reduzida na sua influência na sociedade, por ser um dos poucos órgãos partidários em funcionamento nesse período, o Comitê Regional da Bahia “que era provavelmente o principal Comitê Regional do PCB organizado entre 1941/42” (SENA JUNIOR, 2007, p. 132), funciona como uma espécie de Comitê Central do PCB durante esses anos de clandestinidade.

Em 1942, a mudança da política externa brasileira com a entrada do país na guerra ao lado dos aliados, fortalece internamente a luta em defesa da democracia, expressa sobretudo com o aumento das mobilizações contra o Estado Novo. A mudança de postura do governo tornou possível a construção de um projeto político de união nacional, com a adesão do PCB. “Os comunistas afirmam a defesa da união nacional, de apoio ao governo Vargas na luta antifascista” (MELO, 2011, p. 726), posição oficial consolidada na Conferência da Mantiqueira em 1943. Entretanto, as divergências e disputas internas eram uma constante presença, na Bahia e no Rio de Janeiro, grupos de militantes se organizaram em torno da Comissão Na-

cional de Organização Partidária (CNOP), que defendiam o apoio incondicional dos comunistas ao estado novo e governo Vargas em um “momento em que a Segunda Guerra Mundial começava a ganhar contornos decisivos com as potências europeias somando forças contra os países do eixo” (BORGES, 2016, p. 38). Em São Paulo, desagradados e descontentes com a decisão oficial de “apoio incondicional a Vargas”, o Comitê Regional de São Paulo defendia uma postura de independência política em relação ao governo varguista, “militantes como Caio Prado e Mário Schemberg, Organizados no Comitê de Ação, rejeitava a liderança carioca, opondo-se a decisão da conferência de Mantiqueira (1943) de apoio a Vargas” (MELO, 2011, p. 727). Nos anos de 1945, 1946 e 1947 da Tribuna Popular, nenhuma menção significativa sobre as divergências internas sobre a União Nacional são feitas no jornal.

A respeito da União Nacional, Ildefonso Rodrigues Lima Neto assinala:

Os comunistas entendiam que a nova etapa de mudanças na conjuntura seria atuar no processo eleitoral. A política era uma forma de atuação nas decisões do poder, portanto, a “União Nacional” conclamada pelo líder Luís Carlos Prestes, em 1945, era uma forma de participar e ser aceito diante das mudanças políticas (LIMA NETO, 2006, p. 223).

Em um discurso⁶ publicado pela Tribuna Popular em 24 de maio de 1945, na terceira edição do jornal, Prestes manifesta a posição oficial do PCB durante um comício no estádio do São Januário

Dirigir a Pátria pelo caminho do progresso. Esta é a nossa tarefa atual e urgente. Para levá-la a bom termo, de maneira ordeira e pacífica, é que precisamos da união mais firme e leal de todo o nosso povo, dos patriotas, demo-

6 Esse discurso de Prestes se tornou um livreto vendido pela Edições Horizontes ao preço de Cr\$ 1,50, anunciado nas páginas da Tribuna Popular.

cratas e progressistas de todas as classes. Contra uma unidade tão ampla só poderá ficar a minoria reacionária e fascista que ainda espera conseguir deter a avalanche democrática com golpes de estado e guerra civil [...] Ao proletariado cabe um papel dirigente e fundamental nesse grande esforço de unificação nacional, porque só a classe operária organizada sindicalmente pode realmente mobilizar as grandes massas populares e fazer com que a política nacional se desenvolva mais rapidamente no sentido da democracia e da liberdade (TRIBUNA POPULAR, 24/05/1945, p. 5).

A Tribuna Popular tem uma participação estratégica na disputa das ideias e das leituras na sociedade, ao publicar frequentemente na íntegra os discursos de Prestes e de outras figuras públicas favoráveis a união nacional.

Como já ilustrado pela fala de Prestes, a linha política da União Nacional pode ser entendida enquanto uma transição para a democracia dando ênfase na cooperação entre a classe trabalhadora e a burguesia nacional progressista em torno de um desenvolvimento pacífico e comum a nação brasileira, contra as forças imperialistas, latifundiárias e fascistas. A proposta do PCB, naquele contexto, convocava a classe operária a se organizar e “assumir um papel dirigente”, defendendo a linha de moderação e cordialidade com os patrões, pois eles poderiam estar dispostos a escutar e atender as demandas dos trabalhadores. Entretanto, os capitalistas “na realidade, não estavam nem um pouco dispostos a fazer concessões salariais e continuaram a cerrar os dentes e punhos diante dos crescentes apelos proletários por melhores condições de vida e serviço” (OLIVEIRA, 2011, p. 17). O otimismo do convívio pacífico logo foi substituído pelo temor às forças burguesas. A ascensão das reivindicações e mobilizações sociais da classe trabalhadora durante esses anos não foi permitida pela burguesia, que junto ao governo “deu sinais claros de que não estava disposto a dialogar com as lideranças sindicais e

muito menos tolerar o crescimento do protagonismo da classe trabalhadora” (OLIVEIRA, 2011, p. 28).

Entre 1943 a 1947, a política oficial do PCB foi a da União Nacional, elemento unificador ao longo do nosso recorte temporal não só entre os comunistas brasileiros, mas um denominador comum, inclusive, entre outros partidos comunistas de diversas partes do continente que também adotaram essa orientação política, cada qual guardando a sua particularidade e o seu contexto. Esse período político latino-americano constitui um momento de grande relevância, sendo complexo e problemático, pois ação política implementada por esses partidos comunistas são vitoriosas durante um momento desse processo, entretanto, saem desse período com um complicador e uma série de problemas que repercutirão nos anos seguintes.

ATRAVÉS DAS AMERICAS

Por se tratar de uma fonte oficial, uma publicação que não esconde as suas afinidades políticas e ser fundamentalmente um instrumento de luta, é possível observar o projeto político-ideológico defendido nas suas folhas, no nosso caso, a América latina é apresentada não mais na sua irreversível pobreza, miséria, subdesenvolvimento e incapacidade, mas retratada como uma América latina das lutas populares, do movimento operário, do movimento estudantil, da união nacional e uma América latina dos partidos comunistas na gestão do poder.

O sentido que a Tribuna Popular dá aos acontecimentos na América latina carrega o contexto da época em que foi produzida, o espírito da sua época, em um momento onde diversos países que viveram sob regimes autoritários e ditatoriais, estavam passando por processos de redemocratização, com a existência de um clima de liberdades democráticas, a liberdade de organização política e a legalização dos respectivos Partidos Comunistas nacionais.

Em torno da Tribuna Popular, longe de ser o único veículo editorial na qual os comunistas estavam reunidos, podemos notar a influência e o tom que estes sujeitos deram aos rumos da publicação, envolvidos diretamente com a solidariedade internacional, logo nas primeiras edições é possível notar a publicação de longas e extensas reportagens sobre duas personalidades políticas que encontravam-se no Brasil com o objetivo de participar dos comícios de Prestes, eram eles Rodolfo Ghioldi do PC Argentino e Joaquim Ordoqui do Partido Socialista Popular⁷.

Nas páginas da Tribuna Popular, o cubano Joaquim Ordoqui⁸ aparece como porta-voz do seu povo, agradece a Prestes e a calorosa recepção do povo brasileiro ao comício, expõe um discurso contundente da convicção de uma América democrática e afirma que para ele e todo o povo cubano, Prestes é indiscutivelmente o líder do Brasil e das Américas, chegando a fazer o comentário que o “Cavaleiro da Esperança” é amado pelo povo cubano como um de seus filhos. Ordoqui inclusive recorre às suas memórias, relembra que quando chegou a notícia da liberdade de Prestes e a anistia aos presos políticos aos ouvidos da população cubana, os trabalhadores e camponeses viveram momentos de profunda alegria e emoção na pátria cubana.

Rodolfo Ghioldi⁹ ocupou espaço privilegiado nas folhas do Tribuna Popular, assim como Ordoqui, onde existiu bastante atenção para cada atividade pública em que eles estavam envolvidos, como palestras, comícios, homenagens, jantares, entrevistas e afins. Para além da atenção jornalística, Ghioldi era apresentado não só como uma liderança antifascista argentina, mas era muito exaltado nas linhas do jornal porque “se inclui no número de es-

7 O Partido Comunista fundado em Cuba passa a se chamar Partido Socialista Popular (PSP) em 1944.

8 Vice-presidente da câmara baixa de Cuba e membro do Partido Socialista Popular.

9 Dirigente do PC Argentino, esteve envolvido na revolta de 1935 no Brasil.

trangeiros incorporados as mais caras tradições de nossa pátria” (TRIBUNA POPULAR, 30/05/1945, p. 2). Por meio de cartas e telegramas publicados no jornal, diversas organizações sindicais e operárias enviaram suas notas sobre essas personalidades, como a exemplo do telegrama da Comissão Democrática dos Comerciantes do Rio de Janeiro, que trazia o relato de empolgação dos comerciantes com a figura de Ghioldi e Ordoqui, reconhecidos como líderes antifascistas de seus respectivos países e por suas atividades em comum ao lado do povo brasileiro.

Em uma entrevista de Ghioldi publicada em 26 de maio de 1945, a sua declaração nas folhas do jornal reforça a palavra de ordem da união nacional, porque em um continente dominado pelo colonialismo e imperialismo, os problemas de uns afetam a todos e a união nacional era o caminho para realizar o desenvolvimento democrático do mundo.

Na terceira edição da coluna *Através das Américas*¹⁰, a existência de um discurso de unidade latino-americana que agora mostrava-se como solução para a independência e união continental

aquilo pelo qual já se batiam os nossos incondentes e os paladinos da independência e de todos os povos continentais do passado: as nações americanas livres de toda sujeição cultural e política externa, irmandadas entre si, identificadas pelo mesmo sentimento de liberdade e progresso (TRIBUNA POPULAR, 06/06/1945, p. 3).

O país que mais aparece nos noticiários da Tribuna Popular é inquestionavelmente a Argentina. Esse espaço privilegiado que a política argentina ocupa não deve ser entendida enquanto uma simples coincidência, mas a partir das ligações, alianças e laços que o PCB e o PCA historicamente construíram, relações essas que não começaram a existir a partir do ano de 1945, mas anterior a isso,

10 A coluna passou a existir a partir da décima segunda edição da Tribuna Popular.

afinal de contas, a própria participação de comunistas argentinos nos acontecimentos de 1935 e as relações entre os dois partidos no secretariado latino-americano da Internacional Comunista podem ser chaves de leitura a revelar, de certa forma, as relações e alianças que já vinha sendo geradas anteriormente. Dessa forma, o reflexo das alianças políticas existentes (não só entre Brasil e Argentina) é retratado na atenção que é dada a cada país nas páginas desse importante instrumento de ligação entre o PCB e o público carioca.

As notícias sobre a Argentina tanto na coluna Através das Américas como na redação em geral, foram as mais frequentes em quase 5 meses de consulta do jornal, as questões levantadas eram às vezes informativas, como quando se publicava sobre os estatutos políticos dos partidos argentinos ou sobre visitas diplomáticas argentinas, entretanto em outros momentos ocupavam espaços no jornal muitas reportagens de cunho notadamente políticas, como quando se publicava sobre as lutas sociais na Argentina, o processo de legalização e organização dos comícios do PC Argentino, as tensões entre o governo e exército, as perspectivas de união nacional no país, a libertação de presos políticos, a situação da liberdade de imprensa, dentre outros. Um clima de tensão pairava quando se lia sobre quais rumos estava indo a república vizinha.

Em alguns momentos, notícias de certos países eram vinculados a uma única personalidade, como é o caso do Chile e Pablo Neruda, na época parlamentar pelo Partido Comunista do Chile, foi convidado ao Brasil para participar dos comícios prestes e outras atividades artísticas e culturais. Das 45 menções que fazem sobre o Chile nas suas folhas, 26 vezes são para noticiar especificamente algo sobre Pablo Neruda, um comício, traduções de suas obras, homenagens direcionadas a ele, que segundo a Tribuna Popular, obtém o título de poeta das américas.

A construção de alianças contra o fascismo e perseguições políticas ocorre não somente no âmbito nacional, pela defesa da união nacional contra o fascismo, mas é também um processo exógeno, de fora. A ditadura de Franco, na Espanha, ameaçava de fuzilar dois militantes antifascistas que combatiam ao lado das forças republicanas, Santiago Alvarez (Cubano) e Sebastian Zapirain (Espanhol). Nesse momento, é noticiado a pressão popular para que embaixadores Argentinos e Uruguaios intercedessem em defesa dos presos políticos, um telegrama assinado por mais de 100 pessoas em um comício exigindo a libertação dos presos políticos foi enviado a Vargas que o pressionavam a se manifestar. Mobilizações e comícios foram organizadas no RJ e na Bahia em defesa da liberdade dos lutadores antifascistas. Uma manchete na Tribuna Popular eleva Zapirain e Alvarez ao nível de “irmãos de Prestes e dos gigantes imortais na defesa de Madri e Stalingrado” (TRIBUNA POPULAR, 29/09/1945, p. 1). Astrogildo Pereira, um dos fundadores do PCB, chegou a publicar no jornal uma reportagem sob título de “Alvarez e Zapirain - Soldados da Democracia” (TRIBUNA POPULAR, 30/09/1945, p. 3). Nesse mesmo contexto, os governos latino-americanos vão aprovando medidas de rompimento das relações diplomáticas com a Espanha franquista, como é o caso da Venezuela, Colômbia, México, Cuba, Bolívia, Guatemala e Panamá, optando por estabelecer relações com o governo republicano espanhol, exilado no México.

O Uruguai é o país que mais aparece no jornal depois da Argentina, as notícias sobre o país assumem uma forma drasticamente diferente das notícias Argentinas, o tom de preocupação ou desânimo e incertezas não paira mais sobre os escritos, como em muito foi associado a Argentina. No caso do Uruguai, apesar de serem noticiados os problemas políticos do país, como as denúncias do divórcio entre o governo e as massas, as crises internas e as dificuldades de estabelecer uma frente pró-união nacional, existe uma apresentação positiva do panorama da política externa e interna uruguaia, a atenção

dada sobre o estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética e os Estados Unidos, as homenagens públicas a URSS em Montevideú e a publicação de entrevistas concedidas por figuras do alto escalão governamental sobre a política internacional, tocando em assuntos referentes à vida na pátria soviética.

Dessa forma, a representação tolerante da política externa uruguaia se alinha, de certa forma, com a política interna que demonstrava ser mais flexível as manifestações populares, contando com clima de liberdade democrática em vigor no país e, por conta disso, o país assumiu nos impressos o importante papel de refúgio e organização da oposição política argentina, que fugiam das repressões e prisões políticas em massa no seu país.

A questão das liberdades políticas está muito presente também nas notícias referentes ao México, um dos países que, junto ao Uruguai, é destacado por possuir um governo atento às lutas populares. O jornal chama a atenção ao que considera como uma tradição da vida política e social mexicana de solidariedade aos perseguidos e exilados políticos. Nesse sentido, destaca a instalação do governo republicano espanhol no exílio, contando com apoio do governo mexicano, além de lembrar o abrigo dado a Anita, Lygia e Leocadia Prestes, durante os anos da ditadura Estadonovista no Brasil.

É interessante pensar que depois de Argentina e Uruguai, a ilha cubana ocupa o posto de terceiro país que mais aparece na redação do jornal, noticiando especialmente a atuação do PSP. Dentre os muitos questionamentos a serem feitos, podemos fazer o seguinte: por qual motivo uma pequena ilha das Antilhas, sem muita expressividade na política mundial e geograficamente distante da América do Sul, é o terceiro país latino-americano a mais ser mencionado na Tribuna Popular.

Devido à capilaridade e inserção social do PCB na sociedade neste período, podemos perceber os indícios da atuação do periódico de forma estratégica na divulgação e efetivação das ideias dos comunis-

tas, dessa forma, o próprio exemplo político dos comunistas cubano do PSP no parlamento é noticiado com magnífico êxito, como a exemplo da experiência da constituinte cubana e união nacional. Estar inserido em um espaço político, que contém suas preocupações próprias ao seu tempo, nos ajuda a compreender os mecanismos e ferramentas de convencimento político dos comunistas, o tom afirmativo, otimista e convicto não é apenas uma tentativa de chamar a atenção, mas representa um caminho de inspiração e possibilidades

primeiro bastou para que toda a nação inteira se convencesse de que a constituinte era a solução mais popular, porque Cuba precisava de uma nova constituição, realmente democrática e de um governo capaz de grandes realizações progressistas. Um ano depois a constituinte trabalhava, e para os cubanos começava já uma nova vida, ficando para trás o tempo dos caudilhos e dos golpistas. Cuba é hoje, com efeito, uma democracia que honra a América inteira (TRIBUNA POPULAR, 20/10/1945, p. 2).

Em nível nacional, o PCB procurava mobilizar a sociedade em torno da realização de uma Assembleia Nacional Constituinte. A Tribuna Popular assume uma tarefa de informar, mobilizar e convencer o público leitor utilizando-se de todas as ferramentas à sua disposição, sendo do interesse editorial circular aos leitores uma prova prática, sustentando a viabilidade da sua pauta, como é demonstrado pelo exemplo da constituinte cubana. Em determinados momentos, os êxitos da união nacional são divulgados pelos discursos de personalidades políticas cubanas, como é o caso do discurso do Secretário Geral dos Trabalhadores de Cuba, Lázaro Peña, sobre a colaboração entre operários e patrões em Cuba

Damos hoje, patrões e operários de Cuba, damos hoje, todos os cubanos que aqui estamos, um exemplo - nisto reside para mim, a maior importância deste ato - de atuação positiva, trabalhadora, responsável, entre os sinais das novas circunstâncias, das novas perspectivas que se abrem diante de Cuba e do mundo (TRIBUNA POPULAR, 08/07/1945, p. 1).

Outro político cubano que teve sua entrevista estampada na primeira página do jornal foi Eduardo Chibás, do Partido Revolucionário Autêntico, que reforçou a ideia de que a solução mais adequada para o caso brasileiro era a Assembleia Constituinte.

Dessa forma, compreendendo o lugar que o jornal ocupa socialmente, como espaço doutrinário e político-pedagógico, ele nos revela também além do contexto, preocupações e interesses da época, demonstra as sinalizações político-partidárias na disputa política existente na sociedade, o desejo de uma América Latina livre, democrática e de união nacional perpassa pelo uso das palavras enquanto um espaço de intervenção social e convencimento político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se cria e recria a partir das análises e investigações das fontes, a pesquisa não está concluída, entretanto, a busca pelo entendimento, ação e o sentido social construído ao longo do breve período de legalidade do partido, sobre os significados e entendimentos da América Latina, a partir de uma perspectiva ampla e crítica, que não se restringindo a uma análise dos acontecimentos a partir de uma concepção fixa e mecânica, mas sim recuperando a história, não no sentido de que é possível abarcar a totalidade, “o que de fato aconteceu” no seu sentido mais amplo e nos mínimos detalhes, mas de compreender a partir dos fragmentos remanescentes, dos registros e das documentações, os conflitos, preocupações, posturas, interesses e relações desenvolvidas sobre a América Latina nas folhas do jornal, em um momento marcado às vezes por maior ou menor radicalidade, de idas e vindas no terreno da confrontação política, articulando o espírito político da época a ação dos sujeitos históricos que estão organizados em torno desse instrumento de divulgação das lutas e dores do Brasil e da América Latina.

REFERÊNCIAS

BORGES, Daniel de Souza Sales. **O partido de Caio Prado Júnior: o comitê de ação e a reorganização do PCB (1941-1945)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

DUPRAT, Andréia Carolina Duarte. **Clube de Gravura de Porto Alegre e revista Horizonte (1949-1956): arte e projeto político**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). RS: UFRGS: 2017.

LIMA NETO, Ildefonso Rodrigues. **Escrita subversiva: O Democrata (1946-1947)**. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: UFC, 2006.

MELO, Ana Amélia de Moura Cavalcante. Associação Brasileira de Escritores: dinâmica de uma disputa. **Varia História**, v. 27, n. 46, p. 711-732, 2011.

OLIVEIRA, Luís Eduardo. Na “Tribuna Popular”: a atuação sindical do PCB e o início da luta pelo abono de natal no Rio de Janeiro (1945-1946). In: Ferreira, Jorge (Org). **Rio de Janeiro nos jornais**. Ideologia, culturas políticas e conflito social (1946-1964). Rio de Janeiro, 7letras/Faperj, 2011.

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. **Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im) possível-1936-1948**. Tese (Doutorado em História. Recife: UFPE, 2007.

FONTES

TRIBUNA POPULAR, 24/05/1945, p. 5.

TRIBUNA POPULAR, 30/05/1945, p. 2.

TRIBUNA POPULAR, 06/06/1945, p. 3.

TRIBUNA POPULAR, 08/07/1945, p. 1.

TRIBUNA POPULAR, 30/09/1945, p. 3.

TRIBUNA POPULAR, 29/09/1945, p. 1.

TRIBUNA POPULAR, 20/10/1945, p. 2.

Universidades Federais do Norte e do Nordeste brasileiro

Uma análise histórica através do Plano de Desenvolvimento Institucional (2004- 2018)

Arianny Dantas Dutra¹

Carlos Daniel Alves Leal²

Thiago Reisdorfer³

INTRODUÇÃO

Falar em Universidade como um campo de estudo dentro das ciências Humanas, mais especificamente dentro da área da História, é explorar um campo ainda pouco pesquisado. Dentro da historiografia há possibilidades de se trabalhar essa temática. Alguns estudos desse campo têm se voltado com norte principal na militância estudantil e também as repressões políticas sofridas dentro das universidades no período da ditadura militar. Colocar em jogo as possibilidades em trabalhar a concepção de universidade é abrir

-
- 1 Discente do curso de Licenciatura plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus Possidônio Queiroz. E-mail: arianny_dantas@outlook.com.
 - 2 Discente do curso de Licenciatura plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), campus Possidônio Queiroz. E-mail: danielleal0599@gmail.com.
 - 3 Doutor em História (UDESC). Professor do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Possidônio Queiroz, Oeiras – PI. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4038-3811>. E-mail: thiagorhs@gmail.com.

novas fronteiras para o debate sobre a(s) identidade(s) institucionais, aliado ao campo dos estudos históricos do Tempo Presente.

A Universidade é uma das instituições mais antigas do mundo ocidental. Teve seu surgimento no século XI – XII no medievo. Tendo como característica central os ensinamentos da cultura teológica praticada nos monastérios, vinculada com os ensinamentos da religião cristã. No período moderno essa instituição foi amplamente debatida principalmente pelos iluministas e os reformadores, sobre o papel e importância dessa instituição.

Essa discussão sobre o significado e seu papel social veio efervescer com a chegada do sec. XIX, tomando um dos palcos principais das discussões nas ideias da Revolução Francesa e dos debates iluministas. Desses embates, dois modelos principais emergem: Universidade de Berlim conhecido como o modelo Humboldtiano; e o segundo o modelo Napoleônico. Primeiro deles ressalta “a importância da pesquisa como função primordial da universidade, ao lado do ensino, concebendo a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da formação como característica essencial da Universidade” (PAULA, 2009, p. 75). Essa concepção produz uma perspectiva idealista de Universidade, ou seja, voltado para o desenvolvimento do intelecto, através exclusivamente da pesquisa e da busca da verdade. O segundo modelo é resultado do desdobramento da Revolução Francesa. Neste, sob a égide das políticas napoleônicas as instituições de Ensino Superior – não mais universidades, mas faculdades - são destinadas a formar profissionais para o estado, para atender as demandas socioeconômicas da nação.

Temos também a emergência de um modelo nos Estados Unidos, conhecido como modelo americano surgido durante a colonização dos Estados Unidos nos séculos XVII e XVIII com a criação, entre outras, de Harvard University. Neste país, dois tipos de instituição se consolidaram enquanto partes do sistema universitário. Por um lado, Harvard, Yale, entre outras, baseadas nos princípios do modelo humboldtiano. E por outro lado, havia um conjunto de instituições direcionadas para o atendimento das necessidades da sociedade.

Dessa forma, temos um compartilhamento do modelo humboldtiano e do modelo napoleônico, na construção do modelo americano.

Esses três modelos de concepções de Universidade serão fundamentais para compreender as Universidades do Brasil. Em nosso país a história das universidades é recente ao ser comparada com o restante do mundo e com a América-Latina. Só veio aparecer em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro. Nessa universidade, de acordo com Esther (2015) o principal interesse era a formação de mão de obra qualificada. Percebe-se que, para a sua lógica, o ensino do tipo “voltado para as profissões” estava associado ao modelo napoleônico, onde as universidades deveriam ser capazes de promover o desenvolvimento da nação através da qualificação da força de trabalho. Alguns anos mais tarde a criação da Universidade de São Paulo - USP em 1934, e a Universidade de Brasília (UnB) criada no ano de 1962, essas duas universidades baseavam-se no conhecido modelo humboldtiano de universidade enquanto um espaço livre dos interesses estatais e de livre circulação de ideias e saberes.

Esses grandes exemplos de modelos de universidades no Brasil e no mundo nos provoca uma problemática. Qual é a concepção de universidades que temos hoje em nosso país? Mais especificamente, como estruturas as Universidades Federais do Norte e Nordeste? Quais são suas demandas e preocupações? Através da análise de Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) buscamos analisar alguns elementos dessas questões.

Através da análise desses documentos foi possível avançarmos em análises preliminares que permitiram compreender suas demandas e preocupações que cercam suas missões institucionais. As análises dessa pesquisa também incluíram analisar os contextos históricos da região Norte e Nordeste que abrangem ao longo da história padrões de ocupação de território por meio de diferentes povos colonizadores. Segundo (MOURÃO, 2018) as regiões Norte

e Nordeste são consideradas regiões muito atrasadas em termos de produção e riqueza a apropriação de qualidade de vida em relação ao Sul e Sudeste do Brasil o que gera uma heterogeneidade regional brasileira que é persistente ao longo de décadas. As regiões apesar de possuírem diferenças, possuem singularidades em termos de estímulos e de gestão que buscam melhorar sua realidade econômica e social. Vamos explorar nesse trabalho as concepções de Universidade da região Norte e Nordeste presentes nas missões institucionais. Nestas, foi possível perceber a busca por uma intervenção nos contextos regionais como uma nova forma de promover o desenvolvimento social, ambiental, econômico e cultural nas regiões em que se inserem.

OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAIS COMO DOCUMENTOS HISTÓRICOS

O estudo historiográfico sobre as Universidades Federais do Norte e Nordeste teve o intuito de analisar as fontes históricas que foram elaboradas a partir da construção de um acervo documental sobre as Universidades por meio dos PDIs. Os PDIs são documentos das Universidades Federais implementados por força da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e regulamentado Artigo 16 do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006 que torna vigente a obrigatoriedade deles nas Universidades Federais. Para compreender melhor os documentos históricos foram primordiais o diálogo com autores como Bloch (2002), Le Goff (1990) e Prost (2008). A partir de análises dos PDIs, observamos relação do historiador ao documento histórico. Em Documento/Monumento, Le Goff apresenta uma visão de “desconstrução” sobre os documentos históricos que ele chama de “materiais da memória” na qual a sua produção deve ser minuciosamente estudada. A partir disso, a análise dos PDIs permitiu observar a presença das instituições nas regiões através de suas finalidades e preocupações nas missões institucionais.

A construção do acervo documental permitiu avançarmos em análises preliminares aos discursos oficiais das instituições nas missões institucionais que dialogam com o contexto histórico social da Região Norte e Nordeste que refere ao desenvolvimento regional e ao Meio Ambiente. Nesse sentido, a problematização das narrativas institucionais foi conduzida a partir dos documentos produzidos pelas Universidades Federais da região nos anos de 2004 até o ano de 2018.

AS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO NORTE

A região Norte apesar das inúmeras problemáticas que consistiram na dificuldade de acesso ao ensino superior, atualmente possui 10 Universidades Federais. A grandeza territorial e a distância entre os centros econômicos e populacionais dificultavam o acesso dos estudantes à formação, tardando mais ainda o crescimento econômico da região. Para a região Norte obter esse número atual de Universidades Federais, foi preciso o Governo Federal atuar a partir do REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais⁴ com o intuito de alcançar inúmeras localidades onde não havia acesso ao ensino superior, propriamente no interior da região.

A partir da atuação do Governo Federal através do REUNI foi criada, em 2009, a Universidade do Oeste do Pará, com sede em Santarém e polos em mais cinco cidades da região. A nova universidade possibilitou a oferta de 1,3 mil matrículas no interior da Amazônia. Além disso, o Pará recebeu, em 2014, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), baseada em Marabá, que abriga 53 cursos em cinco campi. A expansão chegou também ao Amazonas, que até 2002 contava com a UFAM- Universidade Federal do Amazonas, que busca demarcar

4 O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Programa com intuito de ampliar o acesso e a permanência na educação de ensino superior. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/noticias/39-noticias-principais/979-ensino-superior-e-tecnico-chega-ao-interior-na-regiao-norte>. Acesso em: 18 ago. 2020.

sua fundação a partir desta, criada em 1909, alegando ser a Universidade mais antiga. Atualmente a Universidade Federal do Amazonas conta com campus nos municípios de Itacoatiara, Benjamin Constant, Parintins, Humaitá e Coari. Segundo o site oficial⁵ do REUNI, essas unidades de ensino atendem todas as mesorregiões do estado. A região Norte possui, atualmente, 10 Universidades federais contando com 61 campi, tendo apresentado, em menos de 10 anos, um crescimento de 37 campi⁶.

Destas 10 universidades foram localizados 18 PDIs por meio dos sites oficiais das Universidades. A partir da construção do acervo documental avançamos para a compreensão das Universidades Federais. Desse modo, foi imprescindível o acompanhamento das Universidades em suas redes sociais, como o Facebook, que possibilitou a construir questões nas hipóteses de atuação das Instituições relacionadas às missões institucionais. Partindo disso, essa pesquisa procurou analisar os discursos das Universidades nas missões institucionais que permite visualizar vertentes construídas de maneira voluntária ou involuntária. Assim como afirma Le Goff:

As condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas; as estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido (LE GOFF, 1990, p. 111).

Nesse sentido, Le Goff contribuiu para ampliar as possibilidades de compreender as representações construídas pelas missões institucionais, a partir da análise das condições da produção do documento. Além disso, compreender os PDIs como documentos históricos permitiu levan-

5 Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/noticias/39-noticias-principais/979-ensino-superior-e-tecnico-chega-ao-interior-na-regiao-norte>. Acesso em: 18 agosto, 2020.

6 Disponível em: <http://www.unifap.br/universidades-federais-da-regiao-norte-debatem-desafios-e-demandas-em-comum-no-6o-forum-de-reitores/#:~:text=Demandas%20das%20IFES%20considerando%20o,um%20crescimento%20de%2037%20campi.&text=Hoje%2C%2052%25%20dos%20docentes%20das,o%20que%20corresponde%20a%203.> Acesso em: 18 ago. 2020.

tar questões sobre a construção de suas representações, tal como identificar se as Instituições buscam intervir nas problemáticas da região norte ligado ao desenvolvimento regional e ao meio ambiente.

Para melhor compreender a Universidade como objeto de estudo, foi realizado a leitura dos textos dos autores Boaventura de Sousa Santos e Naomar de Almeida Filho em “A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova” (2008), na qual apresenta modelos de educação superior. Dessa forma, as leituras sobre os modelos e concepções da Universidade contribuíram para pensarmos a análise da concepção das Universidades Federais do Norte. Como consequência, foi possível problematizar as missões institucionais em relação a suas concepções com intuito de partir para análises preliminares que foram possíveis através da construção de palavras chave que possibilitou identificar as singularidades e preocupações recorrentes das Universidades em suas missões institucionais.

Através disso, foi possível perceber a inserção das Universidades dentro do contexto da região, tal como a recorrência do “Desenvolvimento Sustentável na Amazônia” termo recorrente somente em sete das dez Universidades, como: UFAM (Universidade Federal da Amazônia), UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará), UFGA (Universidade Federal do Pará), UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia), UFT (Universidade Federal do Tocantins), UNIFAP (Universidade Federal do Amapá), e a UNIR (Universidade Federal de Rondônia). Vejamos a recorrência do diálogo das missões institucionais da UFT (Universidade Federal do Tocantins) com o desenvolvimento sustentável da Amazônia:

Produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com **desenvolvimento sustentável da Amazônia** (PDI UFT 2007-2011).

Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o **desenvolvimento sustentável da Amazônia** (PDI UFT 2011-2015).

Os PDIs de 2007 a 2015 apresenta a permanência do “desenvolvimento sustentável da Amazônia” percebemos uma característica de “Desenvolvimento regional” por meio das missões institucionais das Universidades Federais que, de diferentes formas, construíram suas concepções dialogando com o contexto amazônico. Compreender esse diálogo das Universidades com o “desenvolvimento sustentável para a Amazônia” é pensar a concepção das Universidades de acordo com a região, que delas podem ser vistas como nova alternativa para o desenvolvimento da Amazônia. Tal como a UNAMAZ - Associação de Universidades Amazônicas (1987) criada com o intuito de potencializar a atuação das instituições amazônicas na região. Entretanto, essa pesquisa não verificou a razão das três Universidades como a UFAC (Universidade Federal do Acre), UFRR (Universidade Federal de Roraima) e a UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará) não apresentar em suas respectivas missões o diálogo com “Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”. Contudo, avançamos na análise das sete Universidades, classificando obras sobre a região Norte para analisar a tentativa de intervenção das Universidades no contexto regional, e no desenvolvimento sustentável, principalmente na preservação da Amazônia.

UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE BRASILEIRO

O Nordeste brasileiro é uma das regiões com maior número de Universidades Federais (UFs), juntamente com a região Sudeste, somando vinte ao total. Esse número expressivo reflete diretamente com a quantidade de Estados que a região possui, sendo o maior número do Brasil, com nove estados. No Estado de Alagoas temos a Universidade Federal de Alagoas (UFAL); na Bahia temos a Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal da Lusofia afro-brasileira (UNILAB), a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB); a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); no Ceará temos a Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Cariri (UFCA); Universidade Federal

da Lusofia afro-brasileira (UNILAB); no Estado do Maranhão a Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Na Paraíba a Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Em Pernambuco temos a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFape); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); No Piauí a Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar); Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E no Rio Grande do Norte temos a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA).

Essa quantidade de Universidades contrasta com o dilema de estereótipos produzidos historicamente pelos discursos regionalistas fruto das últimas décadas. Podemos ver isso claramente através de Durval Muniz de Albuquerque em seu livro, “A Invenção do Nordeste” (2009). Durval nos permite observar que região (no caso o Nordeste) é um produto de cruzamento de práticas e discursos: “o que está por trás dessas máscaras não é um rosto sério de uma origem verdadeira, mas o riso do disparate, da discórdia, do embate surdo que possibilitou a emergência de tais verdades” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 45). O que Durval revela com seu tom lírico, seria a importância de desnaturalizar e problematizar tais verdades, buscando recorrer junto com sua historicidade a emergência de novas possibilidade de olhar o Nordeste. A criação das Universidades Federais seriam um dos meios viáveis para olhar o Nordeste além dos estereótipos regionalistas da seca e da pobreza. Dessa forma, essas instituições de educação superior estariam centradas com objetivos claros, a fim de modificar este pensamento estereotipado e enraizado nesta região. Colocando assim, por exemplo, a pesquisa, o ensino e a extensão como o principal foco para a transformação social e política.

As narrativas sobre a ideia de Universidade como um objeto de análise histórica atravessam um longo período de disputa pelos seus

discursos sobre a identidade institucional. Essas disputas viriam à tona com a chegada da modernidade, com o pluralismo de discursos e a fragmentação de seus conceitos. Para Magalhães (2006) seria uma dissolução das narrativas legitimadoras em torno dos conceitos de Universidade que é representado em seus discursos oficiais. E através dos Planos de Desenvolvimento Institucional vemos essa fluidez de narrativas, ora com modelos de conhecimento já estruturados, ora com modelos já fragmentados. E assim, procuramos dentro das missões institucionais, assim como no caso da região Norte, quais seriam as narrativas que ali estariam representadas, observando como as Universidades da região Nordeste constroem sua autoimagem dentro do recorte temporal analisado.

No levantamento realizado em busca dos PDIs das UFs da região do Nordeste localizamos 36 documentos. Nestes, assim como nas análises das narrativas presentes nas UFs da região Norte, observamos especificamente os itens “missão institucional”, também num total de 36. Nesta grande quantidade de missões presente nos PDIs, é possível verificar uma imensidão de possibilidade de análises, neste caso, uma das recorrências são, assim como entre as UFs da região Norte, questões ligadas ao meio ambiente. Vemos isso, por exemplo, quando abarca o desenvolvimento sustentável. Temos um grande exemplo, a missão da Universidade Federal do Cariri - UFCA, “Promover conhecimento crítico e socialmente comprometido para o **desenvolvimento territorial sustentável**” (PDI UFCA, 2016–2020). A articulação realizada no âmbito da missão institucional da UFCA estabelece um diálogo entre desenvolvimento territorial e sustentabilidade. Esta parece ser, quando lida em diálogo com as missões institucionais da região Norte, uma tendência nas universidades destas duas regiões.

Outro grande exemplo é a Universidade Federal de Sergipe, na sua missão de (2010-2014), observamos: “Contribuir para o progresso da sociedade por meio da geração de conhecimento e da forma-

ção de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com o **desenvolvimento sustentável**” (PDI UFS, 2010-2014), é direcionada para a formação dos cidadãos críticos, comprometidos com o desenvolvimento sustentável do território. Esses dois grandes exemplos tanto da Universidade Federal do Cariri quanto do Sergipe, nos provoca uma problematização. A Universidade necessariamente precisa no seu ensino, pesquisa ou na extensão, abordar tais aspectos, como por exemplo, a questão ambiental? Ao direcionarmos nossos olhares para toda sua trajetória histórica desde sua fundação no período do medievo até na contemporaneidade, vemos que o sentido de Universidade passou por transformações na sua concepção.

Assim, por exemplo, temos também a questão do desenvolvimento como outra categoria recorrente nas missões nas UFs do Nordeste, principalmente o desenvolvimento Regional. Essa categoria permite observar que as universidades devem criar meios adaptáveis para inserir a comunidade acadêmica no projeto de desenvolver o seu território. Observamos um exemplo disso na missão da Universidade Federal da Paraíba “**Integrada à sociedade, promover o progresso científico, tecnológico, cultural e socioeconômico local, regional e nacional**, através das atividades de **ensino, pesquisa e extensão**, atrelado ao **desenvolvimento sustentável** e ampliando o **exercício da cidadania**” [grifo nosso] (PDI UFPB, 2009-2012). Nessa missão vemos que a UFPB, uma das características seria desenvolver sua região através do progresso científico, tecnológico e cultural juntamente com a participação da sociedade. Vemos também, mais uma referência ao desenvolvimento sustentável, reforçando nossas considerações de uma disseminação dessa preocupação entre as UFs da região Norte e Nordeste. Esse exemplo da UFPB, destacado para o desenvolvimento Regional, contribui para pensar juntamente com Durval, que esta categoria seria uma das formas mais viáveis a região Nordeste e finalizar tais estereótipos produzidos historicamente ao longo das décadas.

O Nordeste sendo uma região apresentado por tais estereótipos, constituído em tais subjetividades dos indivíduos historicamente, apresentamos que a Universidade e o desenvolvimento sejam elas ligados ao meio ambiente ou a região, seria uma das formas para conciliar a tanto a sociedade civil como a comunidade acadêmica. Assim, problematizar as Universidades Federais tanto do Norte como no Nordeste brasileiro em suas missões institucionais é proporcionar um diálogo para a construção uma nova identidade para pensar o conceito de Universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse texto, buscamos apresentar uma análise das Universidades Federais da região Norte e Nordeste do Brasil, através da problematização das missões dos Planos de desenvolvimento Institucional. Tendo como direção para as análises das principais preocupações mais recorrentes nas missões das UFs, no caso do desenvolvimento regional e a questão do meio ambiente. Para tal compreensão, buscamos recorrer na sua historicidade alguns modelos de Universidades para compreender sua constituição histórica. Percebemos através do conjunto do nosso referencial metodológico principalmente na Análise de Conteúdo de Roque Moraes (1999), as Universidades das regiões tanto Norte e Nordeste, não apresentam características singulares e unificadas desses modelos já estruturados no mundo.

Nas Universidades federais dessas duas regiões, vemos nela o que chamamos de crise de identidade. Essa crise de identidade assim denominada por Magalhães (2006) permite olhar com mais sensibilidade às narrativas dos documentos oficiais:

De facto, o atual contexto do ensino superior inspira o surgimento de uma crise de uma identidade, diga-se assim, esquizoide deste nível de educação. A educação superior parece estar, de facto, assumir simultaneamente,

múltiplos e diversos[...]: o ensino universitário, ensino terciário, o ensino pós-secundário, a educação politécnica/vocacionalizante, educação fundada na investigação, etc.[...]. Estamos a lidar com uma crise no que diz respeito à forma como entendemos a educação superior (MAGALHÃES, 2006, p. 15).

Essa crise identidade é visualizada nas missões institucionais, vemos assim múltiplas facetas do que chamamos de concepção de Universidade. A recorrência do desenvolvimento regional e do meio ambiente, podemos dizer que essas universidades possuem o que denominamos de **adaptabilidade** “segundo o qual, o critério de utilidade de uma dada instituição é diretamente proporcional à sua capacidade de sobreviver às mudanças operadas no seu ambiente organizacional” (MAGALHÃES, 2006, p. 13), ou seja, procuram dialogar com as necessidades do meio que está inserido a região. A partir disso, verificasse que essas UFs da região Norte e Nordeste sofrem uma hibridização das suas concepções e apresentam uma crise de identidade no período analisado que tem sido “solucionada” a partir da construção de uma vinculação com questões candentes dos contextos em que se inserem, quais sejam, desenvolvimento territorial e meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. p. 340.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 67.
- Ensino superior e técnico chega ao interior na região Norte. **Reuni.mec.gov.br**, 2011. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/noticias/39-noticias-principais/979-ensino-superior-e-tecnico-chega-ao-interior-na-regiao-norte>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- ÉSTHER, A. B (2015). Que universidade? Reflexões sobre a trajetória, identidade e perspectiva da universidade pública brasileira. **Espacio, Tiempo y Educación**, 2(2), p. 197-221.

LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. *In: História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. p. 107-544.

MAGALHÃES, Antônio M. A identidade do ensino superior: a educação superior e a universidade. **Revista Lusófona de Humanidades e tecnologia**. Lisboa, Portugal, p. 13-40. 2006.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURÃO, Kleber. **Reflexões acerca do desenvolvimento da Amazônia no século XXI**. Belém: Editora Folheando, 2018. p. 8-20.

PAULA, M. F. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 14, n. 1, p. 71-84, mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n1/a05v14n1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2008. p. 53-95.

SANTOS, B.S; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **A Universidade no sec. XXI: por uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Plano de Desenvolvimento Institucional (2007-2011) 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Plano de Desenvolvimento Institucional (2011-2015) 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2020).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Plano de Desenvolvimento Institucional (2010-2014).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Plano de Desenvolvimento Institucional (2009-2012).

O impacto da participação em um grupo de teatro universitário na trajetória profissional de alunos da graduação Quarenta anos do grupo de teatro Tanahora, da PUCPR¹

Beatriz Ramos da Cruz²

INTRODUÇÃO

O grupo de teatro universitário Tanahora, da PUCPR, completou 40 anos no ano de 2020 e, ao longo de sua história, ultrapassou as barreiras da universidade para se tornar referência na profissionalização de atores.

O Tanahora, apesar de ser um grupo universitário, tornou-se importante dentro do cenário teatral curitibano, ganhando prêmios, realizando peças em outros Estados do país e em outros países, consolidando a

-
- 1 Trabalho derivado de pesquisa intitulada: “A maior prova é o palco: 40 anos do grupo de teatro Tanahora, da PUCPR”, financiada pela PUCPR. O trabalho original abrangeu a história do grupo, com foco dos anos de 1980 à 1999, e pode ser solicitado através do contato com a autora através do E-mail: ramos.cruz@pucpr.edu.br. Esse trabalho é um recorte da discussão do trabalho original.
 - 2 Graduanda do curso de licenciatura em História, da PUCPR, com o currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1930420360139292>. Realizou PIBIC entre os anos 2018-2020 na área de antropologia cultural, antropologia urbana e antropologia do teatro, sob a orientação do Professor Doutor Cauê Krüger. Seu currículo Lattes está disponível através do link: <http://lattes.cnpq.br/1930420360139292>.

sua notoriedade. Apesar disso, poucos foram os trabalhos que trilharam os caminhos do grupo ao longo dos anos e, tendo em vista esse fato, a pesquisa que originou esse trabalho dedicou-se a levantar exaustivamente o maior número de materiais possíveis relacionados a história do Tanahora, com foco nos anos de 1980 à 1999³, para relacionar a biografia do grupo às reflexões acerca da trajetória, memória e carreira dos ex-integrantes, atribuindo ao levantamento biográfico um caráter reflexivo.

Para a compreensão dos desafios, métodos e diferentes debates em torno da realização de uma biografia, os trabalhos de Malatian (2011) e Guérios (2011) serão utilizados. Velho (2003) será essencial para a observação acerca das redes de relações estabelecidas pelos indivíduos, nos auxiliando no processo de entendimento das ações de continuidade profissional e conexão com o grupo de teatro dos ex-integrantes. Pollak (1992) norteará as compreensões acerca das mobilizações da memória e sua relação com os fatos sociais, e, por fim, Deluca, Rocha-de-Oliveira e Chiesa (2016), Becker (2008) e Borges (2003) orientarão as reflexões acerca da escolha profissionais, o turning point (ou momento de inflexão de carreira e percepção do eu), do impacto social de trabalhar com teatro e outras reflexões acerca da carreira dos ex-integrante do grupo Tanahora que seguiram na profissão artística.

BIOGRAFIAS E ENTREVISTAS NA COMPREENSÃO DAS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS

Uma construção biográfica apresenta diversos desafios. Reconstituir determinada trajetória, individual ou não, exige determinado rigor metodológico e apoio em toda a cadeia de relações que envolvem o objeto estudado.

3 Esse recorte foi realizado a título de organização, levantamento e catalogação do material de trabalho, visto que havia mais uma pesquisadora no projeto que realizou as pesquisas do ano de 2000 à 2020. Entretanto, os objetivos de discussão eram os mesmos.

A biografia sempre se mostrou interessante ao longo da História. Seja para reafirmar, criar ou relatar algo, biografar vai muito além de apenas transcrever literalmente o que se escuta, lê e analisa. Sua escrita esteve, durante muito tempo, atrelada ao relato da história de “grandes homens”, destacando grandes feitos, conquistas e virtudes, dependendo do objetivo de sua elaboração. O gênero atravessou desconfianças dentro do campo historiográfico.

A ênfase na História serial de Chaunu (1978) só fez aprofundar, nas décadas de 1960 e 1970, a minimização da presença dos sujeitos coletivos em favor dos dados quantitativos. Foi o apogeu da desclassificação da biografia, que no entanto, teimosamente, continuava sendo produzida pelos que afrontavam as críticas, ao mesmo tempo em que uma reação veio dos questionamentos decorrentes da crise do marxismo, do estruturalismo e de inovações em direção à revalorização do indivíduo na História (MALATIAN, 2011, p. 20).

Ao longo do final do século XX, a biografia foi recuperando seu espaço em consequência da valorização de uma História narrativa, experiências individuais (MALATIAN, 2011) e, inclusive, do desenvolvimento da micro história (de Carlo Ginzburg, por exemplo). Se compreende, a partir desse momento, que relatar a história de algo ou alguém implica em também abordar o seu contexto para a melhor compreensão do que está sendo levantado.

Em lugar da linearidade factual da curta duração centrada na cronologia do tempo curto da vida do indivíduo, a tendência passou a ser o estabelecimento de relações desta com o contexto econômico, político, social, cultural, no qual se insere e desenvolve uma vida e que esclarece trajetórias num campo de possibilidades de escolhas e de exploração, no qual se exerce a ação individual (MALATIAN, 2011, p. 21).

Considerando a complementaridade entre as áreas das Ciências Humanas, as Ciências sociais também produziram apontamentos

importantes acerca das biografias e das trajetórias individuais, que foram e serão essenciais para a compreensão do grupo Tanahora e das experiências dos indivíduos. Os estudos das trajetórias de vida se intensificam entre as décadas de 1920 e 1940, na chamada escola de Chicago. Segundo Guérios (2011), as entrevistas de caráter biográfico permitiram que os estudiosos desse segmento abordassem temas como as mudanças sociais relativas aos processos migratórios. A partir da década de 1970, essa metodologia retorna fortemente a partir do relatório de pesquisa de Daniel Bertaux. “Bertaux defendeu que um “enfoque biográfico” deveria utilizar relatos de vida [...]. Esta proposta analítica dispensava a análise de fontes externas ao discurso do sujeito que reconstrói suas vivências” (GUÉRIOS, 2011, p. 11). De modo crítico, Bordieu chamou a metodologia das histórias de vida de “ilusão biográfica” e a classificou como “noções de um senso comum que entraram de contrabando no universo acadêmico” (BOURDIEU, 1986, p. 69 *apud* GUÉRIOS, 2011, p. 11). Bourdieu (1986 *apud* GUÉRIOS, 2011) considerava importante a objetivação dos fatos e a necessidade de situar, sociologicamente, a trajetória de vida que se pretende estudar frente aos elementos e situações que a ela se relacionam.

Os dois autores citados marcam o debate do uso do método de história de vida nas Ciências Sociais.

Deste modo, tudo indica que os textos de Bertaux, ao propor uma leitura das histórias de vida que não recorre à explicação sociológica, e de Bordieu, ao propor uma leitura das histórias de vida que não recorre à compreensão sociológica, marcaram o campo de discussões acerca do uso deste método nas Ciências Sociais na França. Ainda hoje, o debate aparece radicalmente ligado a uma ou outra postura (GUÉRIOS, 2011, p. 12).

As complexas redes que são formadas a partir das relações pessoais também estarão no foco deste trabalho, e serão essenciais para a reflexão sobre a experiência individual dos ex-integrantes que se-

guiram carreira artística. Refletirei sobre a relação entre indivíduo e sociedade e, para isso, os apontamentos da Antropologia urbana também serão utilizados nesse trabalho. Não é de hoje que a temática indivíduos e sociedades é de interesse dos pesquisadores, desde os anos de 1970 esta temática esteve conectada às pesquisas relacionadas ao meio urbano (VELHO, 2003). Os protagonistas dessa pesquisa fazem parte de um grupo atuante, individualmente e coletivamente, e ao longo do levantamento biográfico percebeu-se a intensa relação entre participação no grupo e as relações pessoais e profissionais derivadas desse processo. “Dessa forma, os indivíduos, na sua singularidade, também se tornaram matéria da antropologia, à medida que eram percebidos como sujeitos de uma ação social constituída a partir de redes de significados” (VELHO, 2003, p. 16).

Parte do processo de compreender as relações entres os atores e o grupo teatral abrange também a necessidade de compreensão da memória e da identidade. “Arquivamos” individualmente as nossas memórias, mas elas possuem um aspecto coletivo, com situações sociais que se organizam a partir dela, mobilizando lembranças nas quais o portador não necessariamente precisa ter vivenciado determinado fato. Acerca dos elementos coletivos e individuais da memória, Pol-lak (1992, p. 201) informa que:

em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou

de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

Apesar de não estar sendo discutida diretamente nesse trabalho, é importante salientar o caráter identitário da memória, pois está diretamente relacionado às reflexões acerca das trajetórias dos indivíduos, são elas que conduzem o sujeito em determinado caminho.

Dentro da análise das trajetórias, mais especificamente das relações entre carreira e indivíduo (e os elementos que o “compõem” a partir da sua participação no grupo de teatro, como a memória e redes de relações), precisa-se considerar que existem múltiplas influências para a escolha de uma carreira, e, embora este trabalho aborde apenas as relações estabelecidas no e partir do grupo, há a influência de unidades englobantes, como a família e a religião, por exemplo, que inserem e orientam os indivíduos em determinados papéis (DELUCA; ROCHA-DE-OLIVEIRA; CHIESA, 2016). Nesse ponto, em contraste com as expectativas criadas em relação aos outros grupos de influência, o grupo de teatro passa a ser um ponto de transgressão ou “desviante”. Sendo assim, tornar-se ator/artista marca um importante ponto nas carreiras individuais, pois fazer parte do contexto outsider (grupo de teatro em contraste com o curso universitário em andamento) tem um impacto importante na participação social e autoimagem dos indivíduos. “A mais importante é uma mudança drástica em sua identidade pública” (BECKER, 2008, p. 42). A profissão de artista possui um status indefinido na sociedade contemporânea, o que mobiliza memórias e trajetórias familiares para formar uma fronteira que não pode ser cruzada, já que não corresponde ao ideal de futuro. Esse é um importante ponto de análise e reflexão para essa pesquisa.

Outro ponto de discussão importante são as compreensões sobre o ofício do ator. Muitos são os desafios para aqueles que optam por manter-se na carreira artística, mesmo que haja uma certa “sedução” através do status outsider (e, por que não, místico) da carreira. Considerando as diversas possibilidades que se apresentam no cotidiano de um grupo teatral, Borges (2003) é incisiva ao afirmar que apesar da não existência de fortes barreiras de seleção, de uma longa formação técnica e existência de regulamentação, a entrada no ofício é fácil, o difícil é manter-se.

Os atores que resistem no mercado de trabalho durante mais tempo são considerados talentosos e a sua reputação tende a consolidar-se. A combinação do talento com capacidade de se relacionar com os colegas, com as diferentes equipas de trabalho e com os responsáveis é uma condição de permanência e de reconhecimento profissional no mundo artístico (BORGES, 2003, p. 130-131).

Essas considerações são importantes, pois as análises acerca das trajetórias individuais atravessam as discussões do envolvimento no universo do teatro para além do Tanahora, esbarrando na coexistência entre aprendizagens do ofício e do curso de graduação, e na permanência e o reconhecimento profissional. É importante levar em consideração os elementos do mercado de trabalho do teatro nas projeções individuais, pois, segundo Borges (2015), as possibilidades quando se pensa em trabalhar e viver de arte são muito mais restritivas.

Sobre o tanahora: resultados de pesquisa⁴

4 Por questões de direitos autorais e privacidade, os nomes dos entrevistados não serão explicitados nesse artigo.

Para o levantamento biográfico foram utilizadas fotografias, fichas técnicas das peças do Tanahora, programas das peças, cartazes, ingressos, vídeos, entrevistas, entre outros.

Quadro 1 - Número total de materiais recolhidos por peça dos anos 1980 até 1999.

	Fotografias	Ficha Técnica /Programas	Cartazes	Outros (ingressos, certificados, prêmios)	Textos (originais ou adaptados)	Anúncios/ Reportagens
1980- O auto da compadecida	4	10	3	X	1	X
1981- Andar... sem parar...de transformar	X	9	3	X	1	X
1981- Arca de Noé	4	9	1	X	X	X
1984- Dá um tempo	X	7	1	2	X	4
1985- Desventuras de um morto vivo	X	2	X	X	X	X
1988- Aurora da minha vida	24	43	2	2	1	29
1989- Alice do outro lado do espelho	4	8	X	3	1	10
1990- Escola de Mulheres	X	12	1	11	1	18
1991-1992- Gota D'água	8	10	X	X	1	4
1993- Bella Ciao	7	4	X	X	X	X
1994- Comédia dos erros	2	5	X	X	1	X
1995- Entre quatro paredes	1	13	X	1	1	2
1996-1997- Otelo	6	6	X	X	1	2
1997- Um artista da fome	X	1	X	X	1	X
1998- Orquestra de Senhoritas	6	16	X	X	X	2
1999- Cartas a Felice	X	X	X	X	1	X
1999- Femina	15	10	X	1	X	4

Fonte: O autor (2020).

A tabela acima é referente ao total de material recolhido das peças realizadas de 1980 a 1999. Não constam na tabela acima 2 fotografias para o folder do espetáculo trilha-100 anos de cinema, de 1996, 3 fotografias da performance do Tanahora na I Feira de Cursos, em 1999, 6 fotografias relacionadas ao ex-diretor Laercio Ruffa, 9 fotografias não identificadas do período de uma apresentação teatral do Tanahora sob a direção do Laercio Ruffa, 3 materiais cedidos pela ex-integrante Isabelle e 6 fotografias enviadas por Silvio Kaviksi, também ex-integrante do grupo. Para finalizar o material audiovisual, também contamos

com 21 vídeos que já haviam sido cedidos pelo ex-membro do grupo Tanahora, Cícero Lira, sendo estes relativos às peças: *The Sun is Up*, *O reizinho populista*, *Femina*, *Otello*, *Escola de Mulheres*, além de *making of*, ensaio interno do grupo, um DVD e dois CDs com a presença de Laércio Ruffa, ex-diretor do grupo Tanahora, onde, respectivamente, abordava os caminhos da formação do ator e apresentava um programa de rádio na cidade de Curitiba. Os vídeos, mesmo os que não estavam relacionados ao período de interesse dessa pesquisa, permitiram uma aproximação dos pesquisadores com o grupo e sua história, e por isso também foram relatados aqui. Também foi conseguido cerca de 13 reportagens sobre o grupo que não abordavam especificamente uma peça, mas sim alguns destaques ou outros elementos, e, para finalizar, também foi obtido o catálogo do festival de Blumenau, com 22 páginas sobre o evento, já que o grupo e alguns dos seus integrantes foram muito premiados nessa situação. Também foram realizadas 17 entrevistas no processo da pesquisa.

As pesquisas realizadas com os ex-atores do grupo buscaram compreender a relação desses indivíduos com o teatro anterior a sua entrada no Tanahora, sua relação com o seu curso de graduação (pois a maioria não cursava teatro), suas lembranças com o grupo, o que serviu de motivação para a continuidade ou não na carreira artística e o que aprendeu durante o seu período no Tanahora. As perguntas foram elaboradas em torno dessas situações, considerando as especificidades de cada entrevistado e sempre buscando compreender as memórias dos indivíduos no seu período de participação, o que foi marcante em sua trajetória e a história do grupo através das lembranças de companheiros de trabalho, peças, ano de participação, prêmios, festivais, entre outros.

É importante ressaltar que esse trabalho tem por foco os anos de 1980 até 1999 do grupo e, sendo assim, as análises foram feitas a partir do material (imagens, cartazes, entre outros) desse período. O que não significa que elementos das entrevistas e vídeos de outros anos tam-

bém não foram levados em conta, já que para a reflexão da memória e trajetória dos indivíduos esses relatos são de extrema importância.

REDES DE POSSIBILIDADES E CONSTRUÇÕES ACERCA DA CARREIRA DO ATOR

As entrevistas foram excelentes para a percepção de alguns pontos em comuns entre todos os ex-participantes entrevistados. Independente de experiências prévias no teatro ou não, todos citaram determinada afeição com a arte antes mesmo de entrar no Tanahora, mas a maioria cursava graduações em áreas totalmente distintas ao teatro. Sobre esse ponto, Pollak (1992) diz que a construção da identidade ocorre em compreensão do que é o outro, compreendendo os critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade e negociação. Podemos compreender, a partir disso, que a participação no grupo de teatro apresentou uma nova prospecção de identidade, carreira, corpo e perspectiva de vida aos integrantes. O que muitas vezes fora um hobby de infância, passou a ser possibilidade profissional, muito relacionado a capacidade de profissionalização do Tanahora.

O contato dos entrevistados com o passado através das imagens e questionamentos levantados pelos pesquisadores, permitiu a compreensão de que memória e identidade são flexíveis e negociadas o tempo todo, e, no caso dessa pesquisa, tensionou projetos de vida que muitas vezes estavam pré-estabelecidos, como é o caso de um dos entrevistados que intercalou seu trabalho com o teatro e sua carreira de formação (na área da engenharia) durante muito tempo até optar totalmente pela carreira artística. Assim também ocorreu com membros que optaram seguir a carreira no teatro ao invés de outra profissão com determinado prestígio social (odontologia e medicina, por exemplo).

Podemos nos perguntar sobre o que leva um indivíduo escolher uma carreira com aspectos outsider. Segundo Becker (2008), o outsi-

der é aquele que desvia a regra de determinado grupo. Determinado porque o desvio se caracteriza a partir de uma perspectiva específica e, por conta disso, será levado em consideração nesse processo a ideia de carreira e estabilidade. Ao participar de um grupo universitário de teatro, o indivíduo tem acesso a outras possibilidades pessoais e profissionais que antes estavam restritas ao entretenimento, um segmento profissional marcado pela instabilidade, mas também pela projeção de determinado “glamour”. Ali, no Tanahora, trabalharam outras projeções de si mesmos através da voz, do corpo e do contato, caracterizando uma redescoberta de si. Como citado anteriormente, a identidade é negociável (POLLAK, 1992), sendo assim, o estudante encontrou outras possibilidades de negociação dentro do grupo.

Ao adentrar na carreira artística, mesmo que em caráter de extensão universitária, uma rede de concessões e novas possibilidades passaram a ser possível, pois estar em uma carreira outsider pressupõe comportamentos. Além disso, ocorre a rede de relações que começam a ser formadas já no grupo constituído para a montagem das peças.

Membros de grupos desviantes organizados têm, claro, algo em comum: o desvio. Ele lhes dá um sentimento de destino em comum, de estar no mesmo barco. A partir desse sentimento, de destino comum, da necessidade de enfrentar os mesmos problemas, desenvolve-se uma cultura desviante: um conjunto de perspectivas e entendimentos sobre como é o mundo e como se deve lidar com ele- e um conjunto de atividades rotineiras baseada nessa perspectiva (BECKER, 2008, p. 47-48).

É importante ressaltar que esse “encontro e desencontro” com as suas concepções profissionais e pessoais ocorrem no momento de sua graduação (considerando os entrevistados para essa pesquisa), e “para muitos jovens o futuro se encontra desfuturizado- não porque esteja sob controle, mas porque se encontra (des)governado pelo princípio da incerteza” (PAIS, 2006, p. 12).

Ao adentrar a carreira artística, algumas considerações acerca da profissão precisam ser feitas. Parte do seu aspecto outsider está também na glamourização da profissão, da fama e do reconhecimento. Dentro do Tanahora, um dos integrantes, participante da peça *Bella Ciao*, obteve a possibilidade de atuar na Rede Globo de Televisão, emissora reconhecida internacionalmente, o que atribuiu ao grupo Tanahora mais reconhecimento e atração para os que observam o teatro somente pelo aspecto do reconhecimento público, o que é confirmado por Borges (2003) ao citar que artistas reconhecidos, com sucesso e rendimentos altos alimentam o sonho da realização na carreira. Entretanto, a realidade da arte como profissão é muito mais restritiva, marcada pela desregulamentação, volatilidade, baixa remuneração, entre outros (BORGES; FARIA, 2015).

Apesar de não ser o tema desse trabalho, é preciso também considerar o processo de comercialização de serviços e bens culturais que implica diretamente na carreira artística. Esse processo pode direcionar a carreira do ator de determinada forma que se torne conflitante com a sua percepção de arte, ou seja, seu trabalho passa a relacionar-se com a demanda comercial da cultura. Ao refletirmos sobre as escolhas de carreira realizadas pelos entrevistados que, muitas vezes, abdicaram de determinado padrão para se tornarem atores, isso pode apresentar-se como um problema ou frustração. Além disso, a própria demanda dos grupos universitários passa a sofrer intervenções da lógica comercial em relação a financiamento, produção de espetáculos críticos, entre outros. Para receber, passa-se a ceder.

Citada durante a entrevista diversas vezes, a profissionalização que o Tanahora exerceu e exerce possibilitou a entrada desses, até então atores amadores, no mundo profissional. A participação em grupo universitário permite que a aprendizagem do ofício e a prática profissional coexistam, estimulando uma entrada natural na profissão. Borges (2003), cita a importância da rede de sociabilidade na profissão, como fator de “duração” do ator no mercado. Isso é percep-

tível nas entrevistas, todos que optaram por continuar no universo teatral buscaram expandir sua rede de relações, seja através de cursos, entrada em outros grupos, ministrando aula ou testando-se em outras áreas além da atuação, foi preciso estabelecer outros contatos para manter-se no mercado. A condição de permanência e possibilidade de reconhecimento profissional está diretamente relacionado a capacidade de se relacionar com outros colegas da profissão e do talento pessoal. Esse talento, entretanto, não é algo “dado e natural”. As habilidades relacionadas ao mundo artístico estão longe de serem algo que não precise ser trabalho.

A formação artística é um processo de construção de habilidades, sensibilidades e significados em torno das artes, de modo consciente e inconsciente, e depende de espaços mais ou menos formalizados. Da formação inicial à inserção profissional no mundo das artes, a formação artística dos jovens envolve um percurso cada vez mais longo, que se alimenta das referências e conhecimentos construídos nas relações com a família, a religião, a escola, os pares, e se consolida e especializa com as experiências educativas em cursos livres de arte e cursos profissionalizantes (BORGES; FARIA, 2015, p. 45).

O Tanahora atuou como a porta de entrada para a profissão, mas as metodologias de trabalho e a intenção de profissionalizar os alunos fez com que outras possibilidades fossem oportunizadas para os estudantes que compunham o grupo. Se a instabilidade e o caráter transgressor do teatro atraíram, o que os fez ficar foi a seriedade do trabalho (a rigidez do trabalho foi muito citada) e as redes estabelecidas. Entrar é fácil, o desafio é se manter (BORGES, 2003). O mesmo risco e incerteza que transformam o campo das artes em um percurso complexo, é também o que gera o encantamento, o caráter outsider, a magia e a escolha de continuar.

É importante compreender que os indivíduos são múltiplos. Transitam entre diversas realidades socioculturais e desenvolvem

suas ações em diferentes contextos da sociedade. “Não só participam como atores desses contextos variados, mas vivem internamente, nas suas próprias subjetividades, as contradições e conflitos do mundo em que vivem” (VELHO, 2006, p. 8). É por isso que, ao realizar um levantamento biográfico do grupo Tanahora, “esbarrou-se” em elementos mais complexos do que os materiais. Foi percebido que o grupo é composto por pessoas que reergueram ali possibilidades que nem consideravam anteriormente. O grupo de teatro Tanahora e o seu prestígio são frutos da rede de afetos e possibilidades criadas pelos seus antigos e atuais membros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento biográfico dos 40 anos de história do grupo Tanahora possibilitou dimensionar sua importância dentro do cenário teatral curitibano. Desde sua criação, em 1980, produziu aproximadamente 1 peça ao ano (com ressalva de alguns momentos) entre elas trabalhos muito conhecidos como Gota D'Água, Bella Ciao, Alice do outro lado do espelho, O Auto da Compadecida, entre outros.

Ao longo do processo das entrevistas percebeu-se algumas transformações dos indivíduos a partir de sua passagem pelo grupo (algumas pois sabemos que diversos elementos influenciam nas escolhas e não somente a passagem pelo grupo), suas alterações nas concepções individuais, seus redirecionamentos profissionais, elementos de entrada e continuação na carreira artística, os percalços da carreira teatral e os “glamours” proporcionados pelo palco.

É difícil mensurar o sucesso. Ele possui nuances diferentes para cada pessoa e, além disso, a história do Tanahora é infinita dentro das perspectivas de cada indivíduo que passou pelo grupo. Entretanto, quando olhamos para toda a produção do Tanahora, desde as peças até a rede de relações que o grupo foi capaz de formar, podemos compreender que sucesso é a conexão do físico e

do afetivo, essa pode ser uma das diversas definições que essa palavra tão almejada pode ter. Se assim for, o Tanahora “carimbou” o seu nome como um dos grupos de maior sucesso da cena teatral universitária para muito além dos muros da PUCPR.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard. **Outsiders**: estudo de sociologias do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.

BORGES, Vera; FARIA, Ivan. Jovens, formação e mercados artísticos: dois contextos entre Portugal e Brasil. **Cidades, comunidades e territórios**, Lisboa, n. 30, p. 42-54, jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-30302015000100007. Acesso em: 15 out. 2020.

BORGES, Vera. A arte como profissão e trabalho: Pierre- Michel Men- ger e a sociologia das artes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 67, p. 129-134, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/28562/18785>. Acesso em: 15 out. 2020.

BOURDIEU, Pierre. “L’illusion biographique”. **Actes de la recherche en sciences sociales**.v. 62-63, p. 69-72, jun. 1986. Disponível em: https://www.persee.fr/issue/arss_0335-5322_1986_num_62_1. Acesso em: 15 out. 2020.

DELUCA, Gabriela; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; CHIESA, Carolina Dalla. Projeto e Metamorfose: contribuições de Gilberto Velho para os estudos sobre carreiras. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 458-476, jul.-ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rac/v20n4/1982-7849-rac-20-4-0458>. Acesso em: 15 out. 2020.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos**, Paraná, v. 12, n. 1, p. 9-29, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/28562/18785>. Acesso em: 15 out. 2020.

MALATIAN, Tereza Maria. A Biografia e a História. **Cadernos Cedem**, Marília- SP, v1, n. 1, p. 16-31, mar. 2011. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/issue/view/52>. Acesso em: 15 out. 2020.

PAIS, José Machado. *Buscas de si: expressividades e identidades juvenis*. In: ALMEIDA, Maria Isabel; EUGENIO, Fernanda (Org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade pessoal. **Estudos Históricos**, Rio De Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20ca-praro%202.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

VELHO, Gilberto. Ciências Sociais e biografia individual. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 3-9, jul.-dez. 2006. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2264/1403>. Acesso em: 15 out. 2020.

VELHO, Gilberto. Os desafios da proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

As narrativas de George Gardner

Raça e Ciência na primeira metade do séc. XIX

Chrigor Libério¹

Ma. Diná Schmidt²

Após o ano de 1808, quando a América Portuguesa deixa de ser colônia, observa-se uma massificação de viajantes exploradores em seus territórios, incorporados e não incorporados à colonização³. A mudança da sede do Império Português para o Rio de Janeiro e a abertura dos portos para as “nações amigas”⁴ leva as grandes potên-

-
- 1 Chrigor Augusto Libério, acadêmico do curso de Licenciatura plena em História na Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Pesquisador do Programa de Iniciação Científica. <http://lattes.cnpq.br/3348145380083262>. E-mail: chrigorliberio@gmail.com.
 - 2 Professora do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí. Pesquisa Literatura de Viagem e Imperialismo no Brasil dos séculos XIX e XX. E-mail: dinaschmidt@ors.uespi.br. <http://lattes.cnpq.br/9370597780154270>.
 - 3 Prática já existente anteriormente, porém massificada no século XIX, muitos cientistas se dedicaram a exploração do Atlântico e do “novo mundo” encontrado aqui na América. A abertura dos portos pela família imperial traz um novo objetivo para essas viagens, que é a possibilidade de exploração dos recursos aqui encontrados. Exploração, tanto pelas potências europeias imperialistas, quanto também pelo império brasileiro, que muitas vezes financiou as expedições de viajantes pelo território brasileiro a fim de sua expansão enquanto nação (TODOROV, 1983).
 - 4 Importante destacar que por abertura às “nações amigas”, deve-se entender fundamentalmente à Inglaterra. As relações de Portugal com a Inglaterra dentro do contexto das guerras napoleônicas e as dívidas do primeiro para com a segunda, implicavam em subserviência, embora muitas vezes habilmente dissimuladas por D. João VI para evitar conflitos com a França (MALLERBA, 2000; DIAS, 2005). As facilidades concedidas pelo Império português à Inglaterra vão se reformular e permanecer após a Independência. A atuação da Inglaterra no acordo de emancipação e o empréstimo para o pagamento da indenização que o Brasil deveria ressarcir ao seu antigo colonizador garantiram que a influência permanecesse após a emancipação. A expedição de Gardner, a serviço do Império Britânico, fez parte das práticas de domínio indi-

cias europeias a enviarem seus agentes para explorar estes territórios, recursos e populações (DOMINGUES, 2008, p. 134):

[...] por indivíduos esclarecidos, lúcidos, dinâmicos e inovadores, detentores de interesses científicos, comerciais e econômicos notórios em relação aos domínios coloniais europeus. E de igual modo, portadores de motivações teológicas, morais e estéticas face à humanidade dos ‘novos mundos’ que se revelavam à Europa setecentista e oitocentista como a América do Sul e o Pacífico [...].

Os cientistas que aqui passaram registraram suas percepções em obras que relatam, além de suas próprias percepções enquanto cientistas, também os recursos solicitados pelos seus contratantes, como a vegetação, a fauna do território, recursos minerais, possibilidades de caminhos fluviais e ferroviários, a qualidade do solo e afins. Essas explorações nascem da necessidade do capitalismo europeu diante de seus planos exploratórios em outros territórios (ARENDDT, 1989), o financiamento dessas expedições perpassa assim o caráter dos estudos do lugar que poderia ser um novo espaço de exploração e acumulação para o capital.

No presente trabalho, George Gardner vai ser o viajante cientista que passou pelo Brasil e iremos focar. Médico e botânico escocês contratado pela Coroa Inglesa para auxiliar na coleta de amostras da flora do lugar. A viagem de Gardner se dá para o Norte⁵, abarcando Bahia, Ceará, Alagoas, Pernambuco e Piauí, no período entre 1836 e 1841. Sua viagem foi cursada principalmente pelo Rio São Francisco, que perpassa a maior parte dessas províncias, e por terra. Durante sua viagem, registrou suas percepções sobre as populações, sobre o território e sobre os possíveis recursos de tal território, tendo em vista, além de prospectar possibilidades de expansão para capital imperia-

reto exercidas por este e facilitadas por acordos como o que o Brasil assinou com a Inglaterra após sua emancipação (DIAS, 2005).

5 No presente trabalho, utilizaremos a denominação “norte”, em referência ao que, hoje, conhecemos como nordeste, respeitando a coerência histórica da denominação regional no recorte temporal da pesquisa.

lista, o conhecimento daquela população a ele estranha e distante de seus padrões europeus. Mais especificamente, iremos problematizar as percepções que Gardner construiu sobre as populações que entrou em contato durante seu percurso, analisando suas elaborações sobre raça, miscigenação e civilização, a partir de sua formação científica e dos debates colocados para esses temas no campo científico europeu daquele contexto. Importante salientar que os escritos de Gardner, enquanto cientista inserido nos debates raciais do período, têm como ponto importante das suas discussões a população brasileira e suas características, discussão que vão impactar nas narrativas de outros viajantes e cientistas que percorrerão e refletirão sobre o Brasil ao longo daquele século. A narrativa construída por Gardner nesse período pode ser vista como um passo importante nas análises raciais feitas sobre o Brasil e suas populações, marcando o debate que futuramente denominaria esse país como “laboratório das raças” (SCHWARCZ, 1993).

Para proceder a análise sobre a relação do viajante com as populações que se relaciona, dialogamos com Mary Pratt e seu conceito de ‘Zona de Contato’. Para conseguirmos compreender as relações estabelecidas por viajantes com as populações locais em contato, precisamos entender como é definida essa “zona” e como são mantidas as relações entre agentes colonizadores e aqueles que são vistos como colonizados ou colonizáveis (PRATT, 1999, p. 31. Grifo nosso):

“Zona de contato”, que uso para me referir ao espaço de encontros coloniais no qual pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, *geralmente associadas a circunstâncias de coerções, desigualdades radical e obstinada.*

Essa “zona” é fundamental para entendermos, além do processo de circularidade de conhecimento do viajante para com a população, os processos de internalização e/ou recusa de costumes e hábitos locais em sua narrativa. Essas dinâmicas precisam ser, necessaria-

mente, compreendidas a partir da marca hierarquizante e violenta do pensamento e das práticas colonialistas. Tendo em consideração que as marcas dessa violência não fazem o contato e as trocas desaparecerem, assim como não podem apagar a presença das populações autóctones e sua marca indelével nas práticas e narrativas do viajante.

Outra referência que instruiu a compreensão da narrativa de Gardner vem da metáfora analítica de Hartog (2014) em *O espelho de Heródoto*. Gardner usa de ferramentas interpretativas de referência em sua própria cultura para construir seu entendimento sobre quem são, como são e porque são as populações e culturas com quem se encontra. A comunicação desses entendimentos aos seus interlocutores também é feita a partir dessas ferramentas interpretativas, que se tornam, também, descritivas e prescritivas. Seus leitores, tanto a comunidade científica como os leigos, compartilham dessas referências e se alimentam dessa narrativa para um processo de construção de si e do outro por meio de um jogo espelhos.

Esse caminho de análise nos auxilia na compreensão da construção do viajante enquanto um cientista/escritor, entendendo seus métodos e ferramentas, mas também a compreendê-lo, em uma dimensão mais fundamental, enquanto sujeito histórico construído pela lógica europeia de entender o mundo. Essa lógica que coloca o europeu como superior em relação aos povos de outros continentes, tanto em questões raciais como morais e civilizatórias, como veremos mais à frente.

Para entendermos as perspectivas de Gardner sobre as populações visitadas no que é pertinente às questões raciais, é de extrema importância que localizemos sua construção enquanto um cientista europeu, na primeira metade do século XIX. Gardner, como veremos em seus escritos, contribui com suas observações e reflexões, juntamente com outros batedores avançados do capital, nas explorações sobre populações não brancas e europeias. Essas contribuições vão compor o desenvolvimento do debate racial desse período.

Gardner teve sua formação científica atravessada pelos debates raciais que atravessavam o campo científico de forma contundente, nesse período. É fundamental destacar que esses debates estavam associados com as práticas de dominação colonialista fora da Europa e que passavam por processos de transformações com a consolidação do capitalismo (ARENDDT, 1989) e com a afirmação da ciência em detrimento de questões religiosas⁶. As ciências raciais e seus pressupostos se popularizaram a partir dos estudos do instituto francês de ciências sobre frenologia e craniometria e foram disseminadas aos tantos institutos de ciências da Europa, a partir da década de 1830, como demonstra Macedo (2016, p. 134). Gardner é diretamente influenciado por outros cientistas naturalistas, como August Saint-Hilaire, que estavam em contato com a frenologia, por exemplo, que se desenvolvia na época e era incorporada por esses naturalistas. Gardner transparece em sua obra, como veremos mais à frente, o que fala Macedo (2016, p. 129):

Blumenbach, criador do termo “raça caucasiana”, entende essa “variedade” racial como o tipo “primordial da humanidade — cujas formas cranianas considera as mais bonitas do mundo”. As quatro variações dessa raça (mongólicos, etiopes, americanos e malaios) seriam suas degenerações, aproximando Blumenbach suas ideias às de Georges-Louis Leclerc de Buffon (1707-1788) que acreditava que a raça caucásica era a original e as demais, diferenciações ou degenerações dadas a partir do clima. Além disso, não delimita uma fronteira clara entre as raças humanas, abrindo mão de uma classificação que apresentasse diferenças substanciais entre os seres humanos.

6 Nos séculos anteriores, as práticas colonialistas que exploravam e dizimavam populações não europeias encontravam forte sustentação em ideologias religiosas de base cristã como, por exemplo, a noção de que populações africanas e ameríndias não possuíam alma e por isso seriam justificáveis as práticas de conversão, civilização, sempre acompanhadas de exploração e extermínio. No século XIX, com os desdobramentos do Renascimento, Iluminismo e transformações no campo científico, principalmente das teorias raciais, a base ideológica do colonialismo, em sua nova versão, o Imperialismo, vai se deslocar primordialmente para a desqualificação racial e civilizatória das populações não brancas e não europeias. Cabe ressaltar que isso não significou o desaparecimento dos elementos religiosos dentro desses debates, mas um deslocamento de sua centralidade (ARENDDT, 1989; SCHWARCZ, 1993).

O cientista lidava com essa lógica de análise das populações e raças e se colocava no topo da hierarquia. Sendo assim, ele, o homem caucasiano europeu, é a régua que estabelece as definições de superioridade e inferioridade. Para compreendermos a presença dos desdobramentos do campo científico dentro da narrativa de Gardner, vamos analisar um de seus registros quando entra em contato com uma população indígena no interior do Ceará, em uma das paradas de sua viagem pelo Rio São Francisco. O viajante diz (GARDNER, 1849, p. 93):

I observed here more of the aboriginal inhabitants of Brazil, than i had seen at the time before; many of them bore evident signs of having a mixture of white, and others of black blood in their veins, but not in sufficient quantity to destroy the peculiar obliquity of the eyes, and the lank black hair of the American race.

A presença das ciências raciais em sua análise é explícita no registro de seu contato com as populações nativas do norte, especificamente, a demonstração dos planos para com as “raças inferiores” que deveriam ser extinguidas através da miscigenação, por exemplo. É possível identificar, em suas perspectivas sobre as populações indígenas, o emprego direto de conceitos e métodos característicos da ciência antropológica do período. Gardner os utilizava para compreender as características da população em questão e as diferenças raciais, quando comparada com outras. A identificação do “olho oblíquo”, e sua posterior superação, é uma posição mais além do que uma descrição das características de uma raça. Mais especificamente, Gardner está lidando com elementos da Frenologia e da Craniometria desenvolvidas na antropologia física para o estudo das características fenotípicas, como o olho oblíquo, que eram identificadas, mapeadas e analisadas para explicar o caráter, o comportamento e as habilidades de diferentes raças e, conseqüentemente, estabelecer uma hierarquia entre elas.

Tais ciências que lidavam com as diferenças das protuberâncias e medidas do crânio, entendendo que isso definia o tamanho e a capacidade do cérebro, operavam com ideais europeus do que seria o padrão de uma raça superior. Logo, as medidas e formatos (fossem do crânio, do nariz, dos olhos, da boca etc.) tomadas como evidência referencial para estabelecer um padrão de superioridade, tantos de características fenotípicas como também as características civilizacionais, era o padrão europeu (GOULD, 1991).

A ideia de miscigenação empregada pelo cientista faz parte das sínteses que a comunidade naturalista se apropriou, quando entrou em contato com as novas ciências raciais citadas acima. A capacidade natural da mistura de plantas para seu melhoramento é conectada com a capacidade humana de se misturar e de, supostamente, melhorar. Aqui, o escrito de Gardner identifica as mudanças nas características dessa população, como o exemplo do olho oblíquo e o cabelo liso dos povos ameríndios, como um indício de que essa teoria estava em pleno movimento no interior do Brasil.

A mistura das raças, em muitos momentos, é o alvo de suas descrições e reflexões, partindo do apontamento de características físicas enquanto fator determinante daquela população. Gardner descreve ao encontrar outro povoado em sua viagem (GARDNER, 1849, p. 97-98):

The number of families on the island amounts to about forty, and they are for the most part civilized Indians. [...] I learned that the Indians on the island are decreasing gradually in number, and he sighed when he told me that the day was not far distant when his race would become extinct, or at least be amalgamated with the other inhabitants. Theses who still remain unmixed are short in stature and of a stout make; in disposition they appeared gentle and obliging.

Nesse extrato, observamos Gardner falando sobre a extinção dos indígenas no vilarejo São Pedro, uma comunidade próxima ao Rio

São Francisco. Em conversa com o capitão do vilarejo (que é descrito como ‘um velho homem vestido em couro’, denominado como capitão (GARDNER, 1849, p. 97), ambos demonstram interesse na diminuição gradual da população indígena por meio da miscigenação. As mudanças que estavam ocorrendo dentro da comunidade são de comum interesse entre Gardner e o capitão que o acompanha, a extinção dessa população e, conseqüentemente, sua suposta substituição por uma camada branca, ou ao menos embranquecida, está relacionada com as expectativas de civilização e desenvolvimento que esse processo de miscigenação embranquecedora poderia trazer àquelas regiões.

A lógica capitalista e eurocentrista de Gardner, que enxergava aquelas populações enquanto inferiores também pela falta de desenvolvimento de práticas industriais e de agricultura moderna na região, ajuda a alimentar as visões sobre a necessária mistura desses povos com uma massa branca, de preferência europeia. Enquanto suas expectativas não eram consolidadas, principalmente na homogeneização daquela população nativa a uma população branca, eles ainda conviviam com aquele povo de “baixa estatura e forte”, e de um caráter dócil e servil. Essa visão dos povos ameríndios era corrente nas perspectivas racialistas e se contrapunha a um entendimento dos povos africanos como indóceis.

Ao registrar a presença de “uma igreja na vila” (GARDNER, 1849, p. 98), o viajante indica que sua concepção de moralização e civilização perpassa também as noções de religiosidade. A presença da igreja seria uma marca positiva nas perspectivas daquela população de construir uma moralidade plena e de caráter europeu. Para Gardner, a presença de igrejas cristãs e padres por esses vilarejos de maioria indígena ou negra contribuiria para a necessária mudança moral daquele povo. Além das possibilidades através da mistura dessas raças com a população branca, há também de um ideal de civilidade através da religião (GARDNER, 1849, p. 129). Como já salientamos, a

projeção da ciência não exclui os elementos religiosos do pensamento colonialista, como pode-se observar nessa proposição de Gardner.

No seguinte excerto, podemos observar o estabelecimento de uma relação direta entre o elemento racial de uma população e sua caracterização do ponto de vista moral e civilizatório (GARDNER, 1849, p. 141):

The inhabitants of this part of the province, who are generally known by the Indian appellation of Caryris, are celebrated throughout Brazil for their lawless character; it formerly used to be, and still is, though not to the same extent, a place of refuge to murderers and vagabonds of all sorts from other parts of the country,[...].

Aqui, mesmo que Gardner tenha observado que a miscigenação vinha acontecendo de forma gradual e constante no conjunto da população observada, é importante esse registro sobre um território específico. Os habitantes dali seriam predominantemente indígenas e negros e Gardner compreendia a inferioridade daquela sociedade, caracterizada pelo desrespeito pela lei e por atrair assassinos e vagabundos, como dessa composição racial, enquanto regiões com maior percentual de populações branca ou miscigenadas seriam mais desenvolvidas e civilizadas. Essa compreensão ganha mais nitidez, quando comparada com outra passagem de sua narrativa (GARDNER, 1849, p. 62):

The inhabitants of the town of Pernambuco resemble very much of those of Rio, but there is a great difference in the appearance of the country people, which here, as elsewhere, are easily distinguished from the citizens. Those seen in the street of Rio de Janeiro are a tall handsome race of men, mostly from the mining district, or the more southerly province of San Paulo;[...] Those, on the contrary, who frequent the city of Pernambuco, are a more swarthy and more diminutive race, but still far superior in appearance to the puny citizens.

Esta é uma relevante observação de Gardner, quando ele acaba de chegar ao norte, mais especificamente Pernambuco. O viajante demarca as diferenças que identifica no Brasil, em suas diferentes regiões. Essas diferenças raciais que rondam populações de um mesmo país estariam ligadas à sua predisposição à miscigenação racial. A população do centro-sul, com maior índice de portugueses imigrados e outros europeus, estaria mais à frente em uma escala de civilidade e hierarquia racial, enquanto a população do norte, menos branca, ou mesmo menos embranquecida pela miscigenação, seria inferior.

As classificações raciais e suas características físicas, das quais descendem os atributos morais e intelectuais, na visão do cientista viajante, estruturam as narrativas que constrói sobre aquela população. Esses povos, afastados da costa e das regiões mais repovoadas pelas práticas colonizatórias e, conseqüentemente, do contínuo contato com europeus imigrantes, faz com que ali seja esse lugar afastado, também, da civilidade e do controle estatal para com aquela população. Aquele espaço vai ser então o local de refúgio de assassinos e vagabundos, sendo que esses adjetivos demeritórios são associados a ausência da lógica civilizacional europeia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas reflexões construídas a partir da escrita de Gardner são contributivas para entender sua relevância quando falamos das percepções construídas sobre o Brasil, tanto para consumo europeu como para consumo local, consumo que ocorria dentro do circuito de viagens, no entrecruzamento entre narrativas de viagem e campo científico e, ainda, em relação a questões pertinentes à consolidação do Brasil enquanto Estado-nação.

Na condição de cientista viajante, Gardner fazia parte de uma rede de narrativas produzidas por exploradores (brasileiros e estran-

geiros) que viajaram e narraram o Brasil, participando de um circuito de trocas entre esses sujeitos. A narrativa de viagem, que fundara a etnografia e tanto contribuía para a constituição da antropologia (LAPLANTINE, 2003), era fundamental na constituição das ciências raciais, assim como essas últimas eram estruturantes na formação de cientistas viajantes da geração de Gardner.

Na obra de Gardner, vemos o compartilhamento de ideias, experiências e materiais com outros cientistas viajantes, quando registra seus diálogos citando suas trocas com, por exemplo, Von Martius, Saint-Hilaire e Louis Agassiz. Para este último, ele manda parte das amostras da flora local que coletara em sua expedição, contribuindo com as pesquisas daquele⁷. Anos depois da visita de Gardner ao Brasil, nós temos o registro da viagem de Jean Louis Rodolphe Agassiz, com uma ciência antropológica mais consolidada sobre raça e, agora, sobre a miscigenação enquanto um projeto de melhoramento da população. Quando se correspondia com outros cientistas e ao sistematizar sua experiência de viagem e suas reflexões em uma publicação, Gardner se colocou como um interlocutor nos debates sobre perspectivas das ciências raciais e sobre o Brasil em relação a elas, enquanto esse lugar a ser explorado. Quando Louis Agassiz vem para o Brasil e constrói seu registro de forma mais robusta e conseguindo classificar, de acordo com os padrões científicos do período, perspectivas sobre a miscigenação, é candente a contribuição de Gardner enquanto um explorador que escrevera para seus pares⁸.

Gardner é produto e produtor da construção das pesquisas raciais que estavam se consolidando no XIX, sendo assim, suas metodologias dialogavam diretamente com essas novas ciências europeias.

7 Os registros de seus diálogos estabelecidos com esses viajantes e outros podem ser encontrados nas p. 65, 159 e 82, por exemplo (GARDNER, 1837).

8 No livro de Agassiz, Uma Jornada no Brasil, ele descreve algumas percepções deles citando Gardner enquanto viajante que explorou tal objeto. Na página 408 de seu livro, identificamos seu diálogo com os perfis fósseis que ambos coletaram em suas viagens, e que Gardner, quando esteve no Brasil, enviou para ele (AGASSIZ, 2000, p. 408).

Dentro do debate racial brasileiro, ele é relevante enquanto um cientista viajante que explorou o “laboratório racial”, já propondo percepções e análises preliminares que, posteriormente, seriam desenvolvidas pela comunidade científica dando origem a essa expressão.

O conjunto dessas narrativas também informou leitores brasileiros que buscavam compreender com mais profundidade o que poderia ser o Brasil Estado-nação que se construía e como essa construção poderia ser feita diante da realidade racial que se colocava. Esse processo incluía intelectuais, políticos e cientistas imersos nesses debates e práticas. Esse Estado-nação, pensado e enforcado a partir das elites do centro-sul embebidas por ideais europeus, precisava ser capaz de subjugar e enquadrar múltiplos territórios e populações dentro de seu projeto. Para executar tal ambição, essas elites buscavam conhecer territórios e populações com os quais não tinha contato direto e objetivavam conhecê-los por intermédio de tais narrativas. Tratava-se, objetivamente, de conhecer para dominar.

Essa análise das proposições de Gardner sobre raça e miscigenação também ganha relevância quando conectada com as discussões emancipacionistas que abrigaram vertentes que propunham a miscigenação como uma solução para as marcas sociais e raciais da escravidão (AZEVEDO, 1987). Segundo Schwarcz, a defesa da miscigenação como saída para o imbróglio racial que seria o Brasil, se consolida no início do XX, e o faz alimentando-se de uma longa trajetória de proposições nessa direção (SCHWARCZ, 2011, p. 231):

Assim, em três gerações, ofereceríamos um exemplo ao mundo: mostraríamos uma redenção e ‘redução’ étnica, bem no alvorecer do novo século. A raça negra desapareceria entre os brasileiros e, junto com o incentivo à imigração europeia, a nação seria definitiva e finalmente branca. Com essa etapa alcançada, o país estaria pronto e preparado para transformar-se num dos “principais centros civilizados do mundo”, na mesma condição que os EUA e os “povos Anglo-Saxões do Velho Continente”. Enfim, uma nova Europa!

Olhando, no presente, para a sociedade brasileira, é central que compreendamos que as nossas referências eram, e ainda são, as políticas e ideias europeias, elas guiaram, e guiam, parte do nosso pensamento social e político para com as questões raciais. Quando Lilia Schwarcz entende as predisposições da elite brasileira, e em consequência o Estado brasileiro, de transformar essa nação multiétnica em uma “nova Europa” por meio da miscigenação enquanto um plano político, é a soma dessas compreensões científicas sobre raça, hierarquia e “evolução” que reverberaram sobre o pensamento dessa população. E essas ideias são histórico de discursos de cientistas, viajantes e intelectuais que pensaram e divulgaram suas visões sobre a questão racial para o Brasil e para o mundo.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, H. **As origens do totalitarismo**. Companhia das Letras, 1989.
- AGASSIZ, Elizabeth e Louis. **Viagem ao Brasil: 1865 –1866**. Brasília: Senado Federal, 2000.
- AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DIAS, M. O. L. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.
- DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: Produção de discursos sobre o novo mundo. **Revista Brasileira História**, jan.-jul., v. 28, n.. 055. São Paulo. 2008. p. 133-152.
- GARDNER, George. **Travels in the interior of Brazil: principally through the northern provinces, and the gold and diamond districts, during the years 1836- 1841**. London: Reeve: Benham and Reeve. 1849.
- GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasi-

liense, 2003.

MACEDO, C. C. Q. A influência da frenologia no Instituto Histórico de Paris: raça e história durante a Monarquia de Julho (1830-1848). **Humanidades em diálogo**. 7. 2016. 127-145.

MALERBA, J. **A corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1822). São Paulo: Cia das Letras, 2000.

PRATT, Mary. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do Outro. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde** – Mangueiras, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, jan.-mar. 2011, p. 225-242.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O coração da cidade

As memórias do antigo cartão-postal da cidade de Fortaleza (1902-1991)

Maria Daniella Alves Ramos¹

Pedro Gilson de Oliveira Paula Filho²

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de Maurice Halbwachs, no livro “A Memória Coletiva”, de que não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial, procura-se investigar as memórias em torno das várias feições que a Praça do Ferreira adquire ao longo da sua existência. Estabelecendo como ponto central da pesquisa as reformas que o espaço público sofre, como essas refletem e constroem as relações subjetivas da coletividade com o logradouro.

Além disso, como também as várias versões da praça coabitam entre si, pois as memórias estão num espaço de disputa. Afinal, “a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs (1990) o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural

1 Graduanda em História (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista do Programa de Ensino Tutorial (PET-História UFC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5827277301979050>. E-mail: mdaniellaaramoss@gmail.com.

2 Graduando em História (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal do Ceará (UFC), bolsista do Programa de Ensino Tutorial (PET-História UFC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1720694841676957>. E-mail: pgopfilho@gmail.com.

e individualizada [...]” (NORA, 1993, p. 9). Assim, existem incontáveis memórias em torno da Praça do Ferreira, em que concordam em um ponto, o de considerá-la o coração da cidade de Fortaleza.

Analisaremos as reformas e, conseqüentemente, os embates da memória provenientes dessas a partir dos discursos dos memoria-listas e dos veículos de informação - o jornal - que criam imagens da praça de acordo com a temporalidade vivenciada. Por fim, ressaltar a resistência das memórias coletivas perante as mudanças.

A PRAÇA DO FERREIRA NA BELLE ÉPOQUE

Ao longo de sua existência secular a Praça do Ferreira já teve diversas personalidades e singularidades, situada no centro de Fortaleza, ela foi palco de momentos decisivos e simbólicos da história da cidade. Ao mesmo tempo em que permanece estática no espaço urbano, a praça também se mostra mutável nas suas temporalidades, com isso, as memórias, tanto individuais como coletivas, que cercam esse logradouro público são as mais diversas. Tais memórias, devido ao seu caráter instável, sofrem interferência das reformas físicas que atravessam a praça ao longo do século XX, assim, a mutabilidade da praça reflete e atua diretamente sobre as memórias. Dessa forma, existem diversas praças dentro de um único espaço físico, assim, a Praça do Ferreira é um universo de vivências, existências e memórias que refletem a história da cidade e suas temporalidades.

Em um primeiro momento, a Praça do Ferreira seria o reflexo do “aformoseamento” da belle époque. Devido às intensas transformações, é alterado profundamente os modos de viver, perceber e sentir. Fortaleza que até então era um “arremedo de cidade” (AZEVEDO, 1992), com a exportação do algodão nos idos do final do século XIX, a cidade vai se transformando em urbe. Com isso, a cidade considerada a loura desposada do sol;

Moça pobre mas vaidosa, Fortaleza ensaiava os primeiros passos nos caminhos do comércio internacional passan-

do da renda de almofada para a renda francesa, mandando buscar os melhores figurinos de Paris, casemira da Inglaterra, usando manteiga 'Le Pelletier' e 'Betel Frères' - enfim, procurando divertir-se e mostra-se nos saraus e festas, cinemas e igrejas. Pobrezinha descalça, ainda, mas já sonhando com os primeiros calçados de pedra - o calçamento desigual e áspero, prenunciando as ricas futuras sandálias de asfalto... (AZEVEDO, 1992, p. 26).

A cidade perpassa por reformas, que consistiria em um ordenamento da cidade em um tabuleiro xadrez, que foi planejado por Adolfo Herbster, a urbe ganha ares de grande centro. Como o Centro era a cidade de Fortaleza em sua magnitude, os seus logradouros passam por grandes transformações, assim, a praça é reformada de acordo com os princípios da modernidade oriunda da belle époque. São construídos jardins, denominado Jardim 7 de setembro, os quatro quiosques de café afrancesados situados nas extremidades da praça, sendo estes: Café Java, Café do Comércio, Café Elegante e Café Iracema.

Dessa forma, a Praça do Ferreira era o polo funcional da cidade, local que concentrava serviços, lazer e a animação da crescente cidade. Com a absorção de modos afrancesados, os fortalezenses que frequentavam a praça e seus quatro cafés à feição de chalés franceses deviam sentir-se como que estivesse em Paris. Em que um dos grupos mais chegados ao logradouro eram o dos poetas e boêmios, que buscavam os cafés e estabelecimentos, como o Café Riche e o Maison Art Nouveau, para obter inspiração e declamar os versos. Cruz Filho, Mário da Silveira, José Albano, Alf de Castro, Júlio Maciel, Carlos Gondim e Otacílio de Azevedo são poetas que declamava seus versos de ouro, enchendo o ambiente da Praça do Ferreira de ritmos e magnificência (GALENO, 2000). Com esse clima efervescente de arte e literatura, nos idos de 1890-1900, nasce o movimento Padaria Espiritual, com um teor crítico e ácido insurgiram-se contra a velharia da arte poética (GALENO, 2000), criticando, principalmente, a cultura burguesa que estava fazendo-se presente na cidade.

Como cerne da vida pública da cidade, a Praça do Ferreira era palco político dos momentos de tensão que perpassa o governo. Dito isso, pode-se mencionar os movimentos contra o Governo Accioly, que têm como representação a Passeata das Crianças, em 1912, que reivindicava o fim da oligarquia e foi duramente reprimida pela Cavalaria, o aparelho repressivo do Estado. Para representar o repúdio contra essa violência, a população se reúne na praça em um ato de repúdio, que, do mesmo jeito à Passeata, é duramente reprimida pela Cavalaria. Tal movimento durou 3 dias e 3 noites (AZEVEDO, 1992) e, por fim, Nogueira Acioly é deposto.

À frente da passeata ia a senhorita Odete de Paula Pessoa, levando um estandarte. Ao dobrar a Rua General Sampaio rumo à Praça do Ferreira, fomos atacados pela Cavalaria. O povo reagiu: estavam todos armados e municiados. Das cornijas dos prédios partiam balas de todas as direções. Toda a província virou uma praça de guerra. O povo assaltou as casas de venda de armas. Assisti ao arrombamento da Casa Villar. Era um verdadeiro delírio. Todos alimentados pelo mesmo espírito de revolta, de justiça e de vingança (AZEVEDO, 1992, p. 75).

O FIM DA BELLE ÉPOQUE E O INÍCIO DE MUITAS REFORMAS

O entusiasmo da belle époque é encerrado na década de 20 com os horrores da I Guerra Mundial. Com isso, Fortaleza sofre os reflexos da Europa e atravessa para um outro momento, refletindo diretamente nos usos e memórias da Praça do Ferreira, assim, a praça passa a ter um movimento diferente do que tinha antes. Devido ao crescimento da cidade, aumento da quantidade de automóveis, bondes e o aparecimento dos primeiros ônibus e caminhões, a administração do então prefeito Godofredo Maciel realiza reformas nos logradouros públicos.

Utilizando-se da ordem de organizar racionalmente os espaços públicos para disciplinar a intensificação dos fluxos urbanos (CHAVES; VELOSO; CAPELO, 2006), abrem-se avenidas, pavimentam-se ruas e constroem mais calçadas para dar vazão ao trânsito. Além disso, redesenha-se as praças centrais para permitir a movimentação de pedestres e carros, que até então estava inviável pelos amplos jardins gradeados. A partir desse movimento de racionalização dos espaços públicos, a Praça do Ferreira passa por uma reforma que muda sua fisionomia e suas utilizações, conseqüentemente as memórias em torno dessa.

Nesse sentido, a demolição em 1925 dos cafés parisienses e do idílico Jardim da Praça do Ferreira, ícones da belle époque fortalezense, para dar lugar a uma nova e racionalizada Praça, simboliza eloquentemente o fim daqueles tempos em Fortaleza (CHAVES; VELOSO; CAPELO, 2006, p. 78).

Retira-se os quiosques de madeira, substitui parte da arborização e é construído o Coreto no centro da praça, onde era realizado eventos públicos, manifestações, “a banda da Polícia executava às quintas feiras suas afamadas retretas” (AZEVEDO, 1992, p. 57) e “no qual se exercitariam muitos dos futuros tribunais do Ceará” (GALENO, 2000, p. 19). Dessa maneira, a Praça do Ferreira passa a ser um espaço político de excelência, onde era externalizado a criticidade e irreverência fortalezense, no qual o Coreto, no centro do logradouro que passou a realizar essas inúmeras manifestações, tornando-se, assim, o palco dos maiores acontecimentos históricos da cidade (JOB, 1992).

Uma cena que se torna habitual no cotidiano da praça são os bancos, não o objeto físico, e sim, a sua personificação por parte das pessoas que utilizavam desse objeto para reunirem-se e debaterem sobre os mais variados assuntos do cotidiano. Assim, nasceram os Bancos da Praça do Ferreira, eram espaços politizados, pois reuniam-se pessoas políticas importantes para o cenário local daquele momento.

Valendo a pena ressaltar o lugar social do qual esses memorialistas escrevem. Afinal, cada memória é expressada de acordo pelo âmbito individual do sujeito que adere ao seu espaço, como discursa Halbwachs, “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com os outros meios” (HALBWACHS, 1990, p. 69). Assim, suas memórias estão atreladas a uma feição política da Praça do Ferreira.

O Banco que mais se sobressaiu nesse período foi o denominado, por Demócrito Rocha, de “Banco da Opinião Pública”. Naquele pequeno espaço reuniam-se sujeitos prestigiados na sociedade - advogados, farmacêuticos, políticos, escritores, poetas, músicos etc. - como Antônio Diogo Siqueira, Raimundo Cícero, João Nogueira, Meton de Alencar, Demócrito Rocha, Raimundo Gomes de Matos, padre Quinderé e muitos outros (AZEVEDO, 1992). Dessa maneira, os bate-papos que aconteciam nos bancos da praça permitiam, através dos debates e das trocas de ideias, a formação de uma opinião pública, fazendo jus ao nome do banco.

À proporção que aqueles ilustres varões iam desaparecendo, por doença ou por morte, eram logo substituídos por outros, que prestavam fidelidade à estranha organização. Todos os assuntos eram ali abordados: críticas ao Prefeito e outras autoridades, questões de português ou outras disciplinas, questões religiosas e reviravoltas políticas. Como sobremesa, saboreavam os velhos o prato apimentado da vida alheia... (AZEVEDO, 1992, p. 65).

Na gestão administrativa de Raimundo Girão, nos anos de 1932 e 1933, a Praça do Ferreira passa por outra reforma significativa, que reverbera nas utilizações e lembranças da praça. A praça passa por uma modernização no espaço, pois são construídos jardins e confortáveis bancos de madeira. O Coreto é demolido e em seu lugar é construído a Coluna da Hora, pelo engenheiro Clóvis Janja,

“o big-ben dos cabeças chatas” (GALENO, 2000) que se tornará o símbolo da cidade de Fortaleza.

Como coração da cidade, a Praça do Ferreira continua como cenário dos acontecimentos políticos. Próximo à Coluna da Hora eram realizados os comícios, discursos de figuras públicas, greves, acontecimentos singulares e pitorescos. Podendo ser citado o comício de lançamento da candidatura da escritora Rachel de Queiroz como deputada pelo Partido Socialista Brasileiro, em 29 de dezembro de 1934, em frente à construção. Dessa forma, vários são os episódios que marcaram a vida da Coluna da Hora.

Além do teor mordaz e crítico da Praça do Ferreira, o lado irreverente também aflorava entre seus frequentadores, o denominado “Ceará Moleque”. Em que no folclore cearense nem o sol escapou de ser vaiado pelos cearenses, o feito aconteceu no ano de 1942, quando após dias de céu nublado, ao reaparecer ele é recebido pela população com uma tremenda vaia.

A Praça do Ferreira era célebre pela concentração de estudantes, desocupados e malandros que se destacavam pelo hábito das grandes vaias. Ninguém escapava dessa onda de desrespeito, embora não se revestisse de maldade maior (JOB, 1992, p. 49).

No ano de 1949, a administração do prefeito Acrísio Moreira da Rocha realiza uma nova reforma na praça. Essa ação é um reflexo do período em que a cidade está passando, a Praça é remodelada de acordo com uma nova dinâmica em que a cidade se insere, implantando um expressivo volume de signos da modernidade (CHAVES; VELOSO; CAPELO, 2006), como o crescimento demográfico e do número de automóveis. Dessa maneira, a nova Praça do Ferreira seria aquela que suprisse as necessidades detectadas devido a esse novo movimento, “desaparecem os cafés [...] para ceder lugar a ou-

tros estabelecimentos mais lucrativos, como os bancos, armazéns e magazines” (GALENO, 2000, p. 43).

Assim, é construído o Abrigo Central, que tinha como função primária ser um ponto de ônibus, mas logo transforma-se em um local de encontro e debate. Em que, transitando pelos memorialistas é notável o carinho pelo “mais democrático parlamento do Ceará” (GALENO, 2000, p. 19), pois o “aleijão” se torna um espaço de lazer, entretenimento e de conversa entre várias camadas sociais. Os seus frequentadores iam desde o trabalhador aos políticos, como o prefeito Acrísio e o governador Plácido Castelo que tomavam seus cafezinhos no Abrigo.

O Abrigo, que era o ponto de encontro obrigatório de políticos, comerciantes, jogadores de futebol, jornalistas, estudantes, enfim, de todos os frequentadores da Praça, apesar de sua efêmera existência marcou o espírito, a verve, a vida e o tradicionalismo da Praça do Ferreira de antigamente. Por isso, continua lembrado pelos velhos habitantes da nossa cidade (JOB, 1992, p. 47).

O período sucedido pelo Abrigo Central foi o do fim derradeiro dos Bancos, que têm os últimos sopros de vida. São 3 deles que ainda persistiam nos antigos costumes de outrora, como o Banco da Democracia entre seus 18 componentes estavam o professor Antônio Martins Filho (futuro reitor da Universidade Federal do Ceará), Cruz Filhos, Daniel Carneiro Job, entre outros nomes. Existia também o Banco Que Não Teve Nome e o Banco dos Comunistas, esse formado por políticos do Partido Comunista e personagens ilustres que transformaram a Praça do Ferreira em uma bancada do Partido.

O fim desses espaços de debate e convivência seria o prelúdio do fim do logradouro público como coração da cidade. Afinal, por conter um teor sagaz, crítico e mordaz, após o Golpe Militar de 1964, inicia-se uma “repressão policial contra os frequentadores do banco dos comunistas, e de uma maneira generalizada contra quantos papeavam na Praça do Ferreira” (GALENO, 2000, p. 72). Com isso,

antecedendo a próxima reforma que desfigura o logradouro em sua magnitude, alterando os usos e experiências desse espaço público.

DITADURA MILITAR: A DRÁSTICA MUDANÇA

A reforma empreendida pela gestão do prefeito José Walter, nos anos de 1968-1969, durante a Ditadura Militar, foi a que marcou profundamente a relação dos sujeitos com a praça, que até então era vista como um lugar de lazer, convivência e de debates políticos passa a ser, majoritariamente, um local de passagem e de comércio. O remodelamento do logradouro tem como ideia a de impedir a aglomeração de pessoas nos espaços públicos, controlando a massa no vigente regime ditatorial. De acordo com os memorialistas tratados até aqui, a reforma descaracteriza a Praça do Ferreira em sua totalidade, tornando-a irreconhecível, fazendo com que as pessoas não conseguissem enxergar o espaço com que tinham vínculo, assim, afastando-as do lugar.

O início da reforma é marcado pela demolição do Abrigo Central em 1966, com a alegação de insalubridade do local e de um futuro desabamento. Dessa maneira, o Abrigo que era visto como um espaço de sociabilidade, no qual se falava dos mais variados assuntos, chega ao seu fim, renunciando o fim do espaço de convivência da Praça do Ferreira. O jornal *O Povo* noticia:

Indiferente às marretadas que quebram, paulatinamente, a pesada estrutura de cimento armado [...] os 'habitueés' do Abrigo Central [...] dêle não se afastam, como se demorassem no último adeus ao lugar, que por muitos anos, lhes serviu para animados bate-papos. A demolição do monstrengo que ensejará a expansão da Praça do Ferreira foi oficial e solenemente iniciada às 11 horas de hoje, em presença do prefeito Murilo Borges, homem que teve a coragem de mandar derrubar o Abrigo, do ex-prefeito Acrísio Moreira da Rocha, em cuja gestão foi construído, do historiador Raimundo Girão, que retratará o 'QG da fo-

foca' para a posteridade, do almirante Fontenelle, executor direto da demolição, e de grande número de populares. A Cibel firma demolidora, levará de 40 a 50 dias para fazer o Abrigo cair (O POVO, 04 mai. 1966, p. 01 - grafia original).

Já no ano seguinte, em 1677, a Coluna da Hora é demolida. O fim do marco da Praça do Ferreira tem como justificativa a fragilidade do objeto, que a mesma não suportaria os reparos necessários, apresentando-se cheia de [...] rachaduras e [onde] um dos ponteiros do relógio chegou a cair [...] (O POVO, 08 jul. 1967, p. 7). Em que é adequado salientar que o fundador da Coluna da Hora, o antigo prefeito Raimundo Girão, foi quem iniciou a demolição da mesma.

Quando o historiógrafo Raimundo Girão deu, na manhã de quarta-feira última, a primeira marretada marcando o princípio do fim da velha e histórica Coluna da Hora, houve quem se sentisse contristado e até quem afirmasse que o atual Secretário de Cultura estava renegando sua obra. Mas êle ponderou em seu discurso que 'o que fiz ontem com todo interesse vejo hoje sem função' e que 'se é preciso renovar renovemos, pois sou amigo das renovações. Julga Girão que em 1933, quando foi levantada, a Coluna agigantava-se, com seus treze metros de altura, numa Praça do Ferreira de modestas edificações, minuscilizandose depois diante de edifícios como o São Luis e o Sul-América perdendo muito de sua primitiva imponência [...] foi, aos poucos, sendo vítima do desleixo administrativo e passando, de cronômetro oficial da vida da cidade a mera figura decorativa (O POVO, 08 jul. 1967, p. 7 - grafia original).

A grande modificação que marcou essa nova face da Praça do Ferreira foram os jardins suspensos, que mudaram completamente o espaço, pois com os canteiros suspensos a visão total da praça era comprometida, assim, ao estar em um ângulo não era possível observar o que se tinha do outro lado da praça. Essa alteração é sentida como uma deformação da praça, "dar lugar ao cemitério surrealista que lá se encontra, para tristeza dos fortalezenses" (GALENO, 2000, p. 19). Em que, de certo modo, para demonstrar

o poder e a superioridade do regime militar, o propósito era justamente esse de afastar a população do espaço público.

Dessa maneira, a nova configuração espacial interfere diretamente nos usos e apropriações dos indivíduos, um local que, antes, era um lugar de convivência e sociabilidade, torna-se em uma praça-mausoléu ou um cemitério surrealista, afastando seus frequentadores. Como pode ser visto na seguinte passagem:

O que víamos em seus lugares eram aqueles estirões de cimento armado, de cinquenta metros ou mais, como se fossem jazigos destinados a sepultar gigantes. Um cemitério surrealista com certeza. [...] Estávamos em meio das elocubrações quando sentimos um pousar de mão sobre os ombros. Viramo-nos rapidamente. Era o João de Alencar, um companheiro de bate-papo no Banco dos Comunistas. - Veja, companheiro, o dismantelo que o Zé Walter andou fazendo - disse ele de sopetão. Um desastre. Tudo para que o povo não tivesse acesso à Praça (GALENO, 2000. p. 8).

Além das memórias na literatura, as opiniões contrárias à nova feição da Praça eram estampadas nos jornais da época:

Olhando agora, depois de concluída, o jardim implantado na histórica Praça do Ferreira, os canteiros de concreto armado, onde os balanços não emprestaram qualquer leveza; as 'prumadas, de tratamento grosseiro, a emergirem do solo; o 'elemento vivo' sem a exuberância dos trópicos [...] Que sentimentos despertam seus exóticos canteiros? Artificialidade. Rigidez dos blocos de concreto armado. Calçadas inóspitas, os revérberos incômodos; o 'elemento vivo' escasso e pobre. Quase agressividade... (O POVO, 09 jan. 1970, p. 3).

Dessa maneira, a nova configuração da Praça do Ferreira expulsa os seus frequentadores, não existindo mais um sentimento de sociabilidade e convivência que até então era predominante entre os diversos grupos que se reuniam naquele espaço. Essa imagem passa a existir apenas nas memórias dos seus antigos frequentadores, pois os

novos já tem um outro uso e apropriação da praça, completamente diferente daqueles que viram o espaço de suas memórias “desaparecem para ceder lugar a outros estabelecimentos mais lucrativos, como os bancos, armazéns e magazines” (GALENO, 2000, p. 43). Com isso, novas memórias são criadas e antigas reestruturadas, principalmente quando menciona-se o único grupo que se manteve na Praça, o dos idosos formadores das “rodinhas da saudade”.

Eliminai agora, eliminai parcialmente ou modificai em sua direção, sua orientação, sua forma, seu aspecto, essas casas, essas ruas, essas passagens ou mudai somente o lugar que ocupam em relação ao outro. As pedras e os materiais não vos resistirão. Mas os grupos resistirão (HALBWACHS, 1990, p. 136-137).

Assim, pode-se notar a permanência de uma memória saudosista por parte dos antigos frequentadores e conflitos diante das novas utilizações da praça. Pois mesmo diante da nova configuração espacial “não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens” (HALBWACHS, 1990, p. 163). Com isso, desenvolve-se essa memória cristalizada dos “tempos de ouro” da Praça do Ferreira, pois as antigas relações e suas respectivas memórias para com o espaço público resistem e entram em conflito com as novas subjetividades que estão sendo formadas.

A Praça do Ferreira passa duas décadas nessa ordenação espacial e social, enquanto isso a cidade perpassa por um novo movimento, o de globalização e integração nas rotas de turismo nacional e internacional. Assim, Fortaleza investe em vários flancos para se tornar cosmopolita e internacional, alcançando o posto de metrópole na década de 70. A partir disso, a urbe ganha a perspectiva lefebvriana de “promotor de venda” (SILVA, 2001), em que consiste na dominação racional e técnica em detrimento do lado humano da cidade, sempre permeando a perspectiva do mercado e tornando a cidade em uma mercadoria proveitosa.

A partir desse movimento de atração de turistas e capital estrangeiro, na década de 90, o prefeito Juraci Magalhães tem como objetivo o de “ressuscitar Fortaleza” (O POVO, 13/05/1991). Com isso, passa a investir maciçamente em planos e ações de reestruturação urbana que embelezasse a cidade, realizando projetos de manutenção de “praças, parques e demais áreas de lazer da cidade”. Assim, o espaço público que obtém a reforma de maior valor simbólico e afetivo para a cidade foi a “reconstrução” da Praça do Ferreira, ainda considerada por muitos o coração da cidade (MAPURUNGA, 2012).

A ÚLTIMA REFORMA E A MÚLTIPLA CONVIVÊNCIA DE USOS E APROPRIAÇÕES DO LOGRADOURO

Datada do começo da década de 90 (entre 1990 e 1991), a última reforma da Praça do Ferreira marca o desejo de reavivar o espaço como era antes, de uma maneira menos sectária e menos dividida. Esta foi feita na gestão do Prefeito Juraci Magalhães, que além de recuperar os antigos moldes da praça, foi recuperado o poço, foram construídos quiosques nos extremos norte e sul, que lembram os cafés demolidos no começo do século XX, e reerguida a Coluna da Hora, relembrando o antigo modelo num projeto contemporâneo dos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de León.

Era, sem dúvida, a volta da velha Praça: plana, ampla, larga, com os seus passeios, seus bancos, suas árvores. [...] A tradição será, por certo, restaurada. Aparecerão os cafés. Os bancos converter-se-ão em ponto de encontro como no passado, para longas palestras e leitura dos jornais (JOB, 1992, p. 97).

O projeto urbanístico corresponde aos anseios populares de uma Praça do Ferreira que encarnasse a magia que fora no passado, que, para tal, foram consultados os frequentadores do centro. Entretanto, sofre críticas por parte dos meios arquitetônicos, que afirmam que

o projeto fora uma tentativa de reconstruir uma identidade perdida, que na atualidade, afetivamente não significa nada para quem não conheceu a antiga praça. Além disso, não contribuía para a reconstrução da identidade e acabava por destruir os próprios referenciais do tempo em que se vivia (MAPURUNGA, 2012).

A praça, que era ponto de encontro de grandes intelectuais e personalidades da cidade (como a padaria espiritual), e de pessoas em suas roupas formais, além dos marginalizados, vira uma grande via para observação de movimentação, o espaço ganha ambulantes, por exemplo, e todos os prédios viram grandes patrimônios municipais, conservando a memória de um espaço que antes tinha outras tantas funções sociais, já não há a formalidade em estar na praça.

Dessa maneira, as relações com o espaço passam a ser múltiplas, existindo a aderência do grupo ao seu lugar. Em que, ao mesmo tempo em que é um espaço comercial passa a ser também de convivência, pois os remanescentes retornam aos seus bancos e novos frequentadores começam a visitar esse espaço público. Com isso, novas relações e memórias em torno da praça são construídas em confluência com as já existentes, e se não, com aquelas que desapareceram e que reaparecem por meio dos memorialistas. Como, por exemplo, as que aparecem nas publicações contemporâneas do Jornal O Povo:

O auxiliar de serviços gerais João Batista, 63, vive há 30 anos em Fortaleza e conta já ter acompanhado várias mudanças na Praça do Ferreira. 'Antes, tinha o abrigo central, com um movimento grande de pessoas', conta. Depois tudo foi derrubado para dar lugar às feições atuais. 'Mas a praça não mudou nada em termos de conversa sobre futebol e política, isso continua. Por isso, toda a tarde eu estou aqui', emenda o supervisor Marcos Queiroz, 47 (O POVO, 13 abr. 2015, p. 3).

Por meio da observação, ele foi se dando conta de que, no 'coração da cidade', as pessoas se permitem frear, os bancos sempre ocupados, os passos mais lentos, a sombra que aglomera gente: tudo se revelou para Victor a possibilidade de uma Fortaleza menos apressada. Para

ele, a convivência na Praça, pode inspirar o fortalezense a ver a cidade de um modo mais ‘errante’ (O POVO, 13 abr. 2017, caderno Vida & Arte, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das diversas reformas pelas quais a Praça do Ferreira passa, permite-nos a compreensão de como esse espaço é mutável, refletindo diretamente na memória coletiva e individual. Tais memórias interligam-se com as transformações construindo novos usos e subjetividades desse espaço, que são diferentes e estão em disputa constante. Com isso, partindo da ideia de Halbwachs, de que existe uma harmonia e correspondência entre o aspecto dos lugares e das pessoas, é possível indicar gerações e temporalidades que se relacionaram com as várias faces da praça, e realizar comparações com os novos usos e apropriações desse espaço.

Como cada reforma interfere no espaço físico e simbólico da praça, visto que cada objeto encontrado no espaço, delimita uma maneira de ser comum a muitos homens, pois as formas dos objetos que os cercam têm significação e desempenha um papel ativo na memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Dessa maneira, as modificações da praça afetam diretamente as relações dos grupos sociais que a frequentavam, transformando seus usos e apropriações. Como pode ser notado, na primeira metade do século XX, a relação com a praça era de um lugar de lazer, convivência e político, já na segunda metade, passa a ter um sentido mais comercial e com a polêmica reforma de 1968-1969, ocorre o esvaziamento da praça devido à sua descaracterização.

Por fim, a última reforma tenta recuperar essa antiga imagem da Praça do Ferreira, incluindo um espaço similar ao de outrora. Contudo, o movimento de globalização que a cidade perpassa, conseqüentemente, a praça, assim, suas relações são outras. O vínculo dos atuais grupos sociais que frequentam o espaço já reflete outra temporalidade, a ditada pelo comércio e o espaço como um local de passagem e de curto lazer,

e que mesmo assim, entra em conflito com a antiga imagem resistente com os bancos e “rodinhas das saudades” da antiga Praça do Ferreira.

Dessa maneira, as memórias em torno do logradouro sofrem metamorfose constante, pois é um espaço de conflito, no qual, memórias são reconstruídas e ao mesmo tempo são resistentes a ação dos novos usos e apropriações da Praça do Ferreira.

REFERÊNCIAS

CHAVES, Gylmar; VELOSO, Patricia; CAPELO, Peregrina (Org.). **Ah, Fortaleza!:** 1880-1950. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990. 189p.

MAPURUNGA, José. **A construção de uma Fortaleza.** Fortaleza: Editora IMEPH, 2012.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Revista Projeto História.** São Paulo, nº 10, dez. 1993.

SILVA, José Borzacchiello da. **Nas trilhas da cidade.** Fortaleza: - Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

FONTES

O POVO. Fortaleza, CE, 1967-2017.

AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça;** reminiscências. 2. ed. – Fortaleza, UFC/Casa José de Alencar, 1992. 376p.

GALENO, Alberto S. **A Praça e o Povo:** Homens e Acontecimentos que Fizeram História na Praça do Ferreira. – Fortaleza: Multigraf, 2000 – 2. ed. 100p.

JOB, Daniel Carneiro. **Praça do Ferreira:** o inédito, o sério e o pitoresco. 2. ed. Fortaleza: Gráfica Encaixe Ltda., 1992. 102 p.

Gerando conhecimento

Uma narrativa histórica para o Museu Câmara Cascudo

Viviane Cristine Pereira Nunes¹

Glícia Kaliane Lucas Machado de Souza²

Aline Faustino da Silva

Margarida Maria Dias de Oliveira³

INTRODUÇÃO

Equipamentos Culturais dizem respeito edificações destinadas a práticas culturais (COELHO, 1997, p. 164), os quais podem ser exemplificados por: bibliotecas, cinemas, teatros, galerias, museus e outros vários. De acordo com Santos e Davel (2018, p. 10), os equipamentos culturais são importantes a partir do ponto de vista artístico-cultural, social e econômico:

Do ponto de vista artístico-cultural, por se constituírem em um lugar de criação artística e de encontro entre a oferta cultural e o público; do ponto de vista social, por serem espaços capazes de influenciar e qualificar as prá-

1 Graduada em História pela UFRN. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2848974113695315>. Contato: cristineviviane13@gmail.com.

2 Graduada em História pela UFRN. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1135376567551616>. Contato: gliciakalianedesouza@gmail.com.

3 Doutora em História e professora da UFRN. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5565266295414497>. Contato: margaridahistoria@yahoo.com.br.

ticas de sociabilidade vigentes, e ainda do ponto de vista econômico, por mobilizarem a cadeia produtiva da cultura e também por associá-la a outras dimensões econômicas, como o turismo e o comércio.

Neste texto, daremos foco a um equipamento cultural em específico: o museu. O costume de guardar objetos e expô-los é relativamente antigo, mas foi somente no século XVIII, com a criação do museu do Louvre, que surgiu um museu com proposta cultural e recreativa. Hoje, os museus são utilizados também no Ensino, e é preciso adequar o espaço a esse objetivo, o que levanta alguns questionamentos.

Como utilizar o museu em aulas? Como atrair a atenção do aluno quando visitarmos um museu? E como fazer uma exposição fazer sentido aos olhos daqueles que a observam? Esses foram alguns questionamentos que passaram por nossa cabeça ao iniciarmos este trabalho, movidas por uma inquietação que surgiu durante a aula da disciplina de Memória e Patrimônio Histórico, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Com tantas questões em mente, o próximo passo foi observar os museus que havíamos visitado no decorrer da disciplina e selecionar um para aplicar o método do Objeto Gerador (Ramos, 2004). Dentre todos, o escolhido foi o Museu Câmara Cascudo, localizado na Cidade de Natal, cujas exposições estão mais relacionadas aos estudos da Antropologia e das Ciências Naturais. Além da problemática referente a como utilizar este museu nas aulas de História, o Museu Câmara Cascudo, propriedade da UFRN, possui exposições separadas por salas, de modo que torna difícil estabelecer relação - e compreender o todo - entres os objetos expostos na sala.

Posto isso, a problemática principal desta pesquisa é como fazer com que as exposições do Museu Câmara Cascudo se complementem e criem uma narrativa única a partir do Objeto Gerador (RAMOS, 2004)? Tendo por objetivo criar um roteiro das exposições - resultando em uma única exposição, que contemple todas as demais - a partir de um Objeto Gerador (RAMOS, 2004); incentivar

a visitação ao museu a partir da interdisciplinaridade, uma vez que a instituição permite aulas de História, Geografia, Biologia etc.; compreender como os visitantes enxergam a dinâmica do museu.

MUSEU E ENSINO

Os primeiros museus surgem a partir de uma característica humana bastante peculiar: o colecionismo. Apesar de não ser consenso entre os historiadores, há quem acredite que o primeiro museu surgiu ainda no Império Neobabilônico. De todo modo, o colecionismo e exposição parece sempre existir, por mais que com objetivos diferentes. Com o passar das eras, os museus sofrem mudanças, mas sempre mantendo relação com a preservação da memória.

E atualmente, o que é considerado um museu? Buscando alcançar a resposta a esta pergunta, reunimos algumas definições a partir de especialistas e da legislação. Para Desvallées e Mairesse (2013, p. 64),

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade [...], aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição.

Já de acordo com a Lei 11.904/2009,

Consideram-se museus [...] as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

A partir das duas definições apresentadas, é possível perceber que o museu parece não estar ainda tão próximo da população em geral. Talvez esse equipamento cultural seja pouco valorizado justamen-

te por estar voltado a atender necessidades, aparentemente, muito específicas de um determinado recorte da sociedade. Nas duas definições, o museu não aparece como um objeto de lazer a ser contemplado aos domingos e finais de semana. Claro, existe a função de comunicar, mas esta função está sendo feita corretamente, uma vez que os museus não conseguem alcançar a população em geral?

Talvez devido ao exposto anteriormente, hoje os museus são muito mais voltados a dois tipos de visitantes: estudiosos sobre a temática abordada no museu e escolas do ensino básico. Desse modo, os museus podem ser ferramentas importantes para a formação de crianças e adolescentes, tendo que se adequar, também, a linguagem e necessidades deste público alvo.

Mas será que isso é o que normalmente acontece? No período em que éramos alunas do ensino básico, visitamos alguns museus da nossa cidade em atividades escolares. Apesar de serem museus com temáticas diferentes, poderíamos descrevê-los todos da mesma forma: chegávamos em fila, nos amontoávamos em alguma sala e aguardávamos o guia, este que passaria os próximos 60 a 120 minutos falando sem parar e respondendo a algumas questões pontuais levantadas pela professora - raramente por nós.

Na época, era divertido andar pela cidade com os amigos, assim como visitar os espaços museais, observar os objetos antigos e as histórias que contavam. Mas hoje, enquanto estudantes da licenciatura em História, percebemos que pouco era o proveito verdadeiro que se fazia do museu. Cada ambiente de ensino tem suas particularidades, mas acreditamos que todos devem estar pautados na construção do conhecimento junto com o aluno, não somente em expor várias informações.

O MUSEU CÂMARA CASCU DO

Luís da Câmara Cascudo nasceu em Natal, em 30 de dezembro de 1898, se tornando um intelectual do Rio Grande do Norte. Cascudo foi, também, um antropólogo dedicado a estudar a cultura brasileira.

Seus estudos influenciaram pensadores da época, além de ser estudado e divulgado na academia norte riograndense na época. Câmara Cascudo também foi professor da Faculdade de Direito, hoje sendo o curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O Museu Câmara Cascudo da UFRN foi inaugurado em 22 de novembro de 1960 sob o nome de Instituto de Antropologia. Foi o primeiro Centro de Pesquisa do Rio Grande do Norte voltado para as Ciências Humanas e Naturais. O objetivo do instituto era estudar áreas ainda pouco desenvolvidas no Rio Grande do Norte como paleontologia, arqueologia e antropologia cultural. Em 1973, após uma reforma, o local deixou de ser um instituto e transformou-se em um museu homenageando Cascudo. Ainda enquanto Instituto, o prédio era dividido em salas, cada uma responsável por estudar uma determinada área.

Desde a década de 1960 algumas coisas mudaram na disposição do museu, mas a divisão de algumas salas continuam preservadas. Existem exposições permanentes e temporárias, além de uma infinidade de objetos guardados em reserva técnica. Atualmente o prédio conta com dois pavimentos, sendo um térreo e um primeiro andar, e é uma das principais vitrines do trabalho da UFRN.

Atualmente o museu conta com o trabalho dos alunos de diversas áreas de estudo da UFRN. A partir do relato de uma funcionária do local, ficou claro que o principal perfil de visitantes do museu são pessoas relacionadas à UFRN - professores e alunos da instituição - e alunos do Ensino Básico. Assim, mais uma vez voltamos à problemática inicial: estariam os museus preparados para construção do conhecimento em seus espaços?

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

De acordo com o *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999), a educação patrimonial pode ser definida como um processo metódico que se utiliza do patrimônio cultural como fonte primária

do conhecimento através do contato e da experiência. Essa forma de educação busca possibilitar a construção do conhecimento, de identificação e de um sentimento de valorização do bem cultural, de forma que a sua utilização seja melhor realizada e ocasione a contínua geração de novos conhecimentos.

Esse instrumento de educação não se desvela ao acaso. Como parte de um processo empírico e científico de aprendizagem, possui um método próprio, que dispõe a maneira através da qual a educação à partir do patrimônio se constituirá. Essa metodologia específica pode ser aplicada a qualquer vestígio material ou manifestação de cultura, desde que ela seja resultante do processo de interação entre o sujeito e o ambiente onde vive.

É importante pontuar, antes de iniciar a parte “prática” da atividade, que é no processo de planejamento que ela começa a se desenhar. O professor precisa, antes de tudo, pensar nos objetivos que pretende alcançar com a realização da atividade proposta, definindo quais são as habilidades e conhecimentos que deseja que os alunos construam por meio da investigação do patrimônio.

Segundo a metodologia da educação patrimonial, para a investigação de um objeto cultural é necessário que sigamos passos visando uma construção progressiva do conhecimento. Partindo das características externas do bem e caminhando até a sua dimensão simbólica. Assim, ao planejar uma atividade que envolva essa metodologia, é importante iniciar a investigação a partir dos aspectos físicos do objeto, estimulando a percepção dos materiais e da forma que o constitui. Partindo disso, o processo segue em cima de uma reflexão sobre os usos e funções que possui, como foi desenvolvido e qual é o seu valor e significado. Para responder as perguntas realizadas no momento da investigação, é fundamental que a observação, a discussão e o estudo sejam direcionados, de maneira que possam ser

elencadas possíveis conclusões e, conseqüentemente, seja construído o conhecimento sobre o objeto cultural em questão.

OBJETO GERADOR

Escrito a partir de um conjunto de anotações relativas à experiência do autor como professor do Departamento de História da UFC e Diretor do Museu do Ceará, o livro “A danação do objeto - o museu no ensino de História” é um compilado de reflexões realizadas por Francisco Régis Lopes Ramos em relação ao que experienciou na sua prática profissional ao longo dos anos.

Ramos parte da pedagogia de Paulo Freire, que elaborou uma maneira de alfabetizar adultos tomando como base as “palavras geradoras”, isto é, palavras que fossem significativas para o cotidiano dos alunos a serem alfabetizados. Assim, aprenderiam não somente a ler e escrever, mas também refletiriam sobre suas realidades. Baseando-se nisso, Francisco Régis reelaborou a pedagogia das palavras geradoras para construir a sua, relativa ao trabalho não com palavras, mas com objetos geradores.

Para utilizar esta metodologia, o professor realizaria uma pesquisa e escolheria um objeto que fosse significativo para o seu público, motivando um exercício de leitura de mundo a partir do objeto selecionado. Assim, constitui-se como objetivo principal do trabalho com o conceito de objeto gerador motivar reflexões sobre as relações entre o sujeito e o objeto, historicizando seus usos e funções ao longo do tempo.

A proposta de Ramos visa um esforço no aprofundamento das relações entre pesquisa histórica, ensino de história, museologia e a pedagogia de Paulo Freire, construindo o que ele chama de “alfabetização museológica”. Uma vez escolhido o objeto gerador, é interessante que se realize um exercício que possibilite a compreensão do objeto em sua complexidade, sendo a criação de uma

narrativa uma maneira interessante de evidenciar as tramas entre os objetos, o passado e o presente.

Mas, afinal, qual a importância do uso da pedagogia do objeto gerador? Segundo Ramos (2004, p. 35)

Procedimentos dessa natureza desenvolvem o saber histórico através dos objetos, criam condições para a constituição de problemáticas históricas a partir do cotidiano vivido. Desse modo, vai se compondo uma pedagogia dos objetos como prática envolvida na pedagogia da pergunta e da indignação.

Reconhecendo a importância de proporcionar aos visitantes dos museus uma experiência que seja significativa e a partir da qual eles possam refletir sobre o seu cotidiano tomando como base as experiências do homem no passado, resolvemos utilizar tanto a metodologia de Francisco Régis Lopes Ramos quanto as orientações dispostas no Guia Básico da Educação Patrimonial como base para o nosso trabalho.

O OBJETO GERADOR APLICADO AO MUSEU CÂMARA CASCUDO

Nossos objetivos de aprendizagem são refletir a partir do objeto gerador e das perguntas guia sobre como se deu a ocupação humana do território norte riograndense ao longo do tempo; perceber de que forma as experiências do passado escravista se refletem no cotidiano do brasileiro atualmente.

O público alvo são os visitantes em geral do Museu Câmara Cascudo, que em sua maioria se constituem de público escolar (ensino fundamental e médio). Além disso, partimos do pressuposto de que a maioria da população brasileira é formada por pretos e pardos, o que foi levado em consideração para as provocações feitas durante a visita.

PROPOSTA DO DESENVOLVIMENTO DA VISITA

O objeto gerador escolhido por nós é uma réplica de dente humano. Desta forma, a ideia geral é que os alunos descrevam o objeto através da percepção visual, apontando que o objeto é um dente e o dente por sua vez é um osso humano. Em seguida, perguntaremos qual a função dos dentes nos seres humanos e se essa função permanece hoje em dia ou há alguma modificação com o passar do tempo na arcada dentária - pensando especificamente na inutilização do dente do siso ao longo do processo evolutivo humano.

A partir disso, perguntaremos aos visitantes o que esse dente tem a ver com o fóssil de Preguiça Gigante: O que vocês veem aqui? De que material isso é feito? Ele está completo ou falta alguma parte? Por que vocês acham que falta essa parte? De quando é esse fóssil/bicho/ossada? Esse animal vive hoje em dia ou só viveu antigamente? Onde vocês acham que ele vivia? Como vocês acham que ele vivia? Havia alguma “companhia”? (A depender da idade do público, relacionar com o filme A Era do Gelo).

A partir dos questionamentos, seguir para a exposição sobre mamíferos. Utilizar o esqueleto de elefante exposto para questionar se ele relaciona-se de alguma forma com a preguiça. Devido ao filme “A Era do Gelo”, podem dizer que lembra um mamute ou ir direto para a compreensão de que se trata de um elefante; de todo modo, é possível relacionar a existência dos dois partindo das questões: por que mamutes e elefantes são similares? São os mesmos animais? O que muda entre eles? Por que muda? O que nos levaria à explicações sobre a evolução. Questões similares seriam elaboradas quando falássemos de cetáceos e outros quadrúpedes, até finalmente chegarmos ao ser humano.

Falaremos, então: “Percebemos que estes animais evoluíram e suas espécies já vivem há muito tempo na Terra. Vocês acreditam que com o ser humano foi o mesmo ou ocorreu de maneira dife-

rente? Por que o ser humano conseguiu se desenvolver mais do que outros animais? Sabem qual a função da História?”

Seguindo a partir desta última pergunta, onde perceberão que o estudo da História é o Estudo do Homem e suas organizações sociais no tempo, questionaremos sobre ações problemáticas e/ou revolucionárias obtidas a partir da ação do Homem.

Após ouvir suas respostas, seguiremos para a exposição sobre o engenho, onde há uma grande moenda ao centro da sala. “Sabem o que é esse objeto? Para que vocês acham que servia? Vocês percebem esse objeto como problemático ou revolucionário? Por que um e não o outro? O objeto pode significar as duas coisas? Ele parece funcionar sozinho ou precisava de alguém para operar? Quem operava essa máquina? Como você imagina que eram as pessoas que operavam essa máquina? Como imaginam que era a vida dessas pessoas? Onde eles moravam?”

Por fim, encaminharemos a discussão e a reflexão sobre o cotidiano das pessoas negras no Brasil Colônia e as pessoas negras de hoje em dia, percebendo as rupturas e continuidades provocadas pelo regime de escravidão e realizando um exercício que mobilize a empatia histórica: “Você se acha parecido com essas pessoas? Quais as semelhanças e diferenças entre você e eles? Seu cotidiano é parecido com o deles? Como você acha que a vida deles influenciou a sua?”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na experiência de reflexão e construção presentes neste trabalho, percebemos que as possibilidades de reelaboração da maneira em que as visitas museais se configuram são múltiplas, podendo ser pensadas tanto a partir dos objetivos do museu quanto tendo em vista o planejamento e os objetivos específicos do professor de história para essas visitas.

Um outro ponto importante foi perceber o quanto o trabalho do historiador pode fazer a diferença na hora da construção da narrativa de um museu. O Museu Câmara Cascudo, ainda que seja voltado para as ciências naturais, poderia também ter uma visitação voltada para a constru o do conhecimento histórico através da metodologia específica da educa o patrimonial atrelada ao método histórico.

  importante salientar que o conhecimento histórico e a aprendizagem significativa não se d o apenas dentro da sala de aula, mas também através de conhecimentos construídos através das m dias digitais, olimpíadas científicas, estudos do meio, obras audiovisuais, enfim, em diversos locais, e que em um contexto de disputas de narrativas nos mais variados espaços,   tarefa do historiador buscar se utilizar das mais variadas ferramentas para ocupar qualitativamente essas lacunas. Em contrário, esses espaços serão ocupados por pessoas que não conhecem o método histórico e não possuem compromisso com essa maneira de construir conhecimento, abrindo margem para discursos ideológicos que impulsionam fen menos como o negacionismo.

Um recorrente incentivo   visita o da popula o local nestes espaços, ampliando o público do museu para além dos estudantes do ensino básico, contribui para a constru o de uma rela o do indivíduo com a cidade e o estado onde mora, percebendo quem eram os homens que viveram aqui antes dele e como viveram, além de refletir sobre como essa experiência humana no tempo impacta diretamente na maneira em que se vive hoje em dia neste mesmo espaço, mas em condi es diferentes. Outrossim,   a partir do reconhecimento e da identifica o da sociedade com seus bens culturais que eles se referendam enquanto patrim nios, ainda que seus usos e fun es sejam ressignificados. Assim, proporcionar esse contato entre os bens e a popula o fortalece as rela es de memória e identidade social, contribuindo de maneira importante para as reflexões sobre a realidade do mundo em que se vive hoje.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 15 jan. 2009.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural. Cultura e Imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Ed. Argos: Chapecó, 2004.

SANTOS, Fabiana Pimentel; DAVEL, Eduardo Paes Barreto. Gestão de Equipamentos Culturais com base na Identidade Territorial. **Gestão & Conexões**, v. 7, n. 2, p. 7-42, 2018.

Os Torpedeamentos Brasileiros na Segunda Guerra Mundial (1942)

O olhar dos Jornais Britânicos

Lara Lima Resende¹

INTRODUÇÃO

No advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil vivia sob o regime de Estado Novo governado por Getúlio Vargas (1882-1954) e com controle dos meios de comunicação através da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), atrelado ao enaltecimento da imagem do líder.

No começo do conflito mundial, o governo brasileiro manteve-se neutro quanto a sua decisão de posicionamento político. Esta determinação permeava devido às relações comerciais que o Brasil tinha. Enquanto ele era um parceiro comercial dos Estados Unidos, mantinha, ao mesmo tempo, um comércio de armas com a Alemanha, na época a detentora na fabricação de produtos bélicos. Esta posição de neutralidade custou a Vargas, no decorrer da guerra, ameaças e pressões de ambos os países.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e atuante do Grupo de Estudo do Tempo Presente (GET/UFS). <http://lattes.cnpq.br/2278389499957686>. E-mail: lara@getempo.org.

Além disso, havia a dos próprios integrantes do governo Vargas. O ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha (1894-1960), defendia a aliança Brasil e Estados Unidos. Para ele, seria próspera ao país no quesito da industrialização brasileira tão necessária e requisitada. No entanto, o ministro de Guerra, Eurico Gaspar Dutra, defendia o estreitamento de alianças entre Brasil e Alemanha. Para ele, pensando no aperfeiçoamento do Exército, o comércio bélico que o país já mantinha com os germânicos era essencial e próspero ao armamento brasileiro a fim se defender de possíveis ataques inimigos.

Desta forma, com ataque de Pearl Harbor, em 1941, culminou na entrada definitiva do EUA na guerra. Posteriormente, com o crescimento dos acordos comerciais entre os norte-americanos e brasileiros, o Brasil rompeu laços diplomáticos com a Alemanha em 1942 e estava restrito aos Estados Unidos. Contudo, essa decisão brasileira acarretou ataques germânicos no litoral brasileiro. O maior deles ocorreu em agosto de 1942 na costa de Sergipe e Bahia. Resultando, assim, em mortes de tripulantes e passageiros, como também a entrada definitiva do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Sendo assim, esse texto discute o desenrolar da política diplomática econômica brasileira no contexto dos torpedeamentos. E, atrelado a isto, a visão dos periódicos britânicos quanto a sua nova posição política brasileira. Como fonte dessa pesquisa, foram analisados jornais britânicos constantes na documentação do Itamaraty.

OS RUMOS BRASILEIROS

A partir de 1937, Getúlio Vargas tornou-se presidente do Brasil sob o governo de Estado Novo (1937 – 1945). A partir disso, Vargas convocou sua própria Constituição (1937) e adotou um regime autoritário, nacionalista e centralizador no Brasil (MAYNARD, 2019, p. 93). As liberdades de expressão foram rompidas, os jornais passaram a ser controlados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda

(DIP), sob rígida investigação. A ele cabia “a elucidação da opinião nacional sobre diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura” (NUNES, 1996, p. 73). Além disso, os partidos políticos foram extintos e a repulsa ao comunismo alimentada.

Durante o regime e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, dentro do seu governo, Vargas teve duas figuras-chaves e, posteriormente, notórias quanto aos rumos brasileiros no conflito mundial. A primeira delas era o ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha (1894-1960); político, diplomático e advogado brasileiro. A segunda era o ministro de Guerra, Eurico Gaspar Dutra (1883 – 1974). Ambos tinham visões diferentes quanto à posição que o Brasil deveria adotar nos tempos que estavam por vir. Aranha era um grande defensor e apreciador dos Estados Unidos. Na sua visão, a aliança entre os dois países seria a chave para a industrialização brasileira e a infraestrutura de transporte. Como observou Neil Lochery:

No início da Segunda Guerra Mundial, o Brasil ainda era um país extremamente subdesenvolvido. Em 1940, dois terços dos brasileiros eram analfabetos, quase 70% da população vivia em áreas rurais e as comunicações e os sistemas de transporte muito rudimentares da nação deixavam grandes partes do país isoladas ao extremo (LOCHERY, 2015, n.p.).

Por outro lado, Dutra, conhecido pela sua admiração ao nazismo, reafirmava a necessidade da aliança com a Alemanha devido ao país ser uma potência na produção bélica e, contudo, a necessidade do Brasil em desenvolver seu Exército que ainda se utilizava de armamentos antiquados. Além disso, o comércio já existente entre os dois países, no qual o Brasil importava armas alemãs, era positivo para ambas as nações. Sendo assim:

[...] o Brasil desfrutava de uma relação razoavelmente forte – e muito lucrativa – com a Alemanha. A forma como o comércio organizado convinha ao Brasil, pois Berlim

concordara com condições de pagamento especiais para os brasileiros. O desejo por parte dos militares brasileiros de comprar armas alemãs e a disposição de Berlim de vende-las ao Brasil eram centrais para esse comércio (LOCHERY, 2015, n.p.).

Essa dualidade, até então, não preocupava Vargas. Ele sabia que se pudesse manter uma relação com os dois países ao mesmo tempo seria o principal fator para modernizar o país. No entanto, essa política do presidente era contrária a de Franklin Roosevelt (1882 – 1945), o então presidente dos Estados Unidos. Roosevelt implementara a Política de Boa Vizinhança nos países da América Latina. Seu objetivo era aumentar a segurança dos Estados Unidos ao salvaguardar a região das influências estrangeiras hostis (LOCHERY, 2015, n.p.). Desta forma, esta política se baseava no implemento de políticas econômicas, políticas e culturais no Brasil das quais serviriam para aproximar os dois países e, assim, concretizar uma aliança. Em consequência, o Brasil deixaria de lado suas alianças com a Alemanha.

BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Aranha sabia que o rompimento com a Alemanha teria consequências fortes à economia brasileira. Visto que, o Brasil trocava matérias-primas produzidas das quais a Alemanha carecia. Porém, ele considerava primordial a aliança norte-americana pelo desenvolvimento econômico, mas também pela área geoestratégica. Vargas, porém, sabia que as alianças com os dois países rivais não iriam ser duradouras. Ele tinha consciência que, em algum momento, deveria tomar uma decisão concreta.

Desta forma, em 10 de junho de 1940, o presidente proferiu um discurso aos membros do seu gabinete o qual fez comentário menosprezando os direitos individuais dos cidadãos, o liberalismo e a democracia. Assim:

Felizmente, no Brasil, criamos um regime adequado às nossas necessidades, sem imitar outros nem filiar-se a qualquer das correntes doutrinárias e ideológicas existentes. É o regime da ordem e da paz brasileira, de acordo com a índole e a tradição do nosso povo, capaz de impulsionar mais rapidamente o progresso geral e de garantir a segurança de todos (LOCHERY, 2015, n.p.).

De certo, este discurso era uma forma de pressionar os Estados Unidos a fim de conseguir o apoio financeiro para a modernização da siderurgia brasileira. E, de certa maneira, funcionou. Após seu discurso de aparência pró-Eixo, os Estados Unidos ficaram receosos dos rumos políticos brasileiros. Havia o interesse da empresa alemã *Kumpp* em financiar a construção da usina siderúrgica no Brasil. Sendo assim, Vargas e Aranha usaram de armadilhas para intimidar o embaixador norte-americano no Brasil, Jefferson Caffery (1886-1974), e o secretário de Estado dos Estados Unidos, Cordell Hull (1871 – 1955), a fim deles cederem os empréstimos para construí-la. Após negociações e jogos de interesses, o empréstimo foi concedido pela *Export-Import Bank* e em 30 de janeiro de 1941 fora assinado o decreto aprovando a construção da usina siderúrgica nacional e o estabelecimento da Campanha Siderúrgica Nacional (LOCHERY, 2015). Posteriormente, fora iniciada a construção da usina de Volta Redonda.

Arelado a isso, a política de Boa Vizinhança dava prosseguimento aos objetivos de Roosevelt. Para reafirmá-la, o governo norte-americano criou o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA)² e concedera a Nelson Rockefeller (1908-1979), empresário e filantropo norte-americano, o cargo de supervisor das relações comerciais, culturais e públicas dos Estados Unidos com a América Latina. Oficialmente, Rockefeller trabalhava para Sumner Welles (1892 – 1961), subsecretário de Estado dos Estados Unidos, cujo atuava no programa da Política de Boa Vizinhança.

2 No dia 16 de agosto de 1940, foi criado o Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas. [...] No ano seguinte, [...], a agência mudaria para o nome de The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA). (TOTA, 2000, p. 49).

Apesar dos desentendimentos, todos sabiam que o Brasil era o foco dos interesses americanos na América Latina. Isto porque: a importância estratégica do litoral do Nordeste brasileiro, da qual os Estados Unidos desejavam usar como base para seus submarinos devido a possíveis ameaças dos alemães ao continente americano pelo efeito da população imigrante alemã no sul do país. Além disso, o Brasil era uma rica fonte de borracha, matéria-prima da qual os Estados Unidos precisavam para seus esforços de guerra.

Todavia, em 7 de dezembro de 1941, a base militar americana de Pearl Harbor, no Havaí, foi atacada pelos japoneses provocando a entrada direta dos Estados Unidos no conflito mundial. Aranha, ao ter conhecimento do ataque, acreditava que o presidente brasileiro deveria se manifestar em solidariedade ao governo norte-americano visto que, na visão do diplomata, ele tinha incertezas quanto à preparação militar brasileira caso também fosse alvo de ataques e, de certa forma, asseguraria, naquele momento, uma aliança indireta. De certo, Vargas proferiu em solidariedade aos EUA. Mesmo assim, o governo norte-americano sabia que esta decisão brasileira não significava o verdadeiro apoio esperado. O desejo de Roosevelt ao Brasil seria a entrada concreta no conflito.

Em meio às questões políticas, estava agendada uma conferência dos ministros das Relações Exteriores de toda a América em janeiro de 1942. Ela tinha como finalidade o rompimento de relações dos países latino-americanos com as potências do Eixo.

A CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A conferência iniciou em 15 de dezembro de 1942 no Rio de Janeiro. Nesta reunião, o objetivo dos EUA era romper todas as relações dos países latino-americanos com Eixo. Entretanto, o Chile

e Argentina não eram favoráveis a essa decisão. O primeiro tinha relações econômicas com os japoneses e não pretendiam cessá-las. Enquanto o segundo, o país tinha fortes alianças políticas e ideológicas com o Eixo, sendo elas agressivas e expansionistas. Sendo assim, o Brasil tinha receio de quando declarasse a ruptura formal com Eixo viesse à tona fortes consequências provenientes da aliança Argentina e países do Eixo. Além disso, os embaixadores da Alemanha e Japão no Brasil deixaram claro a Aranha que se o Brasil rompesse com o Eixo resultaria no conflito direto.

Como previsto, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo e concretizou a aliança com os EUA indo a público em 29 de janeiro de 1942 após o fim da conferência. Visto isso, o país recebeu mantimentos de guerra como parte do acordo e necessidade. Desta forma, o governo norte-americano ofereceu recursos monetários com finalidade na ajuda do desenvolvimento de matérias-primas no Brasil (LOCHERY, 2015, n.p.). Além disso, foi garantido o financiamento nas exportações de café e cacau. Estes acordos ficaram conhecidos como os Acordos de Washington firmados em 3 de março de 1942.

Sendo assim, visto a esse acordo, o governo brasileiro consentiu a instalação de militares americanos no Nordeste do Brasil tão requisitado pelo governo Roosevelt. No entanto, em fevereiro e março de 1942, a Marinha alemã afundou quatro navios brasileiros na costa dos Estados Unidos (LOCHERY, 2015, n.p.). Isto se deve ao fato de punir o país pela sua decisão de romper laços e, além disso, a Alemanha acreditava que o Brasil era muito dependente da economia norte-americana e os ataques resultariam em instabilidade econômica para ambos os países. Com isto, o governo brasileiro logo sentiu na economia as consequências destes ataques às navegações com suprimentos e combustível. Assim, a presença militar norte-americana na costa brasileira foi concretizar a fim de expulsar a presença de submarinos inimigos. Porém, mesmo assim, os ataques e afundamentos ainda permeavam.

S TORPEDEAMENTOS BRASILEIROS

Entre os dias 15 a 17 de dezembro de 1942, cinco navios mercantes brasileiros foram torpedeados pelo *U-boat* alemão, U-507, na costa de Sergipe e Bahia. Os torpedos ocorreram separadamente e em sequência, sendo os navios: Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba e Arará; respectivamente. Os ataques resultaram em mais de seiscentas mortes entre tripulantes e passageiros. Vargas, após o conhecimento dos ataques, na manhã de 18 de agosto de 1942, proferiu o seguinte discurso no Palácio da Guanabara (RJ): “O Brasil vai agir com máximo vigor para punir os criminosos do Eixo pelo torpedeamento e naufrágio de cinco navios brasileiros”³ Sendo assim, em 22 de agosto, oficialmente, o Brasil estava em guerra contra a Alemanha e Itália. Em decorrência disto, as políticas do governo norte-americano estava a todo a vapor a fim de instalar uma força conjunta de base militar no Nordeste brasileiro como finalidade de defesa do território nacional e costeira. A base seria um ponto importante de escala de aviões a caminho da África e, posteriormente, Europa. Sendo, desta forma, uma das mais movimentadas durante a guerra.

Arelado a interesses militares, o Brasil, com a sua entrada definitiva na guerra, tinha interesses políticos e diplomáticos dos quais visava, principalmente, no pós-guerra. Vargas tinha interesse em participar ativamente das tomadas de decisões das questões políticas mundiais no pós-guerra. Ou seja, ele tinha interesse em adotar um ligar definitivo nas Nações Unidas. Além disso, na sua concepção, os acordos comerciais entre EUA e Brasil permeariam contribuindo, assim, com o desenvolvimento econômico do país. Para Aranha, o preço do apoio brasileiro seria um amparo aos Estados Unidos na transformação do Brasil em uma potência – política, econômica e militar- dominante na América do Sul (LOCHERY, 2015, n.p.). No entanto, mesmo com o fim da guerra, nada foi concretizado quanto à

3 NARA/RG165/299, Arquivo do Departamento de Guerra, Divisão de Inteligência Militar, recorte do jornal, 19 ago. 1942.

participação brasileira nas tomadas de decisões de caráter mundial. Muito menos se haveria um acordo comercial duradouro.

OS JORNAIS BRITÂNICOS

Após a mudança dos rumos brasileiros e a entrada do Brasil na guerra junto aos Aliados, periódicos britânicos tomaram alguns juízos quanto à mudança brasileira. Esses jornais, de diferentes tendências, noticiavam, em sua grande maioria, alegações afirmativas quanto a aliança Brasil-Estados Unidos. Nesta pesquisa, os jornais foram analisados, fichados e separados sob categorias de vieses políticos e econômicos (grande maioria).

Em primeiro lugar, àqueles analisados quanto às questões econômicas foram: *Jornal Economist*, *Statist London*, *New Times London*, *Farmer's Weekly London*, *Anchester Guardian*, *Inverstor's Chronicle London*, *Calvacade London* e *The Financial News*. O *The Economist* tinha caráter liberal, com apoio ao liberalismo clássico e econômico, ao livre-comércio, imigração livre e liberalismo cultural sendo o público alvo os líderes e executivos políticos. Enquanto o *Farmer's Weekly London* era voltado ao desenvolvimento agrícola britânico, europeu e mundial. Já o *Time and Tide London*, na década de 20, abordava crítica política, literária e assuntos de cunho esquerdista e feminista. Posteriormente, sob nova direção, passou a ser de cunho conservador. E o *The Tablet* fora conhecido por, inicialmente, ser de cunho católico.

As notícias proferidas por estes jornais alegavam que os EUA ganharam um grande aliado com enorme acervo de matérias-primas resultando, em troca disso, em avanços industriais ao Brasil. Além disso, boa quantidade de recursos que havia no Brasil provinha dos EUA e após a entrada norte-americana na guerra houve uma intensificação no fluxo desses recursos. Além disso, o níquel, diamante bauxita, manganês, açúcar, gado, tabaco, borracha, milho, café, algodão, carne,

couro, peles e carnaúba foram responsáveis por $\frac{3}{4}$ da exportação brasileira. No entanto, o *Statist London*, por exemplo, afirmava que seria difícil estimar a relevância econômica do Brasil na guerra. Mas, a Alemanha e Itália tiveram seus interesses suprimidos. Já o Brasil teria um crescimento no comércio, principalmente se entrasse nas Nações Unidas e, com isso, resultaria numa possível exclusão dos países do Eixo.

Desta forma, é possível perceber que, de fato, o Brasil preocupava-se quanto à aliança norte-americana no pós-guerra. O governo brasileiro queria a todo custo prosseguir com essa aliança e para concretizá-la, o país intensificou a exportação de borracha aos EUA. Assim, o mês de junho, em 1943, ficou conhecido pelo “Mês da Borracha” visto a forma da qual o Brasil demonstrava o quanto queria permanecer com este acordo comercial. Porém, essas ações não cediam por completo os EUA e, conseqüentemente, eles não deixavam claro se, de fato, após a guerra a aliança da qual o país almejou no pré-guerra pelos seus objetivos próprios iria prosperar.

Em segundo plano, o jornal *Evening News* argumentou que a população brasileira não entendia o porquê dos alemães, até então parceiros comerciais do Brasil, terem atacado os navios e, forçadamente, terem o posto na guerra contra a Alemanha. Não obstante, ele ainda salienta que o país germânico não entendia de diplomacia, muito menos se importava com ela, visto aos ataques surpresas feitas à nação. O Ministério das Relações Exteriores da Alemanha não mediu as conseqüências deste ataque. Já o *The Financial News* aconselha que o Brasil facilite as diretrizes econômicas aos Estados Unidos visto a sabedoria deles e maior poder de estratégia.

À vista disso, pode-se concluir que: a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados foi vista positivamente pela imprensa. No entanto, o ponto referencial para qualquer e possível desenvolvimento brasileiro seria de mérito norte-americano. O primeiro plano, e mais importante, nas visões dos jornais, seria o apoio e as vantagens que o

governo norte-americano ganharia a partir das exportações brasileiras. Já no caso do Brasil, ele poderia adquirir certa vantagem quanto à aliança. Mas, em nenhum momento, seria de tamanha proporção quanto à norte-americana visto ao seu poderio global em todas as esferas; política, econômica e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Segunda Guerra Mundial acabou em 2 de setembro de 1945 com a vitória dos Aliados. Aos países do Eixo tiveram suas respectivas consequências após o conflito. Mas, em particular, a Alemanha ficou em situação de pobreza e, contribuindo a isso, grandes dívidas provenientes ao seu estado pós-guerra. No Brasil, antes do fim do conflito, Aranha renuncia ao seu cargo de ministro das Relações Exteriores do Brasil por motivos de conflitos internos do governo brasileiro. Nada que pudesse, até então, prejudicar a política externa do país.

De certo, as esperanças do governo brasileiro após o término da guerra eram de positividade quanto aos acordos firmados com os Estados Unidos durante a guerra. No entanto, determinados fatores resultaram em diferentes rumos ao país. Tais quais: o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Caffery, grande ponte para firmamento de acordos entre os dois países, assumiu a embaixada de Washington em Paris. Cordell Hull e Sumner Welles saem dos seus cargos; secretário de Estado dos Estados Unidos e subsecretário de Estado dos Estados Unidos, respectivamente. E, essa saída deles, de fato, comprometia os rumos da política brasileira com o governo norte-americano visto que os dois tinham papéis decisórios a fim dos EUA ceder a determinados acordos. Além disso, Rockefeller assume o cargo de secretário do Estado, antigo posto de Hull, e acabou não priorizando a antiga política de Boa Vizinhança da qual tão almejava na época do conflito. Não obstante, em 12 de abril de 1945, Roosevelt morre devido a um derrame. A autoridade responsável, até então, pela continuidade

dos acordos entre os dois países não existia e os objetivos acabaram sendo mudados devido aos rumos inesperados que os Estados Unidos tomaram. Conforme expresso por Tota (2011, p. 190), a “fábrica de ideologias” havia sido fechada. Não tinha mais serventia.

Em suma, quanto aos jornais, em sua grande maioria, conclui-se que o cerne da aliança provém dos Estados Unidos. A potência, de certo modo, era o a atriz principal. Enquanto o Brasil agia de forma coadjuvante com sua finalidade de suprir os Estados Unidos com determinados materiais dos quais o país não detinha. Com isso, em forma de retribuição, o Brasil ganharia certa notoriedade, demandas de produtos que o país carecia durante a guerra, como produtos bélicos. Isso somente enquanto aquela aliança fosse necessária ao governo norte-americano. Posteriormente, como citado, os rumos políticos mudaram. O Brasil não teve decisões nos assuntos de paz no pós-guerra como tanto almejava. Muito menos cresceu quantitativamente no desenvolvimento tecnológico. De certo, o país teve seu momento de triunfo no período do conflito. Após ele, teve que crescer por conta própria. Ou seja, “unidos, mas distintos como soldados de pelotão.”⁴

REFERÊNCIAS

LOCHERY, Neil. **Brasil, os frutos da Guerra**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2015.

MAYNARD, Dilton. Noites de terror em mar e terra: o cotidiano em Aracaju (1942-1945). *In*: PEDREIRA, Flávia (Org.). **Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial**. São Paulo: LTCE Editora, 2019, p. 200.

NUNES, José Luiz. Rádio e Cinema no Estado Novo: a criação do DIP. **Estudos Ibero-americanos**. PUC – Rio Grande do Sul, v. XXII, n. 1, p. 71-75, jun. 1996. Op. cit. 73.

TOTA, Pedro. Segunda Guerra Mundial. *In*: MAGNOLI, Tito (Org.). **História das Guerras**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

4 Luís da Câmara Cascudo, Sociologia do açúcar (Pesquisa e dedução), p. 393.

FONTES

ANCHESTER GUARDIAN, 29 de agosto de 1942, nº 496.

CALVACADE, LONDON, 29 de agosto de 1942, nº 496.

ECONOMIST, LONDON, carta feita no dia 25 de agosto de 192. Publicada em 29 de agosto de 1942, nº 196

EVENING NEWS, 27 de agosto de 1942, numeração não identificada.

INVESTOR'S CHRONICLE LONDON, 29 de agosto de 1942, nº 496.

FARME'S WEEKLY, 28 de agosto de 1942, nº 496.

JORNAL ECONOMIST, carta feita no dia 25 de agosto de 192. Publicada em 29 de agosto de 1942, nº 196.

NEW TIMES LONDON, 29 de agosto de 1942, nº 496.

STATIST, LONDON, 29 de agosto de 1942, numeração não identificada.

THE FINANCIAL NEWS, 26 de agosto de 1942, numeração não identificada.

THE TABLET, 29 de agosto de 1942, numeração não identificada.

Nas nuances de uma motocicleta, uma oposição que se acelera

A Nuestra America pelas lentes de Ernesto Guevara de la Serna (1952)

Kátia Daniela Gomes Honorato¹
Rômulo Rossy Leal Carvalho²
Érica Lôpo Araújo³

INTRODUÇÃO

Em 1905, era lançada no Brasil a obra *América Latina: males de origem*, do então médico sergipano Manoel Bomfim. Nesta, o autor discutia, essencialmente, quais os empecilhos, vistas as circunstâncias de sua época, impediam que a região a que se convencionou chamar de América Latina se desenvolvesse, tanto no que dizia respeito às questões sociais, políticas e/ou econômicas da região. Seu principal argumento, ladeado por uma linguagem médica, no livro supracitado,

1 Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí- CSHNB (2015-2019); Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID (2017); Bolsista CAPES do Programa Institucional de Residência Pedagógica (2018). Contato: katiadanyela@outlook.com.

2 Graduando em Licenciatura Plena em História na Universidade Federal do Piauí - Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (Picos-PI). Bolsista CAPES do Programa Residência Pedagógica (RP) no Centro Estadual de Tempo Integral Marcos Parente (Picos-PI). Contato: romulorossy10@hotmail.com.

3 Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí. Possui doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2011) e graduação em História pela Universidade Federal da Bahia (2009).

em consonância com a formação que tinha⁴, era de que os países latino-americanos não se desenvolviam moralmente e educacionalmente em função de um chamado “parasitismo social” ao qual estavam subordinados e ao qual mantinham subserviência. A culpa era arrogada, sobretudo, a dois países europeus: Portugal e Espanha. A solução para este empecilho, e para que a cura dos males, como em um prognóstico, pudesse acontecer, estava na “educação” (BOMFIM, 2008).

O texto nos permite observar, ainda, a incursão de um processo de construção de identificação com os problemas do Brasil e da América Latina. Bomfim enfatiza que não deseja estar distante deles, e revela seu caráter de “paixão” pelo lado de cá, expressando: “[...] cada patriota se limite a defender seu ideal, a repelir as agressões injustas, e a rebater as explorações e privilégios; a lutar pelo progresso moral da nacionalidade, e a anular as influências contrárias a esse progresso [...]”; e arremata: “[...] Este livro *deriva diretamente do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América*” (BOMFIM, 2008, p. 2, grifo nosso).

Neste artigo, discutimos a construção de uma identidade latino-americana pensada a partir de outro médico, o argentino Ernesto Guevara de la Serna (1928-1967), em sua juventude, quando estava prestes a se formar, analisando trechos do diário *De moto pela América do Sul* (2001), um livro repleto de cartas, memórias, tratados descritivos que pincelam a viagem que realizou, em *La Poderosa II* — uma moto —, com o amigo especialista em leprologia, Alberto Granado (1922-2011), e o que nos interessa, também: a afirmação de uma *Nuestra América*⁵.

Sobre esse tema existe uma ampla bibliografia⁶, uma vez entendido que, a partir do longo itinerário, no ano de 1952, quando saiu de Buenos Aires, em 04 de janeiro, e foi até Caracas, na Venezuela, em 26 de julho, o jovem Ernesto não foi mais o mesmo. Antes desta, porém, Ernesto já

4 Para saber mais sobre a formação de Manuel José Bomfim, ler: AGUIAR (2000).

5 Referência ao poema do crioulo cubano José Martí. Ler: MARTÍ (1891).

6 Ler: BAHIA (2007); LIMA (2012).

havia feito uma viagem, em 1950, pelo norte da Argentina (Córdoba), e em 1953, uma segunda viagem fora empreendida. Interessa-nos perceber como a projeção de um jovem de classe média argentino transformou-se em um projeto de interesse e repercussão global.

A relevância desse trabalho se constrói em alguns pontos: primeiro, por observar de que forma Guevara analisou as desigualdades que permeavam os lugares pelos quais passou em 1952, como os descreveu, entendendo que muitas destas se perpetuariam no século XXI; e segundo, perceber que existe uma oposição em um mesmo continente no que tange a traços do conceito de “americanidade”, que, segundo a pesquisadora Jecilma Alves de Lima, “[...] tem suas variantes, apresenta a necessidade de construir uma identidade que vá além da noção de cultura nacional e revele uma identidade cultural continental” (2012, p. 01). A autora se baseia nas análises do pesquisador Marcos Bahía (2007), que considera que mesmo havendo contrapontos entre os países, há um eixo de afirmação cultural que objetiva a construção de união continental.

É importante sinalizar, ainda como justificativa, que espécie de reconhecimento existe entre os latino-americanos como “americanos”, no deslocamento de uma perspectiva periférica do termo. A discussão é necessária, haja vista o reconhecimento destes como americanos em sobreposição a uma uníssona ideia de que americanos são somente os estadunidenses, que estão, portanto, na convencionada América anglo-saxônica, e de que maneira, ou se há, uma intencionalidade de autorreconhecimento dos latinos em se perceberem como americanos.

José Martí, em “Nossa América”, inverte o argumento de que a América Anglo-saxônica seria mais forte, demonstrando que o melhor não necessariamente é o que teria “fortaleza”, denunciando o sentido imperialista da política externa, dominante no final do século XIX, assim como também combate a tese de se pretender apagar a história dos povos da América em nome de assumir padrões de uma “civilização” que lhes é estranha. De acordo com o autor, se faz

necessário afirmar seu próprio caminho, uma vez que os livros europeus ou estadunidenses não apresentavam a chave da compreensão do hispano-americano, muito embora valorizasse a troca pacífica de experiência entre as culturas (MARTÍ, 2007).

A figura de Ernesto Guevara de la Serna nos ajuda, grosso modo, a vislumbrar um passeio crítico pela América Latina que auxilia na construção de uma identidade que lhe seja pertinente, e suas ações descritas no diário nos possibilitam retirá-los da polarização que o camufla, muitas vezes, no senso comum, numa máscara de revolucionário versus assassino.

Analisando, na maior parte do texto, excertos do diário *De moto pela América do Sul*, traçando alguns paralelos com o poeta crioulo cubano José Martí, com seu poema, *Nuestra América*, arcaçamos a metodologia deste trabalho (fichamentos, análise crítica e reflexiva), que tem sua ancoragem teórica baseada, precipuamente, em autores que versam os temas: identidade, conceitos de América Latina, violência e resistência.

QUILÔMETRO I: A POEIRA DO ITINERÁRIO

Naquele momento, ainda não imaginávamos o esforço que teríamos de fazer para cumprir nossos objetivos, tudo o que enxergávamos era a estrada poeirenta à nossa frente. Tudo o que víamos era nós dois em nossa moto, devorando os quilômetros rumo ao norte (GUEVARA, 2001, p. 18).

Debruçarmo-nos sobre a história ou as histórias da América Latina é uma tarefa que demanda um cuidado meticoloso, uma vez que, embora estejamos falando de um território de dimensão continental, que ora compartilha de características comuns, este também diverge no bojo de suas peculiaridades e das memórias que o circundam.

Mas de qual América está falando Guevara? Em uma rápida explicação, é importante entender que o termo “América” foi cunhado em homenagem ao italiano Américo Vespucci que teria afirmado que o território “descoberto” em 1492 não se tratava das Índias. Vejamos: o próprio nome do nosso continente não foi atribuído por nós, sul ou norte-americanos, mas por um europeu. Daí percebe-se como se constrói a colonialidade, que não se reduz ao poder, que durante séculos foi exercido pelo outro no “Novo Mundo”, mas, em grande medida, no saber. Essa tese é discutida, com propriedade, pelo peruano Aníbal Quijano, que discorre, inclusive, como o critério da colonialidade do poder, do saber foram responsáveis pela divisão racial do trabalho, ou seja, como o critério de raça foi utilizado como um componente elementar da colonização na América Latina (QUIJANO, 2005).

Em termos nominais, o historiador estadunidense John Phelan sustentava a tese de que a expressão “América Latina” era decorrente de um projeto expansionista francês, capitaneado por Napoleão III, no México, em 1861. A tese argumentava, ainda, e sobretudo, a referências às origens comuns entre as terras “latino-americanas” e a Europa “latina”, como a religião católica, as línguas derivadas do latim (português, espanhol, francês). A princípio, ao ver de Phelan, essas seriam as particularidades que opunham à América denominada Latina daquela chamada Anglo-saxônica, protestante e de língua inglesa e germânica (PHELAN, 1979).

O próprio termo “América Latina”, desse modo, é fruto de um contexto e de um processo. A argentina Mônica Quijada, em contraposição à tese de Phelan, nos ajuda a pensar por que, por exemplo, existe uma América Latina, e não uma Europa Latina, por assim dizer?

Por muito tempo, a explicação do historiador estadunidense foi a que prevaleceu e que parecia suficientemente plausível. Todavia, face a essa interpretação, visão que se tornou canônica sobre a origem do termo “América Latina” na segunda metade do século XX, a argentina

Mônica Quijada escreve, em 1998, um texto que põe em suspeição a defesa inquestionada da tese. Para a autora, era preciso apurar melhor de que modo essa expressão foi entendida pelos próprios “latino-americanos”, isto, voltando a uma questão que já tocamos: por que foi tão rápida a aceitação e socialmente compartilhada a ideia de uma América Latina, e não de uma Europa Latina? (QUIJADA, 1998).

Esses questionamentos foram levados adiante por Quijada, que a fizeram levantar uma interpretação alternativa à de Phelan. Segundo a autora, já era possível encontrar em relatos de escritores hispano-americanos como o dominicano Francisco Muiioz del Monte, os chilenos Santiago Arcos e Francisco Bilbao e o colombiano José Maria Torres Caicedo, a alcunha de reconhecimento destes como “latino-americanos” desde a década de 1850, o que, por sinal, aponta para a hipótese de que esse termo não atenderia necessariamente a uma vontade imposta pelos franceses no início da década de 1860 (QUIJADA, 1998).

Sobre isso, compreenda-se, ainda, a utilidade que a expressão tomou entre os latino-americanos e como foi configurada como uma conotação de oposição aos Estados Unidos da América. A isso acrescenta-se a operacionalização do termo pelos próprios hispano-americanos, isto é, por suas lentes, sem a arraigada ótica eurocêntrica (QUIJADA, 1998).

QUILÔMETRO II: OS REFLEXOS DA VIAGEM

“Outros disseram que ‘a moto é uma boa desculpa para um passeio’ e coisas assim. Nós estamos determinados a provar que todos estão errados, mas uma apreensão natural nos impede de propagandar nossa confiança mútua [...]” (GUEVARA, 2001, p. 16). Por tal excerto, é perceptível o caráter poético que sombreia os primeiros capítulos do diário de Guevara, que continua: “Mas, em meus olhos cansados que, no entanto, se recusavam a dormir, um par de pontos verdes que representavam o mundo que eu havia deixado zombava

da liberdade que eu buscava, atando sua imagem a meus voos de fantasia através das terras e dos mares do mundo (*Idem*, p. 22).

É possível que isso se dê, em grande medida, pela América que ainda estava diante de si, que até o momento lhe conferia uma identidade. A América que lhe era conhecida, na Argentina, com povos até então desfrutadores de alimento, remédio, moradia. O tom de humor o acompanha aglutinado ao tom poético e de saudade: “Eu sei agora, por conta dos fatos, que estou destinado a viajar, ou melhor, nós estamos, porque Alberto é igualzinho a mim. Ainda assim, existem momentos em que eu recorro com uma saudade intensa aquelas paragens no sul da Argentina” (GUEVARA, 2001, p. 25).

Além da poesia, do infrene apetecimento por voltar a locais nos quais foram bem recepcionados e puderam faltar-se pela acolhida, Guevara passa, a partir do Chile, a notar as digressões que existem, nos meados do século XX, no então progresso que os estadunidenses diziam haver para a América Latina estando ela sob a tutela de “governos democráticos”. Sobre a saúde, atinente a seu ramo de trabalho, ele escreveu: “A saúde pública no Chile deixa muito a desejar (ainda que eu tenha percebido depois que é muito melhor do que a que existe nos outros países que eu visitei)” (GUEVARA, 2001, p. 50). E complementa, com indignação: “Os hospitais totalmente gratuitos são extremamente raros e muitas vezes se vê a seguinte placa: “Como é que você pode reclamar do tratamento que recebe deste hospital se não contribui para sua manutenção?” (*Idem*).

Além de comentar a situação conflituosa na política, Guevara continua a falar sobre saúde, higiene e trabalho no Chile em comparação à Argentina:

Os hospitais são, em geral, muito pobres e sofrem da falta de medicamentos e de instalações adequadas [...] Os sanitários são sujos. Aliás, a consciência sanitária no Chile é deficitária. Os chilenos têm o costume (que eu depois

observei em toda a América do Sul) de não jogar o papel higiênico usado na privada, mas no chão ou em alguma lata fornecida para esse fim. [...] No sul do país, os salários são muito baixos, o desemprego é alto e os trabalhadores recebem pouquíssima proteção das autoridades (melhor, entretanto, do que a que é fornecida no norte do continente). Tudo isso causa ondas de imigração chilena para a Argentina, à procura das lendárias ruas pavimentadas com ouro com que a hábil propaganda política tem iludido os habitantes a oeste dos Andes (GUEVARA, 2001, p. 51).

A experiência com os leprosos de San Pablo, no Peru, talvez tenha sido uma das mais impactantes em sua trajetória, em relação à viagem que viu fenecer La Poderosa. Neste, Guevara notou o bom atendimento, mas a ausência de recursos básicos no que diz respeito ao tratamento dos feridos o fizera emudecer. Tentando contornar a situação, o sujeito vivencia ali a reconstrução da sua identidade como latino-americano. Aqueles leprosos, embora pertencessem ao Peru, “eram seus irmãos”.

Percebamos que o conceito de identidade não permanece fixo. Como sujeitos históricos, em movimento, no tempo e no espaço, cabe aqui uma relação com as reflexões tecidas por Stuart Hall sobre o que chama de “crise de identidade” do homem moderno. No mundo social, os indivíduos não são/ estão inertes. A ação deles é inerente ao seu itinerário, e as transformações pelas quais passa o homem o fazem recriar seu modelo de vida e/ou aspirações. Assim, Hall desenvolve estudos que visam discutir as “[...] *identidades culturais* – aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (HALL, 2005, p. 8, grifo nosso).

Hall (2005, p. 9) explica que: “Esta perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento e descentração do sujeito [...]”, e continua: “[...] Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo”.

O que a extensa viagem de 1952 realiza, quando Ernesto Guevara completa seus vinte e quatro anos, ajuda a consolidar um projeto de jovem revolucionário, cuja explicação aparece, ainda que de forma breve, no texto da pesquisadora Maria Paula Araújo, quando a autora apresenta reflexões sobre radicalidade, esquerdas e juventude nos anos de 1960 e 1970. São duas décadas posteriores à que estamos falando, mas é justo salientar que essas ideias, essa construção de identidades, vão nascendo bem antes da eclosão de uma guerrilha, por exemplo, como tornar-se-á guerrilheiro o jovem Ernesto Guevara de la Serna.

Ainda segundo Hall (2005, p. 09): “A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”.

Ernesto Guevara de la Serna parecia, agora, estar imerso no “novo mundo” que passou a perceber tanto pela vivência, pela experiência, como pela predileção na operacionalização dos seus planos pessoais, que agora não são apenas seus; passaram a dizer respeito a outras nações. Assim, de país a país, sua identidade não é mais fixa, embora ele comporte elementos que ainda tracejam sobre o seu caráter. Não obstante: “A pessoa que tomou estas notas morreu no dia em que pisou novamente o solo argentino. A pessoa que está agora reorganizando e polindo estas mesmas notas, eu, não sou mais eu, pelo menos não sou o mesmo que era antes” (GUEVARA, 2001, p. 16).

No excerto abaixo, impera a tônica socialista que passa a vicejar no discurso de Guevara:

[...] o povo deve ser educado, e isso não pode ser feito antes que ele tome o poder, só depois. Ele só pode aprender a partir dos seus próprios erros, e estes serão muito sérios e custarão muitas vidas inocentes [...] A revolução é impessoal, vai levar suas vidas e até mesmo utilizará suas memórias como um exemplo ou como instrumento para controlar os jovens que surgirem depois deles [...] Eu sei também – e isso não mudará o curso da história ou

mesmo sua impressão pessoal a meu respeito – que você morrerá com seu punho cerrado e sua mandíbula tensa, porque você não é um símbolo (um exemplo inanimado), mas sim um autêntico membro da sociedade que deve ser destruída [...] (GUEVARA, 2001, p. 105).

E em um arremate marxista, cuja possibilidade de leitura pode ser notada:

Apesar de tudo o que ele disse, eu agora sabia... sabia que no momento em que o grande espírito-guia separar toda a humanidade em apenas duas frações antagônicas, eu estarei com o povo. [...] Já sinto minhas narinas dilatadas, saboreando o odor acre da pólvora e do sangue, da minha morte inimiga; já encurvo meu corpo, pronto para a briga, e preparo meu ser como se fosse um recinto sagrado, para que ele faça ressuscitar, com novas vibrações e novas esperanças, o grito bestial do proletariado triunfante (GUEVARA, 2001, p. 105).

Creemos que o fim do excerto acima, ao referir-se ao proletariado, evidencia com clareza a que partido está vinculado Ernesto Guevara de la Serna. Não em uma aceção partidária nominal, mas como um projeto de vida capitaneado pela busca de justiça social no além-mar e além-fronteiras.

QUILÔMETRO III: A POEIRA DA OPOSIÇÃO ENTRE AS AMÉRICAS

“Esse vagar sem rumo pelos caminhos de nossa Maiúscula América me transformou mais do que me dei conta” (GUEVARA, 2001, p. 16). Não só Ernesto Guevara de la Serna, na sua adolescência, mas alguns poemas evidenciaram o gigantesco continente americano. Mais que isso, a América gigante alçada nos ditames de poetas criolos, isto é, filhos de espanhóis nascidos do lado de cá do Atlântico. José Martí (1853-1895) é um exemplo categórico.

É inegável, portanto, que já havia desde o século XIX um sentimento de oposição entre as duas Américas: a Latina e a Anglo-saxônica. O conflito, porém, decorre de uma série de fatores, dentre os quais, no século XX, por exemplo, nos fala Silvina Romano (2006). A pesquisadora comenta que o “duelo invisível” entre as duas Américas se dá, em grande medida, pelas ações tomadas, sobretudo pelos Estados Unidos da América quando este se porta como “defensor de todo o continente”. O elemento, percebido pela autora numa longa duração e com continuidade, está na ideia de segurança como o artifício crucial. Como a águia que espreita, que protege, que vigia, que faz prosperar, os Estados Unidos seriam como um irmão mais velho dos irmãos do centro e do sul americanos. O discurso de vigilância, segurança e “irmandade” superior se sobrepujara na relação entre os Estados Unidos da América e suas articulações para com, e também contra a América Latina (ROMANO, 2006).

Acompanhemos alguns trechos do poema *Nuestra America*, de José Martí, e correlacionemos com a trajetória de Che Guevara no que diz respeito à demarcação de uma territorialidade, que, nas palavras de Paul Little (2002, p. 05), trata-se de: “[...] um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu território”.

O que restar de aldeia na América deverá acordar. Estes não são tempos para deitar de touca na cabeça, e sim com armas como travesseiro, como os varões de Juan de Castellanos: as armas do discernimento, que vencem as outras. Trincheiras de idéias valem mais do que trincheiras de pedra (MARTÍ, 1983, p. 194).

Escrito originalmente e publicado em 1891, o poema *Nossa América* inspira uma convocatória para os latino-americanos. A América Latina é gigante, a seu ver. Não só é preciso acordar, mas é preciso que os povos se conheçam, não ambicionem o que é do outro, enfrentem juntos e, por fim, sejam um só, como leais irmãos.

Martí continua:

Para tudo isso, onde quer que se governe, é preciso prestar atenção para governar bem; e o bom governante na América não é o que sabe como se governam o alemão e o francês, mas sim aquele que sabe de quais elementos está constituído seu país, e como pode guiá-los conjuntamente para chegar, por métodos e instituições nascidas do próprio país, àquele estado desejado, onde cada homem se conhece e cumpre sua função, e todos desfrutam da abundância que a Natureza colocou para todos no povo que fecundam com seu trabalho e defendem com suas vidas. O governo deve nascer do país. O espírito do governo deve ser o do país. A forma de governo deverá concordar com a constituição própria do país. O governo não é mais que o equilíbrio dos elementos naturais do país (MARTÍ, 1983, p. 195).

A sinalização mais evidente que o excerto acima nos mostra aponta para o autogoverno a partir de leis que compreendam a própria natureza de cada país. Não só neste poema, mas em seu “Caderno de Notas”, Martí salienta essa condição necessária, e o que é ainda emblemático: a sinalização de que latino-americanos não são iguais aos estadunidenses e, por isso, não podem e/ou devem segui-los a todo custo:

É bom, dizemos. É americano, dizemos. Acreditamos, porque temos a necessidade de acreditar. Nossa vida não é semelhante à deles, nem deve, em muitos pontos, assemelhar-se. A sensibilidade entre nós é muito grande. A inteligência é menos positiva, os costumes são mais puros; como com leis iguais, vamos ordenar dois povos diferentes? As leis americanas deram ao norte um alto grau de prosperidade, e também levaram-no ao mais alto grau de corrupção. Metalizaram-no para torná-lo próspero. Maldita seja a prosperidade a um custo tão alto (MARTÍ, 1983, p. 15-16).

Contra o “aldeão vaidoso”, expressão que José Martí utiliza para referir-se ao lado norte da América, Ernesto Guevara de la Serna lançou-se às armas para consumir guerrilhas. Notamos até aqui que seu

itinerário o fez reafirmar perspectivas de cunho social, que mesclaram sua identidade pessoal com uma social que foi capaz de perceber elementos diversos, dos resquícios de várias civilizações que povoaram a América do Sul. Embora em 1952, Ernesto ainda não tivesse toda a proeminência de um guerrilheiro, no fim da década para a posterior, seu caráter transeunte de guerrilheiro impera com vigor.

Sobre os movimentos de resistência que se opuseram a ditaduras e à vaidade norte-americana nas décadas de 1950, 1960 e 1970, podemos estabelecer uma relação com uma discussão realizada pela pesquisadora Maria Paula Araújo (2008), quando esta fala sobre radicalidade, juventude e esquerdas na América Latina.

A autora, sobremaneira, reflete como é importante que se considere que foi delineada uma construção discursiva positiva acerca da violência entre os guerrilheiros, a contrapelo de teorias marxistas relidas por Vladimir Lenin, Hannah Arendt, entre outros que consideravam que, para uma revolução acontecer, a violência postaria-se como meio, e não como um fim do processo. Para Guevara, no entanto, o meio de resistir ao imperialismo norte-americano e às tentativas de sobreposição dos estados a ele atinentes, o “aldeão vaidoso”, só poderia acontecer “por meio de tiros”. Lembremo-nos, outrossim, de que juventude está falando Maria Paula Araújo: jovens, estudantes, de classe média alta. O texto da autora objetiva, em máxima, apontar para a construção discursiva de uma “violência revolucionária”: “[...] ou seja, de uma noção positiva de violência como instrumento legítimo de ação política” (ARAÚJO, 2008, p. 247-248).

A oposição entre as América clarifica-se, com maior vigor, quando José Martí (1983, p. 15) diz: “Os norte-americanos submetem sentimento à utilidade. Nós submetemos a utilidade ao sentimento.” Já no que tange às organizações socioculturais, as diferenciações são também enunciadas por Martí (*Idem*):

E se existe esta diferença de organização, de vida, de ser, se eles vendiam enquanto chorávamos, se substituímos sua cabeça fria e calculista por nossa cabeça imaginativa, e seu coração de algodão e de barcos por um coração tão especial, tão sensível, tão novo, que só pode chamar-se coração cubano, como querem que legislemos as leis que eles legislam? Imitemos. Não! Copiemos. Não!

No excerto acima, vislumbra-se com maior clareza a oposição que renitia em José Martí no fim do século XIX e que foi, em grande medida, imperiosa para a ação de Ernesto Guevara de la Serna: a afirmação de uma América gigante que não deve imitar leis que não lhe cabem, não lhe são devidas e/ou adequadas, e isto, reafirmamos, tendo em vista o contato experiencial com os sujeitos dos quais se falava — especialmente Guevara, que viajou pela América do Sul e notou os percalços, explorações, desalinhos e sobressaltos mapeáveis nessas regiões, mas também alguns sinais de hospitalidade, afabilidade e possibilidade de justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, conscientes das limitações deste artigo, demonstrar um esboço das articulações que seriam responsáveis, a *posteriori*, pela ação revolucionária do jovem médico Ernesto Guevara de la Serna. O texto não teve o intuito de romantizar ou tracejar uma apologia à sua figura, nem tampouco reduzi-lo a um sujeito fascinado por uma revolução armada ou qualquer paradigma dessa natureza. Nosso objetivo era o de perceber como se moldou uma identidade latino-americana em Guevara, que perpassou seu ser pessoal, imbuíu-se no seu ser social e avançou sobre uma perspectiva global acerca da América Latina em meados do século XX.

Ao passo que tecemos nossos últimos reflexos, nossas considerações finais, evocamos a possibilidade de novas problemáticas surgirem, tais como os precedentes da viagem que o transformou, e as confluências e digressões da ótica de médicos realizando um trabalho de pesqui-

sadores, escritores, sociólogos, guerrilheiros. Não foi sem propósito, portanto, que esse trabalho foi aberto com Manoel Bomfim. O médico sergipano leu, estudou, perscrutou e escreveu sobre o que pensava ser a América Latina e o Brasil, e mais que isso: os males que alvejavam a ambos e que se perpetuaria, caso não fossem tomadas as devidas medidas, que, a seu ver, consistiam no investimento na educação.

Cá estamos, face a um problema de ordem global. Rediscutir temas como a saúde, a educação, a segurança, o trabalho, os direitos humanos, condições de vida estáveis para as nações latino-americanas é um exercício político e social que este trabalho procura aventar. Além de notar o tom de humor, poesia e crítica social que Ernesto Guevara de la Serna imprime em seus escritos, é importante assinalar de que maneira tais elementos podem ser lidos e interpretados na contemporaneidade no que diz respeito a projeções que uniam uma espécie de medicina humanitária, um tipo de violência e uma aspiração: a anticolonialidade, frente o poder e ao saber.

A pertinência de termos evocado este tema sustenta-se nesses pontos que julgamos cruciais: a América Latina ainda não integra um continente que assiste a uma prosperidade que se apregoa com a dita “defesa da democracia” do seu “irmão mais velho”, Estados Unidos da América. E isso também não implica em não responsabilizar os próprios latino-americanos para que, ampliando os horizontes do saber, possam, de maneira gradativa, reciclar seus ciclos de memória, aprender com a anticolonialidade, o anti-imperialismo e a resistência. São essas ações que ajudam na construção de nações que possam, face às suas circunstâncias, determinarem suas próprias leis, escreverem sua própria história, e fechar, talvez, em uma oportunidade remota, as chagas abertas das carnificinas sofridas ao longo de séculos de colonização contra nativos ameríndios. O caso de Guevara e Martí, sobretudo, apontam-nos para uma não reificação do ser social, pois assim sua prosperidade seria vazia. E a chave de leitura para a real liberdade, estaria na tomada do poder, sobretudo para Guevara de la Serna, e no posterior desenvolvimento de uma consciência de classe; de educação, se fôssemos associá-lo a Manoel Bomfim, mais uma vez. Urge,

aqui, uma problemática que poderia ser levada adiante: Três em uma: A América Latina de Bomfim, Guevara e Martí.

Ocupemo-nos, por ora, em fechar o texto refletindo sobre a concepção de América Latina que Guevara tece ao descobri-la um pouco mais a fundo. O que o Arquivo Pessoal de Che Guevara explica não diverge do que tencionamos mostrar. A viagem o atingiu de forma mais direta, o fez desenvolver um senso de *latino-americanidade* mais profundo a ponto de globalizar esse sentimento e enrobustecê-lo com uma envergadura que o elevou à condição de notório protagonista de uma “nova história” da América no século XX, mas um sentimento de pertencimento e de ciências dos problemas latino-americanos já existia em Che Guevara.

Durante o transcorrer de nove meses, um homem pode pensar em muitas coisas, desde o mais alto conceito filosófico até o desejo mais abjeto por um prato de sopa – tudo de acordo com o estado de seu estômago. E se, ao mesmo tempo, esse homem for do tipo aventureiro, ele poderá viver experiências que talvez interessem às demais pessoas e seu relato casual se parecerá com este diário (GUEVARA, 2001, p. 16).

No trecho acima do diário, é clara a alusão que pode ser evidenciada na seguinte reflexão de Karl Marx (1961, p. 199): “[...] os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente”. O humanismo incutido em Ernesto Guevara de la Serva queda-se evidente na citação que escolhemos para escamotear os reflexos da *La Poderosa* despedaçada. E o que é emblemático: a crise de identidade que o próprio jovem, em 1952, assume, tendo em vista toda uma América e um mundo a ser transformado. E, para arrematar, sobre seus impulsos: “Além disso, ninguém pode responder por eles. A pessoa que tomou estas notas morreu no dia em que pisou novamente o solo argentino” (GUEVARA, 2001, p. 17).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. *In: FICO, Carlos [et al.] (Org.). Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 245-274.

BAHIA, Marcos. Estratégias identitárias no continente americano: “americanidad”, “americanité”, “americanidade” e a ausência de “americanity”. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 11, n. 20, p. 43-55, 1º sem. 2007.

BOMFIM, Manuel. **América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de pesquisas sociais, 2008.

GUEVARA, Ernesto Che. **De moto pela América do Sul**. São Paulo: Sá Editora, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. São Paulo: DP&A Editora, 2005.

LIMA, Jecilma Alves de. O discurso autobiográfico na busca de uma identidade para a América Latina no filme Diários de Motocicleta e no livro De moto pela América do Sul. **XIII Encontro da ABRALIC**, Internacionalização da Região, UEPB/UFCG – Campina Grande, 10 a 12 de outubro de 2012. p. 01-05.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais do Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002. *In: APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Povos Timbira, territorialização e a construção de práticas políticas nos cenários coloniais. Revista de História*. São Paulo, n. 168, janeiro-junho, p. 244-270, 2013.

MARTÍ, José. Caderno de notas. *In: Obras completas*. Havana, 1963-1973, t. 21, p. 15-16.

MARTÍ, José. **Nossa América**. Tradução de Maria Angélica de Almeida Triber. São Paulo: HUCITEC, 1983.

MARTÍ, José. **Educação em Nossa América**. Rio grande do Sul: Ed. Unijuí, 2007.

MARX, Karl. **O dezoito de Brumário de Luis Bonaparte**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

PHELAN, John. El origen de la idea de Latinoamérica. **Latinoamérica: Cuadernos de cultura Latinoamericana**. n. 31. México: UNAM, 1979, p. 05-21.

QUIJADA, Mónica. Sobre el origen y difusión del nombre América Latina: o una variación heterodoxa em torno al tema de la construcción solcial de la verdade. **Revista de Indias**, 1998, vol. LVIII, n. 214, p. 595-616, 1998.

QUIJADA, Mónica. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 117-142.

ROMANO, Silvina. América Latina y la política de seguridad norteamericana: continuidades. **Centro Argentino de Estudios Internacionales**, Buenos Aires, p. 01-42, 2006.

“O Mundo às avessas”¹ O imaginário da Cocanha e a sua relação com a cultura da escrita

Francisco Victor Félix Soares²

Francisco Dênis Melo³

O que é a Cocanha? A Cocanha é fruto de uma imaginação coletiva que busca por abundância de quem compartilha esse desejo. Desejar comer o alimento que quiser, expressar a sua sexualidade sem censura e ter a juventude e ociosidade eterna. Um lugar em que o tempo é inexistente. Não há restrições, não há hierarquias, somente o desejo de querer viver os mais estimulantes prazeres que a vida pode proporcionar e degustar sem moderações.

Características desse imaginário são detectados em outras culturas, de outros lugares e tempos. Como estamos falando da França da Baixa Idade Média, a natureza que compõem do imaginário da Cocanha medieval, segundo Hilário Franco Júnior, são vistos desde os tempos mais remotos da humanidade (FRANCO JÚNIOR, 1998, p. 31).

-
- 1 Expressão usada por Jacques Le Goff no prefácio da obra de Hilário Franco Júnior, intitulada: Cocanha: A História de um país imaginário, lançada em 1998 pela editora Companhia das Letras.
 - 2 Graduando do curso de História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Contato: soaresvictor654@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5683101002071349>.
 - 3 Professor efetivo do curso de História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e ministra as disciplinas de História Medieval e Estágio Supervisionado em Arquivo. Contato: melofranciscodenismelo@yahoo.com.br . Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7659445933313039>.

Sobreviventes dos tempos, essas características foram ganhando personalidades conforme as vontades de cada sociedade. Menciona Hilário Franco: “Ainda no século V a.C., Eurípedes afirmava que as Mênades, seguidoras de Dionísio, com o toque de uma varinha mágica da qual sai mel, fazem brotar água da pedra e tiram vinho e leite do solo” (FRANCO JÚNIOR, 1998, p. 36).

Segundo o historiador francês Jean-Claude Schmitt, no prefácio do livro de Hilário Franco Júnior: *A Eva Barbada*, nos diz que “o mito era colocado ao lado do paganismo, da mentira e dos costumes dos povos (*gentes*)” (FRANCO JÚNIOR, 2010, p. 11). A Cocanha é um produto do seu tempo. Ela é uma mitologia. Assim como todo mito, tem um propósito. O imaginário não pensa com base no passado, ela cria uma ponte com o presente, adotando personalidades que vão de acordo com o sabor das necessidades do coletivo, e esse coletivo que criava essa dimensão imagética, transitava entre o erudito e o popular, apesar da Cocanha vim de tradições orais oriundas das culturas ditas pagãs por parte da Igreja (FRANCO JÚNIOR, 1998, p. 26).

Como toda narrativa, a Cocanha necessita de uma poética para dar um sentido aos seus elementos de abundância alimentar, liberdade, ociosidade e juventude eterna. Levantando uma historicidade para enxergar que esta possui uma natureza satírica nas suas entrelinhas. Para compreender essa poética, vou à Grécia Antiga, lugar em que a sátira ia em duas direções: questionar os pudores e celebrar as forças naturais. Porém, esse elemento satírico começou a ser adotado por Aristófanes em suas comédias, questionando os valores do seu contexto, com ataques sutis ou violentos (VIDEIRA LOPES, 1994, p. 26-27). Segundo Graça Videira Lopes:

Esta posição de Aristóteles leva-o a estabelecer uma distinção nítida, que também é moral, entre «as comédias antigas» referência clara a Aristófanes, e «as comédias novas»: «Nas primeiras, o que fazia rir era a obscenidade; nas segundas, são antes os subentendidos, o que constitui uma sensível diferença do ponto de vista do bom tom» 2.

Se não encontramos, pois, em Aristóteles, a condenação absoluta do riso que encontramos em Platão, encontramos, no entanto, a definição de limites. Os limites da ética aristotélica são os ditados pela razão, ou, socialmente, pelo «bom tom» (VIDEIRA LOPES, 1994, p. 28).

A divergência entre corpo e alma estabelecida pela Igreja, determinou uma hierarquização de condutas. O riso era considerado um ato depravado, um desvio de comportamento que comprometesse a ida ao Paraíso de quem estava praticando (LE GOFF; TRUONG, 2011, p. 76). Contudo, enxergo que a Cocanha e as comédias de Aristófanos são produções que visam entreter o seu público, questionar os valores dominantes, fazer rir e estimular fantasias e que esse universo do riso, era antagônico ao ideal que a Igreja buscava.

Sob esse prisma, a Cocanha é um imaginário com um caráter de paródia na sua composição, mas, quem é que escreveu esses versos?

Não se sabe quem. O autor da Cocanha nunca foi identificado, mas, levando em consideração de que é uma produção escrita, é possível entender que seja alguém pertencente às classes mais altas da Baixa Idade Média e o ato de escrever a Cocanha, mostra uma relação de alteração de imaginários anteriores que tiveram impacto na composição deste.

Sabe-se que os primeiros registros escritos da Cocanha datam em meados do século XIII. Aproximam-se que esses registros foram encontrados na região norte francesa, mais precisamente na Picardia, com o título de *fabliau de Cocaigue*. Porém, é interessante mencionar que a palavra “Cocanha” foi encontrada em alguns poemas goliárdicos que datam do ano 1164. O conteúdo desse poema, o eu lírico chama o líder de um grupo de bêbados de *abbas Cucaniensis*, ou seja, “abade da Cocanha” (FRANCO JÚNIOR, 1998, p. 25). Com isso, é possível enxergar ainda mais sobre a natureza desses escritos, mas também, a do seu possível autor.

O século XII foi palco de diversas manifestações que culminaram em um período de “queda” do sistema feudal e o sistema capitalista começava a ter os seus primeiros ares. A busca por hegemonia religiosa por parte da Igreja com as cruzadas, a religiosidade voltada ao trabalho, centralização de poderes, privatizações de terras e o surgimento de universidades voltada para a filosofia aristotélica são umas das movimentações que agitaram esse século e que despertaram efeitos que ainda perpetuam hoje (RIBAS, 2014, p. 182).

Com o surgimento das universidades, os goliardos aparecem nesse cenário. A palavra goliardo significa “pecado da gula”, “amantes do vinho e da boa mesa” (RIBAS, 2014, p. 182). Eram homens que frequentavam essas universidades e dedicavam o seu estudo para a letras e o ensino. Mesmo um goliardo não pertencer efetivamente ao clero, ele poderia ser considerado um, pois, a cultura do letramento medieval era vinculada a Igreja.

Os goliardos também eram frequentadores assíduos de tavernas. Nessas tavernas, eram proclamados dois tipos de poemas: morais e amorosos. Os poemas morais eram carregados de sátira e condenavam a hipocrisia e a corrupção dos membros dos mais altos cargos da sociedade. Em relação aos poemas de amor, eram declarações que esses letrados faziam a camponesas e entre mulheres que não pertenciam às cidades.

Importante ressaltar sobre o convívio dos goliardos com a taverna, pois, é a intenção das pessoas que iam para estabelecimentos como este, era somente diversão. Diversões que a Igreja Católica condenava. Porém, isso não impediu de que ocorresse uma relação entre o que era o certo e o errado, sob a ótica das diretrizes cristãs. Os goliardos, membros de uma elite que buscava hegemonia social, política e religiosa, teve contato com elementos de tradição oral. O ato de expressar as suas sensações tem suas raízes em culturas consideradas pagãs pela Igreja.

Portanto, a busca pelo *miraculosos*,⁴ ideal de mundo pela visão cristã, onde os fenômenos, sejam sociais ou naturais, são obras divinas, iam ter que encarar um antagonista que começa a ter uma nova forma, e ainda mais poderosa: a escrita.

A Baixa Idade Média foi centro de fluxos e contra fluxos entre o erudito e o popular. Ressalta Jean-Claude Schmitt:

É portanto bem característico da cultura medieval o desenvolvimento da cultura ‘intermediária,’ cujos porta-vozes eram os clérigos, pois somente eles sabiam escrever, e na qual se misturavam os elementos mais heterogêneos da cultura erudita e da ‘cultura popular’ (FRANCO JÚNIOR, 2010, p. 12).

O *fabliau de Cocaigue* possui elementos tanto populares quanto eruditos. Popular porque as características como juventude eterna, ociosidade, liberdade e abundância alimentar são oriundas de culturas ditas pagãs que possuem valores morais e éticos abominados pela Igreja Católica. Erudito no sentido de que a cultura da escrituração era pertencente ao clero católico. Com isso, só nos é possível estudar a Cocanha com base nos escritos feitos por esses clérigos.

Ressalta Hilário Franco Júnior: “Essa passagem da oralidade ao registro implicou, portanto, a incorporação (consciente e inconsciente) de dados do presente histórico de forma mais rígida do que ocorrera no estágio apenas oral dos escritos” (FRANCO JÚNIOR, 2010, p. 19). Como é um ato de escrita, o autor realiza uma seleção de componentes que sejam relevantes para si, dá-os sentidos e os reproduz em palavras.

O estágio oral de um imaginário é muito complicado de conseguir ter um acesso. Só conseguimos ter acesso através de um registro. O ato da escrita, é um ato de empossar. Durval Muniz expõe:

4 Segundo Le Goff (1994, p. 19) o miraculosos é milagre para a doutrina cristã medieval.

A atividade da escrita, como ressalta Foucault, é uma atividade que está conectada a e constitui novas relações de poder. A escrita permitiu que as atividades de registro, de nomeação, de controle do que pensavam e faziam as pessoas se aperfeiçoassem de forma contínua, garantindo ao Estado que se centralizava, que se tornava absolutista, exercer um governo mais eficiente, mais contínuo, reduzido as zonas de invisibilidade e de prevalência dos ilegalismos, de atitudes e atividades fora da lei. A escritura é um investimento no sentido de garantir o fim da palavra anônima, da palavra sibilada, da palavra rebelde, da palavra nômade, da palavra que passa de ouvido a ouvido, de boca em boca, sem o devido controle. O mundo da oralidade era um mundo potencialmente perigoso, pela prevalência, aí, da errância dos sentidos, pela possibilidade constante do deslizamento dos sentidos, pela presença da criatividade e a possibilidade permanente de reversibilidade das significações (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 35-36).

O processo de escrituração promove o mapeamento das ações da humanidade pelos tempos. Essa atividade analisa, recorta, estabiliza e fornece um novo sentido ao imaginário. Em relação a Cocanha não seria diferente. A narrativa da Cocanha é um produto de entretenimento e controle. Conforme os mapeamentos estabelecidos nessa pesquisa em relação a autoria do *fabliau de Cogaigne*, como já mencionado, é desconhecido. Porém, como se trata de uma produção escrita, é mister levar em consideração a influência do letramento medieval na sua composição. Ato tal que visava entreter o público que frequentava as tabernas medievais e entre outros lugares em que havia a presença de pessoas que não sabiam escrever e ler.

Além do entretenimento, a escrita garante o controle das ações do homem, promovendo a estabilidade. O século XII foi um período crucial para os membros das gestões administrativas da sociedade francesa da época. Segundo Le Goff em *Uma História do corpo na Idade Média*, durante o período da reforma monástica ocorrida entre os séculos XI e no início do XII, a palavra *discretio* (na nossa língua significa moderação) aparece no vocabulário.

Com isso, manuais foram escritos a fim de poder castigar as pessoas que desviassem dos limites estabelecidos pelos membros dos mais altos cargos administrativos de seu tempo.

Continuando sob a ótica de Le Goff em *Uma História do corpo na Idade Média*, o corpo humano tornou-se o principal instrumento de movimentações dessas práticas. Os limites estabelecidos pela Igreja engrenou em um controle sobre a vida. A vida das pessoas estava sob a tutela dos doutores da doutrina cristã. Repressão ao feminino, o sexo voltado somente para fins de procriação e com sua prática bastante limitada pela Igreja, os hábitos alimentares e entre outras relações que foram manipuladas e que nos atuais, são fontes de muitos tabus que são debatidos.

Expõe Le Goff:

São os Padres da Igreja que introduzem e formentam essa grande reviravolta conceitual, com a instauração do monarquismo. “O ideal ascético” conquista o cristianismo por meio de sua influência na Igreja e se torna o pilar da sociedade monacal, que, na alta Idade Média, buscará se impor como o modelo ideal da vida cristã. Os beneditinos consideram a ascese o “instrumento de restauração da liberdade espiritual e de retorno a Deus”: “É a libertação da alma da argola de ferro e da tirania do corpo.” Existem dois aspectos fundamentais: “A renúncia ao prazer e a luta contra as tentações” (LE GOFF, 2011, p. 37).

Com isso, o imaginário da Cocanha seria um mundo invertido ao mundo cristão. A busca por um mundo ideal seria fomentada a partir da falta, da ausência, do controlado. Em relação a Cocanha, consigo enxergar dois extremos: o da fantasia e o entretenimento. A taverna era lugar da diversão, da promiscuidade, era um lugar ideal para ouvir essas produções com conteúdo desse tipo e despertar sensações em que estava lá para ouvir o que não presenciava em seu cotidiano, nesse caso, a vida fora da taverna. Ressalta Foucault:

Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que se “dizem” no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua transformação, são ditos, permanecem ditos e estão ditos e estão ainda por dizer. Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera o seu estatuto, e que chamamos de “literários”; em certa medida textos científicos (FOUCAULT, 2014, p. 21).

Contudo, argumento que o processo de escrituração da Cocanha é uma construção de autores⁵. Autores políticos que visam promover a diversão com base em fantasias e consolidar a sua condição como clérigo. Um processo indenitário em que fatores internos interferem na construção das formas de pensar e agir desses sujeitos.

O autor da Cocanha se reconhece como um letrado, como alguém que pertence uma pequena parcela do espaço da elite medieval francesa, porém, ele não reconhece que esse processo de escrita de um imaginário que foi composto de uma mistura de várias outras culturas tidas como “erradas” sob os olhos da Igreja e que esse processo cria uma atmosfera de controle e subordinação, com a escrita como fator chave nessa relação.

Em sua obra intitula como: *O Calibã e a Bruxa*, a historiadora italiana Silvia Federici propõe uma análise feminista sobre os processos que levaram uma consolidação do sistema capitalista nos costumes do mundo ocidental. Segundo a autora, o capitalismo não foi uma fase posterior ao feudalismo, mas sim, uma resposta a diversos movimentos considerados heréticos e que ações de privatizações das terras do corpo foi um dos pilares para essa ascensão. Escreve a autora:

5 Aqui é importante frisar sobre o sentido que quis trazer. O indivíduo só consegue essa condição de autoria quando registra, como ressalta Michel Foucault, em sua obra, *O que é um Autor?* (1992).

É na luta antifeudal que encontramos o primeiro indício na história europeia da existência das raízes de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal. A luta contra o poder feudal produziu também as primeiras tentativas organizadas de desafiar as normas sexuais dominantes e de estabelecer relações mais igualitárias entre mulheres e homens. Combinadas à recusa do trabalho servil e das relações comerciais, estas formas conscientes de transgressão social construíram uma poderosa alternativa não só ao feudalismo, mas também à ordem capitalista que estava substituindo o feudalismo, demonstrando que outro mundo era possível, o que nos encoraja a perguntar por que ele não se desenvolveu (FEDERICI, 2017, p. 45).

O ato de escrever vem da Igreja. Portanto, imersa nesse projeto de disciplinamento de comportamentos, a escrita vem para estabilizar as palavras soltas e colocar um lugar específico com essas palavras. É um processo de organização. A citação anterior faz alusão aos ataques que os membros da cultura erudita medieval causaram em membros de classes inferiores desta. Um processo de organização que causou diversos antagonismos, fluxos e contrafluxos, que, o projeto de privatização das terras e do corpo é um processo disciplinar.

A Cocanha é um imaginário que passou por um processo disciplinar para ser feito. Foram feitas seleções, recortes e no fim chegar um produto de uma cultura que transita entre o popular e o erudito.

Prosseguindo, seguindo a argumentação que o capitalismo foi uma reação de uma séries de movimentações contra as privatizações e tentativas de controle de vidas, Federeci apresenta o fenómeno das Caça às Bruxas como o fio condutor na construção de imaginários e divisões de classe, sexo e raça. O medo em torno do *mirabilis* (maravilhoso dito pagão) se transformou em um medo do *magicus*, medo esse que tem as suas raízes semânticas no período medieval, em que essas duas palavras, a partir do século XI,

começou a serem associadas às práticas consideradas profanas e satânicas, conforme analisa Le Goff (1990).

Conforme o capitalismo começou a dar os seus primeiros movimentos, o considerado *magicus* ganhou mais terror em torno de si quando entramos no período das Grandes Navegações. As crises sanitárias e econômicas ocorridas nos séculos XV e XVI fez com que os Estados procurarem alternativas que pudessem garantir a hegemonia. As cidades viviam infestadas de pestes por conta da falta de um saneamento necessário, com isso, as taxas de mortalidade começaram a crescer e o Estado não possuía mão de obra. Por isso, programas de assistência aos pobres foram criados, e empregos foram gerados. Porém, esses empregos eram exclusivamente destinados para pessoas do sexo masculino, com isso, as mulheres ficavam em casa cuidando da casa e dos filhos. O único papel que as mulheres eram destinadas era de procriar. Como as taxas de mortalidade estavam crescendo exponencialmente, o Estado precisava de corpos que sejam úteis futuramente, como ressalta Federeci em *O Calibã e a Bruxa*.

Assim como esses corpos foram empossados pela ordem capitalista, as tradições orais que influenciaram o imaginário da Cocanha também teve o seu momento de prisão. A partir disso, essas práticas de oralidade ganharam forma, foram organizadas e disciplinadas, promoveram o seu controle e estabilização e o seu resultado final foi o *fabliau de Cocaigue*.

Um produto que estabeleceu hierarquias, a prática da escrita busca formas de manipular e subordinar práticas que são vistas como desorganizadas e que precisam de um controle urgente. Ressalta Durval Muniz:

Para a discussão que estamos fazendo neste livro, a trajetória de Leonardo Mota nos interessa, sobremaneira, por dois aspectos que são destacados neste prefácio de Rachel de Queiroz: a maneira como recolhe o material popular, suas famosas viagens de estudo, o contato que manteria diretamente com as fontes do folclore e o fato de Mota, ao

contrário de muitos folcloristas, não utilizar apenas a escrita, o suporte dos livros para registrar este material e com ele ganhar um lugar de autoria, um lugar de destaque no seio da cultura letrada, ele também se utiliza da própria oralidade, uma outra oralidade, a oralidade que poderíamos chamar de erudita, uma oralidade paródica, na qual o material popular, que possivelmente era coletado numa atmosfera de interesse e seriedade condescendentes e pacientes, como diz Queiroz, torna-se matéria do riso e humor civilizado para plateias cidadinas interessadas no exótico, no bizarro, no risível, quando não no ridículo do que seria a cultura do outro, a cultura sertaneja, interessante para um público burguês que constrói a identidade de cidadinas e urbanizadas na contramão e em oposição a estes ecos de um passado rural e agrário que estariam deixando para trás (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 47).

A literatura de cordel é um bom exemplo para compreender essas práticas de manipulação da oralidade. Reflete Durval Muniz em *O Morto vestido para um ato inaugural*, que sobre os estudos acerca do folclore da cultura popular no Nordeste brasileiro, abriu uma brecha para o surgimento de cordelistas. Leonardo Mota foi um dos primeiros letrados a ter contato com as práticas orais, a fim de registrá-las e dar um novo significado para os elementos selecionados, inserindo o elemento da sátira, da paródia, do cômico e com isso, agradecer a burguesia do Nordeste brasileiro.

Leonardo Mota e o possível goliardo que escreveu *fabliau de Cocaigne*, ambos se alimentam da fantasia como um forma de se ascender socialmente.

Manuel Camilo dos Santos escreveu *Viagem a São Saruê* em 1947. Um cordel que é considerado, por Hilário Franco, como “Cocanha brasileira”. Aqui, os propósitos do autor são os mesmos de Mota e do possível goliardo. Argumenta Geice Peres Nunes em *A poética de Manuel Camilo dos Santos*, que a poética de Manuel Camilo dos Santos cria uma personalidade que visa se integrar

a uma literatura culta, com base em uma linguagem e nos temas que o autor aborda nas suas obras.

Confira um trecho:

Tudo lá é festa e harmonia, amor, paz, bem-querer, felicidade, descanso, sossego e amizade, prazer, tranquilidade e alegria, na véspera d'eu sair daquele dia, um discurso poético lá eu fiz, me deram a mandado do juiz, um anel de brilhante de rubi no qual um letrado diz assim: - feliz é quem visita este país (SANTOS, 1964, p. 558).

Como diria Hilário Franco Júnior: “[...] a Cocanha viajou bastante no tempo e no espaço, simplesmente por responder a alguns dos mais enraizados desejos do homem ocidental” (FRANCO JÚNIOR, 1998, p. 226), porém esses desejos são de manipulação de uma cultura considerada inferior em favor da ascensão de outra. Finalizo com Durval Muniz:

Escrever é modificar, é traduzir, é, como diria Derrida, trair os sentidos que poderiam estar inscritos ou as intenções que estariam norteando a produção oral. Fazendo parte de uma empresa de fixação do sentido, que buscaria garantir a perenidade de uma dada significação, que buscaria evitar a perda do sentido e o próprio desaparecimento do que é registrado, a escritura é, contraditoriamente, a operação que na sua realização implica, justamente, alteração de sentido, mudança de significação, desaparecimento do que seria visto como original ou autêntico (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 37).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendo que seja importante estudar essas relações entre o que é considerado erudito e popular, porque é possível visualizar a condução histórica que as nossas formas de pensar, agir e sentir foram construídas

entre os tempos. O processo de forja da Cocanha é um fenômeno que vai em duas direções: o primeiro é o ofuscamento da tradição oral, e o segundo é ascensão de um costume oriundo da erudição.

As classes mais favorecidas da sociedade buscam maneiras para garantir a sua consolidação, o seu prestígio, o seu domínio e as classes subalternas são cobaias nesse processo de hegemonia que cria desigualdades e discriminações que ainda nos assombram.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **“O morto vestido para um ato inaugural”**: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

FEDERECI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FRANCO JR, Hilário. **A Eva Barbada**: Ensaio de Mitologia Medieval. São Paulo: EDUSP, 2010.

FRANCO JR, Hilário. **Cocanha**: a história de um país imaginário. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques; TROUNG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

PERES NUNES, Geice. **A poética de Manoel Camilo dos Santos**: um diálogo entre a poesia popular do Nordeste e a literatura culta. (Tese de Doutorado). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

RIBAS, Helena Macedo. **Entre vícios e virtudes**: a sátira dos goliardos medievais (séculos XI-XIII). Cadernos de Clio, Curitiba, nº5, 2014.

SANTOS, Manuel Camilo. Viagem a São Saruê. *In*: **Literatura popular em verso**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1964, p. 555-559.

VIDEIRA LOPES, Graça. **A sátira nos cancioneiros medievais galego-portugueses**. Lisboa: Estampa, 1994.

Estudo sobre os desdobramentos dos ataques submarinos de 1942 em Sergipe

Priscila Antônia dos Santos¹

Dilton Cândido Santos Maynard²

INTRODUÇÃO

O ataque à Pearl Harbor feito pelo Japão, em 07 de dezembro de 1941, assinalava a entrada dos EUA na II Guerra Mundial. Como desdobramento de tal ato de agressão, todo continente americano foi obrigado a se posicionar no maior conflito mundial. Nessa perspectiva o Brasil com suas dimensões continentais e posicionamento geoestratégico favorável (saliente nordestino) viu-se obrigado a abandonar sua bandeira de neutralidade.

Na ocasião da III Conferência dos Chanceleres, entre 15 e 28 de janeiro de 1942, sediada no Rio de Janeiro, o presidente Getúlio Vargas anunciou o rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil

-
- 1 Graduanda do curso de História da Universidade Federal de Sergipe e integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente-GET/UFS. <http://lattes.cnpq.br/0134026830735338>. E-mail: priscila@getempo.org.
 - 2 Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (1999), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (2002), doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2008) e Pós-Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Líder e fundador do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET-UFS). Bolsista Produtividade CNPq-Nível 2. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7966825011414341>. E-mail: dilton@getempo.org.

e o Eixo. Essa tomada de decisão da política externa brasileira acompanhou os antecedentes dos ataques dos submarinos alemães aos navios brasileiros no decorrer da guerra.

O projeto de pesquisa “*O Pearl Harbor brasileiro: O cotidiano em Sergipe na Segunda Guerra Mundial 1942-1945*”, tem por objetivo realizar uma análise dos torpedeamentos sofridos pelos navios mercantes brasileiros (Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba e Arará), atacados pelo submarino alemão U-507, nos litorais de Sergipe e Bahia, entre os dias 15 e 17 de agosto de 1942, observando a repercussão dos ataques que oficialmente provocaram a entrada do Brasil como único país da América do Sul a se envolver belicamente no maior conflito mundial.

Parte constante do projeto, o plano de trabalho *Estudo sobre os desdobramentos dos ataques submarinos de 1942 em Sergipe*, realizou pesquisas sobre os efeitos da série de ataques aos navios brasileiros em 1942. O objetivo foi analisar como os torpedeamentos influenciaram o cotidiano da cidade de Aracaju, identificando os espaços e personagens envolvidos com o evento, através da leitura de periódicos da época, levando-se em consideração a maneira como a censura instituída no governo Vargas durante o Estado Novo (1937-1946) através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) atuava nos jornais.

As fontes utilizadas encontram-se no acervo físico da Hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dória, onde foi apurado *O Nordeste*. Através da plataforma online disponibilizada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (SIBIUMS), que oferece notícias digitalizadas pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, foi acessado o *Folha da Manhã* e o *Correio de Aracaju*.

Os impressos foram catalogados, transcritos e interpretados à luz da metodologia indicada por Tânia Regina de Luca (2005), analisando-se os termos empregados, a autoria, o texto em si e a forma como a notícia estava sendo divulgada. Os textos “O Historiador e

Suas Fontes” e “Verdades Sobre os Jornais” de Itamar Freitas de Oliveira (2007), advertiram sobre o cuidado que o historiador deve ter ao lidar com jornais enquanto fontes históricas. O que é publicado na mídia não pode ser tomado como verdade, pois é atravessado de interesses de quem os produz, embora seja mesmo uma fonte disponível para se conhecer determinada época com devida cautela.

OS PERIÓDICOS

Segundo Oliveira, Gondim e Mello (2009), em *Jornal Correio de Aracaju e o fim da Segunda Guerra*, o matutino foi fundado em 24 de outubro de 1906, pelo General Manuel Prisciliano Oliveira Valadão (1849-1921) e encerrou suas atividades em 29 de junho de 1962. O periódico circulava diariamente para quinze cidades sergipanas, a redação e oficina funcionavam na av. Rio Branco, nº 34. O Correio só apresentava os nomes de alguns colunistas do Diretor-Proprietário, Luiz Garcia Filho e o Redator-Chefe, Zózimo Lima, que estiveram na administração durante o período da II Guerra.

O *Folha da Manhã* foi fundado em 23 de janeiro de 1938, pelo Diretor-Proprietário Adroaldo Campos. A partir de 1941, a propriedade foi passada para Manuel Vicente de Brito e a direção para José Soares de Brito. A redação e oficina funcionavam na rua Laranjeiras, nº 362. Diferente do Correio de Aracaju, o *Folha da Manhã* possuía um viés religioso o Cônego Edgar Brito, filho do dono do jornal, foi um dos principais colunistas do noticiário.

Com relação aos aspectos materiais, o *Correio de Aracaju* e o *Folha da Manhã* apresentavam algumas semelhanças, geralmente, eram constituídos por quatro páginas. Na primeira, a Guerra que se desenrolava na Europa era o assunto principal, as manchetes vinham em destaque falando sobre invasões, bombardeamentos, blitzkrieg e entre outros. Nas páginas internas eram apresentadas colunas literárias, curiosidades, esportes etc. As últimas pá-

ginas divulgavam os acontecimentos locais que disputavam seu espaço com os anúncios, ali também se encontravam os “Fatos Policiais”, as reclamações dos leitores, os anúncios dos cinemas, avisos da prefeitura, programação cultural etc.

OS TORPEDEAMENTOS DO SUBMARINO U-507

No dia 18 de agosto de 1942, o jornal *Folha da Manhã* informou o seguinte em sua segunda edição:

Quando chegou a notícia do torpedeamento dos navios brasileiros os colégios e repartições suspenderam os seus trabalhos. O comércio fechou as suas portas para somente abri-las, hoje. O povo principalmente, uma cidade que passou o resto do dia de ontem exaltada em passeatas de desagravo pelas ruas, agora já voltou mais à serenidade. A cidade no entanto continua consternada, mormente, agora à tarde, quando chegam cadáveres encontrados pelas praias. [...] Nota-se no semblante dos tranzeuntes um ar de tristeza profunda. Sergipe, nunca em sua vida presenciou no seu território uma cena tão triste como a que está presenciando nestes dias (**FOLHA DA MANHÃ**, 18 de agosto de 1942, n. 341, p. 1, 2. ed.).

O *Folha da Manhã* relatou o impacto sentido pela população de Aracaju logo após a chegada da notícia dos torpedeamentos. Na obra *Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe*, no capítulo “O fim do mundo começou no mar: os ataques do U-507 no litoral sergipano em 1942”, Assis e Maynard (2013), analisaram o ataque ao Baependi com lançamento de dois torpedos em curto intervalo de tempo o que diminuiu consideravelmente as chances de sobrevivência das vítimas. As atividades comerciais foram suspensas, os jornais foram proibidos de circular, observando a data de publicação é visto que demorou três dias para veicular a primeira notícia, o *Folha da Manhã* se explicou:

Logo que soube do trágico acontecimento que cobriu de luto toda a pátria brasileira, “Folha da Manhã” cerrou

as suas portas e suspendeu a sua circulação. Só depois que recebeu a palavra oficial sobre o torpedeamento dos cinco navios brasileiros, abriu-as de novo e circulará em duas edições (sic) (**FOLHA DA MANHÃ**, 18 de agosto de 1942, n. 341. p. 1 e 4, 1. ed.).

O DIP sob direção geral de Lourival Fontes, emitiu diretrizes para todos os DEIPs no dia 05 de abril de 1942, as quais proibiam a divulgação de notícias sobre ataques a navios de quaisquer nacionalidades em águas brasileiras para não gerar tumulto na população (ASSIS; MAYNARD, 2013). Entretanto, as cenas que compuseram o quadro da tragédia humana nas praias de Sergipe chocavam a população, como bem lembrou o jornal “no semblante dos tranzeuntes um ar de tristeza profunda”, mas não só a melancolia, a cidade foi tomada, principalmente, pelo sentimento de indignação e revolta.

De acordo com Neil Lochery (2015), passeatas e comícios de desagravo aconteceram em várias cidades brasileiras, sendo comum a presença de jovens estudantes e o pedido para que o Brasil declarasse guerra ao Eixo, o que ocorreu no dia 22 de agosto de 1942. Sobre o Comício do Desagravo e os protestos dos estudantes, o matutino ressaltou o caráter patriótico dessas manifestações, vejamos:

Enquanto isto Os estudantes sergipanos, os colegiais patrióticos, herdeiros de uma tradição de bravura e de civismo, se aglomeravam pelas ruas e Praças da cidade e ardendo viva ao Brasil, exaltavam a coragem indômita do nosso bravo marinheiro [...] Quando a consternação já era grande e ainda indignação maior, chega a notícia do torpedeamento de dois outros navios nacionais - “Itagiba e “Arara”. Aí então dobra a consternação do povo e a sua indignação chega ao auge. A polícia vê-se obrigada a intervir por várias vezes a fim de conter a multidão e evitar distúrbios. O povo é dócil e obedece facilmente” (sic) (**FOLHA DA MANHÃ**, 18 de agosto de 1942, n. 341. p. 1, 1. ed.).

O trecho acima deixou subtendido que ocorreram excessos nos comícios, uma vez que foi necessária a intervenção policial. No entanto, em seguida, o jornal ressaltou que “o povo é dócil e obedece facilmente”, para representar uma imagem ordeira. O

aspecto dessas manifestações de desagravo que o *Folha da Manhã* escolheu não publicar foi a violência praticada contra pessoas suspeitas de ligação com os torpedeamentos, como o caso do italiano Nicola Mandarinio que foi preso acusado de ligação com os torpedeamentos e teve sua casa depredada pela população.

EFEITOS DOS TORPEDEAMENTOS

A “QUINTA-COLUNA” SERGIPANA

Segundo o glossário online do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC da Fundação Getúlio Vargas – FGV, “quinta coluna” foi um termo cunhado durante a guerra civil espanhola, em Madri, usado para se referir aos indivíduos apoiadores das quatro colunas contrários ao governo da Frente Popular Republicana. No período da II Guerra, a nomenclatura designava indivíduos que agiam sornateiramente em favor do Eixo em países em guerra, ou prestes a entrar em conflito, fazendo obras de sabotagem e espionagem. Em Sergipe, o termo “quinta-coluna” se tornou muito usual nos jornais principalmente, após a entrada do Brasil na Guerra.

Apenburg (2013), em sua monografia *Sob Suspeita: o combate aos estrangeiros em Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial*, escreveu sobre o tratamento dispensado aos estrangeiros após o torpedeamento dos cinco navios mercantes na costa de Sergipe e Bahia. A autora utilizou como fontes jornais da época e o inquérito policial do Chefe de Polícia Enock Santiago destinado ao interventor Maynard, o qual tratava da prisão de vinte e quatro estrangeiros sob suspeita de ligação aos torpedeamentos. Para a autora, os estrangeiros não são vistos como “meros reflexos emitidos pelos jornais”, ao contrário, os jornais são consideradas fontes passíveis de crítica e não espelhos da verdade.

A autora acima citada realizou uma análise do inquérito observando as falas de cada estrangeiro. Dentre esses vinte e quatro presos políticos, apenas dois permaneceram detidos e foram julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Eram, o italiano Nicola Mandarinio e o alemão Hebert Merby, mas a acusação de ligação aos torpedeamentos não ficou provada em nenhum dos casos. Entretanto, o italiano permaneceu preso por possuir armamento em sua propriedade e se declarar fascista. No segundo caso, não houve provas concretas, a acusação foi baseada no comportamento do alemão, que se assumia como nazista.

Em Sergipe, após a chegada da notícia dos torpedeamentos uma multidão foi até a casa de Nicola Mandarinio e a depredou, sua família teve que ser retirada às pressas pela polícia. A revolta foi caracterizada pela decisão popular imediata, na ânsia de encontrar um culpado para vingar-se pelas agressões sofrida nos mares. *O Nordeste* justificou a ação do povo do seguinte modo:

[...] este povo, ontem numa verdadeira demonstração do patriotismo e sentimento cristão em sinal de protesto contra o derramento do sangue de nossos irmãos impiedosamente sacrificado no fundo das águas, penetrava nalguma das “celulas” quinta-colunistas que constituíam o quartel general, entre elas a do estrangeiro Nicola Mandarinio, onde encontraram armamentos proibidos bem com estações transmissoras e receptoras além de bombas perigosas, gaz lacrimojante e outros apetrechos de guerra Também foram apreendidos documentos, um retrato de Hitler e a bandeira italiana. Tudo isso na residência particular e na casa comercial de um cidadão estrangeiro que enriqueceu em nosso país e ainda se naturalizou brasileiro (*sic*) (**O NORDESTE**, 18 de agosto de 1942, p. 03 n. 144).

No início desse fragmento o autor tentou justificar o ataque à residência, como demonstrações de patriotismo e até religiosidade, evidenciando o consentimento com o feito, discordando até da ordem exigida pelo Estado Novo (1937-1945). Em seguida, foi utilizada a palavra “penetrava” para referir-se a uma verdadeira invasão à casa

de Nicola, dessa maneira, o jornal tentava abrandar o acontecimento, inclusive, em nenhuma parte do noticiário foram utilizados termos que denotassem violência para ação da população, ao contrário, isso fazia parte do senso de justiça.

Dentre as apreensões de objetos feitas na residência, chama atenção a menção à bandeira italiana. O objeto foi mencionado como uma prova de crime, mas seria de se esperar que um italiano tivesse uma bandeira de seu país natal, também seria compreensível um homem como Nicola Mandarino dispor de uma estação de rádio, os fatos apontados por O Nordeste não sustentavam uma conexão entre os ataques e o italiano.

Sendo assim, as acusações que de fato se faziam pertinentes, como o porte de armamentos italianos, se confundiam com os discursos xenófobos, e o fato de Nicola Mandarino se constituir como um homem de boa condição financeira incomodava, como foi evidenciado no trecho “cidadão estrangeiro enriqueceu em nosso país”, frase típica do discurso xenófobo. Estar no lugar de estrangeiro nesse contexto incomodava e a riqueza acentuava ainda mais essa aversão. Segundo Cruz (2012), não só a casa do italiano sofreu ataques, suas lojas também foram depredadas.

MOBILIZAÇÃO DOS SERGIPANOS

A reação de revolta da população foi habilidosamente aproveitada pelo Estado Novo para endossar os valores cívicos e o amor à pátria. Por coincidência os torpedeamentos ocorreram próximos às datas cívicas, o que veio a calhar aos objetivos do Estado, figuras militares celebradas nesse período foram estrategicamente utilizadas nos discursos. Como Duque de Caxias, elemento do passado usado para legitimar uma causa daquele presente. Duque de Caxias, enquanto elemento simbólico, mostrado como figura heroica “espartana”, evocada para engajar, principalmente, os mais jovens a lutar sem temer (FOLHA DA MANHÃ, 25 de agosto de 1942, n. 347. p. 4).

No dia 16 de setembro de 1942, foi decretada nacionalmente a Mobilização Geral, na prática permitia aos ministérios do governo tomar medidas, “no domínio econômico, militar, científico, de propaganda, de mão de obra e de trabalho, necessárias a defesa do território nacional” em prol da guerra. Durante a Segunda Guerra várias organizações de iniciativa civil e governamental ficaram conhecidas por participarem do esforço de guerra. No Brasil foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), lançaram também a Campanha dos Metais, Campanha da Borracha, entre outras (FOLHA DA MANHÃ, 18 de setembro de 1942, n. 367. p. 4).

Em Sergipe, algumas campanhas de iniciativas civis tomaram notoriedade. Como a “Campanha Pró-Aquisição Aníbal Benévolo” patrocinada pelo Folha da Manhã. A campanha foi idealizada por um comerciante português de Aracaju, José Couto Faria, com o objetivo de levantar finanças para aquisição de um avião de treinamento avançado para a segurança do Estado. A Campanha era propagandeada no *Folha da Manhã* e contava com uma lista de todos os contribuintes, sendo atualizada conforme surgiam novos colaboradores:

Sergipanos!

A campanha pro-aquisição do avião “Aníbal Benévolo” reclama a sua pronta e espontânea adesão. Seja patriota e concorra para esta campanha que visa a Defesa Nacional. Campanha patrocinada pela “Folha”. Pró-aquisição do avião “Aníbal Benévolo” Há quem pense que a ofensiva pertence exclusivamente ao agressor, ficando ao agredido apenas a defensiva. Isso se dá no começo, mas no decorrer da luta, as posições se modificam. Devem mesmo modificar-se, pois na defensiva não se vence a guerra: já o declarou alguém. É o nosso caso o Brasil está em atitude defensiva, mas há de passar naturalmente atacar para vencer. Esta Nossa campanha visa contribuir para tornar ainda mais eficiente o nosso ataque ao inimigo da civilização cristã. Que venham, pois, as novas e muitas e fortes adesões. Posição monetária da campanha:

Sr. José Couto Faria-2:000\$000

Srs.Peixoto Gonçalves & Cia-2:000\$000

Pedro Armado & Cia-(Fábrica S. Cristovão)-2:000\$000[...].
(sic) (FOLHA DA MANHÃ, 18 de setembro de 1942, n. 367. p. 4).

A divulgação desse tipo de iniciativa era sempre acompanhada de um pequeno texto para convencer os sergipanos a realizarem doações, a participação nesses empreendimentos era um modo de demonstrar a lealdade a nação brasileira. A necessidade defensiva, nesse caso, foi usada como argumento para atrair os colaboradores, o argumento final se dirigia para a “civilização cristã”. A arrecadação atingiu a meta necessária em julho de 1943, com o valor de Cr\$ 50.000,00 para compra do avião.

Já a campanha emplacada pelo *Correio de Aracaju* objetivou a arrecadação de “1.000 bois”, como fora nomeada, para o abastecimento das forças armadas. Foi iniciada em 27 de agosto de 1942, com as especificações que o animal deveria ter no mínimo 15 arrobas e ser deixado à disposição do exército. A divulgação da campanha “1.000 bois” foi realizada semelhante ao *Folha da Manhã*.

O interventor sergipano, Augusto Maynard Gomes (1886-1957), foi o primeiro colaborador da campanha, o que provavelmente, serviria de exemplo para outras pessoas participar. A meta foi atingida no dia 12 de outubro de 1942, já tinham sido arrecadados 1045 animais. Com essas iniciativas, se pode perceber o engajamento desses jornais em prol da guerra. A partir da análise das listas dos contribuintes divulgadas dias após dias se observou que os doadores em sua maioria eram pessoas de boas condições financeiras, comerciantes da capital e do interior.

CARESTIA E ESPECULAÇÃO

De acordo com Andreza Maynard (2015), a especulação dos preços já era um problema do Estado Novo recorrente desde a década de 1930, e as medidas de controle também remontam essa época, com a criação das Comissões de Tabelamento, em 1938. A variação de preços dos alimentos em Sergipe era um problema que havia se in-

tensificado, sobretudo, após os torpedeamentos no litoral sergipano, pois a navegação de cabotagem que passou a ser acompanhada pelo sistema de comboios para garantir a segurança das embarcações não adentrava o porto sergipano por ser considerado raso.

As reivindicações populares contra a especulação dos alimentos foram constantes em 1943. A seguir traremos algumas amostras desses frequentes reclames populares, veiculados no *Correio de Aracaju*, através da coluna “O povo se queixa”, geralmente publicados nas páginas internas do impresso. A carne verde (carne fresca), foi o alimento mais mencionado pelos moradores. Os problemas variavam desde a escassez do produto, a falta de fiscalização, a especulação, até o oportunismo dos vendedores, como foi relatado no noticiário, no dia 21 de agosto de 1943:

A carne verde é alimento que só abastados podem se servir. Carne com osso, Cr. \$ 3,20, e sem osso, Cr. \$ 4,80. E tem mais essa. O que o já não tem mais, no mercado, 1000 gramas. Varia entre 750 e 800. É uma verdadeira revolução que fizeram os carnicheiros no peso. E quem quiser que, mesmo geitosamente, com receio de cair na antipatia do imperador do talho e na próxima vez ficar sem o produto indispensável, faça qualquer reclamação! Os doze bois abatidos diariamente para uma população, como a da nossa capital, de 60 mil almas, onde dar aos ferozes da batidores e marchantes o poder absoluto de transformar, por uma esquipatica com menção atentatória ao consagrado o sistema de pesos e medidas, o lucro que bem lhes aprouver (CORREIO DE ARACAJU, 21 de agosto de 1943, n. 3.452. p. 2).

É necessário analisar a maneira como o problema foi relatado, a culpa foi direcionada apenas aos vendedores, embora o abastecimento insuficiente de carne e falta de fiscalização fossem um problema público. Nos bastidores se tem conhecimento que as críticas ao Estado não podiam ser feitas abertamente, as imagens não favoráveis ao governo não poderiam ser exibidas, por isso, todos os noticiários passavam pelo crivo do DEIP sergipano.

A escolha do local para notícia não foi feita por acaso, o lugar ocupado tem algo a dizer sobre o que noticiário gostaria que fossem mais ou menos relevante para os leitores, “é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. Estas, por sua vez, também são atravessadas por hierarquias” (LUCA, 2005, p. 140).

As informações locais eram colocadas nas páginas internas, provavelmente, porque seus redatores não queriam dar destaque, por exemplo, a notícias sobre “Fatos Policiais”, em que se falavam de brigas, homicídios, estupros e entre outros, ou em “O povo se queixa”, com as frequentes reclamações dos moradores sobre a especulação dos preços dos alimentos, a falta de luz, a falta de transportes etc. Vejamos a réplica que foi publicada seis dias após a queixa:

Muito bem, Sr. Prefeito

O povo está satisfeito com as providências tomadas pelo Senhor Prefeito Municipal em atendendo as justas reclamações formuladas por intermédio desta coluna, no que se refere ao peso da Carne Verde. Já o comprador não leva para casa o quilo de carne com 700 e 800 gramas, como entre si, discricionariamente, estabeleceram os açougueiros. Funcionários ativos, interessados pela economia popular, do consumidor, fiscalizam desde ontem, e gloriosamente, o peso da carne em balança precisa, regulada, da prefeitura, estabelecendo, para melhor controle, saída e entrada dos compradores, após a passagem pela balança. Que a medida reclamada de há muito por este jornal e agora atendida não seja provisória, mas estendida também aos vendedores da carne do sol e de porco, que também alimentam concepção do peso exótica e arbitrária (CORREIO DE ARACAJU, 27 de agosto de 1943, n. 3.457, p. 2).

O título da notícia já traz um elogio ao prefeito, nas primeiras linhas o autor se colocou como representante da população ao falar que “o povo está satisfeito” pela fiscalização de alguns estabelecimentos que estavam cobrando indevidamente o preço da carne,

foi ressaltada a ação dos funcionários da prefeitura, como servidores prestativos da população Quanto ao abastecimento ineficaz de carne feito pela prefeitura, nada foi mencionado.

O jornal, ao se colocar como porta-voz da população, talvez buscasse uma maior aceitação do público. Divulgar a reclamação e a solução, possibilitava agradar ao leitor e também ao próprio Estado, tendo sua imagem como provedor. Dessa maneira, se tinha a impressão de um governo que estava unido ao povo. Apesar das divulgações elogiosas à prefeitura, as medidas tomadas eram paliativas, um ou duas semanas depois as reclamações tornavam a aparecer nos jornais.

Além dos gêneros básicos de alimentação faltavam outros produtos, a imprensa também foi um dos setores mais afetados com a falta do papel que era importado do EUA. Diante da escassez do papel, a imprensa sergipana teve que diminuir a quantidade de folhas dos impressos em 1942 e o preço foi elevado no início do ano de 1943:

Papel está por preço quatro vezes superior ao que se encontrava antes (um aumento de mais de 400%), continuando ainda a subir. E não é somente papel: então depressão, material tipográfico, metal para composição e linotipo e etc. Até mão de obra está mais cara, porque, dentro da campanha humana e justa que vimos fazendo pelo reajustamento dos salários, concedemos abono aos nossos operários desde junho passado. E não a compra de papel a prazo. Atualmente, temos de remeter antecipadamente o dinheiro, para que, meses depois, recebamos o artigo pedido. Tudo isto representa uma grande soma de dificuldades para imprensa, principalmente em nosso meio, onde o espírito de publicidade é pequeniníssimo. A imprensa só tem dois caminhos: aumentar os seus preços ou fechar. [...] Hoje, vemos nos obrigados, pelas circunstâncias acima explicadas, a elevar o preço de assinaturas (sic) (CORREIO DE ARACAJU, 02 de janeiro de 1943, n. 2.370, p. 2).

A seguir uma tabela com a variação do preço dos periódicos:

Tabela 1 - Variação de preços dos impressos do Correio de Aracaju e Folha da Manhã

JORNALIS	FOLHA DA MANHÃ			CORREIO DE ARACAJU		
	1942	1943	Δ%	1942	1943	Δ%
PERÍODO						
ANUAL	40,00	50,00	25	40,00	70,00	75
SEMESTRAL	22,00	30,00	36,36	20,00	35,00	75
MENSAL	4,00	5,00	25	4,00	7,00	75

Fonte: autor (2020).

O *Correio de Aracaju* justificava seu aumento baseado nos valores da matéria prima, que teria aumentado em 400%. A alteração de valores era realizada por outros jornais sergipanos, como fez também o *Folha da Manhã*. A guerra trazia dificuldades para os diversos setores comerciais, a imprensa era afetada, principalmente pela falta do papel. Entretanto, chama atenção o aumento feito pelo *Correio de Aracaju*, o mesmo jornal que reclamava se o preço da carne verde subisse em Cr.\$ 0,20 não se intimidou em elevar em 75% o valor do periódico (CORREIO DE ARACAJU, 02 de janeiro de 1943, n. 2.370, p. 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do ataque do U-507 se observou como a população reagiu à tragédia que lançou centenas de vítimas nos mares sergipanos. Primeiramente, com uma forte reação violenta aos estrangeiros do Eixo, como foi mostrado no caso do italiano Nicola Mandarin. As campanhas de arrecadação emplacadas pelos jornais possibilitaram analisar como parte da população se mobilizou em prol da guerra realizando campanhas de arrecadação para as forças armadas. Com os torpedeamentos se intensificaram as dificuldades para os moradores de Aracaju com a escassez dos gêneros alimentícios, por exemplo.

Acompanhar os jornais, dia a dia, permitiu analisar que o local e o destaque que se dá a determinada notícia pode nos contar sobre o momento político vigente, mesmo sem tal pretensão, um olhar mais apurado é capaz de perceber. Com a Segunda Guerra Mundial se ob-

servou um evento com efeitos multifacetados que podia ir desde um trauma da batalha, até a falta de alimentos provocada pela carestia, efeitos indiretos que também deixaram suas marcas em quem viveu. A partir do noticiário, identificamos como a guerra influenciou a vida de quem estava na front, mas também as pequenas ações do cotidiano neste lado do Atlântico, no chamado “front interno”.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. Aracaju Torpedeada: o perigo dos inimigos internos. *In: “A guerra já chegou entre nós”! O cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942-1945)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012.

FGV – CPDOC. **Quinta Coluna**. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/quinta_coluna. Acesso em: 17 jul. 2020.

FREITAS, Itamar. O historiador e suas fontes. *In: FREITAS, Itamar. **Historiografia ergipana***. São Cristóvão: Editora UFS, 2007. p. 69-74.

FREITAS, Itamar. Verdades sobre os jornais. *In: FREITAS, Itamar. **Historiografia sergipana***. São Cristóvão: Editora UFS, 2007. p. 75-79.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LOCHERY, Neill. A decisão. *In: LOCHERY, Neill. **Brasil**: os frutos da guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2015. cap. 11. p. 186-189.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas***. São Paulo: Contexto, 2005. p. 112-153.

MAYNARD, Andreza S. C. (Org.), BARBOSA, Caroline A. (Org.); MAYNARD, Dilton C. S. (Org.). **Segunda Guerra**: histórias de Sergipe. Recife: EDUPE, 2015.

ASSIS, Raquel Ane Lima. MAYNARD, Dilton Cândido Santos. O fim do mundo começou no mar: os ataques do submarino U-507 no litoral sergipano em 1942. *In: MAYNARD, Andreza Santos Cruz. MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **Leituras da***

Segunda Guerra Mundial em Sergipe. Editora UFS. São Cristóvão-Sergipe: 2013. cap. 1. p. 13-30.

OLIVEIRA, Flávia Santos; GONDIM, Laíse Mello; LINHARES, Ronaldo. *Jornal Correio de Aracaju e o fim da Segunda Guerra. Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia.* 2009, Fortaleza-CE. 2009. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1?b_start:int=100. Acesso em: 17 jul. 2020.

TRINDADE, Mônica Porto Apenburg. **Sob suspeita : o combate aos estrangeiros em Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial (1942).** 2015. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6955>. Acessado em: 20 out. 2020.

FONTES

CORREIO DE ARACAJU, 02 de janeiro de 1943, n. 3.270, p. 1, 2 e 3.

CORREIO DE ARACAJU, 21 de agosto de 1943, n. 3.452. p. 2.

CORREIO DE ARACAJU, 27 de agosto de 1943, n. 3.457, p. 2.

FOLHA DA MANHÃ, 18 de agosto de 1942, p. 01, n. 341, 1. ed.

FOLHA DA MANHÃ, 18 de agosto de 1942, n. 341. p. 1, 2. ed.

FOLHA DA MANHÃ, 21 de agosto de 1942, n. 344, p. 3.

FOLHA DA MANHÃ, 25 de agosto de 1942, n. 347, p. 4.

FOLHA DA MANHÃ, 28 de agosto de 1942, n. 351, p. 3.

FOLHA DA MANHÃ, 18 de setembro de 1942, n. 367. p. 4.

O NORDESTE, 18 de agosto de 1942, p. 03 n. 144.

JORNAIS DE SERGIPE – UFS. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>.

Tabela

Tabela 1. Variação de preços do Correio de Aracaju e Folha da Manhã. A tabela foi produzida pelo GraphPad Prism versão 5.0, San Diego, CA, EUA, usando one-way ANOVA.

“Para grandes males, grandes remédios”

As “meretrizes”, seus conflitos e cotidiano na cidade do Crato-CE (1940-1950)

Ravenna Rodrigues Cardoso¹

Simone Pereira da Silva²

Maria Lucélia de Andrade³

INTRODUÇÃO

A historiografia das últimas décadas favoreceu uma história social das mulheres, pois essa vem se voltando para pesquisas que incluem grupos que anteriormente foram marginalizados do poder, e, conseqüentemente, da historiografia. Nesse sentido, Maria Odila Leite da Silva Dias aponta para as “[...] abordagens e métodos adequados que libertam aos poucos os historiadores de preconceitos atávicos e abrem espaço para uma história micro-social do cotidiano” (DIAS, 1995, p. 14). Porém, as pesquisas com enfoque na História das Mu-

1 Graduanda em História pela URCA-CE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0897487604302309>. E-mail: ravennacardoso21@gmail.com.

2 Doutoranda em História pelo Dinter URCA/UFF. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2099993593601274>. E-mail: symonepsilva.historia@gmail.com.

3 Doutora em História pela UFC, e professora de História pela URCA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5787844194833139>. E-mail: lucelia.andrade@urca.br

lheres inicialmente se debruçaram naquelas que fossem parte das elites. Como aponta Michelle Perrot;

Até o século XIX, faz-se pouca questão das mulheres no relato histórico, o qual, na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas (1995, p. 13).

Desse modo, os trabalhos relacionados ao feminino foram ganhando espaço com o surgimento de pesquisas que não necessariamente fizessem essas distinções e comparações entre “mulheres honradas” e “mulheres públicas”. Assim, passaram a ser elaborados trabalhos sobre essa temática com diversas perspectivas, que trouxeram e trazem ricas contribuições para a historiografia. Pesquisar sobre as mulheres, especialmente as pobres, é desafiador, pois, ao utilizarmos fontes processuais é preciso atentar-se à leitura e observar nas entrelinhas, tendo em vista que são documentos redigidos pelos oficiais e não por elas próprias. Por esse motivo falar sobre elas é rastrear a vida e o cotidiano por meio dos registros escritos por homens que relatavam e retratavam a figura feminina, fossem cronistas, médicos, juristas e articulistas dos jornais, com relação a isso Raquel Soihet (2011, p. 295) indica que;

A escassez de vestígios acerca do passado das mulheres, produzidos por elas próprias, constitui-se num dos grandes problemas enfrentados pelos historiadores [...]. Daí a maior ênfase na realização de análise visando captar o imaginário sobre as mulheres, as normas, que lhe são prescritas e até a apreensão de cenas do seu cotidiano, embora à luz da visão masculina. Nos arquivos públicos sua presença é reduzida. Destinadas a esfera privada, as mulheres por largo tempo estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das gerações subsequentes.

Por essa razão, escrever sobre as mulheres é escrever passando pelo crivo dos registros produzidos pelo masculino. Para nos aproximarmos desses conflitos, ou mesmo perceber as tensas relações sociais que circundavam a vida e o cotidiano dessas mulheres.

OS DISCURSOS JURISTA E MÉDICO HIGIENISTA SOBRE A PROSTITUIÇÃO

Os vários discursos sobre a prostituição emanaram dos campos dos saberes que detinha poder e legitimidade na sociedade, mormente o da área médico higienista predominante no século XIX. Como também os campos jurídico e religioso se empenharam em pesquisar e falar sobre a prática da venalidade do corpo e as consequências delas decorrentes. Esses discursos visavam geralmente o controle social, e do corpo feminino.

As pautas higienistas sobre a prostituição durante o período de crescimento urbano de algumas cidades brasileiras foram representadas como uma espécie de vetor de males, percebidas por alguns especialistas desses campos do saber como um desvio moral e patológico, a mulher prostituta foi alvo de interesse para diversas teses na tentativa de enquadrá-las constantemente junto a outros grupos marginalizados socialmente, e, portanto, tendo que ser controlado em nome da ordem, por essa razão elas apareciam juntamente com os bêbados, os vadios e os loucos, formando um dos grupos das denominadas “classes perigosas”, que “[...] se trata da eleição de classes potencialmente capazes de alterar a ordem que se pretende conservar[...]

 (BAUTZ, 2018, p. 613).

A tipificação dessas pessoas sendo de periculosidade é diretamente ligada à ideia de trabalho, que precisou passar por uma reformulação conceitual após a abolição da escravidão, segundo Sidney Chalhoub:

Os debates sobre o projeto de repressão à ociosidade mostram claramente a tentativa dos parlamentares de precisar o conceito de trabalho e seu significado no mundo em que vivam. Procura-se uma justificativa ideológica para o trabalho, isto é, razões que pudesse justificar a sua obrigatoriedade para as classes populares (2012, p. 70).

Com isso, nota-se que a classificação desses grupos se dá em decorrência da necessidade das elites em querer controlar o contingente de populares no mundo do trabalho, para que a ociosidade não fosse um risco a ordem social, uma vez que a ideia de vadiagem, da falta de um ofício, causaria problemas na ordem, “o mundo da Desordem era fluidamente delimitado pela noção do ‘não-trabalho’ (ENGEL, 1989, p. 30). Dessa forma, a prostituição era considerado um não trabalho pela sua forma ilegítima de existência bem como pelos danos que teria potencial de gerar, como nos revela Magali Engels a prostituição era;

Considerada uma atividade remunerada ilegítima, é inserida na categoria de desordem social que, compreendendo desde a noção de crime, classifica a prostituta entre os tipos considerados socialmente doentes, tais como o mendigo, o vadio, o capoeiro, o jogador, o bêbado, o rotineiro, o estelionatário, o ladrão, o malfeitor e o criminoso (1989, p. 94).

Sendo as prostitutas consideradas por parte dos médicos como socialmente doentes essas ainda traziam o agravante de ser um “agente de transmissão de doenças em potencial” visto que durante o século XIX a sífilis acometeu muitas pessoas, e essa doença era a elas atribuída por ser contraído através de relação sexual.

A partir dessas formulações, os médicos se incumbiram da missão de tratar do assunto, e, nos grandes centros urbanos do Brasil isso se deu de forma mais acentuada, como nos aponta Magali Engels, os médicos visavam “Contribuir para a compreensão dos principais aspectos que caracterizam a versão médica do projeto de ordenação

social do espaço urbano, formulado em meio a um período de profundas transformações na cidade do Rio de Janeiro [...]” (ENGEL, 1989, p. 21). Apesar de a questão sanitária ter sido mais frequente em cidades com um maior desenvolvimento econômico, cidades interioranas com menor desenvolvimento da economia também tinha a preocupação com o meretrício⁴, porém sendo incômodos de outra natureza, como veremos ao longo do texto.

Coexistiam e se articulavam os debates sobre como controlar, sobre os danos, sobre, de maneira geral, como lidar com uma atividade que não teria como eliminar. Outra área bastante assídua nesse assunto era a jurídica, com muitos pontos de vista, pois não era raro encontrar os que dentro desse área saíam em defesa dessas mulheres, como Evaristo de Moraes⁵, para ele a prostituição seria mais o “resultado do meio social”, e, dessa forma, não poderia ser considerada como ato criminoso. Porém, essa prática foi criminalizada como sendo um “ato imoral”.

Na concepção de criminologistas como Evaristo de Moraes a prática do meretrício não poderia ser compreendida apenas como perversão moral ou doença, mas como uma forma de sobreviver que seria reflexo da situação social.

Os discursos dos criminologistas se dividam quanto ao assunto, diferentemente dos aspectos elaborados por Evaristo de Moraes existiam os que defendiam que a prostituição era um fenômeno doentio, com origens fisiológicas, orgânicas e patológicas, sendo essa segunda compreensão bastante influenciada pelas teses de Cesare Lombroso⁶, autor de *“A mulher delinquente: a mulher prostituta e a mulher nor-*

4 Meretrício é definido como um sinônimo da prática de prostituição. Ressaltamos que essa denominação é encontrada nas fontes aqui utilizadas, tanto no jornal como nos processos. A título de elucidação estamos fazendo uso dela por esse motivo, visto que essa pode ter uma conotação pejorativa.

5 Criminologista e advogado carioca que atuou em diversas causas sociais como dos operários e também das prostitutas.

6 Psiquiatra e criminologista italiano que se dedicou aos estudos sobre a antropologia criminal, tendo ficado bastante conhecido pela sua teoria do criminoso nato, onde endossava a ideia de características físicas para a propensão para cometer crimes.

mal”, obra onde faz uma distinção entre essas categorias de mulheres por ele apontada, sendo a prostituta criminosa e doente, formularam as características físicas que apontava similaridade entre elas, como o tamanho do quadril, do crânio e outras características que pregavam um determinismo para ser classificada como prostituta e, conseqüentemente, doente e criminosa.

Com a instauração da República brasileira foi elaborado um código penal, o de 1890, nesse texto existiam pontos que eram contraditórios, assim, no início do período republicano os juristas tiveram maiores oportunidades institucionais de organização de uma política voltada para a sexualidade, e foi fazendo uso dessa brechas que juristas como Evaristo de Moraes se tornou um dos criminologistas que não criminalizava as prostitutas e ainda lhes prestavam serviços, entrando com pedidos de habeas corpus quando as prostitutas eram detidas.

Vale ressaltar que uma menção direta a prostituição, dentro do Código Penal de 1890 era feita sobre o lenocínio⁷, e não necessariamente com relação a prostituta em si, no ato de comercialização do corpo, essa era a justificativa nos diversos pedidos de Habeas corpus que Evaristo de Moraes teria se apoiado para recorrer para libertar essas prostitutas.

As formulações de leis que por um lado tentaram “enquadrar” as prostitutas imputando a elas penalidades não se faziam muito efetivas, pois essas também souberam, através de advogados que viam a sua prática como consequência do meio social, fazer uso da lei para recorrer em favor da delas, o que podemos enxergar como resistência através de táticas para sobrevivência em um contexto onde eram classificadas como “degeneradoras da moral” pela estratégia jurídica de controlá-las.

7 O lenocínio se trata da ação que visa facilitar ou promover a prática da prostituição ou dela tirar proveito. Os artigos que trata do lenocínio estão tipificados nos artigos 228 e 229 do código penal brasileiro.

A IMPRENSA E A JUSTIÇA COMO INIMIGAS: O MERETRÍCIO NA CIDADE DO CRATO

Ao analisarmos o periódico cratense *A Ação* podemos perceber como esse, ao passo que atacavam a presença e a postura das prostitutas também gerava um discurso sobre o “recato feminino”, com uma nítida intensão de opor os modelos de moral e de feminilidade aceitáveis. Percebemos uma recorrência de artigos que alertavam para a importância do controle dos pais e da sociedade com relação a conduta dos jovens, em especial, as “moças de boa família”, tendo por finalidade estabelecer comportamentos que fossem seguidos pelas moças à maneira religiosa, é o caso da coluna “alfinetadas”⁸, a qual denunciava que:

Cresce dia a dia a tendência na ala feminina para a masculinização da mulher. Nas famílias mais acatadas, já se sente a influência perniciosa de doutrinas liberais, destruindo o espírito tradicional da família cristã. A geração mossa das Filhas de Eva não quer se conformar mais sem o recato e a austeridade dos mais respeitáveis e edificantes costumes de seus maiores. E os genitores, por força de repetidas capitulações aos princípios da bôa moral familiar, vão se acostumando com as novidades do século e permitindo se introduzam, na família, abusos anteriormente condenadas e combatidos (*A Ação*, 19 set. 1943, p. 1).

Para a moral cristã, a modernidade é vista de forma positiva com relação no tocante a melhoramentos urbanos, sendo aceita e defendida. Porém do ponto de vista dos costumes, esse era tido como maléfico para as famílias, assim, entendemos que havia uma dubiedade com relação aos assuntos da modernidade.

Ao enfatizarem que esse “espírito liberal” estava corrompendo os costumes e denominarem as “moças” que estariam se conduzindo de

8 A coluna Alfinetadas era um espaço para artigos das mais diversas críticas, às vezes ironizando situações do cotidiano citadino e por vezes utilizado para fazer denúncias chamando atenção das autoridades, como nos casos em que escreviam sobre o meretrício na cidade. A coluna sempre vinha na primeira página do periódico e era escrita pelo Padre Pedro Rocha de Oliveira.

forma diferente da que fosse recatada e submissa de “filhas de Eva” esse faz referência a fundamentos religiosos, como nos mostra Nereida Soares Martins quanto a essa tradição moral cristã sobre a mulher “A análise da carga negativa atribuída a Eva se faz importante na medida em que, apesar de esta ser um personagem mítico dentro de um sistema religioso, foram as mulheres, historicamente situadas, o objeto simbólico do mal e da fraqueza humana” (SOARES, 2008, p. 2).

O projeto modernizador que afetou diretamente as prostitutas não ficou restrito aos centros urbanos do sul do Brasil. Muitas outras cidades relativamente desenvolvidas formularam medidas análogas para “organizar” o espaço e “civilizar” os que do ponto de vista da classe dominante, tinham “maus hábitos” e representariam o “atraso e a desordem”, no Crato isso não foi diferente. Encontramos em uma das publicações semanais do periódico, o seguinte relato:

Em toda parte, há a cidade de Deus e a cidade do diabo. De um lado, os que defendem os princípios eternos da Religião, concretizados na prática de preceitos de Deus e da Igreja, no zelo pela moralidade pública, no interesse pelo progresso material fundados nos valores espirituais e morais, do outro os corifeus de Satan, pleiteando e promovendo, à título de civilização, tudo quanto possa rebaixar a nobreza da personalidade humana. [...] Pois bem Senhor Prefeito, em nome dos amigos da cidade de Deus, estou pedindo a V. Excia. E ao digno delegado municipal para tomarem providências contra os repetidos sambas de “mulheres alegres” promovidos ameaçadoramente, nas adjacências do Ginásio do Crato (A Ação, 27 nov. 1940, p. 1) (Grifo nosso).

O apelo as autoridades eram constantes, mas o que mais nos interessa nessa passagem é mostrar que existia uma noção, por parte de quem escrevia tais denúncias, de uma espécie de cartografia, separando a cidade de Deus destinado às “mulheres honestas”, da cidade do Diabo, território profano, frequentado pelas “mulheres alegres”⁹.

9 Importante elucidar que a denominação “mulheres alegres” também era usado como forma de se referir a mulher prostituta, assim como mulher pública, meretriz, rampeira, mulher de vida

Em outro artigo d’*A Ação* verificamos conteúdos que aos nossos olhos versa procura consolidar e atribuir para si a missão da civilidade cristã como elemento de suporte ao referido projeto de civilidade cratense. De acordo com o periódico:

As famílias de Crato, associações de classe, autoridades e povo, devem prestigiar em toda linha, as medidas de repressão do ilustre militar. *Para grandes males, grandes remédios*. Importa, no caso, reprimir o mal com toda inflexibilidade para arrancar um cancro social que invene-na as fontes de pureza e honestidade da nossa sociedade. Daqui enviamos ao Major Alfredo Dias os nossos aplausos pelas medidas oportunas, que vem de tomar contra o meretrício público (*A Ação*, 23 abr. 1951, p. 1).

Assim, podemos apontar que os ataques feitos pelo referido jornal usaram para sua validação um suposto incômodo das famílias e de outros setores da população, os representantes do jornal tomavam para si a responsabilidade de denunciar o que consideravam ser ataque a moralidade pública. Em outra edição enfatizaram que o periódico cumpria sua missão enquanto agente denunciador desse “mal”, mas que outros setores- justiça- não vinham cumprindo o papel que lhes cabia;

Em algumas notas da presente edição, apresentam-se graves denúncias contra atentado á moralidade publica, são fatos concretos que ferem dolorosamente o pudor social, sem que se tomem eficientes represalias. Efetivamente, o padrão de moralidade publica da cidade vai decaindo, por ausência de medidas oportunas contra os conpurcadores dos nossos bons costumes (*A Ação*, 27 abr. 1947).

Vale notar que o mesmo periódico oscilava entre a exaltação e atuação policial e cobranças sobre medidas para combater o meretrício, enfatizando que a atuação desses ainda era mínima, deixando “correr solta a desordem”, desordem essa quase sempre atribuída exclusivamente ao meretrício. Quando suas reivindicações não eram atendidas

a contento, rapidamente mudavam o tratamento direcionado à polícia, usando a opinião pública para pressionar a ação do poder coercitivo do Estado. Como é evidente em outra passagem do periódico

Nessa semana que findou, bem perto da Ponte Velha que leva á ladeira do Seminário, pessoa absolutamente idônea teve que mudar de vista para não deparar-se com uma mulher banhando-se, em pleno dia, nos trajés menores das estátuas grega.

Um pouco mais adeante da ponte velha, quando o Rio faz curva, com altas ribanceiras, ai a imoralidade pública campeia, sem punição, denunciando dolorosamente o abandono do Crato sob o aspecto da moralidade. Um antro de promiscuidade dos nossos costumes. **Um atestado eloquente de que não há autoridade policial interessada em zelar pelo patrimônio moral da cidade.**

Nem se diga que tais cenas jamais foram levadas ao conhecimento da autoridade policial. Várias vezes “A AÇÃO” tem chamado a atenção de quem é de direito, em nossas incisivas, sem que se tomem as providências que o caso merece, quando não se faz ouvido de mercador, como está acontecendo ultimamente. Não vale a pena apelar para a autoridade policial. E como são repetidas as queixas que nos chegam a respeito, para não desprezar os pedidos de protestos formulados por particulares contra os aberrantes crimes de moral pública, consignamos, nestas linhas, o mais veemente protesto contra esse desrespeito ao pudor da nossa gente, protesto que, por falta de destinatário, vai sem endereço (*A Ação*, 27 abr. 1947) (Grifo nosso).

A passagem acima é parte de um artigo da coluna permanente intitulada de “Alfinetadas”. Com o presente trecho nos é possível identificar alguns mecanismos utilizados pelo jornal *A Ação* para denunciar o que julgavam ser imoralidade e desordem. É válido atentarmos para o constante uso de adjetivos como honesto, idôneo e honrado quando tratavam de um denunciante com interesses em comum aos dos articulistas, o que no decorrer das análises podemos supor que possam fazer parte do mesmo grupo social. Em outras edições percebemos a exaltação de alguns agentes da justiça, como esse texto que discorre sobre a atuação da Promotoria Pública;

A Promotoria Pública, com o ilustre dr Hélio Idelbergue Leal, não encarou dificuldades e esforços no sentido de coibir semelhantes abusos. Todos conhecemos a atitude brava do digno promotor citado, atualmente ausente da comarca, relativamente ao combate rijo e legal ao meretrício e demais chagas sociais (A Ação, 23 set. 1951, p. 1).

O promotor público mencionado em forma de homenagem pelo jornal é o mesmo que apareceu como responsável por promover um caso de lenocínio no Crato. Processo esse que nos chamou atenção em virtude dos agentes envolvidos, bem como pelas suas peculiaridades. No inquérito, deixam explícito que a promotoria teria tomado conhecimento da existência de uma casa de prostituição na cidade através da imprensa local.

O que os redatores desse periódico escreviam sobre essas mulheres, acusando-as, estava alinhado aos valores cristãos católicos conservadores. É necessário atentarmos para a ambientação da zona do meretrício. Ao discorrerem sobre o incômodo de “famílias de bem” que não conseguiam “viver honestamente” com tamanha “perversão moral” por causa das casas de prostituição que ficavam localizadas nas adjacências de suas moradias

Meretrício e outros abusos estão a merecer a vigilância policial.
São constantes as queixas das famílias contra esta série de abusos.
Ainda esta semana, uma honrada família que reside á rua Pe. Ibiapina nos assegurou que, naquela rua, entre as Travessas Barbara de Alencar e José de Alencar, funcionava dous novos antros de meretrizes. E o que é pior é que as marafonas cometem toda a sorte de desrespeito ás famílias, ali domiciliada, alegando só de maus fazem suas peripécias (A Ação, 27 abr. 1947, p. 1).

Percebe-se que a citação enfatiza a informação de que os denunciadores eram de “família honrada”, ou seja, o aspecto da reputação que para o periódico era a esperada, estava respaldada na questão da

honra a motivar reclamações e reivindicações de providências, visto que de acordo com a moral cristã, a honra é um elemento de suma importância, assim, essa “família honrada” estariam sendo “contaminada” pelos hábitos das “meretrizes” e “marafonas” que insistiam em ocupar os mesmos espaços, o que tanto para as famílias que se achavam ser detentoras dessa honra era convivência inconcebível, uma vez que o modo de vida dessas outras mulheres fugia aos padrões estabelecidos e esperados. Segundo os articulistas e os reclamantes, o fato de as meretrizes afrontarem de propósito, como indica o articulista- é uma prova de que mesmo diante das investidas da imprensa e da ação policial decorrente das denúncias, elas não se calam e resistiam aos esforços daqueles que pretendiam removê-las dessas áreas.

Em segundo plano não podemos deixar de destacar a “especialização da zona”, uma vez que no projeto de “civildade”¹⁰ que estavam tentando forjar para a cidade não seria bem quisto que bordéis ocupassem áreas estratégicas e centrais, pois todas as ruas citadas localizam-se no espaço central da cidade. Discorrendo sobre a espacialização, Iarê Lucas Andrade nos aponta que “O cotidiano do meretrício achava-se nessa condição. Fora dos padrões estabelecidos pelo discurso da moral e da ética cristã, “necessitava”, sob a ótica dos defensores dessa última, de uma territorialização” (ANDRADE, 2000, p. 19).

No âmbito jurídico o meretrício também se fazia presente, fossem em decorrência dos conflitos entre meretrizes com clientes, com outras meretrizes, com os populares de um modo geral, bem como as ações da promotoria na tentativa de fechar lugares que fossem suspeitos de funcionar como bordel, como no caso de Olinda Drummond, Ela foi acusada pela promotoria pública da cidade do Crato de manter uma casa com finalidades de prostituição:

10 Conceito utilizado pela historiadora Otonite Cortez ao indicar, em seu trabalho, que os cratenses reivindicavam em seus discursos esse caráter de civildade, o qual julgavam ser típico do Crato e do povo cratense.

O promotor de justiça da comarca vem perante v. Ex denunciar OLINDA DRUMOND, brasileira, casada, proxeneta, residente nesta cidade, à rua Nelson Alencar, nº 38, pelo fato delituoso que, em resumo, passa a expor: A indicada mantém, nesta cidade, à rua Nelson Alencar, nº 38, uma casa destinada a encontros para fins libidinosos, abrigando nesse alouce cerca de quatro meretrizes escravizadas ao comércio do seu próprio corpo, com o que vem auferindo lucros apreciáveis (BR, CDOCC, FHP, OUT, p. 3).

Olinda Drumond foi acusada de manter, na cidade, um bordel com disfarce de um ambiente que seria uma “cafeteria”, no sumário de culpa apontam-na como proxeneta, palavra que é utilizada como sinônimo de cafetina, que por extensão é a pessoa que lucra com a prostituição de outras pessoas. Tendo em mente que a única possível de ser penalizada era ela, pois, segundo o código penal de 1890 a prostituição por conta própria, ou seja, a pessoa que pratica por si sem o “gerenciamento”, como no caso uma cafetina, não é entendido como crime, por outro lado, o lenocínio era, Olinda Drumond estaria sendo acusada de facilitar e lucras com a prostituição de quatro mulheres que residiam nesse ambiente.

A localização do estabelecimento que a promotoria se referia na denúncia acima citada como sendo um bordel, trata-se de uma casa situada na Rua Nelson Alencar, essa rua ficava localizada na parte central da cidade, era ainda bem próxima onde ocorria a tradicional feira da cidade, hoje conhecido pelos moradores como “mercado antigo”¹¹. Na cidade do Crato a referida rua era conhecida também por ser parte do que se compreendia como sendo ‘zona do meretrício’.

Essa área da cidade onde estava localizada a casa de Olinda Drumond também é próxima de onde funcionavam alguns bordéis, a historiadora Ana Isabel Cortez, ao tratar da chegada da linha férrea na cidade do Crato e das mudanças decorrentes disso escreveu sobre um famoso cabaré da cidade:

11 É assim chamado pelo fato da construção, nos idos de 1980, de um novo local estruturado para o funcionamento da referida feira, que está situado próximo à rua Nelson Alencar.

A prática do meretrício certamente já existia no Crato, no entanto, com o funcionamento do tráfego ferroviário na cidade ela parece ter sido intensificada. Glorinha, com seu cabaré estabelecido em uma rua acima da estação ferroviária, ganhou visibilidade em toda região do Cariri, sobretudo entre as décadas de 1940 e 1960, de tal maneira que seu nome e trajetória ainda são muito conhecidos na cidade. Existiam ainda outras pequenas casas com o mesmo funcionamento, porém nenhuma com semelhante fama (CORTEZ, 2008, p. 48).

A partir disso podemos perceber que essa era uma zona de prostituição, bem como podemos pensar nas redes de relações estabelecidas, visto que o cabaré de Glorinha detinha essa fama, ao passo que Olinda, nos idos de 1950, estava detida sob a acusação de lenocínio, ela não tinha, obviamente, as mesmas redes de relações de Glorinha, tampouco a fama, embora também tivesse contato com as pessoas ligadas a justiça, o que usou em sua defesa. Na apelação do caso de Olinda, o advogado de defesa usou uma tática que se referia à presença de policiais na casa da acusada, declaração que foi prestada por ela:

Porque Clovis Aguiar, investigador da Polícia Federal, quando aqui esteve em visita à sua família, frequentou o bordel, segundo informa a própria Olinda Drumond, á fls. 9v.-10: [...] acreditava a apelante estar numa situação de fato praticando ato lícito, vez que, amasia do soldado José Severino, frequentada pelo delegado de polícia e por agente secreto da polícia federal, não podia, como não pode ter convicção, certeza de que cometia crime (BR, CDOCC, FHP, OUT, p. 31).

Diante disso podemos perceber que era complexo as relações que envolviam o meretrício no Crato, pois se havia esforços por parte de agentes da lei como o promotor do caso, em penalizar Olinda pelo seu crime, havia também os agente da lei que faziam uso desses espaços, dando uma complexidade no entendimento do cotidiano do meretrício. Olinda Drumond e seu advogado usaram isso como tática, e pediram para que os agentes da justiça que outrora teriam se

isentado de prendê-la ou comunicado da ilegalidade de suas ações, esses se faziam presentes no ambiente ilegal apontado na denúncia.

Mesmo com todo o esforço em justificar que não acreditava praticar ilegalidade pelo fato de nunca ter sido advertida pelos “homens da lei” a ré ainda teve como resposta a sua apelação com base na sua educação, como uma nítida forma de responsabilidade pelos ensinamentos que teria tido em colégio católico:

Olinda Drumond tem consciência e logrou a fortuna de, em mocinha, matricular-se em colégio católico onde de certo não lhe escassearam oportunidade de aprender os caminhos verdadeiros da vida[...] Olinda Drumond transviou-se do caso pasando da linha reta de mãe de família ; arribando do Piauí adentrou-se no Ceará e atraída pela sedução epicurista da vida moderna airou-se aventureiramente empolgando-se no lenocínio (BR, CDOCC, FHP, OUT, p. 37).

Percebe-se que mesmo diante das justificativas do advogado de defesa os julgadores voltam a insistir que a ré teria desviado da oportunidade que tivera de seguir no “caminho verdadeiro da vida” por ter sido alfabetizada em colégio católico, portanto no entender do julgador ela deveria sim estar no rol dos culpados por ter desviado sua conduta indo de mãe de família educada em colégio católico a uma proxeneta, e, portanto, culpada. Quantos aos agentes da lei envolvidos no caso nenhum sequer foi notificado a prestar esclarecimentos, e Olinda sendo advertida que tal tentativa seria a de “justificar um erro com outro”, pois ela não seria tão ignorante a ponto de não conhecer a ilegalidade do que estava praticando, ao final ela teve sua pena reduzida, mas as autoridades locais saíram ilesos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Iarê Lucas. **“Da linha do trem prá lá”**. O discurso sobre a prostituição na cidade do Crato (1940-1960). Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

BAUTZ, Diego Kauê. “Prostituição, propriedade e legalidade: uma análise do conto leão-de-chácara, de João Antônio”. **Palimpsesto**. Rio de Janeiro: UERJ, 2018, p. 603-619. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/viewFile/38372/27031>. Acesso em: 05 ago. 2020.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3. ed. SP: Unicamp, 2012.

CORTEZ, Ana Isabel R. Parente. **Memórias descarrilhadas**: o trem na cidade do Crato. Dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza: UFC, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. Rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840 – 1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relatos de uma experiência. **Cadernos Pagu**. n. 4. Campinas, UNICAMP, 1995, p. 9-28.

SOIHET, Raquel. *História das mulheres*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 263-283.

SOARES, Nereida. A maldição das filhas de Eva: uma história de culpa e repressão ao feminino na cultura judaico-cristã. In: **ANPUH-PB**, n. XIII, 2008, p. 1-10.

FONTES

A *Ação*: 27 nov. 1940, 19 set. 1943; 27 abr. 1947, 23 abr. 1951, 23 set. 1951.

BR, CDOCC, FHP, OUT, 1950, CAIXA 1, PASTA 16.

Servas do Senhor, missionárias da caridade

A atuação das Vicentinas no Ceará (1865-1882)

Camila Gonçalves Santos¹

Maria Lucelia de Andrade²

Quando as primeiras Filhas de Caridade chegaram ao Brasil em 1849, a Igreja Católica, moldada no país, desde os tempos da colonização, a partir de intensa união entre trono e altar – como nos lembra o título da obra de Riolando Azzi (1992) –, passava por alguns reveses. Isso porque também sentiu o desmantelador impacto das novas ideias que despontavam na Europa, seu centro irradiador: liberalismo, racionalismo, laicização, maçonaria, socialismo, protestantismo etc. O crescimento de todas essas novas ideias e doutrinas advindas da modernidade contribuiu para a perda da influência da Igreja, que tanto estabeleceu e solidificou seu poderio durante a Idade Média. Foi para combater o perigo desses males do mundo moderno e planejar a reação da Igreja Católica que o Papa Pio IX, em 1864, assinou dois importantes

1 Graduanda em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: camilagws@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6775831305990340>.

2 Professora do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutora em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: lucelia.andrade@urca.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5787844194833139>.

documentos que detalham pormenorizadamente contra o que a Igreja deveria, naquele momento, lutar: a encíclica *Quanta Cura* e as oitenta teses do *Syllabus*. Alguns anos depois, no agitado decurso do século XIX, houve também o Concílio Vaticano I, em 1870, que além de proclamar o dogma da infalibilidade papal, ainda reiterou a condenação aos valores dos novos tempos.

Diante de todos esses percalços e abalos que sofreu, a Igreja precisou reagir, e esse movimento de reação pode ser denominado de *ultramontanismo*, na acepção de Santirocchi (2015, p. 161), que o define como:

Uma série de ideias e atitudes da Igreja Católica num movimento de reação às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. As suas principais características podem ser assim resumidas: esforço pelo fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; reafirmação da escolástica; restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); e definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação desses perigos por meio da Encíclica *Quanta Cura* e o “Sílabo dos Erros”, anexo à mesma, publicados em 1864.

Nesse momento de contrapartida, a Igreja concentrou parte de seus esforços na valorização do ensino. Transformada em campo de disputa entre liberais e ultramontanos, a educação foi cenário de vários debates e embates naquele período. Pautados no Iluminismo e no cientificismo e inspirados nas reflexões sobre educação inauguradas pela Revolução Francesa (1789), os liberais apregoavam a importância da implantação do ensino laico. A Igreja, por sua vez, entendia a incalculável importância desse território para o fortalecimento do seu ideário e buscou investir ainda mais na educação religiosa e na formação seminarística. Para tanto, não prescindiu do auxílio de ordens religiosas, que tomaram a frente desse processo e dirigiram escolas e seminários.

Convocados pelos bispos reformadores atuantes no Brasil, religiosos como os lazaristas, jesuítas, capuchinhos, dominicanos e salesianos, prestaram um considerável e relevante papel na reorganização e reordenação das práticas católicas. A partir de atividades missionárias populares e da atuação nos seminários, essas congregações masculinas revigoraram a vida religiosa no Brasil e foram responsáveis pela formação de um novo corpo clerical mais atento à disciplina e à rigidez da ortodoxia católica (AZZI, 1983).

Do mesmo modo, a vida religiosa feminina floresceu nesse período. A partir de meados do século XIX, houve o início gradual de um *boom*, que atingiu seu ápice nas décadas iniciais do século seguinte, com a chegada de congregações femininas ao Brasil, sobretudo francesas e italianas³. O desenvolvimento do ultramontanismo tornava o cenário nacional mais atrativo e propício para a recepção dessas religiosas, que serviam estrategicamente para a Igreja reforçar sua presença nos lugares onde elas se estabeleciam bem como salvaguardar espaços onde a secularização ameaçava se estabelecer (LEONARDI, 2010).

Além disso, ocorreu na França o processo denominado *feminização do catolicismo*, que se deu a partir de um significativo crescimento na criação de congregações femininas e a entrada cada vez maior das mulheres para a vida religiosa, onde pelo menos 400 novas congregações foram fundadas e/ou refundadas entre 1800 e 1880 (LEONARDI, 2010). Desse total, algumas optaram pela internacionalização, estabelecendo-se em outros países, e outro tanto recorreu ao exílio, opção mais atrativa do que a permanência na França, já que o contexto político de lá – onde o liberalismo crescia vertiginosamente e iniciava-se um severo processo de laicização das instituições – tornaram o país hostil à presença e instalação das congregações re-

3 Entre as francesas, de acordo com levantamento feito por José Oscar Beozzo, podemos citar: Congregação das Irmãs de São José da Chambéry, Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Menteils, Congregação das Religiosas de Nossa Senhora de Sion, Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers, Congregação dos Santos Anjos, Congregação das Irmãs de São José de Tarentaise, dentre outras (AZZI, 1983).

ligiosas, o que contribuiu, segundo Colombo, para “marginalizar as congregações religiosas dedicadas à educação” (2017, p. 378). Assim, muitas delas sofreram restrições nas suas atividades e optaram pelo exílio em países que estavam dispostos a acolhê-las.

Nesse sentido, Leonardi (2010) destaca que a confluência dos contextos dos dois países propiciou a internacionalização de várias ordens femininas francesas. Onde quer que se estabelecessem, essas mulheres desempenhavam funções imprescindíveis na saúde, ao trabalharem nos Asilos de Alienados e nas Santas Casas de Misericórdia; em obras de caridade e, principalmente, na formação educativa de meninas, e, no caso das Filhas de Caridade, destacadamente na instrução de órfãs desvalidas. Por prestarem diretamente serviços à sociedade, as irmãs experimentavam, conseqüentemente, uma margem de autonomia e mobilidade maior do que aquela comumente oferecida às outras mulheres. Por esta razão, Nunes destaca que “afora as mulheres pobres, as freiras foram as primeiras a exercerem uma profissão, quando a maioria da população feminina era “do lar”” (NUNES, 2017, p. 483).

A maioria das congregações que escolhiam o Brasil como destino, quando aqui chegavam, logo se responsabilizavam por escolas e se empenhavam na educação da mocidade. Sendo assim, na segunda metade dos oitocentos, Nunes (2017, p. 494) aponta que pelo menos 60% das escolas existentes no país estava sob os cuidados de religiosas e religiosos. No processo de reforma levado avante pela Igreja Católica, no qual as mulheres foram fundamentais, dois eram os espaços de protagonismo reservados a elas: as obras caritativas e a educação.

No Brasil, onde até então predominava o enclausuramento das religiosas pertencentes às ordens monacais, a chegada de várias irmãs de congregações estrangeiras abriu as portas para uma nova forma de vida religiosa feminina: a *vida ativa*. São de *vida ativa* as freiras que pertencem a uma congregação que tem em seu projeto “alguma

forma de atuação social”; a imagem delas é “a da ‘irmã de caridade’, boa, solícita, atuante e dedicada aos necessitados” (NUNES, 2017, p. 492). As pioneiras desses novos ventos foram as Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, a primeira congregação com esse modelo organizacional a aportar no Império do Brasil.

A Congregação das Filhas de Caridade foi criada no ano de 1633 em Paris. Àquela época, a cidade atravessava tempos de fome, pobreza e guerras “civis e religiosas” (LOPES, 2017, p. 171). A resposta cristã a esse tumultuoso contexto se deu a partir da expansão de práticas caritativas, o que suscitou a criação da Congregação por Luísa de Marillac⁴ e Vicente de Paulo⁵. Pensada para prestar assistência aos pobres e enfermos, a Companhia tem seu pilar principal no valor da caridade, “atividade sobretudo feminina, ainda que dirigida por homens” (*Idem*, p. 171).

Humildade, caridade e simplicidade. Três virtudes que uma exemplar Filha de Caridade deve desejar acima de qualquer coisa; três virtudes que compunham o seu espírito. Pensadas e estimuladas sobretudo para servir (aos pobres, aos enfermos, aos superiores), em suas longas e frequentes conferências às Irmãs, Vicente de Paulo procurava inspirar-lhes a seguir obedientes, a mortificar os sentidos e as paixões, a abraçar o exemplo de Luísa e segui-lo. Lembrava-lhes constantemente da necessidade do trabalho perfeito, da modéstia, da castidade, e advertia-lhes sobre os perigos das tentações, dos pecados

4 Luísa de Marillac nasceu em Paris no dia 12 de agosto de 1591. Fora casada com Antônio Le Gras, que morreu em 21 de dezembro de 1625. Com ele teve um filho chamado Miguel. Após a viuvez, iniciou seu trabalho nas Confrarias de Caridade e teve como Diretor Espiritual o padre Vicente de Paulo. Junto a ele fundou e organizou, em 1633, a Companhia das Filhas de Caridade. Faleceu em 15 de março de 1660 em Paris. Foi beatificada pelo Papa Bento XV em 9 de maio de 1920, e posteriormente canonizada a 11 de março de 1934, pelo Papa Pio XI. Disponível em: https://via.library.depaul.edu/ldm_1591-1660. Acesso em: 07 out. 2020.

5 Vicente de Paulo nasceu em 1580 ou 1581, em Pouy. Fundou em 1625 a Congregação da Misão e com Luísa de Marillac fundou a Companhia das Filhas de Caridade. Morreu em 27 de setembro de 1660 e foi canonizado em 1737. Disponível em: https://famvin.org/wiki-fr/Vincent_de_Paul. Acesso em: 07 out. 2020.

e dos erros, pois uma irmã que descuida das regras é uma irmã que peca mortal e irremediavelmente.

Outro assunto recorrente nas conferências, cheias de instruções e conselhos que deveriam ser seguidos pelas Irmãs, era a mobilidade delas, sua circulação pelos mais variados cantos da cidade. Por serem parte de uma congregação de *vida ativa*, as Filhas de Caridade se mantinham distantes da limitação das muralhas dos conventos, prática comum às religiosas de *vida perfeita*. Nesse sentido, em seus colóquios, as irmãs eram alertadas por Vicente: “vosso claustro são as ruas da cidade, por onde têm que ir para atender aos enfermos [...] vosso claustro é a obediência.”⁶ Vicente de Paulo incentivava nelas a constante visita aos pobres, para a prática da caridade, e aos doentes, para que deles pudessem tratar e ajudar “a bem morrer ou a recuperar a saúde, se Deus quer devolvê-la”.

Apesar da Congregação das Filhas de Caridade ter sido criada no século XVII, foi somente a partir dos oitocentos que ela teve uma difusão mais expressiva, espalhando-se, segundo Ana Cristina Pereira Lage (2011), pelos *quatro cantos do mundo*, como Europa, América, Ásia, África e Oceania. Embora elas não tivessem desde suas origens a educação como objetivo primordial, a partir do século XIX, Pe. Jean Batiste Etienne, o superior geral, começou a incentivar amplamente as Filhas de Caridade a tomarem parte de uma importante missão: a educação de meninas.

A fim orientar a ação das Vicentinas e assegurar o bom êxito das obras educacionais, Etienne fez chegar às mãos das Irmãs, em 1866, o *Manuel a l'usage des filles de la charité employées aux écoles, ouvrages*

6 “Vuestro monasterio es la casa de los enfermos y aquella en que reside vuestra superiora; vuestra celda es vuestro cuarto de alquiler. En esto sois más semejantes a Nuestro Señor. Tenéis como capilla la iglesia parroquial, en la que tenéis que asistir siempre al santo sacrificio y dar buen ejemplo, siendo siempre la edificación del pueblo, aunque sin dejar por ello el servicio necesario a los enfermos. Vuestro claustro son las calles de la ciudad, por las que tenéis que ir para atender a los enfermos. Vuestro claustro en la obediencia, ya que la obediencia tiene que ser vuestra clausura, no pasando nunca más allá de donde se os ha mandado y manteniéndoos encerradas allí dentro” TOMO 09A (1972). San Vicente de Paúl / Obras Completas.

etc. Em sua edição espanhola, datada de 1897, o *Manual para uso de Las Hijas de la Caridad empleadas en las escuelas y obradores* informava como deveria funcionar desde o espaço estrutural da escola até as lições dadas pelas irmãs-educadoras, que através do trabalho educacional ajudariam a regeneração das famílias e das nações em favor da religião e obteriam para a Igreja “a conversão de uma multidão de infieis e hereges” e a ampliação do “reino de Jesus Cristo.”⁷ A educação passava agora a ter mais peso como atividade missionária das Vicentinas.

A CHEGADA DAS IRMÃS AO BRASIL

No dia 10 de fevereiro de 1849, chegavam ao Rio de Janeiro as doze primeiras Filhas de Caridade a pisarem em solo brasileiro. Depois de estadia na capital do Império, seguiram para Mariana, Minas Gerais, seu destino final, e um lugar tão distante quanto desconhecido por elas. Dom Ferreira Viçoso⁸, bispo da diocese da cidade, solicitou ao Pe. Etienne a vinda das irmãs ao Brasil. O bispo estava em sintonia com a política ultramontana, então fazia parte de suas preocupações a reforma da diocese que dirigia. Para tanto, lançou mão de diversas iniciativas, dentre elas, “a instituição de ordens reformadas masculinas e femininas” (SANTIROCCHI, 2015, p. 169).

Expectando encontrar na atuação das Irmãs um reforço para suas pretensões reformistas, o bispo não mediu esforços para trazê-las à Mariana, e tão logo elas chegaram, D. Viçoso colocou em suas mãos

7 “A medida que la Congregación se extiende por todos los puntos de la tierra, va tomando la forma de una vasta red que envuelve á la juventud de todos los pueblos. Ella está también llamada á tomar parte en el importante cargo de la madre de familia, cuyo resultado debe ser la regeneración del hogar domestico, de las naciones y el provecho de la religión. Tened por cierto que si sois fieles á la gracia de vuestra santa vocación, por este médio procuraréis á la Iglesia la conversión de una multitud de infieles y hereges, y extenderéis el reino de Jesucristo. Esto no puede dudarse, pues vamos que por todas partes se os llama para confiaros la educación de las niñas” (MANUAL PARA USO DE LAS HIJAS DE LA CARIDAD EMPLEADAS EN LAS ESCUELAS Y OBRADORES, 1897, p. 05).

8 Antônio Ferreira Viçoso nasceu em 13 de maio de 1787 e era natural de Peniche, Portugal. Chegou ao Brasil em 1819 para realizar missões. Foi nomeado bispo da diocese de Mariana em 1843, aos 56 anos, e governou esta diocese até o ano de sua morte em 1875.

a responsabilidade de dirigir e ensinar no Colégio Providência. Em sua tese de doutorado, Ana Cristina Pereira Lage (2011) desenvolve um incansável trabalho com vistas a captar as particularidades da instalação das Filhas de Caridade em Mariana e em Lisboa, Portugal. Para ela, as Irmãs, através da internacionalização de suas práticas, foram fundamentais na expansão do catolicismo reformado. E por esse motivo, por serem “mediadoras das ideias ultramontanas” (LAGE, 2011, p. 213), é que foram, muitas vezes, alvos de críticas por partes dos defensores da política liberal, que viam no ensino confessional uma ameaça aos seus ideais de escola laica sintonizada com o cientificismo. Além disso, a autora destaca que, mesmo buscando uma padronização em sua forma de atuar, para que pudessem agir em sintonia com o carisma e com a cultura vicentina onde quer se estabelecessem, as obras das Irmãs também estavam muito ligadas às demandas e particularidades dos locais onde se instalavam.

Depois de Minas Gerais, a presença das Filhas de Caridade expandiu-se para diversos outros lugares do Brasil, como Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina, Pernambuco e Ceará. Dom Luís⁹, bispo da diocese do Ceará, foi o responsável por trazê-las à província. Natural de Angra dos Reis, Rio de Janeiro, Dom Luís fora instruído por D. Viçoso quando de sua formação religiosa. Assim, seguindo seu exemplo, Dom Luís também agiu com vistas a reformar seu bispado durante o tempo em que esteve governando a diocese cearense. Para tanto, não prescindiu da ajuda dos filhos e filhas de São Vicente. Solicitou para o Ceará a vinda de padres lazaristas e irmãs de caridade. Os padres chegaram primeiro, um ano antes, e após algumas insistências, Dom Luís teve seu pedido integralmente atendido: a

9 Luís Antônio dos Santos nasceu em 03 de março de 1817, estudou no seminário do Caraça e, quando ordenado, trabalhou ao lado dos lazaristas na diocese de Mariana. Lá recebeu influência de Dom Antônio Ferreira Viçoso, um dos principais bispos responsáveis pelo fortalecimento do ultramontanismo no Brasil. Dom Luís foi o primeiro bispo do Ceará, estando à frente da Diocese cearense por vinte anos, de 1861 a 1881. Foi o responsável por trazer ao Ceará as Filhas de Caridade e os padres lazaristas da Congregação da Missão.

embarcação que trazia as irmãs aportou no Ceará em julho de 1865 (COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO, 1999).

E as irmãs chegaram. Eram elas: Margarida Bazet, Luiza Gagné, Cassin, Marie, Rouchy, Lecorre e Gonçalves.¹⁰ A irmã Margarida Bazet era a superiora do grupo, composto majoritariamente por irmãs francesas, exceto Irmã Gonçalves, de naturalidade portuguesa. Ao andarem pelas ruas da cidade, despertavam todas as atenções, com suas cornetas grandes, brancas e chamativas e suas vestes escuras, “vestes-esconderijos, que apagam a individualidade e escondem os desejos” (BITTENCOURT in LEONARDI 2010, p. 10). Causavam estranhamento e atraíam o olhar atento e não familiarizado dos habitantes de Fortaleza:

Eram as primeiras freiras a chegarem a Fortaleza. Pela primeira vez os habitantes iriam ver aquelas mulheres com chapéu esquisito, roupas redondas, terços pendurados... Era de aguçar a curiosidade de todos. Ninguém ficaria à margem dos acontecimentos quando as Irmãs chegassem. O choque era grande: uns ajoelhavam-se, outros procuravam ver de que material era a corneta (peça usada sobre a cabeça), os meninos e as meninas seguiam, como verdadeiro cortejo circense, as Irmãs que chegavam. A curiosidade era de todos e em todas as janelas do trajeto por onde as Irmãs passavam, olhos ávidos de novidades seguiam aqueles vultos estranhos (COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO, 1999, p. 28-29).

A iniciativa e o êxito do bispo em suas reiteradas tentativas de instalar as Irmãs no Ceará se justificavam na sua necessidade de fundar e inserir as irmãs na direção de um colégio, a fim de educar meninas pobres e abastadas, pois “era necessário que se formassem moças piedosas para depois constituírem famílias cristãs” (COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO, 1999, p. 27). O colégio fundado foi o Imaculada Conceição, entregue aos cuidados das Vicentinas.

¹⁰ Algumas informações fundamentais sobre a chegada das Irmãs ao Ceará estão presentes em um livro de cunho memorialista publicado em 1999, fruto dos esforços das Irmãs, ex-alunas e colaboradores para reunirem um pouco da sua história na educação (COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO, 1999).

Nos primeiros meses de seu funcionamento, o colégio das freiras atraiu poucas jovens. Só com o passar do tempo é que o estabelecimento conseguiu arregimentar novas educandas, e em tão expressivo número, que o primeiro espaço que ocuparam, uma sede na Rua Formosa, se tornou pequeno e as irmãs precisaram mudar de endereço. Estabeleceram-se, então, onde permanecem até hoje, na atual Avenida Santos Dumont. Construído para ser o Asilo de Educandos Artífices, o edifício hoje ocupado pelas Irmãs foi inaugurado em 1857 e abrigou por algum tempo meninos órfãos pobres, que deveriam ali aprender algum ofício. O Asilo, porém, existiu por pouco tempo e logo foi extinto por falta de verbas governamentais. Algum tempo depois, o lugar passou por reformas e lá, em 1867, foram acolhidas as irmãs e suas alunas (SOUZA, 1999, p. 47).

Os jornais que circulavam em Fortaleza divulgavam com entusiasmo a chegada e as atividades das freiras francesas. Para O Cearense, em edição que circulou dia 1 de agosto de 1865, “virtuosas senhoras” chegavam para suprir a falta de um colégio na cidade que, além de oferecer instrução educacional, proporcionaria às alunas também a instrução religiosa. Estava destacado o objetivo primordial desse empreendimento das irmãs – serviria, sobretudo, para preparar meninas para serem futuras boas donas de casa, constituírem famílias e viverem a felicidade doméstica através da piedade, da religião, da caridade, modéstia e recato. O jornal ressaltava ainda os dois públicos-alvo que o colégio deveria atender: de um lado, as pensionistas, que por 20\$000 mensais poderiam aprender a ler, escrever e receberiam aulas de “grammatica portugueza, arithmetica, geographia, historia da língua franceza, tambem costura, labyrinthos, bordados, flores de todas as qualidades etc. E muito breve musica, piano e desenho” (O CEARENSE, 1865, p. 3). Do outro lado, havia as órfãs desvalidas, cuja permanência no colégio seria possível através da caridade pública.

Para que fossem admitidas no Imaculada Conceição, as órfãs deveriam seguir uma série de requisitos previstos no Regulamento da instituição¹¹, assinado por Dom Luís. Tinham que comprovar a morte de seus progenitores e sua condição de pobreza, assim como a falta de qualquer familiar ou responsável que pudesse se responsabilizar por sua educação. Precisavam estar sadias e nunca terem sido acometidas por “moléstias crônicas e contagiosas” (COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO, 1999, p. 93). Qualquer trabalho que lá desenvolvessem não pertenceria às próprias órfãs, mas antes ao Colégio. As meninas pobres viviam sob constante vigilância das irmãs, que “nunca as deixam sós” (*Idem*, p. 94), atentas a qualquer ameaça de infração às regras, que resultaria peremptoriamente na devolução da órfã a algum parente.

Além disso, era proibida a saída das órfãs “em qualquer tempo do ano” (COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO, 1999, p. 93), e só poderiam receber visitas no segundo domingo de cada mês, que deveriam ter, no máximo, uma ou duas horas de duração. Por terem tão pouco tempo de contato com o mundo externo e por serem tão rigorosamente impedidas de sair, Souza (1999, p. 52) afirma que as órfãs eram mantidas “numa quase reclusão”.

As vagas no colégio seguiam uma proporção: para cada 100 pensionistas, seriam recebidas 50 órfãs. Embora recebessem subsídios do governo provincial, como nos indicam os Relatórios dos Presidentes de Província¹², essa proporção, ao que parece, pode ter servido para que o dinheiro arrecadado com as alunas pagantes ajudasse na manutenção do estabelecimento, das órfãs e das próprias Irmãs, que tinham o colégio como sua principal obra na cidade. Cabe ressaltar também que nem sempre essa proporção foi respeitada, como, por exemplo, na seca de 1877, quando o número de meninas pagantes

11 A transcrição do Regulamento e do Estatuto está presente na obra Colégio da Imaculada Conceição: do gênese ao apocalipse. Fortaleza: Tipoprogresso, 1999.

12 Relatório do Presidente de Província, Martiniano de Alencar, de 01 de agosto de 1865, p. 13. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/>. Acesso: 12 out. 2020.

diminuiu bastante, enquanto o de órfãs cresceu exponencialmente (COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO, 1999).

Havia ainda um aspecto no cotidiano do colégio que merece destaque: as matérias ensinadas para as órfãs eram diferentes das que se ensinavam às pensionistas. Às órfãs não eram ensinadas matérias como piano, desenho, francês e geografia. Além disso, quando as Irmãs saíram da Rua Formosa e se mudaram para um espaço maior, Souza (1999, p. 47) sugere que houve uma “separação espacial” entre as órfãs e as pagantes, o que pode ter contribuído para segregar as meninas, aumentando a diferenciação no tratamento a elas dispensado. Lage ressalta que o mesmo ocorreu em Mariana (2011, p. 100), e, ao longo do funcionamento do Colégio Providência, “acentuou-se a presença e a diferenciação dos grupos de educandas: em um prédio ficava o grupo das pensionistas pagantes e de algumas pobres gratuitas, financiadas pelas subvenções provinciais; em outro prédio, ficavam as órfãs.”

Em um país com elevados índices de analfabetismo que atingia mormente as meninas, distantes de uma educação reservada a poucos e, sobretudo, ao gênero masculino, o Imaculada Conceição emergiu como um novo e importante elemento na educação cearense, haja vista que, em 1872, segundo o Recenseamento Geral do Império, contabilizava-se que “pouco mais de 6% das meninas livres no Ceará com idade entre 6 e 15 anos frequentavam as aulas de ensino primário, numa população constituída de 292.249 homens analfabetos e 317.961 mulheres na mesma condição” (LIMA, 2019, p. 186-187).

Ao saírem da Europa e cruzarem as turbulentas águas do Atlântico, as Filhas de Caridade trouxeram consigo não somente o carisma vicentino e princípios caritativos, mas também uma bagagem cultural, religiosa e um projeto educacional a ser desenvolvido na província cearense. Assim como alterou o cotidiano das meninas pagantes, as pensionistas, o espaço instituído para o recolhimento de órfãs também modificou em certa medida o contexto das meninas

pobres naquele período. Além do Imaculada Conceição, as Irmãs foram chamadas para atuar na Santa Casa de Misericórdia e no Asilo de Alienados, o que nos mostra que as principais obras de cunho caritativo levadas a efeito na Fortaleza do século XIX estavam, em maior ou menor grau, na mão dessas religiosas. Por esses lugares, as Irmãs transitaram, exerceram algum nível de poder e autonomia, e através desse exercício, puderam ocupar zonas ainda majoritariamente interditas para outras mulheres.

A despeito disso, não existe na historiografia cearense muitos trabalhos que versam sobre a Congregação das Filhas de Caridade e suas formas de atuar no Ceará. Trabalhos que lancem luz sobre a Congregação, seu carisma, seus valores, a forma como mulheres religiosas de outro país se inseriram nos mais distantes lugares do Brasil com o fito de missionar e sobre os interesses que estavam em jogo nesse processo. Entendê-las se faz necessário, para que não corramos o risco de perder valiosas nuances da vida sociorreligiosa do Ceará, desvelando um pouco o fino véu que cobre, sombreia e enturva o que podemos ver da face feminina da Igreja Católica.

REFERÊNCIAS

- AZZI, Riolando (Org.). **A vida religiosa no Brasil**: enfoques históricos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.
- AZZI, Riolando. **O altar unido ao trono**: um projeto conservador. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO. **Colégio da Imaculada Conceição**: do gênese ao apocalipse. Fortaleza: Tipogressos, 1999.
- COLOMBO, Maria Alzira da Cruz. As congregações religiosas femininas francesas frente às opções de Secularização ou Exílio na França da Terceira República. **Pro-posições**, v. 28, n. 3, p. 374-390, 2017.
- LAGE, Ana Cristina Pereira. **Conexões vicentinas**: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentista. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de

Minas Gerais, 2011.

LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos**: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2010.

LIMA, Ana Cristina Pereira. **Infância e recolhimento**: a educação profissional em Fortaleza na segunda metade do século XIX. Tese (doutorado). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2019.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Da sagrada missão pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MANUAL PARA USO DE LAS HIJAS DE LA CARIDAD EMPLEADAS EN LAS ESCUELAS Y OBRADORES. Madrid: Imprenta de Hernando y Compañía, 1897. Biblioteca Nacional de España.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017.

O CEARENSE (Fortaleza - CE). Edição de 1º de agosto de 1865. Ano XIX, nº 1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pesq=&pagfis=1>.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de Consciência**: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889). Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

SOUZA, Josinete Lopes de. **Da infância “desvalida” à infância “delinquente”**: Fortaleza (1865-1928). Dissertação (Mestrado em História) São Paulo: PUC/SP, 1999.

Uma UERN toda nossa Tecendo uma memória institucional

Maria Clara Barbalho de Mendonça¹

Aryana Lima Costa²

INTRODUÇÃO

Pensar e elaborar inferências acerca de uma instituição requer um olhar atento para além da estrutura física que o configura. É certo que, sem o sujeito social e suas experiências, pouco poderíamos deduzir ou refletir sobre a imaterialidade do objeto da pesquisa. Ambicionar estudar a trajetória de uma instituição educacional cruza diretamente com este desafio, pois afinal, uma universidade é erguida se não pela ação cotidiana daqueles que a idealizaram e trabalharam para mantê-la como centro de produção e circulação científica e cultural.

Isto posto, o projeto *Uma UERN Toda Nossa: Memórias sobre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte* em atividade pelo grupo de pesquisa “Mnemis: Memória, identidade e ensino de História” do curso de licenciatura em História em parceria com o HiperLab - Laboratório

1 Aluna do curso de licenciatura em História no Campus Central da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0815730324698815>. E-mail: mariamendonca@alu.uern.br.

2 Possui graduação em História - Licenciatura Plena e Bacharelado pela UFRN (2007), mestrado em História pela UFPB (2010) e doutorado em História Social pela UFRJ (2018). Atualmente é professora do Departamento de História / UERN e ProfHistória / UERN. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2062062013289722>. Endereço eletrônico: aryanacosta@uern.br.

de Narrativas Multimídia, do curso de Comunicação Social, ambos do Campus Central da UERN, localizado na cidade de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, é uma iniciativa que busca conhecer a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, nascida em 1968 como fruto de demandas vindas dos círculos de intelectuais do oeste potiguar para sanar a falta de investimentos no âmbito socioeducacional local, a partir da experiência daqueles que a construíram diretamente, fosse compondo seu corpo administrativo, docente ou discente.

Nesse sentido, este estudo propõe se debruçar sobre as trajetórias dos agentes atuantes na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, especificamente ex-servidores, onde estão incluídos o corpo docente e técnico, e estudantes que experienciaram o cotidiano desta instituição de ensino superior desde sua fundação, em 1968, até sua estadualização, em 1988, constituindo-se como um exercício de recuperação e arquivamento destas memórias por meio de relatos apreendidos a partir de entrevistas audiovisuais produzidas segundo os métodos estabelecidos pela História Oral.

A confecção deste novo corpo documental parte do princípio de que elaborar, nos termos da operação historiográfica, uma história institucional da UERN só é possível com a disposição do máximo de recursos possíveis — em diferentes suportes — para que seja possível problematizar de maneira ampla e embasada a memória institucional que se criou para a referida universidade. Desta forma, acreditamos que a investigação dos dois primeiros decênios da UERN na visão do corpo discente, docente e administrativo que lá atuou, auxiliará a reflexão sobre as condições socioeconômicas locais e as práticas educacionais de ensino-aprendizagem nos moldes da universidade recém-criada.

Além do debate que o campo da História Oral proporciona, o trabalho também se ambienta nas discussões feitas sobre memória, principalmente por este ser nosso objeto em perspectiva e análise, e nos estudos sobre História Pública, a qual, a partir de

suas discussões e demandas ao ofício do historiador, nos incita a democratizar e divulgar os resultados da pesquisa. Por esta razão, o conteúdo a ser documentado não deverá ficar encerrado dentro dos arquivos da Instituição a qual se refere, para fins estritamente acadêmicos — embora este também seja um dos nossos objetivos. Ambicionamos alcançar igualmente o público exterior à universidade, pois sua importância para o município e cercanias extrapola as salas de aula que acolhem seus jovens e adultos, para isso, além do site, objetivamos transformar esta iniciativa em um programa para a televisão que ficará hospedado na plataforma da própria universidade, a UERNTV, produzida para fins como os desse projeto, por entendermos que possibilitar essa aproximação seria contribuir para a participação da sociedade na história da própria instituição de ensino que a formou em muitos sentidos.

CHÃO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Um dos marcos da tradição historiográfica mais recente, datada dos séculos XX e XXI, foi a ampliação de possibilidades de pesquisas, acompanhada de novos temas, metodologias e, notadamente, de uma expansão na categoria de fontes históricas passíveis à análise. O documento escrito, quase sempre representativo de uma história voltada ao Estado e suas questões políticas e diplomáticas, gradativamente cedeu espaço para objetos que, sob um olhar crítico, poderiam responder e suscitar questões antes impensadas, ao possibilitarem a manifestação de sujeitos marginalizados pelo Estado.

O interesse pelas narrativas orais, autobiográficas ou não, foi despertado neste cenário, “visto ser também instrumento de retenção do passado e, por consequência, suporte do poder do olhar e das vozes da memória” (DELGADO, 2010, p. 44). Entretanto, por ser uma fonte construída, ou seja, que depende do trabalho do historiador para existir, sua legitimação e utilização na academia dependeu da

criação de um método para sua produção e posterior arquivamento. A partir de então, segundo Voldman (2006, p. 248), “quaisquer que sejam os modos de registro e finalidades (paliativo para a falta de fontes escritas, verificação e cruzamento, interesse da ‘testemunha’ etc), a expressão ‘fonte oral’ designará esse material, que se distingue, por seu suporte, da fonte escrita”.

Trabalhar com tais narrativas, portanto, implica empregar o método da História Oral. No caso particular da presente pesquisa, esta metodologia envolveu a confecção do roteiro semiaberto para as entrevistas, o qual se voltou para questões que abrangiam desde a infância e a juventude, até a trajetória acadêmica e profissional que mais nos importa, conforme demonstra a Tabela 1.

Quadro 1 - Expectativa de roteiro semiaberto para entrevistas.

Com o intuito de melhor conhecê-lo, iniciaremos a entrevista com questões relacionadas à sua infância e família, as quais poderão ser:

a) Onde nasceu.

b) Sobre sua família: quem eram seus pais; em que trabalhavam; se teve irmãos; com quem morava; etc.

c) Quais eram suas condições de vida: como classifica sua infância? enfrentou alguma dificuldade nesta etapa de sua vida?

Seguiremos então para a sua vida escolar. Neste ponto, poderão ser questionados:

a) Quando começou a estudar?

b) Como era como aluno?

c) Quais matérias eram as preferidas?

d) Por quais instituições você passou?

Após esse tópico, entraremos na temática da trajetória profissional. As perguntas deverão ser:

- a) Quais profissões você exerceu durante sua trajetória profissional?
- b) Quais foram seus primeiros contatos com a UERN?
- c) Como se deu sua admissão na UERN?
- d) Quais funções você exerceu na UERN?
- e) Exercia outra atividade profissional fora da UERN?
- f) Como era sua relação com seus colegas de trabalho?
- g) O que significou se tornar professor / servidor da UERN nessa época?
- h) Houve momentos que você considera importantes para a história da universidade? Se sim, quais? De que forma você esteve envolvido?
- i) O que essa instituição representa para você?
- j) Na sua opinião, qual a importância da UERN para Mossoró e para o estado do Rio Grande do Norte?

Fonte: elaborada pelo autor e demais participantes do grupo de pesquisa.

Para além desse roteiro semiaberto, foram traçadas etapas para serem colocadas em prática em seguida à colheita dos depoimentos em formato audiovisual, tais como: a transcrição das respostas aos questionamentos e arquivamento em um suporte digital que comporte tanto o material escrito quanto gravado, a ser disponibilizado para a comunidade interessada em se debruçar sobre o tema.

Apesar das etapas mecânicas de uma pesquisa apoiada na oralidade serem parte fundamental de um trabalho como esse, é necessário compreender que, como explica Delgado (2010, p. 44),

por ser uma experiência através da qual se compartilha o registro das lembranças, a narrativa constitui-se em processo compartilhado, que inclui em si as seguintes dimensões: estímulo ao narrar, ato de contar e relembrar e disponibilidade para escutar.

Essa disponibilidade para escutar reside muito mais no respeito ao entrevistado e sua trajetória, haja vista que não se pode prever a natureza dos sentimentos que serão trazidos à superfície durante o processo de rememorar, embora Delgado (2010) concorde que os melhores narradores são aqueles que tecem sua fala de forma espontânea, incluindo reflexões e análises, não se privando de sentir emoções que porventura possam imergir. Apoiada nesta noção, a referida pesquisa descobriu no princípio de “autoridade compartilhada” entre entrevistados e entrevistadores, primariamente difundido pelo historiador Michael Frisch e posteriormente retomado por Linda Shopes (2016), um guia para orientar as entrevistas:

o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado — ele é inerente à natureza dialógica de uma entrevista [...]. Precisamos reconhecer a autoridade já compartilhada nos documentos que geramos [...], através dos quais a “autor-ia” [authorship] é compartilhada, por definição, bem como a “autor-idade” [author-ity] interpretativa (FRISCH, 2016 *apud* SHOPES, 2016, p. 80).

A “autoridade compartilhada”, neste caso, insere-se em nosso projeto como uma forma de reconhecer como semelhantes e igualmente importantes as contribuições que entrevistadores e entrevistados podem fornecer quanto as interpretações dos símbolos e construções dos significados envoltos no tema que as narrativas abordarão — a história da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Leva-se em consideração, para tanto, que ambos, os pesquisadores e o grupo escolhido para participar do projeto compartilhando suas lembranças

ças, atuaram ativamente desempenhando funções na própria Instituição, ainda que em temporalidades e papéis distintos.

Assim, segundo Shopes (2016, p. 80), pesquisas deste tipo constituem um processo de colaboração, em que historiadores e narradores trabalham juntos para desenvolver algum resultado público, desde a conceituação até a interpretação final. Essa colaboração, de acordo com Frisch (2016, p. 62) intrínseca à natureza da história pública e da história oral, sugere que os historiadores não são a única autoridade e os únicos intérpretes, e possibilita “um encontro entre ideias e estruturas interpretativas, um diálogo entre *expertise* e experiência” (Grifo do autor).

Iniciativas como a deste projeto quase sempre buscam refúgio, também, nas discussões sobre história pública. Nesse sentido, das quatro categorias de ação citadas por Ricardo Santhiago (2016, p. 28) como partes fundamentais da história pública, esta pesquisa trabalha com duas delas: “a história feita *para* o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita *com* o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de ‘autoridade compartilhada’ é central)”.

Estes são elementos indispensáveis para a presente pesquisa, pois norteiam desde seu desenvolvimento prático, já que se entrecruza com a noção de “autoridade compartilhada” tão cara à feitura e análise das entrevistas e à própria ideia de diálogo entre pesquisadores e narradores, até o momento de divulgação dos resultados. Entretanto, o que se pretende não é somente “simplificar” ou “traduzir” tais resultados no momento de sua publicação à comunidade, pois “a história pública engloba um conjunto de qualificativos que, salvo engano, requer modificações durante todo o processo de pesquisa, não apenas no momento de seu escoamento” (SANTHIAGO, 2016, p. 29). O que se admite, então, é tentar minimamente estabelecer um diálogo entre o público e a pesquisa histórica tal como ela é, sem retirar dela sua complexidade.

O que se verifica, nesse sentido, é que a relação que a história oral mantém com a história pública guiam este trabalho tanto quanto às discussões sobre memória. Entretanto, não só ambas conversam entre si, mas também estabelecem contato com a tecnologia, haja vista que um dos objetivos da pesquisa é a criação de um suporte digital que possa abrigar as entrevistas audiovisuais bem como suas transcrições, arquivando-as de forma a facilitar o acesso e interação àquelas que se interessarem, pois como coloca Frisch (2016, p. 64), “arquivos de história oral convencional são, tanto fisicamente como em sua organização intelectual, completamente proibitivos e inacessíveis para usuários comuns, que poderiam levar até eles as suas curiosidades e interesses”.

Nesse íterim, como fruto do interesse de tornar ainda mais acessível as entrevistas audiovisuais feitas com os entrevistados, a parceria com o HiperLab - Laboratório de Narrativas Multimídia, do curso de Comunicação Social, possibilitou também a organização desta iniciativa em formato de programa para a televisão, onde cada entrevista corresponderá a um episódio, que ficará hospedado na plataforma que a própria universidade construiu para fomentar projetos com fins como os deste, a UERNTV. Assim, acreditamos poder alcançar ainda mais pessoas e dar visibilidade ao projeto bem como à trajetória da história da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto anteriormente, esta ainda é uma pesquisa em andamento que busca à passos lentos sua conclusão definitiva. Apesar de avançada quanto as discussões teóricas que o fundamentam, este ainda é um projeto que não saiu do papel em termos práticos, principalmente no que diz respeito à lida com os entrevistados. Em nosso cronograma não previmos quão grande seria o hiato das atividades acadêmicas causado pela pandemia da Covid-19, e devido a doença acometer de

forma mais grave principalmente idosos — os quais representam a totalidade de nosso público alvo —, optamos por pausar temporariamente o projeto até que a situação se torne segura para todos.

Nesse sentido, o presente artigo se propõe a apresentar uma pesquisa ainda inacabada, que se pauta no método da história oral e nas discussões de história pública, bem como de memória para criar, a partir de entrevistas audiovisuais com ex-alunos e ex-servidores, dentre estes o corpo docente e técnico, um novo corpo documental de fontes que possam auxiliar na produção de futuras pesquisas acadêmicas que versem sobre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, histórias de vida, biografias, memórias de professores, história local ou prosopografia; além de procurar contribuir para o estreitamento dos laços entre a comunidade local e a instituição que formou a maioria de seus habitantes.

Para possibilitar essa aproximação entre produção acadêmica e sociedade, pretendemos criar um site que abrigue os relatos nos formatos audiovisuais e transcritos, além de hospedar as entrevistas audiovisuais na plataforma da UERN TV, de propriedade da universidade, em formato de programa de televisão, de fácil acesso tanto para a comunidade científica interessada nos frutos do projeto, como para a população civil, uma vez que entendemos a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte como parte da vida da sociedade local e da memória mossoroense.

REFERÊNCIAS

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. *In*: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 57-70.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. *In*: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-36.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. *In*: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 71-86.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. *In*: FIGUEIREDO, Janaína P. Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 247-265.

A instauração da Diocese de Nazareth e o episcopado de Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela (1919-1946)

Vágner Hugo Calazans Silva¹

INTRODUÇÃO

Esta obra sobre Nazaré da Mata objetiva rever a sua história, a grandeza do seu povo, a sua cultura e cultivar as suas raízes, visualizando os diversos ângulos do relacionamento humano. A história não é só fato, é também emoção. E a emoção motivou para que pudéssemos tornar acessível aos que por ela se interessem, resgatando os acontecimentos e as personalidades que ajudaram e ajudam no seu desenvolvimento (HILTON, 2016, p. 17).

Cada lugar tem sua história, o que não seria diferente da cidade de Nazaré da Mata, Pernambuco, localizada na região da Mata Norte do Estado. Hoje com 32,573 habitantes, a cidade tem poucos materiais que contam sua história eclesial. Por isso, nosso objetivo é construir um fragmento muito importante desta história, focalizando os acontecimentos sob o olhar micro histórico, dentro de um contexto mais amplo, a partir dos aspectos culturais, político e social da Igreja

¹ Licenciando em História pela Universidade de Pernambuco (UPE), membro do Laboratório de Estudos da História das Religiões (LEHR) e bolsista do PIBIC-CNPq 2020-2021. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2696332848984736> e E-mail: hugocalazans.upe@gmail.com.

Católica. Para isso, utilizamos a História Cultural das Religiões, que torna possível a importância do julgamento dos eventos e métodos históricos das condutas humanas, contribuindo para elucidar as circunstâncias atípicas investigadas.

E foi, exatamente, a partir do livro do historiador e escritor, nascido em Nazaré da Mata, Prof. Aderito Hilton (2016), que veio a inclinação para este objeto de pesquisa, dentro de uma espacialidade e temporalidade, que foca a criação de uma diocese, pouco conhecida nesse imenso território brasileiro, e as ações de seu primeiro bispo. O debruçar sobre esta pesquisa, propiciou conhecer e, agora apresentar um fragmento da história do desenvolvimento eclesiástico da cidade de Nazaré da Mata, e conseqüentemente, da circunscrição eclesiástica que congrega desde o litoral ao agreste pernambucano.

A HISTÓRIA DO PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA EM PERNAMBUCO

No cenário brasileiro do final do século XIX, as ideias reformadoras, advindas dos liberais, positivistas e ultramontanos, culminaram com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e com o fim do regime de padroado, provocou a perda da hegemonia religiosa da Igreja Católica e de sua influência política. Conseqüentemente, para se adequar à nova realidade, a Santa Sé iniciou um projeto restaurador denominado pela historiografia clássica como romanização. O conceito foi criado por Theodor Mommsen, no século XIX, que visa a reprodução da cultura romana aos povos anexados ao domínio romano. Esse processo foi apropriado pela Santa Sé, cujas orientações da Cúria Romana procuravam propagar suas regras, que seriam cumpridas por seus seguidores.

Para tanto, boa parte dos Estados brasileiros teriam uma arquidiocese e assim, seu arcebispo ao conhecer a realidade econômica, política e social de cada canto de sua jurisdição eclesiástica, escolhe-

ria as cidades que deveriam receber uma diocese. Esse processo de criação de novas dioceses contemplava as cidades de maior potencial econômico e localização estratégica. Em Pernambuco, notadamente a partir do arcebispado de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1916-1921), na Arquidiocese de Olinda e Recife, as regiões escolhidas, para receber as três primeiras dioceses, foram precisamente as cidades de Garanhuns, Nazareth e Pesqueira, justificada pelo potencial econômico e social.

A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE NAZARETH

De acordo com o site da Arquidiocese de Olinda e Recife (2020, s/p),

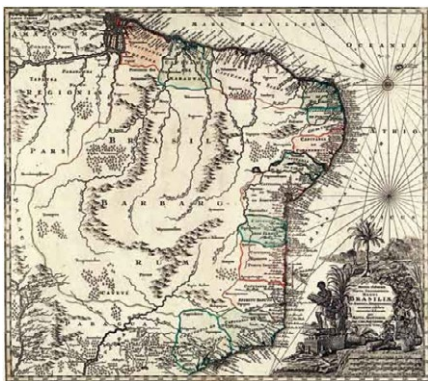
A Prelazia de Pernambuco foi criada em 15/07/1614 pela Bula “Fasti noviorbis” do Papa Paulo V. O Papa Urbano VIII com a Bula “Romanus Pontifex” do dia 06/07/1624 a constituiu sufragânea da então Diocese de São Salvador da Bahia. O Papa Inocêncio XI, no dia 16/11/1676, pela Bula “Ad sacram Beati Petri sedem” a elevou como diocese, denominando-se Diocese de Olinda. Em 05/12/1910 foi elevada à Arquidiocese e Sede Metropolitana pelo Decreto da Sagrada Congregação Consistorial. Pela Bula “Cum urbs Recife” do Papa Bento XV de 26/07/1918, passou a denominar-se Arquidiocese de Olinda e Recife.

As longas distâncias entre a sede episcopal de Olinda e as paróquias nos municípios interioranos, especialmente na região da Mata e Agreste do Estado, e os milhares de cristãos soltos pelo sertão, somadas a dificuldade de locomoção, deixavam um vácuo entre fiéis e clero, suscitando uma religiosidade espontânea fora dos padrões da Igreja Católica. Com a elevação da diocese à categoria de Arquidiocese de Olinda, em 1910, e o arquiépiscopado do 2.º Arcebispo Metropolitano, Dom Sebastião Leme, coube a primazia na percepção espacial de territorialidade que lhe deu a noção de estruturar uma nova forma de administrar os desígnios da Igreja Católica em solo

pernambucano, providenciando um novo domínio do seu território eclesial (MOURA; CABRAL, 2020).

Nesse sentido, o ponto crucial desta ampla extensão jurisdicional fazia-se necessária, à criação de novas dioceses. Do mesmo modo, era fundamental suscitar, no caso particular de nossa pesquisa, “a sociedade nazarena [que] era composta em sua maioria por senhores de engenho e suas famílias, considerada uma aristocracia açucareira formando uma sociedade elitista e fechada” (HILTON, 2016, p. 70).

Figura 1 - Mapa do Nordeste brasileiro no século XVIII



Fonte: TEIXEIRA, Dante Martins. A ARTE DOS MAPAS. Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 58.

Nesse contexto, cabia ao Arcebispo Metropolitano a elaboração de relatórios e projetos das futuras dioceses, foi assim, que Dom Sebastião Leme, interferiu junto à Santa Sé na composição e criação territorial das três primeiras dioceses: Garanhuns, Nazareth e Pesqueira em 1918, sufragâneas da nova arquidiocese, criadas pela Bula *Archidioecesis Olindensis Recifensis*, do Papa Bento XV.

Considerando acuradamente estas realidades, o venerável irmão Sebastião Leme da Silveira Cintra, Arcebispo de Olinda e Recife, de maneira louvável e sábia, voltou sua alma e sua mente para uma nova divisão da Arquidiocese, julgando-a necessária para a salvação das ovelhas a ele confiadas, como também para melhor progresso da religião. E assim, reunindo os pareceres sobre

este assunto com o venerável Nuncio Apostólico e com outros prudentes varões, e com os necessários meios para a criação de novas dioceses, adquiridos consoante os seus esforços, com preces ferventes, ele pediu à Sé Apostólica que a parte oriental do estado civil de Pernambuco fosse dividida em três dioceses, de tal sorte que a Arquidiocese de Olinda e Recife estivesse no meio; outra, nova, na verdade, estivesse na parte setentrional; e outra, na parte meridional. Assim, fosse ereta a primeira na cidade de Nazaré; e a segunda, na cidade de Garanhuns. Igualmente e pelas mesmas razões, pediu que a Diocese de Floresta, constituída na extrema parte ocidental, fosse trazida e estendida para o oriente, na direção da cidade de Pesqueira, que, quer pelo número de habitantes, quer pela facilidade de estradas, quer pelo comércio, se tornou, no presente, de longe, mais importante que a cidade de Floresta, e, por isto, se torne não só sede do Bispo, mas também cidade episcopal (BULA DE CRIAÇÃO DAS DIOCESES DE GARANHUNS, NAZARÉ E PESQUEIRA, 1918).

De acordo com o Código de Direito Canônico (CDC), a diocese é a porção do povo de Deus confiado a um bispo para que a pastoreie em cooperação com o presbitério, de tal modo que, constitua uma Igreja particular, na qual verdadeiramente está e opera a Una, Santa, Católica e Apostólica Igreja de Cristo (CD, n. 32). Portanto,

Nós, então, pela plenitude da autoridade apostólica, cumprido tudo quanto necessário, com o consenso daqueles que se interessem ou presumam se interessar, usando da faculdade dada pelas Letras Apostólicas Ad universas orbis ecclesias, do dia 27 do mês de abril do ano do Senhor de 1892, na parte oriental-setentrional da Arquidiocese de Olinda e Recife, em perpétuo, erigimos e declaramos ereta a nova Igreja Catedral de Nazaré, que deve assim ser chamada em razão do nome da cidade, Nazaré, e ali, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Nazaré, constituímos a Sede e a Cátedra do Bispo, e a elevamos à dignidade de Catedral. A diocese assim constituída compreenderá dezoito paróquias, a saber: Nazaré, Vicência, Lagoa Seca, Timbaúba, Ó de Goiana, Tejucupapo, Goiana, Itambé, Tracunhaém, Curangi, Floresta dos Leões, Limoeiro, São Vicente, Bom Jardim, Queimadas, Taquaritinga, Santa Cruz e Surubim (BULA DE CRIAÇÃO DAS DIOCESES DE GARANHUNS, NAZARÉ E PESQUEIRA, 1918, s/p).

A escolha espacial foi fator importante na avaliação das regiões onde seriam instaladas as futuras dioceses. Para Hilton, a história da criação da Diocese de Nazareth,

[...] aconteceu graças a fatores agrícola e agro-pastoril, destacando-se a sua posição geográfica que centralizava para o acesso a Recife em relação as concorrentes cidades que pleitavam sediar a Diocese, e assim sendo Timbaúba, Goiana, Limoeiro, Floresta dos Leões (hoje Carpina) eram fortes correntes; o destaque social e econômico que desfrutava sendo o Município açucareiro de maior importância no Estado; e o outro foi à participação do Padre Virgílio Lapenda, Secretário particular de D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, Arcebispo de Olinda e Recife a quem competia a execução do processo de criação da nova Diocese (HILTON, 2016, p. 109).

Essas decisões determinariam a escolha da localização da cidade de Nazareth para a sede de um bispado, sendo somente o início da contribuição para o processo de romanização no município que poderia proporcionar desenvolvimento nos mais variados setores, em especial no setor educacional, na saúde e na cultura. A partir da Província pernambucana, a Igreja Católica daria partida ao projeto de controle social e religioso para a modificação e organização do catolicismo nas novas dioceses (MICELI, 2009).

Com a instalação das dioceses de Garanhuns (Agreste), de Nazareth (Mata Norte) e Pesqueira (Sertão), a Igreja Católica visava o domínio territorial, visto uma vez que, uma diocese, simbolicamente, representa um lugar sagrado, a Igreja Católica garante o fortalecimento das condições estruturais para a formação do clero e ações pastorais de forma mais abrangente e eficaz, dentro dos conceitos da Cúria Romana, fortalecendo mais ainda o processo de romanização em Pernambuco (CORRÊA, 1989).

Atualmente, a abrangência territorial eclesiástica de Olinda e Recife conta com 9 dioceses sufragâneas, distribuídas no Estado de

Pernambuco: Garanhuns, Nazareth e Pesqueira (1918); Petrolina (1923); Caruaru (1948); Afogados da Ingazeira (1956); Palmares (1962); Floresta (1964) e Salgueiro (2010), conforme Figura 2.

Figura 2 - Mapa da CNBB Nordeste 2



Fonte: CNBB NE2

A República Federativa do Brasil, com fundamento no direito de liberdade religiosa, reconhece à Igreja Católica o direito de desempenhar a sua missão, garantindo o exercício público de suas atividades, observando o ordenamento jurídico brasileiro. Por conseguinte,

Assim, pois, eretas as dioceses ou afiliadas atribuímos a seus pastores todos os direitos e privilégios de que gozam as outras cidades episcopais e catedrais e seus preladados, conservando, todavia, o cuidado pastoral das almas, como antes, nessas catedrais. Declaramos estas dioceses, assim constituídas, sufragâneas da Arquidiocese de Olinda e Recife, e seus Bispos, “pro tempore”, subordinados ao direito metropolitano do Arcebispo de Olinda e Recife, reservada a Nós e à Sé Apostólica, a faculdade de realizar novos desmembramentos destas Dioceses, toda vez que isto, no Senhor, parecer conveniente (BULA DE CRIAÇÃO DAS DIOCESES DE GARANHUNS, NAZARÉ E PESQUEIRA, 1918, s/p).

A Diocese de Nazareth representa, sob sua personalidade jurídica, suas paróquias, seminários e órgãos de administração eclesial, detendo, em consequência, a titularidade de todos os bens e direitos

de serventia que lhe são próprios, dentro de seus limites territoriais, subordinados à autoridade canônica do Bispo Diocesano. As paróquias são comunidades, em que se divide a diocese, com o objetivo de facilitar o melhor governo e administração da diocese, com a finalidade precípua de pregação e difusão do Evangelho.

DOM RICARDO VILELA E SEU PROJETO DE ROMANIZAÇÃO

Além da projeção que Nazareth detinha para tornar-se sede de uma diocese, havia a intenção de colocar um prelado, fiel ao arcebispo e a Santa Sé. De acordo com o site da Diocese de Nazaré, D. Ricardo Ramos de Castro Vilela nasceu em Olinda/PE, em 1887, cuja cidade iniciou os estudos. Foi ordenado presbítero em 1910, sendo sagrado bispo em Olinda, por Dom Sebastião Leme, em 1919, e empossado no mesmo ano. Nessa época, deixou o presbiterado de Gravatá/PE, para assumir o cargo de primeiro bispo de Nazareth, que seria uma missão nada pequena.

Figura 3 - Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela



Fonte: Jornal Gazeta de Nazareth (1919).

O processo de romanização, que se consolidava com a criação da Diocese de Nazareth, em 1918, e a nomeação do seu primeiro bispo Dom Ricardo Vilela, em 1919, já eram reflexos dos “novos tempos” da fé romanizada no Estado de Pernambuco. O episcopo procurava uma “Nova Era” à luz do catolicismo romano, carregado de rigidez hierárquica, moral e doutrinária. Esse projeto de uma nova Igreja Católica e sua reestruturação no Brasil, ganhou força no Concílio Plenário da América Latina (1899), onde foram deliberadas as diretrizes do catolicismo para o Continente à luz do Concílio Vaticano I (1869-1870). Como afirma Dallabrida:

As reflexões e determinações desta conferência episcopal foram condensadas no texto oficial intitulado *Decreta Concilii Planari Americae Latinae*, publicado solenemente em 01/01/1900, que se tornou o documento fundante da romanização do catolicismo mestiço da América Latina. O título 9º ‘A educação católica da juventude’ trata especificamente das escolas primárias, secundárias e universitárias; e no 2º título que aborda os impedimentos e perigos da fé, inclui ‘as escolas acatólicas e neutras’, condenando-as (DALLABRIDA, 2005, p. 79).

Para atuar nesse novo cenário projetado pelo Concílio e outros dispositivos da Santa Sé, a Igreja particular de Nazareth investiu nos caminhos da educação: partindo para criação de um seminário e do estabelecimento de congregações femininas, que formariam o alicerce da educação católica na cidade. A recatolização do povo nos parâmetros romanos e o enfrentamento à laicidade do ensino público, estavam dentro das preocupações que afetavam a Igreja Católica. Por isso a necessidade de restauração e reestruturação da Igreja Católica perante a nova realidade, em escala local, agora, acompanhada mais de perto, por um bispo regional.

Nesse contexto, Dom Ricardo Vilela já com os propósitos estabelecidos, tinha como escopo a criação de um seminário para formação de padres obedientes à fé católica, capazes de enfrentar

os desafios externos e internos. Vale destacar a recomendação do Sacro Concílio Tridentino (1540-1560) quanto à utilidade e importância dos seminários na instrução e formação daqueles que darão continuidade na grande obra da Igreja Católica.

Figura 4 - Seminário Menor “Immaculada Conceição” de Nazareth



Fonte: Jornal Gazeta de Nazareth (1928).

Nesse intuito, fundou o Seminário Menor “Immaculada Conceição” de Nazareth, em 11 de fevereiro de 1928, tornando-se um importante local influenciador da elite intelectual nazarena, de acordo com os preceitos da Santa Sé. Esta foi de grande importância nos grandes embates políticos e culturais a favor dos ideais católicos. Essa investida caracterizou a Igreja Católica como partícipe do progresso material, social e agora, espiritual de Nazareth, a partir da criação de seu primeiro seminário, que funcionou até 1933.

Dom Ricardo Vilela não deixou de realizar em sua diocese obras de cunho social, cujos investimentos em escolas confessionais eram vistos como à consolidação de um “rebanho”, seguidor da Santa Sé. Nessa perspectiva, Hilton assinala que, uma das primeiras medidas tomadas, como bispo, foi:

Em 1921 a Diocese criava o Colégio Bento XV. Em 1923 com o apoio do Bispo Dom Ricardo Vilela, foi fundado o Colégio Santa Cristina dirigido pelas Damas de Instrução Cristã. [...] Já em 1930 as irmãs de Caridade fundaram a Escola São Vicente de Paulo [...] Em 1933 foi fundado o

Ginásio de Nazaré sob o comando do Pe. Nicolau Pereira e do professor José Antonio da Costa Porto. [...] O Colégio São José foi fundado em 1938 pelo professor Aluísio de Andrade Pereira e dirigido pelo Pe. Carlos Neves Calábria [...] A Escola de Datilografia Santa Terezinha foi fundada em 1939, mantida pela professora Maria das Mercês de Barros (HILTON, 2016, p. 101-102).

Idealizou ainda a União de Moços Católicos (UMC) que foi uma entidade criada em 1931, com a visão de “formar no meio da juventude a falange dos apóstolos leigos pela implantação do reinado social de Jesus Cristo” (HILTON, 2016, p. 113-114). Foi assim que a Igreja Católica em Pernambuco, romanizada, priorizou o caráter da formação do seu clero e fiéis, a fim de se defender das ameaças dos novos pensamentos liberais e positivistas, além do crescimento do protestantismo.

Dom Ricardo Vilela governou a Diocese de Nazareth de 1919 a 1946, devido à idade e a problemas de saúde, renunciou ao cargo que foi aceite pelo Papa Pio XII e sendo transferido para o Recife, onde exerceu as funções de Capelão da Polícia Militar do Estado, falecendo em 1958 e sepultado na Catedral de Nazareth que ele mesmo construiu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatos e atos expostos no trabalho formam um conjunto de assuntos concretos, que tornam a história desta pesquisa bastante legível, permitindo a visão, de forma clara, que os objetivos da Igreja Católica, mesmo contra as adversidades e dificuldades, foram sendo cumpridos, contudo, não acabados. Nessa perspectiva, temos a compreensão da eficácia da Igreja Católica, quanto ao plano traçado, seguindo um roteiro e métodos europeus, cuja proporção que o tempo passava e os objetivos iam sendo alcançados, a Igreja Católica se fortalecia, especialmente, com a aplicação da romanização com a criação de seminários, dioceses, paróquias, colégios confessionais, revistas e jornais eclesiais.

Em Nazareth, a criação da diocese e os investimentos realizados no âmbito educacional, alteraram definitivamente a vida dos moradores da região da Mata Norte, a partir daquele momento, nos seus projetos de vida ou de seus filhos, a educação seria algo palpável e viável, portanto, era necessário enviar os filhos para estudar nas escolas daquela cidade. Essas ações na construção de escolas confessionais modificaram a visão que se tinha de educação, agora, como possibilidade material de mudança, e atraíram a Nazareth, a atenção de uma população carente desse tipo de serviço, e que residia no seu entorno. Essa visão foi permanentemente assegurada com novas ações no espaço e, modelou de forma eficiente a visão das novas gerações em relação ao município, numa perspectiva de comparação com as outras cidades.

REFERÊNCIAS

BENTO XV, Papa. **BULA DE CRIAÇÃO DAS DIOCESES DE GARANHUNS, NAZARÉ E PESQUEIRA**. 1918. Disponível em: <https://www.diocesegaranhuns.org/institucional/historia>. Acesso em: 05 out. 2020.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCS: república, recatolização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e Memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DIOCESE DE NAZARÉ. Disponível em: <https://diocesedenazare.org.br>. Acesso em: 10 out. 2020.

HILTON, Aderito. **Nazaré da Mata: A sua história, o seu povo, a sua cultura**. Recife: Libertas, 2016.

HISTÓRIA. Recife: Arquidiocese de Olinda e Recife. Disponível em: <https://www.arquidioceseolindarecife.org/historia>. Acesso em: 01 out. 2020.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MOURA, Carlos André Silva de Moura. CABRAL, Newton Darwin de Andrade. Reorganização eclesiástica em Pernambuco: o processo de formação das Dioceses de Garanhuns, Nazaré e Pesqueira (1910-1918). **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano XIII, n. 38. Set/Dez de 2020. p. 145-163. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/50609/751375150685>. Acesso em: 31 ago. 2020.

TEIXEIRA, Dante Martins. **A ARTE DOS MAPAS**. Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.casafiat.com.br/wp-content/uploads/2017/03/catalogo_arte_mapas.pdf. Acesso em: 12 out. 2020.

O Mobral e as vozes dos sujeitos portuenses (1970–1985)

*Tainara Ferreira Mousinho*¹

*Benvinda Barros Dourado*²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, *O Mobral e a vozes dos sujeitos Portuenses* trata-se de pesquisar a alfabetização de adultos no Tocantins (1970 a 1985), tendo como principal *locus* de pesquisa Porto Nacional, localizada, no período em estudo, na antiga região norte de Goiás.

O período proposto para estudo, pauta no sentido de que embora formalmente criado em 1968, o MOBREAL só foi efetivamente implementado a partir da década de 1970 e por meio do Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985 foi redefinido os objetivos e alterada a sua denominação.

Conforme Silva (2019, p. 44), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi inaugurado em 8 de setembro de 1970, no entanto, começou a ser planejado bem antes disso. Pois, era preciso que “o Estado militarizado demonstrasse algum comprometimento com a educação da população trabalhadora, tendo em vista as expe-

1 Graduanda em História – Universidade Federal do Tocantins.

2 Professora de História – Universidade Federal do Tocantins.

riências de educação popular oferecidas a este segmento, no período que antecedeu o golpe de Estado.”

O MOBREAL tinha como meta prioritária erradicar o analfabetismo no país em dez anos de atuação. No Brasil, “o resultado do censo de 1970 foi de 17.936.887 analfabetos de quinze anos ou mais, correspondendo a 33% da população adulta” (BRASIL, 1973, p. 9).

Em Porto Nacional, em 1970, tinha uma população de 32.321. O índice de analfabetismo urbano, girava em torno de 27,4%. “É de se supor que a situação seja mais grave nos povoados e na zona rural, onde reside a maior parcela da população” (BRASIL, 1970, p. 81). Em relação à faixa etária acima de 18 anos (19-29) apresentava 32,80% que não sabiam ler e nem escrever, considerando que 85,32 % desses, se encontram na zona rural (IBGE, 1970).

Quadro 1 - Pessoas de 19 a 29 anos de idade que não sabem ler e escrever, no município de Porto Nacional- 1970.

	População (19-29)	Não sabe ler e escreve	%
Total	4.051	1329	32,80
Zona urbana	1.572	195	12,40
Zona Rural	2479	1134	45,74

Fonte: BRASIL, 1970. Tabela elaborada pela autora.

Em Porto Nacional, os poucos registros encontrados, apontam que as aulas do MOBREAL tiveram início em 1974. Levando em consideração, principalmente, a ausência de memória escrita, sobre o MOBREAL nessa cidade, recorreu-se à História Oral. Na perspectiva, também, de que a memória histórica tem sido formada pelas práticas dos dominadores, impossibilitando que os dominados deixem registrados suas experiências, de resistência e luta, nesse caso, deu-se voz a alguns desses sujeitos.

No processo dessa pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico acerca de estudos históricos concernentes à temática (BRASIL, 1973; MACHADO, 2001; SILVA, 2019) na perspectiva de contribuir na releitura da história da educação regional e local.

No caminhar da investigação ficou explícito como é restrita a literatura sobre o Mobral no Estado de Goiás e, principalmente, sobre a antiga região norte do Estado (Tocantins), e em Porto Nacional, principal lócus dessa pesquisa.

Assim, trabalhou-se, também, com a História Oral tendo como base Bosi (1994), Meihy (1998), Ferreira e Amado (1998) e Thompson (1992), tendo em vista que a não valorização dos saberes guardados pelos que vivenciaram a história pode dar-se no fim da memória. Desse modo, julgamos estar impedindo, ao menos em parte, que as memórias dos ex-alunos, ex-professoras, ex-supervisoras e ex-coordenadoras não sejam esquecidas, reconhecendo o valor da História Oral para a pesquisa histórica, enquanto metodologia de pesquisa. Como afirma Ferreira; Amado (1998, p. 18), que:

A história oral já não tem que lutar constantemente para reivindicar um espaço no âmbito das ciências sociais, pois sua proposta metodológica adquiriu validade e competência; entretanto, o que ela pretende atualmente é mostrar sua potência, sua riqueza, suas dúvidas, seus problemas, seus desafios e seus resultado.

Assim, compreendemos que a História Oral se caracteriza como uma metodologia de pesquisa que tem como objetivo principal buscar ouvir, entender e registrar as vozes daqueles que foram excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela, pois a característica fundamental do historiador oral é saber ouvir as pessoas.

Nessa perspectiva, foram realizadas entrevistas com uma ex-Coordenadora de Área (SOUSA, 2020) e uma ex-Supervisora Global (OLIVEIRA, 2020), sobre o MOBREAL em Porto Nacional e com uma filha de uma ex-aluna do MOBREAL da cidade de Miranorte (TO) (ARAÚJO, 2020).

Conforme Thompson,

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula os professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações (THOMPSON, 1992, p. 44)

CONTRIBUIÇÕES DO MOBREAL

Conforme Machado (2001), na sua pesquisa sobre a história da Educação de Jovens e Adultos em Goiás (EJA), destaca que como ocorreu nos demais estados, também em Goiás as experiências populares de educação foram reprimidas pelo regime militar e a partir de 1970, volta em cena o Estado, como ator principal da Educação de Adultos, por meio do MOBREAL.

No Tocantins (antiga região norte de Goiás), embora não se tenha tido acesso à vasta documentação, percebe-se, que foram criadas classes de alfabetização de adultos e ofertas de cursos profissionalizantes, conforme anexos (V e VII).

Em relação ao financiamento, as Prefeituras podiam participar do Movimento por meio de doações diversas, especialmente a retirada do Fundo de Participação dos Municípios, que obrigava à aplicação de pelo menos 20% de seu orçamento em Educação. Em Porto Nacional a Lei nº 668 de 08 de maio de 1973 autorizava o chefe do executivo de Porto Nacional a conceder subvenção social ao Mobreal, na quantia de 7.000,00 (sete mil cruzeiros) (PORTO NACIONAL, 1973).

Por conseguinte, o Prefeito era quem deveria desencadear o movimento de implantação do MOBREAL no município. Portanto era o

responsável pela reunião e eleição dos que deveriam ocupar os cargos na Comissão Municipal (COMUM).

Conforme a ex-Coordenadora de Área do Mobral em Porto Nacional, no período de 1977 a 1985, Zenaide Ribeiro de Sousa (anexo I), foi convidada para exercer essa função pela Coordenação Estadual. Era responsável pelo município de Porto Nacional e alguns municípios circunvizinhos, a saber: Ponte Alta, Monte do Carmo e Brejinho de Nazaré. Para ela cada cidade dessas tinham ainda, sob a sua responsabilidade de acompanhar, os seus distritos e povoados.

Cada cidade mencionada, acima, tinha um responsável, um líder, que de certa forma era escolhido junto à comunidade, o qual era ligado a Coordenadora de Área.

Porque quando eu chegava eu queria saber de tudo. Eles tinham o plano de trabalho, assim eu acompanhava esse plano, e eles ficavam recrutando junto com a Secretária Municipal de Educação e com o prefeito. Assim, eles faziam a programação e me esperavam pra eu fazer os contatos (SOUSA, 2020).

Dessa forma, a Coordenadora de Área juntamente com os demais responsáveis, realizavam visitas em todas as escolas municipais que ofertavam o MOBREAL. Esse acompanhamento, segundo a Coordenadora, acontecia uma vez por mês e tinha a duração de cinco a oito dias em cada cidade. Zenaide Sousa acrescentou que as visitas eram feitas tanto nas escolas que haviam estradas trafegáveis quanto naquelas de difícil acesso. E mesmo diante das dificuldades, principalmente de acesso, o mesmo trabalho que faziam na zona urbana também procuravam, de alguma forma, realizar na zona rural. Segundo ela “as pessoas gostavam muito”.

Mas, na zona urbana funcionou melhor, porque o acesso era mais fácil. Na zona rural eles queriam muito estudar, mas era difícil o acesso, as vezes tinha um quilometro pra

ele caminhar, uma distância, né? Tinha um córrego pra passar no inverno, enchia né? Enfim, essas dificuldades. Mas, a dificuldade maior que eu encontrei foi o problema de vista dos alunos (SOUSA, 2020).

Assim, percebe-se que os jovens e adultos da zona rural, espaço onde apresentava um índice maior de analfabetismo, não tiveram a mesma possibilidade para participar do Programa como os alunos da zona urbana, pois, além do problema de visão, tinham que enfrentar as dificuldades de deslocamento para chegar à escola. Inclusive, na zona rural era muito difícil ter uma igreja, ou um espaço mais adequado para se criar uma sala de aula, o que tornava o acesso mais difícil, pois onde tinha uma igreja, o Mobral conseguia autorização para oferecer aulas, permitindo que os alunos da zona rural tivessem mais chances de continuar estudando.

Tomando como exemplo, a experiência do MOBREAL em Miranorte (TO), Araújo (2020), destaca que a sua mãe estudou o MOBREAL na Igreja Adventista do Sétimo Reino, de segunda a sexta-feira, no horário das 19h às 21h. Conforme ela “era o horário que uma dona de casa ou quem trabalhava na roça podia ir estudar.” Acrescentando que: “Só tinha senhores e senhoras que não tiveram oportunidades de estudar quando criança, o papai mesmo não quis ir pois ele trabalhava na fazenda e acordava muito cedo, quando chegava só queria um descanso”. Apresentando assim, de alguma forma, o perfil dos alunos do Mobral.

Outra dificuldade enfrentada na zona rural era a desvalorização por parte do prefeito que não assumia as escolas, sendo que o Mobral funcionava na estrutura do município. “Eu cheguei em várias escolas municipais e não tinha quadro, mas como a professora tentava ser criativa, ela pegava aquelas congas de coco e escrevia, mas tinha umas escolas que tinha quadrinhos, mas era no banco”, relata Sousa (2020).

Tinha os prefeitos que não valorizavam o Mobral, eles achavam que o Mobral era um lixo, Mobral não era importante, Mobral não era um programa federal. Assim, até hoje tem gente que xinga o outro chamando de Mobral, pra gente quebrar esse tabu aí foi difícil, até hoje

existe né. O Mobral para as pessoas que não entendiam, só começaram a entender quando viram o sucesso das ações (SOUSA, 2020).

Havia também, uma evasão muito grande dos alunos, devido as dificuldades já citadas, como a falta de visão e acrescenta o problema de falta de iluminação elétrica. Como as aulas funcionavam a noite e os alunos já se encontravam com problemas de visão, a falta de iluminação só tornava as coisas mais difíceis

Aquela fumaça de óleo subia pra cara né? Daí devido essa dificuldade a gente foi ampliando, melhorando, conversando e a gente pediu e eles mandaram os lampiões. Era daqueles do vidrinho fino cumprido, aí melhorou muito, mas, mesmo assim eles quebravam muito também, aquele vidro quebrava. Então, tinha essas dificuldades (SOUSA, 2020).

Em relação ao pedagógico, Sousa (2020) relata que: “nós fazíamos cursos para os professores” (anexo VIII). É importante destacar os cursos que eram oferecidos para os professores do MOBREAL, pois, os mesmos não assumiam a sala de aula, sem antes passarem pelo treinamento. Tal curso tinha duração de uma semana. O qual era ofertado tanto para os professores que tinham magistério como para aqueles que não haviam completado os estudos, devido à grande demanda de alunos. “E tinha reuniões periódicas com os professores eu acompanhava, e quem tinha a obrigação de ir mais do que eu era a supervisora municipal e fazer o relatório para prestar contas” (SOUSA, 2020).

O SIGNIFICADO DO MOBREAL

Nesse sentido, registramos a fala da ex-Supervisora Municipal do MOBREAL, de 1975 a 1979, Iris Santana (Barros) Oliveira (anexo II e VI), a qual tinha o papel de acompanhar os cursos, as reuniões, as aulas e de mobilizar as cidades para formar novas turmas. Em sua

fala expressa que: “Cada final de mês eu tinha que mandar um relatório de cada escola, relatando como estava o desenvolvimento, eu trabalhava que nem uma louca, mas eu dava conta.” Continua: “Depois de todo trabalho a comissão era avaliada, pela comissão Estadual e pela Federal. Tudo era avaliado antes e depois” (OLIVEIRA, 2020).

Em relação ao deslocamento às escolas, principalmente, considerando a falta de iluminação e transporte naquele período, Oliveira destaca que:

Cada sala tinha um professor, aí eu tinha que visitar essas salas de noite e eu não tinha carro nem bicicleta e era longe e não tinha energia, tinha vez que eu ia de pé, chamava uma pessoa pra ir comigo, as vezes alguém me levava de bicicleta, naquele tempo caía demais né?! Era tudo no escuro e eu ia muito longe, mas eu ia (OLIVEIRA, 2020).

Nota-se, que mesmo diante das dificuldades da época e o trabalho exaustivo, Iris Oliveira conseguia realizar o acompanhamento em todas as salas de aula e fazer os relatórios, pois, como ela conta, “era difícil, mas eu gostava muito do meu trabalho, poderia fazer tudo de novo. Às vezes eu deixava um bilhete na prefeitura solicitando um carro, quando era muito longe, demorava um pouco, mas eles mandavam o carro para me levar.”

Conforme essa supervisora nos quatro anos que ela assumiu essa função, houve um salto no número de salas do MOBREAL:

Quando eu cheguei tinha 8 salas de aula, e quando eu sai deixei umas 80 salas de aula. Por que? Porque eu ia pro sertão numa fazenda grande ali eu já implantava uma sala de aula que era pra erradicar o analfabetismo. Tinha que fazer isso. Eu andava nesses municípios de Porto até Palmas, que tudo nesse tempo era município de Porto (OLIVEIRA, 2020).

Assim, conforme a supervisora, para que formassem as turmas, antes era necessário organizar uma grande mobilização na cidade, com carro de som e panfletos.

Nesse meio de divulgação a gente mobilizava a cidade toda, todo mundo se envolvia com aquilo ali. A cidade toda ajudava no recrutamento de alunos, que era a matrícula, juntar os alunos para fazer a matrícula. Isso era feito de seis em seis meses, porque cada seis meses eram turmas diferentes (OLIVEIRA, 2020).

Nas palavras de Oliveira (2020),

A turma iniciava em janeiro aí em junho já era encerramento, aquela festona, festa, banquete mesmo que faziam. Nesses seis meses eles aprendiam ler, eles recitavam lá na frente, eles falavam, eles discursavam, eles inventavam coisas, parodia né que chamava? Essas coisas, eles mesmos que inventavam.

Nesse período de seis meses, a alfabetização oferecida pelo MOBREAL, atribuía ao aluno a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso no desenvolvimento de alfabetização. Com isso, nota-se que era responsabilidade individual daquele que conseguia se alfabetizar. Na fala da Dona Iris, percebemos com mais clareza, ao dizer que: “era minha obrigação anotar o desenvolvimento da professora e do aluno, se realmente o aluno estava em condições de receber aquelas aulas, ou tinha que ser mais forte ou mais fraca.” Percebe-se que fazia uma sondagem, avaliação do desenvolvimento do aluno.

Conforme Araújo (2020), “O Mobral ofertava as apostilas e tabuada, era um livro bem fininho.” E completa que: “passava atividade para casa, tudo bonitinho, como nas escolas das crianças hoje.” Em seu relato diz que:

Minha mãe estudou uns dois anos lá, tinha que se alfabetizar. Aprendeu tudo que o ser humano precisa saber de básico, para não passar vergonha no mundo, né? Minha mãe não sabia nada, aprendeu ler, escrever e contar no Mobral. Fechou o curso, e ela já tinha se alfabetizado, era só pra aprender ler e fazer umas continhas, vender um ovo, uma galinha, né?! Porque naquela época as mulheres não podiam trabalhar fora.

Percebe-se que assim, o MOBREAL presumia está atingindo um dos seus objetivos, alfabetizar (saber ler, escrever e contar) e integrar o alfabetizado à força de trabalho, uma vez que para o Programa o analfabeto era visto como um ser improdutivo economicamente.

Conforme Sousa (2020), outra possibilidade de atividades para os ex-alunos do Mobral e que vale destacar, foi a Mobralteca, a qual tinha como objetivo principal a valorização da cultura local, visando a descoberta de valores e a valorização da cultura (anexo IV).

Nós tínhamos a Mobralteca era o que nos ajudava muito. Quando tinha uma ação dessas, a Mobralteca é tipo um caminhão Baú que tinha a biblioteca, livros excelentes, tinha os profissionais na atividade física. Tudo isso o Mobral fazia, eu acho assim, que foi um dos órgãos mais organizados que eu já trabalhei é o Mobral. Tinha a parte cultural, tinha shows dos artistas locais, eu discursava muito e eu gostava muito, sabe? Junto com pessoas competentes, que era as pessoas que vinham apoiar. Quando a Mobralteca ia embora, eu não podia ir na rua que pediam pra voltar, era festa na praça do centenário. Eu nunca vi uma festa assim. Por isso eu gosto da educação, por isso eu dei certo (SOUSA, 2020).

A Mobralteca era uma unidade móvel, criada na década de 1970 com o objetivo de difundir cultura em todo o do País. O programa cultural oferecia literatura, artes plásticas, artesanato, televisão, cinema, patrimônio histórico e reservas naturais. Assim, acredita-se que após as apresentações as pessoas passavam a serem mais conhecidas, ganhando a oportunidade de se apresentarem em outras cidades, possibilitando que elas vivessem da profissão em destaque, por exemplo, músicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vozes de uma ex-coordenadora de área e de uma ex-supervisora municipal em Porto Nacional e de uma filha de uma ex-aluna do MOBREAL, nos permitiram refletir sobre algumas ações do Movi-

mento em Porto Nacional e, de certa forma, no Norte do Estado de Goiás. Assim, compreendemos e, sobretudo, percebemos as ressignificações que podem ser construídas nas práticas desenvolvidas em um Movimento com a dimensão que teve o MOBRAL.

No que diz respeito ao significado e importância das ações alfabetizadoras do MOBRAL para os ex-alunos, do ponto de vista das ex-supervisoras, a pesquisa evidenciou a forte aprovação do Movimento, uma vez que este se apresentava como uma oportunidade de acesso ao ensino (ler e escrever) para pessoas adultas portuenses, sendo que uma boa parte dos alunos da época residiam na zona rural do município em estudo.

Por motivos como estes, as ex-supervisoras do Movimento em Porto Nacional consideram o MOBRAL uma ação positiva e de extrema importância para o desenvolvimento dos sujeitos, permitindo que eles tivessem mais condições de melhorar de vida, destacando com saudosismo as contribuições advindas das ações de alfabetização e outras, que foram implementadas no município.

Na visão de uma filha de ex-aluna do MOBRAL, o Programa foi maravilhoso para a sua mãe, “ela se sentiu poderosa, uma mulher que sabia ler, escrever e contar.” E aponta que: “Ah, o Mobral antigamente para os idosos era como doce para as crianças.”

Os depoimentos da ex-Coordenadora de Área e da ex-Supervisora Global sobre o significado do MOBRAL em suas vidas e na vida dos ex-alunos, nos permitiram observar de perto as questões subjetivas em seus testemunhos, na tentativa de uma maior compreensão do que foi posto acerca dos fatos vividos. Vejamos, assim, o comentário de Oliveira (2020) em relação ao significado do Movimento em sua vida.

O MOBRAL me deixou até hoje saudades. Se ainda fosse existir algo para desenvolver no MOBRAL, eu seria a primeira pessoa a me oferecer, é assim, um programa muito organizado e que deixa também a gente se organizar. Então eu diria que tenho saudades dos professores da época, do movimento inteiro, dos alunos que agraciavam a gente

tanto por onde a gente andava, não deixava a gente só. Eram muitos amigos, muitos (OLIVEIRA, 2020).

Assim, percebemos a satisfação que foi para Oliveira trabalhar no MOBREAL. Ao dizer que “também deixa a gente se organizar”, ela se refere a vida após sair do Movimento, pois, logo casou-se e teve filhos, e seu aprendizado e desenvolvimento como Supervisora fez com que ela soubesse organizar sua vida, ser uma boa esposa e ajudar seus filhos, “minha filha é professora também, e quando ela começou a trabalhar usava os meus materiais do MOBREAL, eu tinha muita coisa guardada, mas com o tempo e as mudanças eu perdi quase tudo.”

No entanto, acreditamos que seja importante aprofundar os estudos sobre o papel do MOBREAL, sobretudo na antiga região norte de Goiás. Percebe-se que ainda carece de reflexões, principalmente, devido à ausência de memória escrita.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Mobreal: sua origem e evolução**. Rio de Janeiro, 1973.
- BRASIL. **Relatório preliminar de desenvolvimento integrado**: Porto Nacional. Brasília: Ministério do Interior, 1970.
- Censo Demográfico - Goiás. **Instituto Brasileiro de Estatística** - 1970. Série Regional - U. T - Tomo XXIII.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MACHADO, Maria Margarida. **A política de formação de professores que atuam na educação de jovens e adultos em Goiás na década de 1990**. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). São Paulo, 2001.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

PORTO NACIONAL. **Lei nº 668 de 08 de maio de 1973.** Autoriza o chefe do poder executivo, a conceder subvenção social ao Mobral- Movimento Brasileiro de Alfabetização. Porto Nacional: Arquivo da Câmara Municipal, 1973.

SILVA, Danielly Cardoso da. **“Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos”**: A Campanha Publicitária do Mobral na Revista Veja (1970-1975). Dissertação (Mestrado em Educação) – UFG. Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bits-tream/tede/9558/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Danielly%20Cardoso%20da%20Silva%20-%202019.p>. Acesso em: 24 fev. 2020.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ENTREVISTAS

ARAÚJO, Maria Aparecida de Azevedo em 28/02/2020.

OLIVEIRA, Iris Santana. Entrevista realizada em 14/07/2020.

SOUSA, Zenaide Ribeiro de. Entrevista realizada em 25/06/2020.

RELAÇÃO DE ANEXOS

Anexo I



Anexos II



Anexo III



Encontro de idosos (a) - MOBRAL. Festival de Música (MOBRAL)

Anexo IV



Anexo



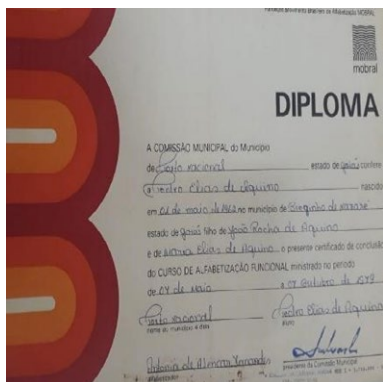
Curso de Tratorista

Vanexo VI



Certificado capacitação

Anexo VII



Certificado Alfabetização Certificado Cursista - Professor

Anexo VIII



Por uma história social da morte

O cemitério como objeto de estudo para a história das cidades

Allef Gustavo Silva dos Santos¹

INTRODUÇÃO

A escrita histórica não se faz somente pela experiência da vida, pois no mundo há mais gente morta que viva, e estas testemunharam os acontecimentos do mundo, as transformações da sociedade em que viveram, nos legando uma narrativa que precisa ser desobstruída, que precisa ser reorganizada, que precisa ser contada através de sua materialização. Neste ponto, o patrimônio histórico, é um monumento dinâmico, pelo qual o trabalho aqui desenvolvido se pauta por ladrilhar o pensamento educacional dos alunos das escolas públicas da cidade de Caxias-MA, corroborando na assertividade da história social, onde cada indivíduo deve apreender uma consciência histórica individual e ao mesmo tempo coletiva. Para tanto, registrando-os fotograficamente, os levaremos como exposição para dentro de algumas escolas, conferindo uma descrição técnica e científica dentro da ciência que nos ocupa, abordando o monumento histórico como

1 Allef Gustavo Silva dos Santos é graduando do curso de Licenciatura plena em História, pela UEMA. É membro do Grupo de Pesquisa e Documentação em História Social e Política do Maranhão.. Atualmente é residente no programa Residência Pedagógica.

obra de arte e obra histórica. Cercando-se de autores como Michel Vovelle, com suas discussões sobre as narrativas por traz dos ritos fúnebres e a criação dos espaços dos mortos. De mesma importância, o professor João José Reis em *A morte é uma festa* (1999) confere uma narrativa histórica formidável, sobre como uma cidade “viveu” tempos de uma quase “revolução” por causa dos mortos, e como isto afetou a vida social daquela dita cidade, deixando marcada na história uma revolta chamada de *Cemiterada*.

Mas onde é o lugar dos mortos na cidade dos vivos?² A demarcação de lugares como estes, e posteriormente a “sacralização” ou um gesto que quase o beatifica como separado dos demais, não só pela sua especificidade na acolhida aos mortos, mas também por que representa a imagem final que todos os homens e mulheres carregam ao fim da vida. A morte é como o fim da laborização da vida, o fechamento de toda biografia³. Pois no fim o ser se depara com a sua inconstância. Entre ser e poder ser, o segundo é a finalidade, haja em vista que a morte encerra seu ciclo de continuidade e descontinuidade, de permanência e transformação, e “o fim” do ser no mundo é a morte” (HEIDEGGER, 1989, p. 12). Sobra apenas a memória.

Neste aspecto, o cemitério é para nós, fonte histórica da necessidade, mesmo que “findada” com a morte, que o homem tem de continuar narrando sua história. A história de seu tempo, presa nos espaços, parafraseada nas epígrafes e nos testamentos. A leitura que buscaremos trazer da “morte esculpida”, é uma leitura científica, pausada na narrativa historiográfica, nos aspectos materializados daquilo que medeia a morte, seja nos lugares reservados aos mortos, e nas relações posteriores que o pesquisador lida com o objeto atrelado ao morto, como a sua epígrafe, lápide e testamento. É uma leitura sistematicamente também educacional, buscando decifrar através das imagens, a construção histórica por detrás do monumento material, ao qual eticamente chamamos “patrimônio”. O patrimônio é fruto de

2 Referência ao livro de Cláudia Rodrigues Lugares dos mortos na cidade dos vivos.

3 É necessário, para que se compreenda melhor a ideia de uma discussão filosófica sobre a morte, que o leitor consulte “Ser e Tempo”, de Martin Heidegger.

uma ação, e a ciência da história busca reconstruir a vida histórica humana no tempo, através das ações do homem no próprio tempo, que podem ser abstratas como prefeririam alguns filósofos escolásticos ou materializados nos objetos, nos lugares, como requer o novo modo da abordagem historiográfica.

Neste sentido, uma reforma no quadro da administração pública suscita um reordenamento do espaço urbano, e os mortos são os primeiros a terem que se adequar aos novos padrões. Este acontecimento pode ser contado pela história através dos cemitérios, das Igrejas, das casas, das ruas. Em outras palavras, contaremos acontecimentos históricos através do patrimônio, dos lugares, como forma de chamar a atenção do leitor para a necessidade de se preservar a história dos lugares.

Outro ponto importante é que não se pode banalizar demasiadamente os lugares, ou negá-los propositalmente. O cemitério tem história. O cemitério de São Benedito em Caxias foi construído em 1861, por tanto, há mais de um século e meio. A riqueza de sua construção está acentuada nos mausoléus, nos túmulos, nas lápides, na capela. Seu espaço revela um acontecimento que reflete o panorama nacional de sua época e tempo, a busca pelo reordenamento urbano e o movimento higienista tonificando a necessidade de se terem espaços adequados aos mortos. Outrossim, mesmo que a morte represente para muitos o símbolo da igualdade, o espaço de descanso dos mortos não parece ter sido durante muito tempo este agente social igualador. As diferenças residem no material de que é feito o tumulo, no local de destaque onde é enterrado o morto, isto quando os cemitérios se tornaram acessíveis a todos, pois mesmo com a sua criação havia a separação entre cemitérios da elite e cemitérios da classe popular, dos negros, dos escravos. Criaram inclusive cemitérios para irmãos membros de sociedades religiosas, outros se juntaram para realizar o enterro dos mais pobres, pois se o cemitério mais pomposo parecia distante, o rito fúnebre era outro aspecto da diferenciação social.

Diante do que já foi escrito, o presente artigo deixará uma marca social para a comunidade, fazendo a exposição do material

produzido e descrevendo para os alunos numa conversação, os motivos pelos quais os patrimônios dos cemitérios são e fazem parte de sua história. Por fim, servirão de legado à universidade, especificamente ao Laboratório de História Oral e Memória, arquivos para a utilização em pesquisa e outras exposições.

O projeto, do qual este artigo é oriundo, de maneira mais concisa, tem veias de ação social dentro da educação, e culmina com sua contribuição em duas ramificações: uma, na sociedade a qual atenderemos com a exposição, e a outra a comunidade acadêmica que terá o material a sua disposição como fonte. Cabe ressaltar que o andamento do projeto nos vislumbra algo mais amplo como uma possível escrita histórica da cidade tendo o “cemitério” ou a “morte” como objetos, objetos históricos até onde a ciência histórica possa lhe conferir termos e maneiras de abordagens. Algo desta complexidade não é inconcebível, pois os autores até aqui citados desenvolveram muito bem sua escrita e narrativa histórica através deste objeto, contribuindo para a comunidade científica e para a sociedade como um todo.

A CONCEPÇÃO DO ESPAÇO CEMITERIAL

Quando nos esforçamos para compreender um fenômeno natural, dentro de uma análise puramente científica e acadêmica, devemos separar a esfera do empírico da esfera do subjetivo. Este é precisamente um problema ao lidarmos com a historicização da “morte”, mesmo que a experiência de Philippe Ariès, Michel Vovelle, Jacques Le Goff, entre outros, nos tenham mostrado o caminho, buscar delimitações discursivas a respeito da morte, causa ainda muita estranheza no meio acadêmico. Mas não se trata de uma historicização filosófica da morte. Trata-se da narrativa historiográfica das ações humanas perante a natureza da morte. Por sua vez, essa natureza, foi por vezes dolorosa em algumas sociedades, ou tomada como naturalíssima em outras⁴ e apreendida como fator de modelagem moral na

4 Isto fica muito claro nas pesquisas de Ariès (1998) e Vovelle (1991). Onde a primeira busca historicizar a morte através das atitudes diante da morte e das transformações de concepções

Idade Média, da criação de um terceiro lugar, entre o céu e inferno, no pós-morte, a fim de “purificar” os atos praticados em vida, da instituição dos lugares de sepultamento, da doutrina acerca da liturgia do velório e do enterro. Todos estes aspectos servirão de base para o desenho de uma historiografia social da morte. A história presente nos lugares, os quais resultaram de ações humanas. Estas ações produziram monumentos, e estes monumentos, bem trabalhados dentro da historiografia, contam história, fornecem dados para narrativas, fazem parte da história das cidades.

É claro que não iremos buscar detalhar todas as narrativas acerca da história social da morte. A menção à Idade Média, porém, se faz necessária, haja vista que as correntes mais fortes sobre a construção conceitual, dos lugares e da liturgia funerária, que nos foi legada, surgiram durante esse período. Suas formulações teológicas, filosóficas foram sofrendo transformações ao longo do tempo. Os mortos que antes podiam descansar dentro das catedrais e demais Igrejas, tiveram que ser retirados em nome da reformulação dos espaços urbanos e a mando de uma ideologia mais fortemente impulsionada no século XIX, o *higienismo*. Esta ideologia nasce da necessidade, mas posteriormente virou instrumento de uma elite contra a classe popular, para repressão social e manutenção de um *status quo*.

Mas retornando ao medievo, as principais características da morte fora o seu peso imaginário, a sua proximidade cotidiana com a vida social do indivíduo e ao mesmo tempo em que pode ser banal a ideia de morte, por isso, ela toma um aspecto de cumprimento necessário, como meio de passagem para purgação dos pecados. Quanto ao imaginário, a morte parece “uma recusa persistente, mas não desprovida de ambiguidade e de contradição, de admitir a possibilidade do retorno dos mortos nos sonhos, ou mesmo nas visões despertas, caracteriza a cultura eclesiástica da alta Idade Média” (SCHMITT, 1999, p. 20). Este caráter terá peso importante na cultura popular,

sociais e religiosas principalmente durante a Idade Média até os primórdios da modernidade.

pois dele virão os famosos relatos de viajantes que conversaram ou que viram os mortos retornarem do “além”, de ilustrações em afresco que pedagogicamente permitirão uma maior aproximação de todos com o mundo do pós-morte.

Acrescenta-se a isso a discussão sobre o lugar de purgação dos pecados, com origem desde a idade antiga e na base cristã ocidental, dentro da própria bíblia, mais precisamente nos escritos do apóstolo *São Paulo* (I Coríntios 3: 13) e no livro dos *Macabeus* (II Macabeus 12: 41-46), podemos perceber o purgatório (como ficará conhecido este lugar no século XII), no imaginário e no cotidiano das pessoas na Idade Média. Como objeto da literatura religiosa medieval, ele perpassa das canções de gesta às visões do além, feitas por monges, e santos. Sua expressão literária de grande força ficou reconhecida na obra de Dante Alighieri *A divina Comédia*⁵.

Os lugares dos mortos obtiveram uma conotação mais forte graças à teologia cristã de uma espécie de culto aos mortos, ou pelo menos respeito por aquilo que poderiam representar na busca humana pelo significado da existência. Mesmo na antiguidade, de acordo com Coulanges (1961, p. 12), “os ritos fúnebres mostram claramente que quando colocavam um corpo na sepultura acreditavam enterrar algo vivo”. O cristianismo reforçará por outro lado não a tese do corpo vivo, mas da alma que deverá ser purgada de seus pecados (LE GOFF, 1995). A doutrina cristã no que tange ao lugar de sepultamento e a vida cotidiana do homem com os mortos sofrerão modificações profundas ainda na Idade Média:

Chegou um momento em que desapareceu a distinção entre os bairros periféricos - onde se enterrava *ad sanctos*, porque se estava *extra urbem* - e a cidade, sempre proibida às sepulturas. Sabemos como isto se deu em Amiens, no século VI: o bispo Saint Vaast, morto em 540, escolhera sua sepultura fora da cidade. Mas quando os carregado-

5 Obra de gênero épico e teológico, escrita por volta dos fins do século XIII e concluída no começo do século XIV, ela é trazida no livro de Jacques Le Goff, *O Nascimento do Purgatório*, como exemplo da literatura em torno da concepção imaginária e teológico-religiosa da existência de um terceiro lugar.

res quiseram levá-lo, não puderam remover o corpo, que de repente tornara-se demasiadamente pesado. Então o arcepreste rogou ao santo que ordenasse “que sejas levado ao lugar que nós (ou seja, o clero da catedral) preparamos para ti”;⁶ interpretava bem a vontade do santo, pois logo o corpo tornou-se leve. Para que o clero pudesse, dessa forma, contornar o interdito tradicional e prever que guardaria na catedral os santos túmulos, além das sepulturas que o santo túmulo atrairia, era preciso que se atenuassem as antigas repulsas (ARIÈS, 1998, p. 43).

Essa alma deverá receber orações, e o seu corpo deve descansar para que um dia retorne. Este seria o dia do julgamento final. Quanto ao lugar de sepultamento, as igrejas eram os locais mais apropriados para guardar os corpos dos fiéis, pois se entendia que estando mais próximo de Cristo, a salvação não tardaria. Ademais, diante de todos estes acontecimentos, movimentados pela reformulação doutrinária religiosa, que a vida social e a história foram afetadas simbólica e historicamente. As instituições religiosas e os túmulos ainda existentes dentro dos templos, catedrais e paróquias, nos contam esta parte da história humana. As imagens de caráter instrutivo pedagógico preencheram esses lugares a fim de caracterizar uma história religiosa da vida no pós-morte, mas a sociedade não ficará por tanto tempo refém das mesmas, e é aí então que surge uma nova vertente da busca de ressignificação dos lugares dos mortos. Eles não serão mais enterrados nas igrejas, e seu espaço denominar-se-á *cemitério*⁶ “e também neste asilo intitulado cemitério, onde se enterrava ou não, decidiu-se construir casas e habitá-las. O cemitério designava, então, se não um bairro, ao menos um quarteirão de casas gozando de certos privilégios fiscais e dominiais” (ARIÈS, 1998, p. 49).

6 De acordo com os estudos de lexicógrafos, a palavra *cemitério* apresentava diferenciações que foram sendo corrigidas ao longo do tempo (ARIÈS, 1998).

OS CEMITÉRIOS E A HISTÓRIA DAS CIDADES

Nas cidades o cemitério começa a representar uma característica da organização do espaço urbano. Traz em si a arte restrita às igrejas e projeta para o vislumbre social o que o teto e o piso das catedrais guardavam debaixo de si. As esculturas em estilo barroco atuam para dar o aspecto sacralizado do local e ao mesmo tempo para manter um pouco da concepção religiosa, de que o lugar dos mortos deve sempre estar sob o olhar de um anjo ou de um santo, e nesse sentido, a instituição da capela corrobora para que não se afaste tanto a imagem medieval, de que sempre se deve estar próximo do “lugar santo”. Podemos, pois, nos assegurar que a história dos cemitérios preserva no seu espaço a narrativa, das permanências e das transformações, e que precisam ser esquadrihadas detalhadamente:

Assim, o cemitério retomou um lugar na cidade, lugar ao mesmo tempo físico e moral, que havia perdido no início da Idade Média, mas que havia ocupado durante a Antiguidade. O que sabemos das civilizações antigas sem os objetos, as inscrições e a iconografia que os arqueólogos encontraram nas escavações dos túmulos? Nossas sepulturas encontram-se vazias, mas nossos cemitérios tornam-se eloquentes. Trata-se de um fato de civilização e de mentalidade muito importante” (ARIÈS, 1998, p. 78-79)

A história das cidades ocidentais, não as cidades antigas, mas as cidades como conhecemos hoje, são um legado medieval, e na Idade Média as cidades nasciam do entorno de uma igreja ou uma fortaleza. Ambas representavam o núcleo de onde fluía a ordem social e política da estrutura urbana. O mercado, as casas, os lugares de serviço, todos ficavam muito bem ordenados dentro do que ainda na alta Idade Média podia ser concebido como “espaço pequeno”. As cidades avançam com o crescimento populacional e a produtividade agrícola, e paralela a isto, as camadas sociais que formam esta sociedade tão singular, ganham nova face, não diferente, mas um tanto mais imponente. A vida cotidiana começa a ser moldada pela moral religiosa, pelo desejo de

utilidade em uma sociedade muito abatida pelas catástrofes, pelas disputas e pela peste. Assim no século VII a igreja introduz um elemento novo nessa remodelagem, estabelecendo a referência religiosa para o tempo através do sino, ao que “eles serão pontos de referência da cidade; em particular na Itália, onde o sino muitas vezes é instalado não no corpo do monumento” (LE GOFF, 1998, p. 09). E como podemos dizer, a sociedade parece ter sua lida com os monumentos de maneira muito próxima e cheia de significados. O sino não representa especificamente a noção de tempo, ou simplesmente a melodia típica do próprio instrumento. Representa o horário da missa, a morte de uma pessoa, o início e término de uma procissão e a anunciação de uma data importante, por exemplo, o dia santo. Isto é, para primeiro compreendermos, que os monumentos e estruturas políticas, sociais, econômicas e as próprias cidades, nos foram legados por esta sociedade, e para entendermos os detalhes por entre as frestas das suas construções que adentraram nosso tempo, é necessário sempre uma visita à esta sociedade de forma bem específica.

O cemitério é um espaço rechaçado pela alta sociedade eclesiástica do início do período medieval, e fica restrito aos limites extra *muris*, ou para ser mais simples, fora das fronteiras da cidade. Serão ao mesmo tempo locais de culto aos mártires, seus principais habitantes, não que fossem os únicos, mas os mais importantes, e posteriormente com a popularização através de peregrinações, nascem as famosas catedrais sob os túmulos destes mártires. As linhas divisórias entre a cidade dos vivos e dos mortos apaga-se, e o desejo de enterrar os mortos em locais que os mártires estão também enterrados contribui para o crescimento da estrutura da Igreja, contribui para as suas reformas arquitetônicas, acrescentando as pinturas, os mosaicos, as famosas galerias com gavetas e ossuários.

Ademais, a população medieval parece aceitar isso muito bem, e “a separação entre a abadia cemiterial e a igreja catedral foi então apagada. Os mortos, já misturados com os habitantes dos bairros populares da periferia, que se haviam desenvolvido em torno das abadias, penetravam também no coração histórico das cidades”

(ARIÈS, 1998, p. 43). E nos bairros, os cemitérios atraíam a atenção da sociedade pela sua imponência arquitetônica recém saída das paredes das catedrais para o ar do público. Este ato dava importância ao indivíduo morto, haja em vista que dentro da Igreja muitas vezes pouco importava de quem era o osso do morto, e sim a necessária permanência próxima “dos santos ou nas Igrejas, perto do altar da Virgem ou do Santo Sacramento. O corpo era confiado à Igreja. Pouco importava o que faria com ele, contanto que o conservasse dentro de seus limites sagrados” (ARIÈS, 1998, p. 47).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se diante do acima exposto, que a História como ciência pautada pelas rupturas nas estruturas sociais, pode ter no cemitério e na História social da Morte, fonte de observação e ponto conexo concreto, através do lugar e dos monumentos lá expostos, uma representação da história de um tempo, pronta para ser costurada e dinamizada no seguimento acadêmico e social como proposta de pesquisa e de extensão. O ponto chave que originou este trabalho, foi um projeto desenvolvido pelo autor e seu orientador (no projeto), de educação patrimonial, tomando o cemitério como lugar de preservação de uma fase importante da história da cidade e de seus indivíduos. Percebendo no cemitério um objeto concreto no qual a arte, a história e a religião encontram-se representadas junto aos mortos. Por isso compreendemos a necessidade de se trabalhar mais as representações sociais da morte e os espaços dos mortos enquanto construções culturais, possibilitando a historicização e desenvolvimento de uma visão histórica mais aprofundada da cidade.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Trad. Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COULANGES, Numa-Denys Fustel. **A cidade antiga**: das instituições da Grécia até Roma. Trad. Frederico Ozanam Pessoa de Barros. [Ebook, 2006]. São Paulo: Editora das Américas S.A. - EDAMERIS, São Paulo, 1961.

HEIDEGGER, Martin. **O ser e o tempo**: presença e temporalidade. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schubak. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

LE GOFF, Jacques. Os pais do purgatório. *In*: **O nascimento do purgatório**. Lisboa: Editora Estampa, 1995, p. 75-117.

LE GOFF, Jacques. O fogo purgatório. *In*: **O nascimento do purgatório**: 2ª edição. Lisboa: Editora Estampa, 1995, p. 75-117.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun; trad. Reginaldo Priscila Viana de Siqueira: edição especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SCHIMIT, Jean Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. 2. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1991.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório**: ou o trabalho de luto. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Caminhos da Iniciação Científica

Uma análise da produção historiográfica que aborda a Lei 10.639/03 e o Exame Nacional do Ensino Médio

Iriudsana Maria Januário da Costa¹
Sabrina Querem Apuque Lima Gomes de Oliveira²
Jefferson Pereira da Silva³

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte da segunda etapa da pesquisa intitulada “O Exame Nacional do Ensino Médio e a história e cultura da África e dos afro-brasileiros”, submetida a Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), sob a coordenação da professora Margarida Dias de Oliveira, do Departamento de História (UFRN) e tutoria do Mestre em História pela UFRN, Jefferson Silva.

A pesquisa teve início em 2018, sendo a primeira etapa correspondente ao ciclo 2018-2019, e a etapa atual correspondente ao ciclo 2019-2020. O objetivo da pesquisa é de analisar como o Exame Na-

1 Graduanda em História - Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

2 Graduanda em História - Licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

3 Professor temporário vinculado ao Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e membro do Grupo de Pesquisa Espaço, Poder e Práticas Sociais (GPEPPS/UFRN).

cional do Ensino Médio (ENEM) tem tratado as questões referentes à história da África e cultura afro-brasileira nas questões do exame e, assim, verificar como a Lei 10.639/03 tem sido aplicada. No momento atual da pesquisa, temos discutido diversos autores do Ensino de História, no qual nos propomos a pensar os impactos das demandas sociais que envolvem o ensino da disciplina escolar história, a lei 10.639, o ENEM e a BNCC⁴, concluída em 2018 pelo MEC (Ministério da Educação), com as produções acadêmicas na área.

Ainda no contexto das discussões que nos trouxeram até o presente momento de produção desse artigo, estudamos a metodologia de Análise de Conteúdo⁵, na qual trabalharemos futuramente na produção da narrativa oriunda da análise das questões do ENEM em relação com o referencial teórico debatido durante toda segunda etapa da pesquisa. De acordo com as reuniões semanais do grupo e discussões realizadas, percebemos que é necessário traçar nesse momento um estado da arte das produções acadêmicas que se relacionam com nosso tema, o que resultou na produção deste artigo, que tem como metodologia principal revisão bibliográfica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conhecida como LDB, delimita que a educação engloba os processos formativos em todos os âmbitos sociais, na família, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais e na organização da sociedade civil, ou seja, a educação no Brasil tem como prioridade a formação cidadã dos indivíduos para que possa assim, contribuir de maneira significativa nos lugares que ocupam. Por isso, se faz necessário tratar os valores como objeto de aprendizagem, não apenas no ensino de história mas em todas as disciplinas escolares.

A partir da ideia da formação cidadã, fora necessário repensar o currículo da educação básica no Brasil, para que fossem contem-

4 Base Nacional Comum Curricular.

5 Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977).

plados conteúdos que promovessem essa formação, pois a escola, bem como a forma que determinados conteúdos são apresentados, possuem responsabilidade no combate às desigualdades sociais que vivenciamos no nosso cotidiano.

O sistema educacional brasileiro é estruturalmente pensado para manter uma estrutura de discriminação cultural, em que há uma forte valorização eurocêntrica em oposição à ausência da cultura africana/negra na construção identitária do Brasil, elencando que quando há menção a essa africanidade é num lugar de afastamento ou diminuição do seu protagonismo. É percebendo então essa inferiorização do negro e da cultura africana que a luta por uma educação antirracista ganha mais força no Brasil.

Assim, a Lei 10.639 de 2003 surge como resposta às demandas do Movimento Negro, que há tempos vinha cobrando do Estado uma postura mais efetiva no combate ao racismo. A partir de sua promulgação, ficou então estabelecida a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” em todos os níveis de ensino, tanto na rede pública quanto privada. Nesse sentido, a lei alterou praticamente todas as esferas do ensino, da formação dos professores a escolha dos materiais didáticos que precisaram ser repensados para atender a legislação.

Neste processo de repensar o ensino é que chegamos ao Exame Nacional do Ensino Médio mais conhecido como ENEM. Pensado originalmente como um instrumento para avaliar a qualidade do ensino médio no Brasil, o ENEM surge em 1998 com esse propósito mas desde sua segunda edição em 1999, já foi utilizado como forma de acesso alternativa ao vestibular para o ingresso ao ensino superior em mais de 90 instituições. Em 2009, o Exame passou por uma reformulação encabeçada pelo então ministro da educação, Fernando Haddad, que atendendo às políticas públicas de universalização do ensino superior no Brasil, tornou a prova um meio de unificar o ingresso nas universidades.

Sob tutela do Ministério da Educação, o ENEM é atualmente a principal forma de ingresso em cursos superiores, com uma prova contendo 180 questões que englobam as áreas de Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Matemática e uma redação, sendo realizados em dois dias. Sendo o ENEM a última etapa da educação básica, torna-se o meio ideal para que a Lei 10.639 se expresse na prova, uma vez que o exame está em consonância com a LDB, que como já dito antes, norteia a educação no país.

Realizamos um trabalho de revisão bibliográfica para conhecermos o cenário das produções acadêmicas que envolvem o ENEM bem como o ensino de história da África e cultura afro brasileira, independente da área de conhecimento da produção. Para tal, iniciamos uma pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. A escolha por pesquisar as produções acadêmicas nesses dois bancos de dados se deu pela importância dessas plataformas para o campo das ciências e pela quantidade de produções lá hospedadas. A partir da escolha dessas duas plataformas, conseqüentemente optamos por manter a pesquisa dentro da análise de obras relacionadas a pós-graduação, mesmo sabendo que reduzimos a quantidade de trabalhos encontrados, em contraponto ficamos assim com a análise de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema.

Em ambas as plataformas digitais realizamos a busca através da palavra-chave 'Enem', onde na plataforma da CAPES os resultados da busca foram de 1.034 trabalhos e na Biblioteca Digital foram 678. É necessário pontuar que todos os resultados encontrados na Biblioteca Digital estavam também contidos no catálogo da CAPES e este foi a nossa primeira plataforma de busca. Com a quantidade de mais de mil trabalhos que se ligavam a temática do Exame Nacional do Ensino Médio, utilizamos os filtros de área do conhecimento fornecidos pelo site da CAPES e assim conseguimos organizar e facilitar a busca dos periódicos que se relacionavam com esta pesquisa.

Na área de ‘ciências humanas’ e ‘multidisciplinar’, foram encontrados 6 e 2 trabalhos, respectivamente, que consideramos necessário um segundo olhar. Com os 8 trabalhos selecionados, realizamos uma tabela organizando os trabalhos por grande área do conhecimento (como constavam no site), nome do autor, ano, título, palavras-chave e resumo. Com a tabela pronta, partimos para a primeira análise dos resumos e reduzimos para 5 (2 teses e 3 dissertações) os trabalhos que optamos por realizar a revisão bibliográfica e estão contidos neste artigo.

Dentro da metodologia de revisão bibliográfica, nos propomos em um primeiro momento, a realizar uma tabela para cada um dos trabalhos analisados, sendo ela constituída dos seguintes tópicos de análise: problema, fontes, metodologia, teoria (referencial teórico) e resultados. Para cada tese e dissertação selecionada, fomos preenchendo cada tópico da tabela através da leitura, preferencialmente, dos resumos. Em alguns casos nos deparamos com a dificuldade de encontrar nos resumos às informações necessárias para preenchimento dos tópicos da tabela, sendo assim necessário a leitura e análise da introdução, conclusão e em último caso a consulta ao desenvolvimento do trabalho.

Com as teses e dissertações selecionadas e esmiuçadas em forma de tabela, partimos para a produção deste artigo, desenvolvendo uma narrativa na qual as cinco produções dialogam entre si, com pontos em consonância e dissonância nas fontes, nos problemas, na metodologia, no referencial teórico e nos resultados, para que dessa maneira possamos delimitar o estado da arte das produções acadêmicas brasileiras que colaboram com nosso tema de pesquisa: o ENEM, o ensino de história e a aplicação da lei 10.639/03.

PROBLEMÁTICA E FONTES

Os dois primeiros pontos que partimos nossa análise para a produção deste trabalho foram o das problemáticas e fontes contidas nas teses e dissertações lidas. Aqui, como nos tópicos seguintes, abordaremos de maneira aprofundada os trabalhos de Cosme Freire Marins e Diego Bruno Velasco e as dissertações de Livia Pizauro Sanchez (2014) e Luiz Eduardo Espindola de Souza (2016), visto que a dissertação de Marcos César Alves da Mota (2018) não possui a divulgação autorizada, mas tivemos acesso ao resumo na plataforma CAPES.

Na tese *Currículo de história no ensino médio e avaliação de egressos: a relação entre os documentos orientadores da disciplina e os exames oficiais (ENEM e Vestibulares) - 2009-2013*, de Cosme Martins (2016), ele se propõe a um trabalho aprofundado de análise das questões de história de seis vestibulares brasileiros e também do ENEM, de 2009 até 2013. O problema que ele busca responder se assemelha a nossa pesquisa, pois compreende o quanto o ENEM e os vestibulares brasileiros são importantes para a determinação de quais conteúdos de história estão sendo dados nas escolas, principalmente no ensino médio e como essas avaliações podem impactar nas competências e habilidades requeridas ao conhecimento histórico. Há em seu trabalho uma visível preocupação em determinar a historicidade das disciplinas de história e traçar paralelos, comparações estatísticas que busquem responder como o currículo de história determinado pela Lei de Diretrizes e Bases acompanha (ou não) as avaliações brasileiras. Para responder a esses questionamentos, o autor utilizou fontes com um recorte temporal de cinco anos, que foi justificado pelas transformações do ENEM a partir de 2009.

Diego Velasco em “Narrativas de História do Brasil no ENEM: Disputas curriculares pela hegemonização do conhecimento escolar”, tese de 2018, também compreende as diferenciações entre o novo ENEM (a partir de 2009) e sua fase anterior, de 1998 à 2008,

desta forma ele separa a análise de fontes em duas temporalidades, a primeira de 1998 até 2008 e a segunda de 2009 até 2017. Assim como o trabalho do Cosme Martins, esta tese define sua problemática a partir do currículo da disciplina história, buscando compreender os sentidos de ‘verdade’ trabalhados nas narrativas históricas contidas nas questões do ENEM. A problemática apontada pelo autor, perpassa discussões no campo da historiografia e de conceitos como tempo, memória, verdades, discurso e história nacional. A problemática deste trabalho pouco contribuiu para as discussões étnico-raciais da aplicabilidade da lei 10.639/03, apesar de no capítulo 6 da tese o autor se propor a discutir as narrativas históricas dos povos africanos e afro-brasileiros, inclusive apontando questões de 1998 até 2017 que abordassem essas narrativas, mas pouco se discutiu sobre esses aprofundamentos, com um trabalho de análise mais qualitativo.

Já a dissertação da Livia Pizauro Sanchez, intitulada “Educação básica no Brasil e História e Cultura Africana e Afro-brasileira - competências e habilidades para a transformação social?” (2014), trabalha de maneira mais aprofundada sobre as narrativas que envolvem a aplicabilidade da lei 10.639/03, sendo inclusive a justificativa dos dez anos de vigência da lei o seu recorte para análise das fontes, de 2003 à 2012. Em sua problemática de pesquisa a autora buscou responder quais as dificuldades da implementação da lei na educação básica, discutindo como os conteúdos estão postos na prova do ENEM, bem como a análise das políticas públicas e produções acadêmicas no período de dez anos. A problemática posta nesta dissertação está de maneira muito similar a problemática pensada em nossa pesquisa que dá origem a este trabalho. No entanto, a preocupação da autora está muito mais na aplicabilidade da lei 10.639/03 pensando o viés da educação, do que propriamente o viés do Ensino de História e dos conteúdos ligados à narrativa histórica, conteúdos esses que ela só aponta, mas não traz de maneira detalhada. O trabalho da Livia Sanchez (2014) nos leva a reflexão do quanto é importante produções da área do Ensino de História

que possam abordar de maneira aprofundadas narrativas como essa, da lei 10.639/03, para os avanços na educação e na História enquanto historiografia, ensino, disciplina, currículo e atuação profissional.

Em consonância com dois dos três trabalhos já citados aqui, a dissertação do Luiz Eduardo Espindola de Souza, intitulada “Afirmações e silenciamentos sobre a temática racial no ENEM” (2016), também se propõe a ter a primeira fase do Enem (de 1998 até 2008) como fonte de pesquisa, sendo ela: as questões do ENEM e proposta da redação, de 1998 até 2015. Procurando uma abordagem mais filosófica sobre as temáticas raciais, o autor discorre como problemática as relações de sentido produzidos pelos enunciados das questões do ENEM e da redação, se propondo a discutir e refletir na perspectiva da educação para as relações raciais. É dessa maneira, um estudo que se propôs a trabalhar a produção de sentido, bem como o âmbito educacional da temática étnico-racial abordada no ENEM em formato de perguntas. O trabalho está posto na área de discussão de linguagens, mesmo assim, compreendemos que a problemática levantada pelo autor, no âmbito de analisar possíveis narrativas racistas no exame, é de suma importância para nossa pesquisa. Pois, é preciso compreender que para além da investigação da aplicabilidade da lei 10.639/03, há em nosso trabalho e no trabalho do Luiz de Souza, uma preocupação latente em discutir uma educação brasileira antirracista, apontando e discutindo as narrativas racistas presentes na história e na educação como um todo, narrativas que muitas vezes estão camufladas e que só são expostas a partir de produções científicas como as colocadas aqui.

METODOLOGIA E RESULTADOS

De acordo com a definição do dicionário *online Oxford Languages* a definição de metodologia é: um ramo da lógica que se ocupa dos métodos das diferentes ciências, ainda por extensão, pode ser o

corpo de regras e diligências estabelecidas uma pesquisa: método. Ou seja, é a partir da metodologia que entendemos os caminhos que levaram aos resultados.

Ao realizarmos o levantamento dessas produções organizamos uma tabela como já citamos, uma das seções desta tabela foi justamente a metodologia o que nos possibilitou vermos algumas semelhanças entre os trabalhos selecionados e o nosso como: as fontes trabalhadas, a construção de tabelas, utilização do método da análise de discurso e conteúdo.

A partir dessas leituras foi possível perceber a utilização da análise de discurso nos trabalhos de Cosme Martins (2016) e de Diego Velasco (2018) como método de análise das questões do ENEM e dos vestibulares, Marins para analisar currículo e Velasco (2018) para discutir sobre os sentidos de “verdade” mobilizados nas questões de história no ENEM.

A análise de discurso está atrelada a linguística e é um campo de estudo da comunicação. Tendo como objeto as construções ideológicas presentes no mesmo, em a *Ordem do discurso*, Michael Foucault (1970) se utiliza do discurso como meio das características sociais, Velasco (2018) se utilizada do mesmo para identificar nas narrativas sensíveis - por narrativas sensíveis o autor compreende o período da Ditadura Militar (1964 - 1985), a participação e presença do povo negro e indígena na história nacional. Seguindo essa linha, temos Lawrence Bardin, que em seu livro *Análise de conteúdo* nos apresenta a metodologia que intitula seu livro e que utilizamos em nossas análises.

A análise de conteúdo, apesar de semelhante, não é a mesma coisa da análise do discurso. A análise de conteúdo consiste também no quantitativo: é uma análise numérica e de frequência de determinados termos. Para o tipo de trabalho que desenvolvemos o método de Bardin foi crucial para formularmos a partir dos dados de ocorrência dos termos o caráter das questões do ENEM, o que enxergamos em comum com as produções que utilizamos nesta revisão bibliográfica.

Lívia Pizauro Sanchez (2014) se utiliza de Bardin para analisar as provas do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, elaborando também uma tabela de critérios e categorias, analisando quantitativa e qualitativamente. Sanchez (2014) define 24 categorias divididas em 4 critérios: tema, área do conhecimento, centralidade e julgamento; analisando 10 edições do exame e um total de 69 questões relacionadas à cultura e história africana e afro-brasileira.

Assim como Lívia Pizauro, Marcos César Alves da Mota (2018)⁶, realiza uma análise qualitativa e quantitativa através da análise de conteúdo, utilizando diversidade cultural, conflito de vida e sociedade como recortes, sendo os eixos de orientação escravidão e formas de resistência indígena e africana na América, a história cultural dos povos africanos, a luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira⁷.

Ao pesquisarmos sobre as relações étnico-raciais nos deparamos com diversas informações que, por muitas vezes, parecem ser desanimadoras no que diz respeito a visualização das minorias raciais no Brasil. Um consenso é que a luta por uma educação antirracista é permanente, que estamos dando visibilidade a questões socialmente sensíveis e necessárias para nossa sociedade.

Como resultado de suas análises, que partiu do problema de analisar a relação entre as competências, habilidades, concepções metodológicas enunciadas nos documentos oficiais orientadores do currículo de História, Cosme Martins (2016) observou que existem propostas pelos documentos oficiais mais avaliadas nos exames, em detrimento de outras que foram contempladas em menos de 10% das questões de cada instituição. E Que o Ministério da Educação ainda busca meios de legitimar o currículo nacional - com a Base Nacional Comum Curricular.

6 A história cultural afro-brasileira e africana nas questões das ciências humanas do novo Enem (2009 a 2016), 2018.

7 Informações retiradas do resumo do trabalho.

Luiz Eduardo Espindola de Souza (2016), Marcos Mota (2018) e Livia Pizauro Sanchez (2014) apresentam resultados semelhantes, os três autores trabalham especificamente com o ENEM e relações étnico-raciais. Espindola conclui que há uma contestação das desigualdades raciais remanescentes no Brasil, porém, possui uma abordagem dual ou/e repetida das narrativas dominantes que não promovem um embate/questionamento com o mito da democracia racial. Mota (2018) já nos apresenta, assim como Sanchez (2014), conclusões mais positivas: ambos apresentam mobilização de fontes imagéticas e textuais na construção das questões, que o novo ENEM possui questões referentes à História Cultural Afro-Brasileira e Africana que fomentam discussões questionamentos sobre o tema, demonstram a influência da Lei 10.639/03 para a presença dessas questões, sem deixar de apontar - assim como Luiz Eduardo de Souza (2016) que ainda há a reprodução de estereótipos sobre a África e o negro. Já no trabalho de Velasco (2018), discute-se as diferentes formas de estratégias de discurso: o modo como visitamos o passado, como escolhemos a forma narrativa e o narrador, como história e memória se relacionam, o uso de pares binários para a fixação do sentido de verdade/verdadeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi de constatação de como andam as produções acadêmicas que relacionam o ENEM e as questões étnico-raciais, mais precisamente a lei 10.639/03. Dessa forma, através da revisão bibliográfica dos cinco trabalhos analisados, pudemos chegar à conclusão de que o campo de pesquisa em Ensino de História e questões étnico-raciais precisa avançar muito mais. Nas pesquisas que trabalham o Ensino de História como área do conhecimento, constatamos que existe mais uma preocupação com o currículo da disciplina do que com o ensino. Percebemos também que nenhum dos trabalhos se preocupou em analisar como a lei 10.639/03 estava

sendo aplicada, quais os tipos de conteúdo de história da África e cultura afro-brasileira estavam sendo abordados em relação ao que pede a lei e como esses conteúdos estavam postos no ENEM.

A partir dessa constatação, compreendemos ainda mais o valor de originalidade de se ter o ENEM e a lei 10.639/03 como nosso objeto central de pesquisa. Além disso, apenas duas produções acadêmicas analisadas se propuseram a pensar pesquisas que constituíssem verdadeiro significado de uma luta por uma educação antirracista, preocupado com as consequências sociais e de sentido, que são geradas através questões do ENEM, na educação brasileira e nos jovens estudantes que se submetem a esta prova.

Concluímos este artigo de revisão bibliográfica com a certeza de que o campo de Ensino de História precisa avançar muito mais no que diz respeito à pesquisas que envolvam questões étnico-raciais, abarcando a lei que obriga o ensino de história da África, propondo-se a descobertas que permitam uma discussão aprofundada e respondam mais sobre os impactos, consequências e aplicabilidade da lei 10.639/03 em instrumentos de avaliação, livros didáticos e nos espaços escolares de maneira geral.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 280 p.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10639, de 09 de janeiro de 2003**. Brasília, DF, 09 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 29 set. 2020.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

MARTINS, Cosme Freire. **Currículo de história no ensino médio e avaliação de egressos: a relação entre os documentos orientadores da**

disciplina e os exames oficiais (ENEM e Vestibulares) - 2009-2013. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.48.2016.tde-31082016-150412. Acesso em: 2020-09-29.

MOTA, Marcos Alves César da. **A História cultural afro-brasileira e africana nas questões das ciências humanas do novo ENEM (2009 a 2016).** 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em: www.sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6361343 Acesso em: 29 set. 2020.

RUSEN, Jorn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 7-16, jul. 2006. Semestral.

SANCHEZ, Livia Pizauro. **Educação básica no Brasil e história e cultura africana e afro-brasileira: competências e habilidades para a transformação social?** 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mudança Social e Participação Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-14012015-165202/pt-br.php/teses/disponiveis/100/100134/tde-14012015-165202/pt-br.php>. Acesso em: 29 set. 2020.

SOUZA, Luiz Eduardo Espindola de. **Afirmações e silenciamentos sobre a temática racial no ENEM.** 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4092421. Acesso em: 29 set. 2020

VELASCO, Diego Bruno. **Narrativas de História do Brasil no ENEM: Disputas curriculares pela hegemonização do conhecimento escolar.** 2018. 276 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5856170. Acesso em: 29 set. 2020.

Índice remissivo

1952, 282, 283, 289, 293, 296.

Abastecimento, 91, 102, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 120, 122, 322, 325.

Alfabetização de adultos, 383, 386.

Amazônia, 35, 39, 48, 49, 112, 153, 154, 163, 199, 201, 202, 208.

América Latina, 179, 180, 182, 193, 270, 272, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 377.

Asilos, 348.

Belém, 35, 36, 37, 39, 46, 47, 48, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 122, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 208.

Belle Époque, 151, 153, 164, 240, 241, 242, 243, 344.

Brasil, 13, 23, 32, 37, 40, 46, 48, 51, 67, 69, 70, 72, 74, 82, 83, 84, 92, 96, 98, 99, 100, 101, 107, 108, 125, 138, 139, 140, 143, 146, 147, 149, 152, 153, 159, 160, 162, 163, 164, 168, 180, 181, 187, 189, 191, 193, 197, 198, 202, 206, 208, 223, 225, 226, 227, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 264, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 281, 282, 295, 297, 313, 314, 317, 318, 321, 327, 332, 336, 345, 347, 348, 349, 351, 352, 357, 358, 367, 368, 375, 377, 380, 384, 407, 410, 411, 414, 415, 418, 419, 421.

Ceará, 24, 79, 84, 85, 86, 93, 99, 101, 123, 179, 202, 226, 230, 239, 243, 245, 246, 254, 261, 343, 345, 352, 353, 356, 357, 358.

Cidade [s], 9, 22, 24, 35, 36, 45, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 92, 103, 104, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 120, 121, 124, 125, 127, 128, 132, 134, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 162, 199, 217, 240,

241, 242, 243, 245, 246, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 258, 265, 302, 308, 314, 315, 316, 317, 331, 333, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 360, 369, 370, 371, 373, 374, 375, 376, 377, 380, 384, 385, 387, 389, 390, 391, 392, 397, 398, 400, 401, 402, 404, 405, 406, 407.

Cocanha, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311.

Conhecimento histórico, 10, 14, 15, 18, 19, 142, 265, 414.

Cotidiano, 23, 25, 30, 33, 73, 76, 77, 82, 92, 110, 111, 116, 122, 139, 215, 243, 261, 262, 264, 278, 305, 314, 327, 329, 330, 331, 335, 340, 342, 344, 356, 360, 411.

Crônica, 24, 30, 32, 33.

Cultura popular, 303, 309, 311, 401.

Diocese de Nazareth, 371.

Discurso, 25, 29, 32, 55, 57, 58, 60, 61, 76, 86, 89, 90, 123, 124, 125, 128, 131, 133, 134, 135, 143, 145, 146, 147, 149, 153, 156, 184, 187, 188, 192, 212, 248, 270, 271, 274, 289, 291, 297, 310, 311, 320, 335, 340, 343, 415, 417, 419.

Ditadura Militar, 129, 131, 145, 247, 417.

Docência, 166, 167, 170.

Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela, 376.

Educação infantil, 174, 177, 178.

Ensino de história, 19, 74, 77, 139, 140, 142, 148, 410, 412, 413, 420.

Ernesto Guevara, 284, 289, 290, 292, 294, 295, 296.

Escravidão, 35, 36, 44, 47, 75, 146, 160, 236, 264, 331, 418.

Estrangeiro, 110, 319, 320.

Exame Nacional do Ensino Médio [ENEM], 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421.

Fabliaux, 52, 53, 54, 59, 60, 61, 66.

Gêneros alimentícios, 109, 111, 112, 113, 115, 116, 326.

Higienismo, 401.

História das Religiões, 369, 381.

História Oral, 360, 362, 367, 368, 384, 385, 394, 400.

História pública, 18, 20, 365, 366, 367, 368.

Identidade [s], 25, 29, 37, 39, 70, 71, 73, 74, 77, 78, 80, 86, 89, 90, 92, 123, 174, 196, 204, 206, 207, 208, 213, 214, 218, 219, 224, 252, 265, 282, 283, 284, 288, 289, 293, 294, 296, 297, 309, 359, 367.

Igreja Católica, 302, 303, 345, 346, 348, 357, 370, 371, 374, 375, 377, 378, 379.

Imagens, 23, 119, 124, 217, 218, 240, 323, 358, 398, 403.

Imperialismo, 225, 229.

Inquérito, 97, 318, 319, 339.

Instituições, 74, 134, 138, 140, 174, 181, 196, 198, 199, 202, 203, 257, 292, 347, 362, 403, 407, 410, 411.

Intelectualidade, 180.

Juventude, 282, 289, 293, 297, 299, 300, 303, 362, 377.

Lei 10.639/03, 9, 138, 147, 410, 419.

Memória, 16, 18, 70, 71, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 124, 127, 128, 129, 133, 134, 143, 147, 151, 161, 162, 163, 198, 210, 213, 214, 218, 239, 240, 244, 250, 252, 253, 254, 257, 265, 295, 360, 361, 366, 367, 384, 385, 394, 398, 415, 419.

Missões institucionais, 197, 198, 200, 201, 202, 204, 206, 207.

Mobral, 383, 385, 386, 387, 388, 389, 391, 392, 393, 394, 395.

Objeto Gerador, 256.

Ocupação urbana, 162.

PCB, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 194.

PDIs, 198, 200, 202, 204.

Pedagogia do corpo, 31.

Planos de Desenvolvimento Institucional, 197, 204.

Política, 29, 80, 86, 87, 99, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 135, 153, 154, 159, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 193, 203, 213, 244, 252, 268, 270, 271, 274, 275, 277, 283, 287, 288, 293, 302, 314, 334, 351, 352, 370, 394, 404.

Prostituição, 155, 331, 332, 333, 334, 339, 340, 341, 343, 344.

Reformas, 22, 23, 160, 240, 241, 242, 253, 354, 405.

Relações de gênero, 33, 165, 174, 178.

Religiosidade, 76, 232, 302, 319, 371.

Representação do feminino, 52.

Resistência, 38, 56, 64, 146, 240, 284, 293, 295, 334, 384, 418.

Romanização, 370, 374, 376, 377, 379.

Rotas, 96, 98, 113, 114, 115, 154, 250.

Segunda Guerra Mundial, 96, 98, 107, 184, 267, 268, 269, 277, 278, 314, 316, 326, 328.

Sensibilidades, 39, 221.

Sertão, 48, 125, 126, 127, 371, 390.

Teatro, 209, 210, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222.

Tiangua, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93.

Toponímia, 80, 86, 88, 92.

Torpedeamentos, 97, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 268, 274, 314, 316, 318, 319, 320, 323, 326.

UERN, 137, 359, 360, 363, 409.

Universidade Federal, 11, 21, 35, 51, 69, 95, 109, 123, 137, 151, 165, 179, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 239, 246, 256, 259, 267, 281, 311, 313, 314, 327, 328, 345, 357, 358, 381, 383, 409.

Usos, 12, 19, 91, 242, 247, 249, 251, 253, 254, 260, 261, 265.

Viajantes, 111, 112, 115, 122, 225, 227, 235, 237, 402.

Vicentinas, 350, 351, 353.

Violência, 32, 33, 131, 155, 160, 163, 178, 228, 242, 284, 293, 295, 318, 320.

YouTube, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20.

Realização



Apoio



Este livro foi composto em fonte Minion Pro,
em e-book formato pdf, com 426 páginas
Dezembro de 2020



VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Livro com artigos produzidos a partir dos pôsteres apresentados no VI Seminário Internacional História e Historiografia, com análises sobre os usos da história em espaços educativos, a constituição de discursos sobre a saúde, o papel da história pública em meios digitais, a formação do historiador, espaços e as disputas de memória. Os temas abordados fazem parte de reflexões de cunho historiográfico que envolvem as práticas docentes de estudantes de História, a construção de identidades sociais, história oral e políticas públicas para o patrimônio histórico.

